



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1616

Segunda-feira - 17 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Anchieta	2
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Atalanta.....	3
Balneário Rincão	4
Barra Velha.....	5
Biguaçu	6
Blumenau	8
Bom Jesus do Oeste	10
Braço do Trombudo	11
Brusque.....	14
Caçador.....	21
Camboriú.....	23
Campo Alegre	23
Campos Novos	40
Canelinha	67
Canoinhas.....	67
Capinzal	89
Catanduvas.....	92
Chapadão do Lageado	99
Cocal do Sul.....	99
Concórdia	100
Cordilheira Alta	102
Coronel Freitas.....	103
Coronel Martins.....	103
Correia Pinto.....	104
Curitibanos	104
Dionísio Cerqueira	106
Ermo	107
Eral Velho	108
Forquilha	109
Fraiburgo.....	110
Galvão.....	116
Garopaba.....	118
Garuva	118
Gaspar	119
Grão Pará	120
Guaramirim.....	122
Guarujá do Sul	123
Herval d'Oeste	124
Ilhota	124
Imarui	125
Imbituba	126
Ipumirim	128
Irineópolis	135
Itaiópolis	137
Itapiranga.....	138
Itapoá	139
Ituporanga	144

Jacinto Machado	145
Joaçaba.....	146
Lages	148
Lauro Muller	150
Lindóia do Sul	151
Luzerna	151
Mafra	154
Maracajá	158
Marema.....	170
Massaranduba.....	185
Meleiro	185
Modelo	186
Morro da Fumaça	188
Navegantes.....	190
Nova Trento	195
Novo Horizonte	204
Ouro Verde	204
Paial.....	205
Palhoça	205
Paulo Lopes	208
Penha.....	224
Pinheiro Preto	225
Pomerode.....	226
Porto Belo.....	246
Porto União.....	247
Pouso Redondo	248
Rio do Sul.....	249
Santa Rosa do Sul	256
Santa Terezinha do Progresso	263
São Bento do Sul.....	263
São João do Sul	266
São Joaquim	268
São José.....	272
São José do Cedro.....	279
São Miguel da Boa Vista	279
São Miguel do Oeste.....	298
São Pedro de Alcântara.....	324
Schroeder	325
Serra Alta	333
Timbó	334
Três Barras	337
Vargeão.....	339
Vidal Ramos.....	339
Videira.....	340
Vitor Meireles.....	343
Xavantina	344

Consórcios

ARIS	347
CIGA	349

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO FMS N. 025-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 025/2014

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes atendidos nas Unidades de Saúde, adquiridos com recursos da farmácia básica da união. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 28/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 14 de novembro de 2014.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 117/2014**

DECRETO Nº 117/2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.305.0007.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 9.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 9.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 13 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0034/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 807256/2014/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PROCESSO Nº2623.1019863-62/2014, PROPOSTA SICONV Nº 022578/2014.

Valor máximo total R\$ 100.300,00 (cem mil e trezentos reais).

Origem dos recursos:

Recursos da União, valor de R\$ 99.999,90 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Recursos Contrapartida, valor de R\$ 300,10 (trezentos reais e dez centavos).

Valor Total R\$ 100.300,00 (cem mil e trezentos reais).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 02/12/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 02/12/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido através de solicitação no e-mail: compras@arroio30.com.br.

Informações e esclarecimentos junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 13 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI N.º 1395/2014.

LEI N.º 1395/2014.

"Anula e Suplementa dotação Orçamentária e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC),

14 de Novembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2014

"APROVA, COM RECOMENDAÇÕES, AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA/SC, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Atalanta, nos termos do Art. 12, Inciso XV, §§ 1º, 2º e 3º, Art. 158 da Lei Orgânica Municipal, c/c disposição prevista no Art. 59 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e disposições do Art. 12, XI, Art. 50, VIII, Art. 87, XV, Art. 157, IV, Art. 205, II, Art. 238 e Art. 239, todas do Regimento Interno, e considerando parecer e proposição da Comissão de Finanças e Orçamento, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, relativas ao Exercício de 2011, seguindo Parecer do Tribunal de Contas e da Comissão de Finanças e Orçamento, com as seguintes recomendações:

I - Que o Poder Executivo Municipal adote medidas com vistas evitar divergências entre demonstrativos contábeis exigidos em lei e as informações enviadas ao Tribunal de Contas por meio do Sistema e-sfinge;

II - Que o Poder Executivo Municipal atente-se para o cumprimento integral da legislação relativa ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando atender ao preceito constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente (art. 227, da Constituição Federal), evitando omissões na elaboração dos mecanismos legais de operacionalização do Fundo e omissões do Conselho em suas atribuições;

III - Que o Poder Executivo Municipal atente-se para o cumprimento da Lei Complementar n. 131/2009, regulamentada pelo Decreto n. 7.185/2010, que exige a disponibilização eletrônica, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e às despesas em conformidade com o art. 48-A, I e II, da Lei Complementar n. 101/2000, adotando as medidas necessárias para cumprir integralmente a referida lei até o prazo nela fixado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2014.

ALVINO SCHELTER

Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 085/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

POLÍCIA MILITAR BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 01/12/2014 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC., e fornecimento de materiais de expediente, limpeza e alimentação durante o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC,

14 de Novembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

DECRETO Nº. 190/2014

DECRETO/GP/Nº 190, DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - DECRETO Nº 155/2014 E 154/2014.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, do Decreto de nº 155/2014, apenas para substituir a servidora Tamara Scarpari Magagnin pelo Servidor Marcio David Ksey, como membro de equipe de apoio.

Art. 2º - Fica alterado o parágrafo único do art. 1º, do Decreto nº 154/2014, com a seguinte redação:

Parágrafo Único: O presidente da Comissão Permanente de Licitação, bem como a Pregoeira serão substituídos em suas ausências ou impedimentos, pelo membro Renato da Silva Viche.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 11 de novembro de 2014.

AVISO DE LICITAÇÃO TP 086/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E LASER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 086/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 08/12/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de arbitragem de futebol de areia nas divisões principal e de acesso que se realizarão de 20 de Dezembro de 2014 a 01 de Março de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC., durante a Operação Veraneio 2014/2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneario Rincão - SC, 14 de Novembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/SAMAE/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 28/11/2014 às 10h00min.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota, pertencente ao Samae de Balneário Rincão/SC. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC 12 de Novembro de 2014.

Pregoeiro

Antônio Carlos Ghisi

Barra Velha**PREFEITURA****PP 012/2014 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 023/2014 - FUMTEC

Pregão Presencial nº 012/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item Locação de tendas e arquibancadas. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 27/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 14 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Biguaçu**PREFEITURA****PP 238/2014 PMB E OUTROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 238/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROJETOR MULTIMÍDIA DE MESA PARA AS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SEMED.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 28 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 28 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 239/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISTRIBUIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE ENTREGA DOS CARNÊS DE IPTU, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E GEOPROCESSAMENTO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 28 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 28 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 187/2014

,DECRETO Nº 187 /2014 DE: 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria de Educação para 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que os recursos da fonte 0.1.01.0000000 alocados na ação de governo de nº 2026 - Manutenção do Ensino Infantil estão acima das necessidades para o exercício de 2014;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2022 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental para atender despesas com o transporte escolar do município;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação, sem prejuízo das ações programadas para a área da educação para 2014 e do cumprimento dos gastos mínimos de 25 das receitas produto de impostos e estabelecidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3.417/2013:

0701. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	115.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	115.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	115.000,00
0.1.01.0000000	Recursos de Impostos para MDEB	115.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	115.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	115.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	115.000,00
0.1.01.0000000	Recursos de Impostos para MDEB	115.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 189/2014

DECRETO Nº 189 /2014 DE: 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 656,67 (Seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte de recurso: 0.1.70.000076. A dotação está abaixo relacionada:

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	656,67
3.3.20.00/0.1.70.000076	Outras Despesas Correntes	656,67

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014 ALTERA O QUADRO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, ESTABELECIDAS PELO ANEXO X-A, QUE DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA O PROVIMENTO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA, DA LEI COMPLEMENTAR 47/2011 - PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BIGUAÇU

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o quadro das Funções de Confiança da Secretaria de Assistência Social e Habitação, estabelecida pelo Anexo X-A da Lei Complementar 47/2011, que dispõe sobre as condições de habilitação para o provimento de funções de confiança, passando a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
Gerência de Proteção Básica	Prover o cargo efetivo de Assistente Social*
Gerência de Proteção Especial	Prover o cargo efetivo de Assistente Social*
Gerência Operacional	Ensino Médio Completo**
Coordenação da Divisão de Trabalho e Renda	Ensino Médio Completo**
Coordenação da Divisão Financeira	Prover o cargo efetivo de Contador*

Coordenação Executiva dos Conselhos	Ensino Superior Completo*
Coordenação de Compras	Ensino Médio Completo**

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 073/2014, de 14/11/2014

Promulgada em 14/11/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

DECRETO Nº 196/2014

DECRETO Nº 196 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE MARCELO ALVES OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de MARCELO ALVES ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 12.285, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 176,8m² (52x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Herman Vieira, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.111/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.111/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 73.007,00 (setenta e três mil e sete reais).

Vigência: 31/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.484/2014

DECRETO Nº 10.484, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Elaboração do Plano de Carreira - CEPC, órgão temporário de deliberação coletiva vinculado à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, responsável pela coordenação do processo de elaboração do plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores públicos municipais da área da saúde do Município de Blumenau.

Art. 2º. A CEPC desenvolverá suas atividades visando garantir o cumprimento:

I - dos princípios e diretrizes elaboradas no âmbito do Sistema Nacional de Saúde para a organização do quadro de carreira do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitadas as limitações físicas e financeiras local;

II - dos preceitos legais, orçamentários e administrativos estabelecidos pela Administração Municipal.

Art. 3º. A CEPC será composta:

I - por um representante titular e suplente dos seguintes órgãos e entidades:

- a) Secretaria Municipal de Administração (SEDEAD);
- b) Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ);

c) Secretaria Municipal de Gestão Governamental (SEGG);

d) Conselho Municipal de Saúde (CMS);

e) Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

II - por um (1) representante das categorias profissionais dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde;

III - por cinco (5) representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Coordenação Executiva da Comissão será exercida pela Secretária Municipal de Saúde, com apoio técnico da SEDEAD e da SEGG.

Art. 4º. Os membros integrantes da presente Comissão serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 12 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.219/2014

PORTARIA N.18.219, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 4º do Decreto nº 10.484, de 12 de novembro de 2014, resolve:

NOMEAR os membros abaixo indicados para integrem a Comissão Especial de Elaboração do Plano de Carreira - CEPC, com as atribuições previstas no Decreto nº 10.484, de 12 de novembro de 2014, de outubro de 2014:

I - SANDRA REGINA DOS SANTOS GUERRA E TERESINHA KORMANN OTSUKA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Administração;

II - JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO E ROSANE DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal da Fazenda;

III - LEONIDES GOEDERT E SUSANA RAQUEL BATISTA HESSMANN, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Gestão Governamental;

IV - IEDA BERNARDINA VARGAS LADEWIG E CLÓVIS CORRENTE, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Municipal de Saúde de Blumenau (CMS);

V - ALESSANDRO BARASUOL LANZARIN E MARCOS LANDEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

VI - MÁRIO HENRIQUE KATO E MARILÚCIA APARECIDA GHISI, representantes titular e suplente, respectivamente, das categorias profissionais dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde;

VII - ANDRIGO JOSÉ BEBER, LUIZ CARLOS ROCHA, MARCO AURÉLIO GEORG, RAFAEL DE FRANCESCHI E JULIANA LUDWIG QUINTANI, representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
12 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/2014 - Aquisição de 11.700 unidades de ave especial natalina, com peso médio de 3,350kg, revestida com embalagem festiva de Natal de polietileno de baixa densidade, intacta, para distribuição aos servidores públicos da administração direta e indireta nas festividades natalinas, conforme especificações constantes no Edital - SECOM. EMPRESA: Schulz Comércio de Alimentos Ltda. -valor total: R\$ 271.820,25. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2014.

EXTRATO Nº 316/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 316/2014

Inexigibilidade de Licitação nº. 151/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASE DE DADOS FINANCEIROS EIKON PARA OS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DA FURB, QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E A EMPRESA THOMSON REUTERS SERVIÇOS ECONÔMICOS LTDA.

Blumenau, 13 de novembro de 2014.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM Nº 81/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 81/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2503/2014

Objeto: Aquisição de peças e serviços mecânicos na retifica do motor do ônibus placas Mkw 5386 do Depto de Educação.

Valor: r\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais).

Vigência: 12 de novembro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Assinatura: 12 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 2014FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 16/05/2014		Válido até: 16/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz parbolizado pct com 5kg (387)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Vale	0	9,3500	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Nordeste	0	10,3500	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Caravelas	0	8,5600	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	sinha	0	2,0300	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	santa rita	0	4,0100	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cravil	0	4,1100	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Zizo	0	1,1600	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT 1 KG) (306)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Nirifa	0	3,8900	1
9	Bolacha doce sabor leite pct 400 gr (388)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Isabela	0	3,2300	1
10	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	soya	0	3,0800	1
11	Café torrado e móido pact 500 gr (389)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cabodo	0	7,0500	1
12	Sardinha em óleo comestível lata de 125 gr (390)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Pescador	0	3,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 16/05/2014		Válido até: 16/05/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr (391)		UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Oliveira	0	2.8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 16/05/2014		Válido até: 16/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 1/2014

(6001) - COOPREG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA

Braço do Trombudo, 16 de Maio de 2014.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.522, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO nº 7.522, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Cauciona área de terra do "Loteamento Residencial Érico Scharf", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica caucionado em favor do Município de Brusque, o lote de terra nº 11 da Quadra B, de propriedade de Érico Scharf, como garantia da correta execução das obras de arruamento e infraestrutura do "Loteamento Residencial Érico Scharf", situado na Rua José de Lemos localidade de Rio Branco, com Alvará para Loteamento nº 007/2014, emitido pelo Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN - Processo nº 9635/2014, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, matrícula nº 65.516, livro 2, com área total e loteada de 18.537,38 m2 (dezoito mil, quinhentos e trinta e sete metros e trinta e oito décimos quadrados).

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

- a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;
- d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;
- e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela CELESC;
- f) rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;
- g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- h) sistema sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;
- i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;
- j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantido que seja matado o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação;
- k) calçamento nas testadas das áreas públicas.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará a área de terra caucionada, dada em garantia.

Art. 6º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao

disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 007/2014.

Art. 7º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

LAURECI SERPA JUNIOR

Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade - IBPLAN

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.529, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO nº 7.529, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Cauciona áreas de terras do "Loteamento Residencial Villa Bella", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam caucionados em favor do Município de Brusque, os lotes de terras abaixo relacionados, de propriedade de Pedro Célio Marques e Hamilton Soares da Silva, como garantia da correta execução das obras de arruamento e infraestrutura do "Loteamento Residencial Villa Bella", situado na Rua Arnoldo Ristow, na localidade de Zantão, com Alvará para Loteamento nº 008/2014, emitido pelo Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN - Processo nº 11591/2013, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, matrícula nº 4.198, livro 2-A, com área total de 49.728,00 m2 (quarenta e nove mil, setecentos e vinte e oito metros quadrados), sendo área loteada de 11.224,69 m2 (onze mil, duzentos e vinte e quatro metros e sessenta e nove décimos quadrados).

- LOTES 07, 08, 09 da Quadra A;

- LOTES 23, 24 e 25 da Quadra B.

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

- a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;
- d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;
- e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela

CELESC;

- f) rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;
- g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- h) sistema sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;
- i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;
- j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantido que seja matado o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação;
- k) implantação da calçada em todas as testadas.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas de terras caucionadas, dadas em garantia.

Art. 6º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 008/2014.

Art. 7º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,
em 14 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

LAURECI SERPA JUNIOR
Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade - IBPLAN

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.530, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO nº 7.530, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, no art. 82, inciso IV, e

Considerando as Resoluções CONSEMA nº 13/2012 e CONAMA nº 369/2006 que define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental;

Considerando o requerimento formulado pela empresa AMIL Empreendimentos e Participações Ltda., no qual requer a expedição de decreto de interesse público, visando a execução de obras necessárias para a instalação de um Aeródromo, no município de Brusque/SC;

Considerando que é de interesse do Município a implantação do empreendimento, pois favorecerá a produtividade, encorajará investimentos e inovação, gerando emprego e renda;

Considerando o consignado no memorando nº 040/2014 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, que define o projeto de construção do Aeródromo no Município de Brusque como um fomentador do empreendedorismo;

Considerando o posicionamento favorável da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA e a necessidade de realização de obras necessárias visando a tubulação de curso d'água, para a viabilização do empreendimento;

Considerando parecer favorável do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica sobre a construção do Aeródromo Fazenda Aéro-Amil, no município de Brusque-SC;

Considerando que o projeto de construção e execução do Aeródromo Fazenda Aéro-Amil ficará a cargo da empresa proprietária AMIL Empreendimentos e Participações Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, com base na Resolução CONAMA 369, de 28 de março de 2006, que excepcionalmente prevê a intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, as obras necessárias para tubulação de curso d'água no imóvel de propriedade da empresa AMIL Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 08.195.697/0001-05, localizado na Rua Abraão de Souza e Silva, bairro Bateas, Brusque - SC, registrado no Ofício de Registros de Imóveis desta comarca, livro 2-A, matrículas nº 17.740 e 41.755, destinado a instalação do Aeródromo Fazenda Aéro-Amil..

Art. 2º Será de inteira responsabilidade da empresa AMIL Empreendimentos e Participações Ltda. a execução do empreendimento.

Art. 3º Integram o presente decreto, a deliberação favorável do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, Memorando nº 040/2014 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, e Memorando nº 206/2014 da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Art. 4º A presente declaração de utilidade pública não supre a deliberação de outras entidades da administração pública sobre assuntos de sua competência.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque,
em 14 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

JORGE LUIZ RAMOS
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

DIEGO FURTADO
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUN-
DEMA

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.531, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO nº 7.531, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, no art. 82, inciso IV, e

Considerando as Resoluções CONSEMA nº 13/2012 e CONAMA nº 369/2006 que define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental;

Considerando o requerimento formulado pelo Sr. Fernando Heil, no qual requer a expedição de decreto de interesse público, visando a execução de obras necessárias para tubulação de curso d'água existente ao lado do Catarina Moda Shopping, situado na Rodovia Ivo Silveira, bairro Bateas, no município de Brusque/SC;

Considerando o Relatório Técnico apresentado sobre a alta contaminação da água correndo a céu aberto, próximo à residências, igreja, escola, creche, shopping e posto de saúde em construção;

Considerando o posicionamento favorável da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, quanto às obras necessárias para a tubulação do curso d'água;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, com base na Resolução CONAMA 369, de 28 de março de 2006, que excepcionalmente prevê a intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, as obras necessárias para tubulação de curso d'água existente ao lado do Catarina Moda Shopping, situado na Rodovia Ivo Silveira, bairro Bateas, no município de Brusque/SC.

Art. 2º Integram o presente decreto, o Memorando nº 216/2014 da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Art. 3º A presente declaração de utilidade pública não supre a deliberação de outras entidades da administração pública sobre assuntos de sua competência.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque,
em 14 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

DIEGO FURTADO
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUN-
DEMA

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.532, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.532, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.65.00 Média e Alta Complexidade
VALOR R\$ 220.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 270.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.65.00	Média e Alta Complexidade
Valor Orçado	R\$ 11.280.590,00
Valor arrecadado até a data de 14/11/2014.	R\$ 17.110.684,36
Excesso de Arrecadação até 14/11/2014	R\$ 5.830.094,36
Provável Excesso de arrecadação utilizado Decreto 7.474 de 31/07/2014	R\$ 5.600.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 230.094,36

II - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR 270.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque,
14 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária Municipal de Saúde

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.785, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.785, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui o Dia do Luteranismo no Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Brusque aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município, o Dia do Luteranismo, a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.787, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.787, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 2591/02 que denominou a Rua Andrino Bento Amorim.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Lei nº 2591/02 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada Rua Andrino Bento Amorim, a via pública com início no cruzamento das Ruas Sebastião Buttchevits, identificada como SC-036 e José Erbs e término na Rua Alberto Knop.
Art. 2º A artéria denominada possui a extensão de 615,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para cada lado."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.788, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI nº 3.788, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA MARIA CAZAGRANDA CLEMER, a via classificada como AZ-032, transversal da Rua Padre Antônio Einsing, bairro Azambuja, localizada a 25,00 metros - sentido bairro/centro - antes da Rua Dante Bragatto.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 130,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.786, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI nº 3.786, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ARI JACOB GOMES, a via classificada como SP-056 (Loteamento Bosque das Palmeiras), transversal da Rua São Pedro, bairro São Pedro, localizada a 200,00 metros - sentido bairro/centro - depois da Rua Santa Clara.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 654,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.789, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.789, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA LUIZ MAFRA, a Rua 4000 (Loteamento Residencial Guilherme Kreidlow), transversal da Rua 1000 ligando até a Rua dos Pinheiros, bairro Águas Claras.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 96,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.790, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.790, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA MANOEL JOSÉ DA CUNHA, a via classificada como RB-024, transversal da Rua Varginha, bairro Rio Branco, localizada a 45,00 metros - sentido bairro/centro - depois da rua identificada RB-020.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 75,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.791, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.791, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA IVAN DE AVIZ, a via classificada como Rua CD-007, transversal da Rua Alberto Klabunde, bairro Cedrinho, localizada a 45,00 metros - sentido bairro/centro - depois da Rua Guilherme de Mello.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 141,18 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.792, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.792, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DOMINGOS FANTINI, a via classificada como Rua SP-014, transversal da Rua Arthur Fischer, bairro São Pedro, localizada a 230,00 metros - sentido bairro/centro da Rua São Leopoldo.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 84,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.793, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI nº 3.793, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a indenizar os danos causados nas edificações localizadas nos bairros Azambuja e Limeira, em virtude das obras do PAC - Macrodrenagem, conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar os danos causados nas edificações localizadas nos bairros Azambuja e Limeira, em virtude das obras do PAC - Macrodrenagem, conforme específica, pelo valor total de R\$ 454.191,48 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e um reais e quarenta e oito centavos):

Proprietário	C.P.F.	Endereço	Valor (R\$)
1. Antônio Diomar Paloschi	344.979.359-49	Rua Azambuja, nº 461 – apto E-07.	1.078,17
2. Astha Bartelt Ullrich	041.320.699-82	Rua Azambuja, s/nº.	12.252,55
3. Avelazio Felipe Sestrem	159.340.989-34	Rua Azambuja, nº 835.	41.894,41
4. Elenir Tormena dos Santos	767.873.629-00	Rua Azambuja, nº 829.	56.615,95
5. Inês Kohler	987.092.169-87	Rua Azambuja, nº 342.	34.192,05
6. Iria da Veiga	036.082.089-17	Rua Azambuja, nº 827.	12.572,63
7. Ivone Schulenburg Müller	480.702.119-20	Rua Azambuja, nº 236.	4.237,88
8. José Maurício	181.802.649-04	Rua Azambuja, nº 815.	6.933,06
9. Laurici de Souza Fischer	376.151.229-53	Rua Azambuja, nº 500.	27.985,34
10. Luiz Carlos Vanolli	376.216.889-04	Rua Azambuja, nº 598.	42.974,91
11. Maicon Maurílio Motta	887.054.209-20	Rua Azambuja, nº 416.	34.138,69
12. Maria Sueli Severi	714.300.089-20	Rua Azambuja, nº 495.	4.015,95
13. Marlete Maria Knihg Hingst	256.922.249-68	Rua Azambuja, nº 630.	55.834,53
14. Marli Maria Maestri	932.035.949-00	Rua Azambuja, nº 856.	24.383,40
15. Maura Maria das Graças Tormena	691.288.559-49	Rua Azambuja, nº 452.	16.832,58
16. Olga Tolentina da Silva	180.357.609-04	Rua Azambuja, nº 281.	21.284,45
17. Orcimar de Mello	586.846.209-25	Rua Azambuja, nº 392.	23.673,58
18. Solange Sagas	020.053.659-12	Rua Pedro Cabral, nº 497, bairro Azambuja.	1.049,10
19. Sonia Marise dos Santos	505.068.039-53	Rua Azambuja, s/nº.	1.126,54
20. João Batista de Oliveira	976.358.209-15	Rua Luiz Bertoldi, nº 300, bairro Limeira.	31.115,71

Parágrafo único. O pagamento da indenização será realizado nos termos dos acordos celebrados, e demais documentos, que pas- sam a fazer parte da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2.361/2014

PORTARIA Nº 2.361/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno, a pedido, ao Servidor ALICIO SCHIESEL, no cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na data de 01/11/2014, nos termos do § 1º, do Art. 137, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2014, revogado-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,
31 de Outubro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2014.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.386/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.386/2014

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Maria Luisa Fagundes Ghislandi

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 218/2014, benefício de Aposentadoria Voluntária a MARIA LUISA FAGUNDES GHISLANDI, CPF 607.406.049-53.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/11/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,
em 5 de Novembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2.456/2014

PORTARIA Nº 2.456/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 138/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Gislaine Zancanella, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável ÂNGELA DE FÁTIMA FLORIANO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, lotada na EEF Pe. Vendelino Wiemes, para a EEF Pe. Theodoro Becker.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2457/2014

PORTARIA Nº 2457/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor LARINETE DE FÁTIMA CHAGAS DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 14/11/2014 a 11/02/2015, referente aos períodos aquisitivos de 06/08/2007 a 05/08/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24.523

PORTARIA Nº 24.523, de 12 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 13/08/2014 a 12/09/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
12998	Alessandra Boeira	EMEB Morada do Sol	01 dia
12919	Edneia Carla Correa	EMEB Morada do Sol	½ dia
13495	Eliane de Souza Luz dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia
13216	Flavia Regina Machado	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
3378	Iliane Silvia Pa-gotto Santos	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13482	Iolanda Moreira	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
12905	Jailson de Oliveira	EMEB Morada do Sol	1 dia
12964	Joel Caetano	EMEB Morada do Sol	½ dia
1302	José Osni Garipuna	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13109	Keila Aparecida Bronner	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
13052	Luciana Aparecida Weber	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13241	Mellina Pereira Scalabrin	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13459	Michelli Pires Goes	EMEB Morada do Sol	½ dia
2179	Natalia Mussak	EMEB Castelhana	02 dias
10446	Nelci de Jesus de Oliveira Balduino	EMEB Hilda Granemann de Souza	09 dias
12956	Ricardo Kinal	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
8428	Roseli Bora	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.641

PORTARIA Nº 24.641, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

CESSAR TODOS OS EFEITOS da Portaria nº 22.845, de 29 de Julho de 2013, que deferiu a averbação de tempo de serviço vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para efeitos de aposentadoria, do Servidor Público Municipal ARION MARÇAL SANTOS, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, ocupante do cargo de Operador de Manutenção de Edificações Públicas.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.197/2014

DECRETO nº 6.197, de 10 de novembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Divisão de Segurança Pública, na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Funcional: 06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch - SECRETÁRIO DA FAZENDA

AVISO DE LICITAÇÃO PR 92-2014 - PREFEITURA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO ZERO QUILOMETRO
CABINE DUPLA 4X2, PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE
INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 02/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 02/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 13 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR CNPJ: 00.284.689/0001-23 RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139 C.E.P.: 89500-000 - Caçador - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP Processo Administrativo: 23/2014 Processo de Licitação: 23/2014 Data do Processo: 29/10/2014
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 11/2014 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente à reforma do prédio onde está instalada a sede da Câmara Municipal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico/Executivo e demais Anexos deste Edital.

Na data aprazada para recebimento dos envelopes e julgamento do certame, a Comissão especial designada pela Portaria 44/2014 reuniu-se no local designado pelo Edital constatando que não houveram licitantes presentes, tampouco foi recebido qualquer envelope pelo correio até a data limite prevista. Sendo assim, a Comissão Especial, através de seu presidente, decidiu DECLARAR

DESERTO o presente processo licitatório, encaminhado à Autoridade Competente para despacho acerca de republicação ou readequação dos termos do edital.

Caçador, 14 de Novembro de 2014 COMISSÃO:

José Ari Lins - - Membro

Daniele Alves Schnoor - - Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Juliana Maciel Kohl	- - Advogada
Daniela Marques de Oliveira	- - Controle Interno

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA NR.: 2 / 2014

	ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR CNPJ: 00.284.689/0001-23 RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139 C.E.P.: 89500-000 - Caçador - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP Processo Administrativo: 23/2014 Processo de Licitação: 23/2014 Data do Processo: 29/10/2014
Objeto:	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente à reforma do prédio onde está instalada a sede da Câmara Municipal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico/Executivo e demais Anexos deste Edital.	
Motivo:	NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2014 Considerando os termos da ata da sessão de julgamento elaborada e assinada pela Comissão Especial de Licitação, ACOLHO a declaração de que o processo foi DESERTO e DETERMINO a republicação do edital de tomada de preço, nos termos já existentes, concedendo-se o prazo legal mínimo de 15 dias entre a data de publicação e a data de abertura do próximo certame. Caçador, 14 de Novembro de 2014----- Wilson Luiz Binotto Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC	

Camboriú**PREFEITURA****PR 37/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2014-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME A DEMANDA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:30 horas do dia 01º (Primeiro) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 87/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 087/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 050/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO HORA/MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/11/2015

1ª Publicação.

Campo Alegre**PREFEITURA****DECRETO Nº 73/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979**

DECRETO Nº 73/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 72/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 72/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 71/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 71/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 70/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 70/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 69/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 69/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 68/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 68/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 67/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 67/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 66/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 66/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 65/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 65/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 64/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 64/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 63/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 63/79

NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTAS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº 05/79.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 62/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 62/79

NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTAS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº 04/79.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 61/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 61/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DO SEGUINTE PROJETO DE ATIVIDADE DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 60/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 60/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOS SEGUINTE PROJETO DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 59/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 59/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOS SEGUINTE PROJETO DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 58/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 58/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 57/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 57/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 56/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 56/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 55/79 DE 25 DE JULHO DE 1979

DECRETO Nº 55/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de julho de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e cinco dias do mês de julho de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 54/79 DE 02 DE JULHO DE 1979

DECRETO Nº 54/79

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A ESCRITURARIA DESTA PREFEITU-
RA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
dois dias do mês de julho de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 53/79 DE 19 DE JUNHO DE 1979

DECRETO Nº 53/79

CRIA JARDIM DE INFÂNCIA DENOMINADO PROFESSORA MARIA
DA GLÓRIA PEREIRA KROLL, NA LOCALIDADE DE FRAGOSOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de junho de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
dezenove dias do mês de junho de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 52/79 DE 19 DE JUNHO DE 1979

DECRETO Nº 52/79

CRIA JARDIM DE INFÂNCIA DENOMINADO CHAPÉUZINHO VER-
MELHO, NA LOCALIDADE DE BATEAIS DE BAIXO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de junho de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
dezenove dias do mês de junho de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 51/79 DE 29 DE MARÇO DE 1979

DECRETO Nº 51/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO FINANCIAMENTO
OBTIDO A BESC FINANCEIRA AS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e nove dias do mês de março de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 50/79 DE 03 DE MARÇO DE 1979

DECRETO Nº 50/79

HOMOLOGA CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de março de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de março de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 49/79 DE 02 DE JANEIRO DE 1979

DECRETO Nº 49/79

NOMEIA SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 48/78 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978

DECRETO Nº 48/78

ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1979".

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 47/78 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978

DECRETO Nº 47/78

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 46/78 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978

DECRETO Nº 46/78

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO A BESC FINANCEIRA S.A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 45/78 DE 23 DE JUNHO DE 1978

DECRETO Nº 45/78

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de junho de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de abril de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 44/78 DE 23 DE JUNHO DE 1978

DECRETO Nº 44/78

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREAS DE TERRAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de junho de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de junho de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 43/78 DE 13 DE JUNHO DE 1978

DECRETO Nº 43/78

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREAS DE TERRAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de junho de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 42/78 DE 04 DE ABRIL DE 1978

DECRETO Nº 42/78

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de abril de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de abril de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 41/78 DE 04 DE ABRIL DE 1978

DECRETO Nº 41/78

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE J.H.J EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de abril de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de abril de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 40/78 DE 30 DE MARÇO DE 1978

DECRETO Nº 40/78

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE DOS IMPOSTOS E TAXAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de março de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de março de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 39/78 DE 15 DE MARÇO DE 1978

DECRETO Nº 39/78

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO JULGADORA DE POSTAS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº 02/78.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 38/78 DE 23 DE JANEIRO DE 1978

DECRETO Nº 38/78

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO JULGADORA DE POSTAS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº 01/78.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de janeiro de 1978.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de janeiro de 1978.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 37/77 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 37/77

ESTABELECE CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA APURAÇÃO DOS VALORES VENAIOS DOS IMÓVEIS SITUADOS NO PERÍMETRO URBANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 36/77 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 36/77

ESTABELECE CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA APURAÇÃO DOS VALORES VENAIIS DOS IMÓVEIS SITUADOS NO PERÍMETRO URBANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 35/77 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 35/77

ALTERA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1978.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 34/77 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 34/77

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 33/77 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 33/77

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de outubro de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 31/77 DE 20 DE JUNHO DE 1977

DECRETO Nº 31/77

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 30/77 DE 20 DE JUNHO DE 1977

DECRETO Nº 30/77

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO JULGADORA DAS PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DE ESPORTES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 27/77 DE 29 DE ABRIL DE 1977

DECRETO Nº 27/77

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de abril de 1977.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 26/77 DE 10 DE MARÇO DE 1977

DECRETO Nº 26/77

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 25/77 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1977

DECRETO Nº 25/77

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 24/77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1977

DECRETO Nº 24/77

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 23/77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1977

DECRETO Nº 23/77

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUPERVISORA MUNICIPAL DE ENSINO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 22/77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1977

DECRETO Nº 22/77

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 21/77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1977

DECRETO Nº 21/77

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUPERVISORA DO MOBILAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 20/77 DE 28 DE JANEIRO DE 1977

DECRETO Nº 20/77

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 1977.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 1977.
OLDEMAR DUVOISIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

vinte e oito dias do mês de janeiro de 1977.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 19/77 DE 03 DE JANEIRO DE 1977

DECRETO Nº 19/77

ABRE CRÉDITO POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE PROGRAMA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de janeiro de 1977.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de janeiro de 1977.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 17/76 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976

DECRETO Nº 17/76

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO DIVERSAS ÁREAS DE TERRAS E PRÉDIOS ESCOLARES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1977.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1976.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 16/76 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976

DECRETO Nº 16/76

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ITEM DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1977.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1976.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 15/76 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1976

DECRETO Nº 15/76

ALTERA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1977.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de dezembro de 1977.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1976.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 14/75 DE 23 DE JULHO DE 1976

DECRETO Nº 14/75

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de julho de 1975.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de julho de 1975.

ROSE MARI DUMS

Secretária

DECRETO Nº 13/75 DE 10 DE JULHO DE 1975

DECRETO Nº 13/75

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de julho de 1975.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de julho de 1975.

ROSE MARI DUMS

Secretária

DECRETO Nº 12/75 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1976

DECRETO Nº 12/75

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO FISCAL GERAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1975.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1975.

ROSE MARI DUMS

Secretária

DECRETO Nº 11/75 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1976

DECRETO Nº 11/75

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1975.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1975.

ROSE MARI DUMS

Secretária

DECRETO Nº 10/75 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1976

DECRETO Nº 10/75

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO DIRETOR DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1975.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1975.

ROSE MARI DUMS

Secretária

DECRETO Nº 09/74 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974

DECRETO Nº 09/74

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DESTA PREFEITURA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 08/74 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974

DECRETO Nº 08/74

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO REALIZADO COM O BANCO DO BRASIL S/A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 07/74 DE 05 DE SETEMBRO DE 1974

DECRETO Nº 07/74

CONCEDE APOSENTADORIA A PROFESSORA FRANSCISCA FARIAS BUENO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 06/74 DE 05 DE SETEMBRO DE 1974

DECRETO Nº 06/74

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E NOMEIA OS MEMBROS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 05/74 DE 05 DE SETEMBRO DE 1974

DECRETO Nº 05/74

ORGANIZA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 04/74 DE 01 DE JUNHO DE 1974

DECRETO Nº 04/74

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO NÍVEL 19.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 03/74 DE 03 DE JUNHO DE 1974

DECRETO Nº 03/74

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO NÍVEL 19.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1974.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 02/74 DE 22 DE ABRIL DE 1974

DECRETO Nº 02/74

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1974.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 01/74 DE 22 DE ABRIL DE 1974

DECRETO Nº 01/74

DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MÓRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1974.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1974.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 04/73 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DECRETO Nº 04/73

DISPÕE SOBRE BASE DE CÁLCULO PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1973.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1973.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 03/73 DE 19 DE ABRIL DE 1973

DECRETO Nº 03/73

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO PADRÃO 36.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de abril de 1973.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de abril de 1973.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 02/73 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1973

DECRETO Nº 02/73

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTADO DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1973.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1973.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 01/73 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1973

DECRETO Nº 01/73

EXONERA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTADO DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1973.

OLDEMAR DUVOISIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1973.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 113 DE 01 DE JUNHO DE 1968

DECRETO Nº 0113

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO A TÍTULO PRECÁRIO - LAURO SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1968.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1968.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 112 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1967

DECRETO Nº 0112

ESTABELECE CRITÉRIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA E DESPESA PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 1968.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de novembro de 1967.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1967.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 111 DE 22 DE MARÇO DE 1967

DECRETO Nº 0111

APROVA REGULAMENTO DE IMPOSTOS SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1967.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1967.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 110 DE 22 DE MARÇO DE 1967

DECRETO Nº 0110

APROVA REGULAMENTO DO IMPOSTO SÔBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1967.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1967.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 109 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1966

DECRETO Nº 0109

ESTABELECE CRITÉRIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA E DESPESA PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 1967.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de dezembro de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 108 DE 15 DE SETEMBRO DE 1966

DECRETO Nº 0108

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de setembro de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
quinze dias do mês de setembro de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 107 DE 15 DE SETEMBRO DE 1966

DECRETO Nº 0107

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de setembro de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
quinze dias do mês de setembro de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 106 DE 31 DE AGOSTO DE 1966

DECRETO Nº 0106

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
trinta e um dias do mês de agosto de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 105 DE 05 DE AGOSTO DE 1966

DECRETO Nº 0105

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de agosto de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de agosto de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 104 DE 05 DE AGOSTO DE 1966

DECRETO Nº 0104

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de agosto de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de agosto de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 103 DE 05 DE AGOSTO DE 1966

DECRETO Nº 0103

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de agosto de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de agosto de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 102 DE 24 DE JANEIRO DE 1966

DECRETO Nº 0102

PRORROGA ATÉ O DIA 05 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO O
PRAZO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS
SEM MULTAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de janeiro de 1966.

BENTO SYLVIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e quatro dias do mês de janeiro de 1966.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 101 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1965

DECRETO Nº 0101

ESTABELECE CRITÉRIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA E DESPESA PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 1966.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1965.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1965.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 100 DE 31 DE AGOSTO DE 1965

DECRETO Nº 0100

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1965.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1965.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 099 DE 08 DE JULHO DE 1965

DECRETO Nº 0099

ESTABELECE VALORES MÍNIMOS DA TABELA FIXADA ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 168 DE 29 DE OUTUBRO DE 1962.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de julho de 1965.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de julho de 1965.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 098 DE 10 DE AGOSTO DE 1964

DECRETO Nº 0098

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de agosto de 1964.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de janeiro de 1964.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 097 DE 02 DE JANEIRO DE 1964

DECRETO Nº 0097

DISPÕE SOBRE TABELA DE CLASSES PARA A COBRANÇA DE IMPOSTO TERRITORIAL URBANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1964.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1964.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 096 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1963

DECRETO Nº 0096

ESTABELECE A COBRANÇA DE RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1963.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de dezembro de 1963.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de dezembro de 1963.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 095 DE 25 DE SETEMBRO DE 1963

DECRETO Nº 0095

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1963.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1963.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 094 DE 25 DE SETEMBRO DE 1963

DECRETO Nº 0094

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1963.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1963.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 092 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1962

DECRETO Nº 0092

ESTABELECE A COBRANÇA DE RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1963.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1962.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1962.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 091 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1961

DECRETO Nº 0091

ESTABELECE A COBRANÇA DE RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1961.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1961.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1961.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 090 DE 03 DE ABRIL DE 1961

DECRETO Nº 0090

CONCEDE PRAZO DE 30 DE ABRIL DO CORRENTE EXERCÍCIO PARA PAGAMENTO DOS CRÉDITOS DA FAZENDA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de abril de 1961.

MIGUEL KOTOVICZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1961.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 089 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1960

DECRETO Nº 0089

ESTABELECE COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1961.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 088 DE 23 DE AGOSTO DE 1960

DECRETO Nº 0088

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de agosto de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de agosto de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 087 DE 30 DE JUNHO DE 1960

DECRETO Nº 0087

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO - DIRCÉIA DUARTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PREGÃO ELETRÔNICO 24/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2014 FMS

A licitação tem como objeto a aquisição de computadores para sala de vacinação do município, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	3	CJ	Microcomputador com as seguintes características mínimas: 1) Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB; 2) Processador Intel i5 3ª geração; 3) BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete; 4) DDR3 SDRAM 4GB, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GB; 5) Unidade de DVD-RW, SATA; 6) Unidade de disco rígido com capacidade de 500 GB, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm; 7) Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT 2, conector nativo mini-din ou USB; 8) Mouse 400 dpi, dois botões, óptico, interface USB ou PS/2; 9) Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 17" SVGA; 10) Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 09, suporte a dois monitores simultâneos; 11) Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2; 12) 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais; 13) Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; 14) Controladora de periféricos integrada a placa mãe; 15) Fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz; 16) Sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 6.600,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 17/11/2014, às 09h45min do dia 27/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 27/11/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 06 - Segurança Pública; Subfunção: 181 - Policiamento; Programa: 50 - Convênio com Polícia Militar e Civil; Projeto: 2.040 - Manut. e Coord. das Ativ. Da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 152 - Recursos Polícia Civil; Código Reduzido: 240.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 17 de novembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 8.667 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.667 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449052.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2014

JEFFERSON TADEU CUNHA AMORIM
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.319 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.319 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE DISTRIBUIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS PARA PROFESSORES, ATENDENTES DE SALA E AGENTE OPERACIONAIS I, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe conferida por Lei em especial ao Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, Resolve:

Art.1º) Ficam à disposição para escolha de vagas para os cargos de Professor I a X, Atendentes de Sala e Agentes Operacionais I, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC;

Art.2º) A Escolha será:

- a) dia 17 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 17:00 horas para Professores I a X;
- b) dia 18 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 12:00 horas para Atendentes de Sala;
- c) dia 18 de dezembro de 2014, das 13:00 horas às 17:00 horas para Agentes Operacionais I.

Art.3º) O critério para classificação dos candidatos será: em ordem de escolha de quem possuir do maior para o menor tempo de serviço público nesta municipalidade.

Art.4º) Para os Profissionais que estão vinculados ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Atendimento Educacional Especializado e Agentes Operacionais I com experiência em Serviço de Merenda Escolar (cozinha) nas Instituições Educacionais, haverá escolha específica com os mesmos critérios que os demais.

Art.5º) A escolha acontecerá no Espaço Cultural Profª. "Sirley Maria Neumann Johanson", sito à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640, Centro neste Município.

Art.6º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2014

JEFFERSON TADEU CUNHA AMORIM
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

RESULTADO PROVISÓRIO COM NOMES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/14

PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014

CAMPOS NOVOS

RESULTADO PROVISÓRIO

Cargo: Fisioterapeuta - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
93	Fernanda Bagatini Stefanis	12	5	5	6,80
99	Patrícia Antunes Kunen	11	4	5	6,20
101	Gisiane Bareta de Mathia	11	4	5	6,20
95	Marília Nunes Godinho	13	1	3	6,00
91	Cheila Cibéli Carezia Fornara	11	4	3	5,80
85	Monaliza dos Santos	11	4	1	5,40
105	Luiza Cristina Leandro	10	4	3	5,40
394	Robson Santos Ferreira Junior	9	5	4	5,40
109	Thaís Gomes de Almeida	10	3	3	5,20
107	Bárbara De Bortoli Gaio	9	4	3	5,00
87	Leonardo Farias Santos	8	4	5	5,00
89	Felipe Gamba Costa	8	2	3	4,20
97	Michelle Geane Mattos	6	5	4	4,20

Cargo: Assistente Social - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
74	Suziane Vieira Sarmiento	17	4	4	8,40
76	Rita Izabel Alves	16	3	4	7,80
88	Maristela Lorenzoni	16	2	4	7,60
72	Nathália Ferreira	14	2	4	6,80
80	Susana Maria Pereira	13	4	4	6,80
167	Joana Vieira França Mene-gatti	13	3	3	6,40

86	Lidiane Delfes Schoenardie	12	4	1	5,80
78	Taiane Aparecida de Almeida	11	2	4	5,60
165	Adriana Fátima Recalcatti	10	3	5	5,60
163	Susana Vieira Sarmiento	12	1	1	5,20
70	Jaiane Rayzel	10	4	2	5,20
169	Ana Paula Quadros	9	3	4	5,00
84	Vania Fernandes Da Silva Bochi	9	2	5	5,00
82	Magdolna Carlesso de Lima	9	3	2	4,60
171	Lizete de Castro Oterbach	6	2	4	3,60
68	Daniela Silvestrin	6	1	3	3,20
66	Carolina Flesch	6	1	2	3,00

Cargo: Fonoaudiólogo - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
596	Tatiane Trindade Santos	16	4	3	7,80

Cargo: Nutricionista - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
592	Ana Christina Martins Recalcatti	18	5	5	9,20
398	Carine Luft	17	4	4	8,40
422	Joana Da Rocha Schreiner	13	4	5	7,00
195	Cristiane Tres	14	2	4	6,80
594	Diane Favretto	13	4	4	6,80
590	Thainan Bernardi Mendes	12	4	4	6,40
588	Karine Silvestrin	12	3	4	6,20
418	Angela Carla Foresti	11	4	5	6,20
404	Angélica Cristina Tramtin	13	0	4	6,00
396	Chaiana Borsoi	11	4	3	5,80
402	Kely da Silva Scussel	10	1	4	5,00
420	Bruna Glemboski Spader	10	0	3	4,60
400	Elizangela Aparecida Delavy Marques	8	1	2	3,80

Cargo: Educador Físico - NASF

Número de identificação	Nome	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
160	Murilo Campagnoni	13	5	2	6,60

Cargo: Técnico em Enfermagem - SAMU

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
589	Patrícia Menezes Ribeiro	16	4	3	7,80
225	Eduardo Janir de Souza	15	4	4	7,60
229	Sirlene de Fátima Langaro	15	2	3	7,00
227	Amir Rodrigo Everling	13	3	4	6,60
235	Alcimar Luft	13	3	3	6,40
233	Elisabete Martineli	13	3	3	6,40
223	Edilsa Cardoso dos Passos	14	3	0	6,20
583	Saionara Rejane Palhano Santos Lemos	12	4	3	6,20
581	Isabela Buzzacaro Bortoli	12	3	4	6,20
231	Fátima Recalcati	12	1	2	5,40
579	Carolina Lima Belmiro Severo	10	3	2	5,00
585	Adriana Tavariol	9	4	2	4,80
587	Sandra Maria Becker Silva	8	3	1	4,00

Cargo: Médico Comunitário - Clínica Geral - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
408	Jéssica Manfro	16	5	4	8,20
600	Cleusa Margareti Franchini Bermudes	15	4	5	7,80
412	Karen Francine Pivetta	14	5	3	7,20
416	Mayara Thays Beckhauser	14	3	4	7,00
406	Graciele Bianchi Marcon	14	3	4	7,00
598	Márcia da Silva Fortunato	12	4	3	6,20
414	Luiza Salvador Shmid	12	3	4	6,20
410	Gustavo Butzge Rubenich	11	5	4	6,20

Cargo: Aux. De Enfermagem Comunitário - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
222	Cleonice da Silva Passos Fagundes	17	3	4	8,20
242	Karine Adreia Varela	16	4	3	7,80
264	Larissa Aparecida Vargas	14	5	4	7,40
197	Thays Aparecida de Baros	10	5	4	5,80
254	Luciana Dias	11	2	2	5,20
221	Lenice Comim Keler	10	3	3	5,20
256	Claudia da Silva Moreira Infeld	9	4	4	5,20
262	Vera Lúcia Antunes	10	3	2	5,00
238	Jaqueline Vicente	9	4	2	4,80
248	Suzemary Doarte	9	4	2	4,80
252	Simara Colts	9	4	2	4,80
244	Roseli Alves da Silva Bizotto	9	2	4	4,80
234	Fabiula de Oliveira Couto	8	4	4	4,80
230	Vania Toniolo Nohatto	8	4	4	4,80
240	Camila Sidely Correa Gauer	8	4	4	4,80
232	Ivone Camargo Fonseca	8	3	4	4,60
236	Priscila Fernandes da Silva	9	3	1	4,40
250	Juliane Lara Cavichon	7	3	4	4,20
260	Aline Aparecida Carneiro de Souza	8	3	1	4,00
268	Jesiane de Oliveira Pinto	7	3	2	3,80
228	Patricia Alves dos Santos	6	3	4	3,80
246	Josiane Cordeiro	6	3	2	3,40
244	Jaíne de Oliveira	6	3	1	3,20
226	Ivete de Oliveira Passos	5	3	3	3,20
258	Paloma da Silva	4	4	3	2,80

Cargo: Aux. De Odontologia Comunitário - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
103	Sônia Aparecida Vargas	13	2	5	6,60

162	Ana Paula Antunes Dorneles	12	3	2	5,80
168	Idete das Graças de Barros Fracaro	11	3	2	5,40
166	Sibéli Angela Bet	11	2	2	5,20
164	Liliane Maria Lopes	9	3	4	5,00

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Sr. Bom Jesus

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
203	Tatiani Ap. P. de Camargo	16	1	4	7,40
470	Diana de Oliveira	15	2	3	7,00
474	Arielli Ribeiro Esteves	15	1	4	7,00
475	Jéssica Luana Salmória	14	4	3	7,00
122	Elizangela A. Scolaro	14	2	4	6,80
477	Fatima Maria Stolfo	13	5	3	6,80
205	Marileide Ap. Buzzacaro	13	3	5	6,80
136	Ana Carla Silva	15	2	1	6,60
472	Francisca H.da Silva Souza	15	1	2	6,60
469	Angela S.R. Lopes	15	0	3	6,60
219	Naiara Teixeira Schéis	13	5	2	6,60
213	Marinez Teles de Souza	15	1	1	6,40
201	Karine de Lima	14	2	2	6,40
199	Sirley AP. da Silva Debastiani	14	1	3	6,40
49	Lediane Ap. Carvalho de Almeida	14	1	3	6,40
53	Neuza T. F. Righes	14	1	3	6,40
112	Patrícia Fernanda Zanchett	14	0	4	6,40
118	Alice Debastiani	14	1	3	6,40
45	Patrícia Tainã Rodrigues	13	4	2	6,40
43	Lilian de Fátima Lopes	14	2	1	6,20
217	Thaise Pereira	12	5	2	6,20
128	Adriana Maria Buzzacaro	13	1	3	6,00
116	Sônia Goreti Martins	12	3	3	6,00

124	Bruna Pelozatto	12	3	2	5,80
473	Adriana de F. A. Gonçalves	12	2	3	5,80
471	Aline F. L. Macedo	12	1	4	5,80
114	Luana de Carvalho Nunes	12	2	2	5,60
134	Beatriz dos Santos	12	2	2	5,60
47	Solange D. N. Carvalho	13	1	0	5,40
215	Luciane Ap. Jacques	12	2	1	5,40
207	Sirlei de F. A. Maciel	11	2	3	5,40
51	Marinez Antunes Telles	11	1	4	5,40
476	Andréia Dias Ribeiro	11	1	3	5,20
480	Julia Marques	11	1	3	5,20
496	Jhenifer Carolina Alves de Souza	11	1	3	5,20
120	Ana Flávia Greski	11	0	4	5,20
126	Claudizita Ap. Grassi	10	1	4	5,00
209	Suzana Rodrigues da Silva	10	2	1	4,60
211	Sonia Ap. Dias Serafin	10	1	2	4,60
478	Cássia N. Z. da Silva	9	2	3	4,60
130	Elizandra Rodrigues da Silva	8	1	2	3,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São Sebastião

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
584	Andressa F. Bargnara	15	4	5	7,80
270	Monalisa M. Pires	15	4	5	7,80
273	Daniele Tesser	17	1	3	7,60
580	Denise S. Frigeri	15	3	5	7,60
582	Erica dos S. Mattos	15	4	2	7,20
275	Elisa Ap. de Moraes Cavichon	14	4	4	7,20
37	Ana Maria de P. Gava	15	3	2	7,00
278	Simone S. de Souza	15	2	2	6,80
321	Tania Ap. S. Barbosa	14	2	4	6,80
313	Vanessa R. de Assunção	16	1	0	6,60
272	Marines T. Cervi Ribeiro	13	3	3	6,40

586	Elizangela Greef	13	2	4	6,40
323	Roze Ap. Teixeira	13	1	5	6,40
31	Gabriela Machado	13	1	3	6,00
601	Maria C. Sampaio	12	4	2	6,00
158	Danieli S. B. da Silva	12	3	2	5,80
276	Vanete Tavares	12	2	3	5,80
277	Dieini A. Bardini	12	1	4	5,80
602	Rejane de Cássia S. Pauli	12	3	1	5,60
274	Rosane Ap. Carpes	12	2	2	5,60
315	Patricia Ap. Velasques Schizzi	11	2	2	5,20
29	Joelma Ap. L. Martins	11	1	2	5,00
27	Cinara F. Carezia	12	0	0	4,80
154	Angelica S. B. P. Mantovani	10	0	3	4,60
35	Juciani Dall Oglio Ribeiro	9	4	1	4,60
156	Janaine Paganine de Mattos	9	1	4	4,60
33	Adriana F. Thibes	9	2	2	4,40
319	Simone C. Correa	8	3	3	4,40
325	Loreci M. dos Santos	9	0	2	4,00
317	Rosemeri L. Bastos	7	1	1	3,20

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Integração

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
123	Ana Aparecida dos Santos	18	1	3	8,00
421	Vanussa Basilio Lessa	16	3	4	7,80
170	Adriane Carvalho	16	3	3	7,60
131	Daniela Glauca Dias Miranda de Melo	16	1	4	7,40
441	Tatiane dos Santos	14	5	4	7,40
143	Marly Aparecida Martins Bugança	14	5	4	7,40
431	Marília Neres da Silva	15	3	3	7,20
328	Mariellen Corrêa de Lima	15	2	4	7,20

439	Leidiane Caroline Rieta de Melo	14	2	5	7,00
145	Rubia Tatiane Pelissari	15	3	2	7,00
157	Leila Moresco Fernandes	16	1	2	7,00
111	Angela Mara Dutra Pinheiro	15	2	2	6,80
119	Josiane Luzia Moreira dos Santos	15	1	3	6,80
135	Ediane Cavagnalli	13	3	5	6,80
127	Juliana de Lima Alves	14	3	2	6,60
129	Janaina dos Santos	12	4	5	6,60
445	Suzana dos Santos	14	3	1	6,40
113	Jéssica Taise Fabiano	14	2	2	6,40
172	Carla Fernanda Velasques	14	2	2	6,40
332	Tatiane Zanão da Silva	14	1	3	6,40
403	Dilvane Conceição da Silva	14	0	4	6,40
405	Juliana Aparecida Maciel Neves	13	4	2	6,40
429	Verônica França Mar	13	3	3	6,40
153	Rosemeri Antunes (22/03/81)	13	3	3	6,40
133	Édina Basílio Lessa	13	2	4	6,40
159	Marcia Rodrigues	13	2	4	6,40
161	Wilza Aparecida Lesse de Carvalho	14	2	1	6,20
415	Marizange-la Fatima Fernandes Buzzacaro	14	0	3	6,20
437	Maria Dirlene Oliveira da Silva	13	3	2	6,20
427	Raquel Machado Canani	13	1	4	6,20
155	Rozimeri Antunes (17/01/1976)	13	0	5	6,20
409	Elizete Saurin Pereira	14	1	1	6,00
419	Suzana Padilha	14	0	2	6,00
151	Simone Luzia Moreira dos Santos	12	3	3	6,00

407	Arlete Izabel Oliveira Schemeder	12	2	4	6,00
115	Juliana Rossi	13	1	2	5,80
417	Leticia Surdi	13	0	3	5,80
447	Maria Daniela dos Santos Cesa	13	0	3	5,80
117	Jeferson Edinei de Campos	12	1	4	5,80
395	Alexandra de Oliveira	12	1	4	5,80
121	Ana Fabiula Correa Gauer	13	0	2	5,60
399	Giane da Silva	12	2	2	5,60
423	Patricia Mutterle da Luz	12	2	1	5,40
63	Vanessa Rodrigues dos Santos	12	2	1	5,40
425	Liliamara Aparecida Moresco	11	3	2	5,40
330	Laura Regiane da Rosa Ribeiro	11	2	3	5,40
149	Lusimone Aparecida Vicente	11	1	4	5,40
443	Thainã da Costa	10	2	3	5,00
397	Jessica Moreira de Barros	10	2	2	4,80
413	Janete Aparecida de Castro	10	2	2	4,80
141	Zélia Alexandre dos Santos	10	0	4	4,80
401	Joseane Aparecida Magagnien	10	2	1	4,60
139	Lucimar Rodrigues dos Reis	10	1	1	4,40
137	Ezeane Fagundes Oleinick	9	2	2	4,40
411	Joice Maria dos Santos	9	2	2	4,40
433	Luana Gabrieli Gois dos Santos	9	2	2	4,40
125	Kelly Paloma dos Santos Pinto	9	1	2	4,20
435	Marcia Francisca de Assis	7	3	3	4,00
147	Luzia Bortoli	7	2	1	3,40

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São José

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
-------------------------	-------	---------------------	-----------	----------------	------

289	Luci T. Domingues	16	2	4	7,60
318	Mariana Pereira da C. da Silva	15	4	4	7,60
58	Emanuelle de Mattos	15	4	3	7,40
60	Jucélia Spader de Mattos	14	4	5	7,40
285	Rosemeri T. Inacio	15	3	2	7,00
291	Valéria de Lima Ferreira	15	2	3	7,00
301	Valéria Dutra	14	4	3	7,00
34	Jhane Pagani de Mattos	14	3	4	7,00
17	Ana Claudia Lopes Cordeiro	15	2	2	6,80
311	Viviane Ap. Rayzel	15	3	0	6,60
32	Camila Henkel	15	2	1	6,60
13	Cleuseni Vieceli	14	1	4	6,60
9	Daiane da Silva Ribeiro	13	3	4	6,60
324	Raquel Fernandes	13	3	4	6,60
11	Delcy S. N. da Silva Varela	14	1	3	6,40
44	Alessandra Ap. dos Santos	13	2	4	6,40
320	Marileide C. M. P.Moraes	13	2	4	6,40
307	Simone Dias Gomes	14	3	0	6,20
316	Lais Ap. de Proença	13	3	2	6,20
46	Grazielle Canal Canpagnoni	14	0	2	6,00
5	Camila Ester Ribeiro	13	1	3	6,00
62	Daiana Escaini	13	2	2	6,00
283	Veronica Ap. Flores	12	3	3	6,00
19	Jandira Ap. Cordeiro	12	2	4	6,00
295	Solange F. de Souza	14	1	0	5,80
322	Loceni F. M. dos Santos Cruz	13	1	2	5,80
303	Lucileia da Silva	13	0	3	5,80
23	Jaqueline Ap. Machado	12	2	3	5,80
293	Maria Julia Flores	12	1	4	5,80
287	Roseli de F. Palhano	12	2	2	5,60
279	Silmara Regina Palhano	12	2	2	5,60

56	Alberto L. de Campos Junior	11	3	2	5,40
40	Claudia Francieli de Souza	11	2	3	5,40
36	Bruna Eduarda Becker	11	2	3	5,40
42	Joice F. Lopes	11	0	5	5,40
15	Janice Alves de Goes	12	0	2	5,20
3	Fabiane de F. F. Lopes	11	1	3	5,20
281	Katiussi Fae Paganini	11	1	3	5,20
21	Daiane Pereira	9	3	4	5,00
297	Lucimara F. da Silva	10	2	2	4,80
48	Jerusa Lemos dos Santos	10	1	2	4,60
38	Jéssica Emanuele de Souza	10	1	2	4,60
299	Margarete A. da Silva Correa	9	2	3	4,60
1	Chayne Lins de Souza	9	2	2	4,40
326	Mariana Antunes de Oliveira	9	2	2	4,40
305	Michelle M. Aguida	10	1	0	4,20
7	Gabriela F. da Silva.	8	1	2	3,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - COHAB

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
430	Dinah Paula A. Gasperin	15	2	4	7,20
218	Cristiane Fortes	15	2	4	7,20
440	Jessica Mislaine P. da Silva	15	2	3	7,00
436	Luciana de O. Moreira	15	2	2	6,80
220	Simone F. da Silva	14	2	4	6,80
214	Ivone A. de S. Carneiro	15	1	2	6,60
426	Ana Carolina Vieira	14	3	2	6,60
189	Silvana M. F. Pinto	13	3	4	6,60
179	Daniele Ortiz de C. Lorentz	12	5	4	6,60
175	Queli P.H. Schimite	14	2	2	6,40
216	Aline Gomes de Oliveira	13	3	3	6,40
181	Tiago Felipe Mai	12	3	4	6,20

185	Angelica Ribeiro	12	4	2	6,00
444	Deise C. Machado	12	1	5	6,00
424	Ivone F. de A. Bresola	13	1	2	5,80
187	Juliana C. R. Menegazzo	12	2	3	5,80
183	Gesiane P. dos Santos	12	3	1	5,60
438	Lurdes Maria de O. Silva	12	3	1	5,60
442	Angelita Ap. Guizani	12	2	1	5,40
177	Ioledi Fabianski	12	1	0	5,00
428	Marilei Rodrigues	11	1	2	5,00
434	Marizete F. Coelho	11	0	3	5,00
432	Gabriele Rodrigues Lemos	10	2	3	5,00
173	Silmara F. da Silva	9	3	3	4,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - CAIC

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
100	Edina Cristina da Silva	18	5	5	9,20
108	Carla R. Correa	17	3	4	8,20
194	Rosa Cristina da Cruz	17	3	3	8,00
200	Jussemara S. Silveira	16	3	3	7,60
182	Laidés Maria Carvalho	16	1	5	7,60
106	Iolete Ribeiro Correa	15	4	4	7,60
204	Viviani Bastos Tonin	15	4	3	7,40
102	Ema Margarete da Silva	15	3	4	7,40
79	Aline F. G. Ceregatti	15	4	2	7,20
71	Daniella F. da Silva	15	2	4	7,20
206	Marilene Antunes de Carvalho	15	1	4	7,00
212	Tania Regina F. de Carvalho	14	4	3	7,00
208	Scheila de Cassia Amaral	15	1	3	6,80
196	Lucineia de Fatima dos Santos	14	3	3	6,80
73	Anieli Mecabo	14	3	3	6,80
104	Cinthia R. Bittencout	14	2	4	6,80
192	Silvana T. Priogol de Souza	14	1	4	6,60

184	Juliana Ap. de Almeida Coteski	13	4	3	6,60
174	Maria Margarete Gonçalves	15	0	2	6,40
253	Marizete F. C. Braghirolli	14	1	3	6,40
245	Ana Lucia P. Moreira	13	2	4	6,40
255	Tatiani Recalcatti	12	3	5	6,40
259	Maiara Erli Ap. dos Santos	13	3	2	6,20
251	Camila Berwig	12	3	4	6,20
67	Ines Teles Valter	13	2	2	6,00
210	Julia Cristina Buzacaro	13	1	3	6,00
180	Juliana Valter	12	1	4	5,80
75	Gabriela C. da Silva	12	1	4	5,80
77	Bruno Kuhnen	11	3	4	5,80
261	Tatiane P. P. Santos	12	2	2	5,60
267	Marta Santos	12	1	3	5,60
110	Andréa Ap. M. da Silva Recalcatti	12	1	3	5,60
190	Paula Carolina O. Araujo	12	0	4	5,60
83	Andréa Antunes Rodrigues	11	3	3	5,60
186	Maria Margarete Bittencourt	11	2	4	5,60
65	Claudia C. S. Delfes	11	2	4	5,60
257	Juliana Dias	11	3	2	5,40
98	Ana Paula A. Betin	11	1	4	5,40
202	Jéssica Tatiane Eger	11	1	3	5,20
265	Mariziani M. Cardozo	11	1	2	5,00
81	Eliane Bortoli Freitas	11	0	2	4,80
247	Bruna N de Moraes	10	2	2	4,80
69	Caroline E. Ribas	10	1	2	4,60
188	Marlene Pedroso	9	2	3	4,60
249	Caren Elis Bartsch	9	1	3	4,40
263	Tainá E. S. Moreira	8	2	3	4,20
94	Adriana de Almeida	8	1	1	3,60
96	Bruna G. Martins	7	2	2	3,60
198	Margarete de F. Delf	7	0	2	3,20

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Nossa Senhora Aparecida

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
387	Andréia Vessaro da Silva	16	4	5	8,20
348	Rosane Patrícia Inácio	16	1	5	7,60
361	Graciele Ap. de Mello Carlesso	15	3	4	7,40
367	Ana Júlia S. da Silva	14	3	5	7,20
356	Vitória Ap. Lopes	16	1	2	7,00
379	Dayane Ap. Saurin	15	2	3	7,00
350	Nair Manoela Gomes	14	4	3	7,00
349	Camila Carolína Mocelin	15	2	2	6,80
340	Rsangel Ap. Lins Mantovani	15	1	3	6,80
390	Maiara Gonçalves Gomes	15	0	4	6,80
351	Deniz Bornagui	14	3	3	6,80
334	Patrícia Paz Seifert	14	3	3	6,80
347	Carlise Pereira de Oliveira	15	1	2	6,60
343	Graciela Brito da Silva	15	1	2	6,60
375	Flávia C. de Souza dos Santos	14	1	4	6,60
370	Liana Sabei de Almeida	13	3	4	6,60
365	Alaércia Luiza Telles	14	2	2	6,40
364	Solange Moreira de Barros	14	2	2	6,40
374	Rafael J. Dalabrida	13	3	3	6,40
368	Maria Caroline Henkel	13	2	4	6,40
344	Lurdes das Graças R. Martins	14	2	1	6,20
371	Jovana Farias Ribeiro	13	2	3	6,20
377	Cibele Terezinha Pinto Nowotny	13	1	4	6,20
336	Lenice Soares dos Santos	12	4	3	6,20
386	Taize Varela	12	4	3	6,20
372	Sonia Iolanda Martins	14	0	2	6,00
355	Aline Ap. de Moraes	13	2	2	6,00

345	Edina do Amaral	13	1	3	6,00
385	Denise Madalena dos Santos	13	0	4	6,00
352	Simone F. F. de Assis	13	0	4	6,00
359	Camila Alexandre de Oliveira	12	3	3	6,00
358	Tatiane Cristina da Silva	12	3	3	6,00
382	Marieli Amaral de Melo	11	5	3	6,00
380	Marilene Garcia	14	1	0	5,80
360	Zeneide L. D. Araujo	13	2	1	5,80
362	Rosa Ap. Z. de Oliveira	13	1	2	5,80
376	Lediane Delfes	11	4	3	5,80
388	Patricia Demarchi	11	3	4	5,80
392	Loreni Ap. de Andrade	11	3	3	5,60
366	Letícia Deon Cristofoli	11	3	3	5,60
369	Dirce B. C. C. Margoti	12	2	1	5,40
354	Loreni Alves Pinto	12	2	1	5,40
373	Carine Aparecida dos Santos	11	3	2	5,40
342	Marina Pratto	12	0	2	5,20
327	Leila Ap. de Andrade	11	1	3	5,20
333	Elizangela G. M. Telles	11	2	1	5,00
384	Lucimara Antunes da Fonseca	11	2	1	5,00
341	Ana Paula Camargo	11	0	3	5,00
353	Juciani Gomes Ramos	11	0	3	5,00
338	Miria Jaqueline de Oliveira	11	1	1	4,80
357	Josiane Garipuna	11	0	2	4,80
331	Carolina Aparecida Martinelli	9	2	4	4,80
329	Edinéia Antoniazzi	9	2	4	4,80
378	Leila Suzana Tolomeotti	10	1	2	4,60
339	Diana Carneiro Souza	9	1	4	4,60
363	Dilma Oliveira da Silva	9	2	2	4,40
346	Rosecléia Atanck Nava	9	2	2	4,40
335	Flavia C. França	10	0	1	4,20

337	Jucelei Ferreira Ribeiro	9	2	1	4,20
Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Santo Antônio					
Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
546	Ariani Izabel Gerhardt Bet	18	3	5	8,80
26	Thaís Eliza Nêris	15	3	4	7,40
597	Ednéia Ana Diehl	15	3	4	7,40
599	Bruna Felicetti Boeira	15	4	2	7,20
28	Marilisa Ganzala	14	4	4	7,20
544	Ilcemara Mocelin Girardi	15	2	3	7,00
24	Karen Aline Santos Ortiz	14	3	4	7,00
549	Danieli Crescêncio	14	3	4	7,00
562	Carine Mocelim	14	3	4	7,00
593	Gilvane T. Becker Santos	15	2	2	6,80
14	Raquel de Camargo	15	1	2	6,60
551	Joslayne Tainá Poleza	14	2	3	6,60
50	Vera Lúcia Gonçalves Walter	13	3	4	6,60
556	Devair Antunes de Souza	12	4	5	6,60
558	Cristiani A. S. Maffioletti	14	2	2	6,40
577	Leandro de Melo da Silva	13	3	3	6,40
20	Luci Antunes Vieira	13	3	3	6,40
572	Domingas Ferreira da Silva Chagas	13	3	3	6,40
553	Geovana Maria Becker Nhoato	14	2	1	6,20
12	Maria Elizabeth Poleza	14	1	2	6,20
569	Leonilda de Fátima Moraes	13	1	4	6,20
568	Delma Aparecida da Silva Mergarefo	12	5	2	6,20
591	Joice Dalpiva	12	4	3	6,20
555	Adriana Vedoy Pinheiro	12	2	5	6,20
560	Angélica Aparecida Da Silva	13	2	2	6,00
595	Carla Rossi	13	2	2	6,00

552	Ana Paula Matos de Jesus	13	0	4	6,00
30	Monique Neis Maurício	12	3	3	6,00
2	Murilo Gabriel de Souza	12	3	3	6,00
565	Sabrina Antunes Carvalho Renosto	13	2	1	5,80
571	Keli Samanta da Silva Moreira	13	0	3	5,80
575	Kênia Kanan-da da Silva Moreira	12	2	3	5,80
570	Francieli da Silva Corrêa	12	2	3	5,80
574	Gisely Besen Pereira	12	1	3	5,60
548	Cremir Dias de Oliveira	12	1	3	5,60
578	Cheila Doarte	11	4	2	5,60
563	Sônia Mara Miguel de Oliveira	11	2	4	5,60
559	Taleska Karine Rodrigues	11	2	4	5,60
564	Jusseana Severo Silveira	11	2	4	5,60
550	Ana Lucia Antunes Palavro	11	1	5	5,60
567	Sirlene Hermes Antunes	11	1	4	5,40
22	Samira Ribeiro	11	1	4	5,40
6	Lucinéia Voll	10	3	4	5,40
554	Andréia D. Cassaniga	10	3	4	5,40
573	Paula Bruna Varela	11	1	3	5,20
4	Sheila Nicole Fernandes de Almeida	10	3	3	5,20
566	Débora Mendes da Silva	10	2	4	5,20
576	Edenilce Toniolo	10	2	3	5,00
16	Miriam Santana Ferreira Spiassi	10	1	4	5,00
557	Monize dos Santos Almeida	9	2	4	4,80
561	Karise Ribas Dambroz	9	3	2	4,60
18	Renata Tormen	9	1	4	4,60
543	Aline Grazielle Santos	9	2	2	4,40
8	Karine Lopes Thibes Nunes	9	0	3	4,20
10	Lori Terezinha Maciel	8	0	2	3,60

RESPOSTA RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO EDITAL 001/14

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.001/2014

RESPOSTA RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO

ASSUNTO: DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO.

ÓRGÃO JULGADOR: COMISSÃO DO CONCURSO E AMPLASC.

RECORRENTE: RAFAEL JOAQUIM DALABRIDA.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - NOSSA SENHORA APARECIDA.

INSCRIÇÃO Nº 16032

Campos Novos, SC, em 13 de novembro de 2014.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do item 16 e subitens do Edital n. 001/2014, a Comissão de Concurso e a AMPLASC (por delegação de competência), passam a analisar as razões recursais que deram ensejo ao questionamento do candidato acima identificado quanto ao resultado preliminar de classificação.

1.1. DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar no mérito das razões recursais, imprescindível a verificação da tempestividade recursal.

Verifica-se que o recurso interposto foi protocolado na data de 12 de novembro de 2014, junto à AMPLASC, entidade promotora do certame. Portanto, verifica-se estar o recurso dentro do prazo estipulado em cláusula editalícia, sendo, pois tempestivo.

1.2. DA ADEQUAÇÃO

Além da tempestividade outros requisitos formais foram analisados para admissibilidade do recurso interposto, tais como: legitimidade, matéria recorrida e clareza na exposição dos fatos.

O recurso interposto foi redigido em formulário próprio, atendendo a forma e demais requisitos constantes do edital. O candidato possui legitimidade recursal. A matéria recorrida possui previsão expressa. Os fatos foram expostos de forma clara.

Ante os requisitos de admissibilidade dispostos nos subitens 16.2 e seguintes, observados pelo recorrente, cumpre-nos dizer que o recurso merece ser CONHECIDO.

Desta forma passa-se a análise de mérito recursal.

2. DO MÉRITO

O recorrente insurge-se contra o resultado preliminar de classificação, alegando que não se inscreveu para concorrer ao cargo pleiteado na condição de portador de necessidades especiais, porém, por possuir tais características, requer a retificação da sua inscrição, para, consequentemente, ser reclassificado nas condições do item 3 e subitens do Edital de Processo Seletivo 001/2014.

Alega que ao realizar a inscrição, cometeu um erro, ao assinalar que não desejava concorrer como portador de necessidades especiais. Eis o alegado pelo candidato *ipsis litteris*:

Eu, Rafael Joaquim Dallabrida, CPF 077.212.589-82, inscrito no concurso com o nº 16032, portador de necessidades especiais (CID 66.8 e 68.1), peço retificação da classificação do mesmo, em virtude de erro de inscrição onde foi assinalado não na opção concorrer a vaga de portador de necessidades. Estando eu nestas condições conforme anexo peço deferimento"

Senão vejamos:

O edital, que necessita se perfectibilizar para poder surtir efeito,

dispõe de pelo menos 3 (três) meios prévios possíveis para o candidato ter sua condição aceita, quais sejam:

- 1- Impugnação do Edital: quando o candidato poderia ter impugnado o edital para fazer retirar a exigência de requerer previamente o benefício de portador de necessidades especiais;
- 2- Recurso contra a inscrição, em que teve sua inscrição homologada na condição de não portador de necessidades especiais; e,
- 3- Ainda seria possível ao candidato, até o término do prazo de inscrições, fazer nova inscrição, escoimada das incorreções que por ventura o candidato viesse a observar, garantindo-lhe assim o seu direito de optar em concorrer amparado pelos benefícios ora pleiteados em sede de recurso.

Denota-se que todas as possibilidades de alteração da inscrição, e foram várias, são de ação única e exclusiva do candidato, que se quedou silente nas fases próprias para tal, transcorrendo todas in albis.

Ressaltamos ainda o que dispõe o item 5.13 do edital:

5.13. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, bem como os requisitos para inscrição, podendo ser indeferida a inscrição daquele que tiver preenchido o requerimento de forma incompleta ou incorreta, bem como se constatado posteriormente serem estas informações inverídicas.

O edital repassa ao candidato a responsabilidade pelos dados fornecidos, pois somente ele pode eleger se pretende ou não concorrer à citada vaga na referida condição.

No ato da inscrição, ao prestar as informações e concluir a inscrição, o candidato afirma serem verdadeiras as informações ali prestadas, dando presunção de verdade aos requisitos ali dispostos.

O pagamento da inscrição e sua homologação, cujo prazo recursal passou fluíu sem interposição do mesmo perfectibilizaram a inscrição do candidato nas condições por ele próprio dispostas, bem como impossibilitou aos demais concorrentes a possibilidade de questionar a necessidade especial do ora recorrente, havendo clara supressão de faze recursal.

Assim, ao não impetrar recurso na fase adequada o candidato abdicou de seu direito, e também cerceou o direito dos demais candidatos em contra razão suas razões recursais no prazo próprio. Nesse sentido, valemo-nos do brocardo latino *nemo auditur propriam turpitudinem allegans* - A ninguém é dado o direito alegrar a própria torpeza em seu proveito.

Aceitar a retificação da inscrição fora do prazo previsto contraria o disposto no edital, que é a "lei do concurso" cujos candidatos ao se inscreverem, declaram que aceitam e se submetem àquelas condições.

3. DA DECISÃO

Assim entende-se que as razões recursais da recorrente não podem prosperar, por estarem em contrariedade com as normas editalícias, bem como por derivarem de erro cometido pelo próprio candidato, não tendo a entidade realizadora do certame cometido qualquer erro na divulgação do resultado provisório, e ainda por ter a entidade seguido rigorosamente à classificação de acordo com as informações prestadas pelos candidatos.

Desta forma a Comissão de Concurso e a AMPLASC entendem não existirem nos fundamentos apresentados elementos capazes ensejar a mudança na ordem de classificação, nem de mudar as condições requeridas pelos candidatos no ato da inscrição.

Ante ao exposto os julgadores CONHECEM do presente recurso e no mérito NEGAM SEU PROVIMENTO, permanecendo inalterado o resultado preliminar de classificação.

Nestes Termos, é a DECISÃO.

Campos Novos, 13 de novembro de 2014.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO
AMPLASC

DECRETO Nº. 7.179/14 DE 14/11/2014 HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº. 001/2014

DECRETO Nº 7.179/14 DE 14/11/2014

HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2014

Nelson Cruz, Prefeito Municipal De Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 100, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2014, conforme descrição constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, SC, 14 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

Prefeitura Municipal de Campos Novos

Processo Seletivo Edital 001/2014

LISTA DE CANDIDATOS APROVADOS

Cargo: Fisioterapeuta - NASF					
Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
93	Fernanda Bagatini Stefanis	12	5	5	6,80
101	Gisiane Bareta de Mathia	11	4	5	6,20
99	Patrícia Antunes Kunen	11	4	5	6,20
95	Marília Nunes Godinho	13	1	3	6,00
91	Cheila Cibéli Carezia Fornara	11	4	3	5,80
85	Monaliza dos Santos	11	4	1	5,40
105	Luiza Cristina Leandro	10	4	3	5,40
394	Robson Santos Ferreira Junior	9	5	4	5,40
109	Thaís Gomes de Almeida	10	3	3	5,20
107	Bárbara De Bortoli Gaio	9	4	3	5,00
87	Leonardo Farias Santos	8	4	5	5,00
89	Felipe Gamba Costa	8	2	3	4,20
97	Michelle Geane Mattos	6	5	4	4,20
Cargo: Assistente Social - NASF					

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
74	Suziane Vieira Sarmiento	17	4	4	8,40
76	Rita Izabel Alves	16	3	4	7,80
88	Maristela Lorenzoni	16	2	4	7,60
72	Nathália Ferreira	14	2	4	6,80
80	Susana Maria Pereira	13	4	4	6,80
167	Joana Vieira França Mene-gatti	13	3	3	6,40
86	Lidiane Delfes Schoenardie	12	4	1	5,80
78	Taiane Aparecida de Almeida	11	2	4	5,60
165	Adriana Fátima Recalcatti	10	3	5	5,60
163	Susana Vieira Sarmiento	12	1	1	5,20
70	Jaiane Rayzel	10	4	2	5,20
169	Ana Paula Quadros	9	3	4	5,00
84	Vania Fernandes Da Silva Bochi	9	2	5	5,00
82	Magdolna Carlesso de Lima	9	3	2	4,60
171	Lizete de Castro Oterbach	6	2	4	3,60
68	Daniela Silvestrin	6	1	3	3,20
66	Carolina Flesch	6	1	2	3,00

Cargo: Fonoaudiólogo - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
596	Tatiane Trindade Santos	16	4	3	7,80

Cargo: Nutricionista - NASF

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
592	Ana Christina Martins Recalcatti	18	5	5	9,20
398	Carine Luft	17	4	4	8,40
422	Joana Da Rocha Schreiner	13	4	5	7,00
195	Cristiane Tres	14	2	4	6,80
594	Diane Favretto	13	4	4	6,80
590	Thainan Bernardi Mendes	12	4	4	6,40
588	Karine Silvestrin	12	3	4	6,20
418	Angela Carla Foresti	11	4	5	6,20

404	Angélica Cristina Tramontin	13	0	4	6,00
396	Chaiana Borsoi	11	4	3	5,80
402	Kely da Silva Scussel	10	1	4	5,00
420	Bruna Glem-boski Spader	10	0	3	4,60
400	Elizangela Aparecida Delavy Marques	8	1	2	3,80

Cargo: Educador Físico - NASF

Número de identificação	Nome	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
160	Murilo Campagnoni	13	5	2	6,60

Cargo: Técnico em Enfermagem - SAMU

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
589	Patrícia Mene-gazzo Ribeiro	16	4	3	7,80
225	Eduardo Janir de Souza	15	4	4	7,60
229	Sirlene de Fátima Langaro	15	2	3	7,00
227	Amir Rodrigo Everling	13	3	4	6,60
233	Elisabete Martineli	13	3	3	6,40
235	Alcimar Luft	13	3	3	6,40
223	Edilsa Cardoso dos Passos	14	3	0	6,20
583	Saionara Rejane Palhano Santos Lemos	12	4	3	6,20
581	Isabela Buzzacaro Bortoli	12	3	4	6,20
231	Fátima Recalcatti	12	1	2	5,40
579	Carolina Lima Belmiro Severo	10	3	2	5,00
585	Adriana Tavarol	9	4	2	4,80
587	Sandra Maria Becker Silva	8	3	1	4,00

Cargo: Médico Comunitário - Clínica Geral - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
408	Jéssica Manfro	16	5	4	8,20
600	Cleusa Margareti Franchini Bermudes	15	4	5	7,80
412	Karen Francine Pivetta	14	5	3	7,20

406	Graciele Bianchi Marcon	14	3	4	7,00
416	Mayara Thays Beckhauser	14	3	4	7,00
598	Márcia da Silva Fortunato	12	4	3	6,20
414	Luiza Salvador Shmid	12	3	4	6,20
410	Gustavo Butzger Rubenich	11	5	4	6,20

Cargo: Aux. De Enfermagem Comunitário - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
222	Cleonice da Silva Passos Fagundes	17	3	4	8,20
242	Karine Adreia Varela	16	4	3	7,80
264	Larissa Aparecida Vargas	14	5	4	7,40
197	Thays Aparecida de Baros	10	5	4	5,80
254	Luciana Dias	11	2	2	5,20
221	Lenice Comim Keler	10	3	3	5,20
256	Claudia da Silva Moreira Infeld	9	4	4	5,20
262	Vera Lúcia Antunes	10	3	2	5,00
252	Simara Colts	9	4	2	4,80
248	Suzemary Doarte	9	4	2	4,80
238	Jaqueline Vicente	9	4	2	4,80
244	Roseli Alves da Silva Bizotto	9	2	4	4,80
234	Fabiula de Oliveira Couto	8	4	4	4,80
230	Vania Toniolo Nohatto	8	4	4	4,80
240	Camila Sidely Correa Gauer	8	4	4	4,80
232	Ivone Camargo Fonseca	8	3	4	4,60
236	Priscila Fernandes da Silva	9	3	1	4,40
250	Juliane Lara Cavichon	7	3	4	4,20
260	Aline Aparecida Carneiro de Souza	8	3	1	4,00
268	Jesiane de Oliveira Pinto	7	3	2	3,80
228	Patricia Alves dos Santos	6	3	4	3,80
246	Josiane Cordeiro	6	3	2	3,40
244	Jaíne de Oliveira	6	3	1	3,20
226	Ivete de Oliveira Passos	5	3	3	3,20
258	Paloma da Silva	4	4	3	2,80

Cargo: Aux. De Odontologia Comunitário - EFS

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
103	Sônia Aparecida Vargas	13	2	5	6,60
162	Ana Paula Antunes Dorneles	12	3	2	5,80
168	Idete das Graças de Barros Fracaro	11	3	2	5,40
166	Sibéli Angela Bet	11	2	2	5,20
164	Liliane Maria Lopes	9	3	4	5,00

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Sr. Bom Jesus

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
203	Tatiani Ap. P. de Camargo	16	1	4	7,40
470	Diana de Oliveira	15	2	3	7,00
474	Arielli Ribeiro Esteves	15	1	4	7,00
475	Jéssica Luana Salmória	14	4	3	7,00
122	Elizangela A. Scolaro	14	2	4	6,80
477	Fatima Maria Stolfo	13	5	3	6,80
205	Marileide Ap. Buzzacaro	13	3	5	6,80
136	Ana Carla Silva	15	2	1	6,60
472	Francisca H. da Silva Souza	15	1	2	6,60
469	Angela S.R. Lopes	15	0	3	6,60
219	Naiara Teixeira Schéis	13	5	2	6,60
213	Marinez Teles de Souza	15	1	1	6,40
201	Karine de Lima	14	2	2	6,40
199	Sirley AP. da Silva Debastiani	14	1	3	6,40
53	Neuza T. F. Righes	14	1	3	6,40
118	Alice Debastiani	14	1	3	6,40
49	Lediane Ap. Carvalho de Almeida	14	1	3	6,40
112	Patrícia Fernanda Zanchett	14	0	4	6,40
45	Patrícia Tainã Rodrigues	13	4	2	6,40

43	Lilian de Fátima Lopes	14	2	1	6,20
217	Thaise Pereira	12	5	2	6,20
128	Adriana Maria Buzzacaro	13	1	3	6,00
116	Sônia Goreti Martins	12	3	3	6,00
124	Bruna Pelozatto	12	3	2	5,80
473	Adriana de F. A. Gonçalves	12	2	3	5,80
471	Aline F. L. Macedo	12	1	4	5,80
114	Luana de Carvalho Nunes	12	2	2	5,60
134	Beatriz dos Santos	12	2	2	5,60
47	Solange D. N. Carvalho	13	1	0	5,40
215	Luciane Ap. Jacques	12	2	1	5,40
207	Sirlei de F. A. Maciel	11	2	3	5,40
51	Marinez Antunes Telles	11	1	4	5,40
496	Jhenifer Carolina Alves de Souza	11	1	3	5,20
480	Julia Marques	11	1	3	5,20
476	Andréia Dias Ribeiro	11	1	3	5,20
120	Ana Flávia Greski	11	0	4	5,20
126	Claudizita Ap. Grassi	10	1	4	5,00
209	Suzana Rodrigues da Silva	10	2	1	4,60
211	Sonia Ap. Dias Serafin	10	1	2	4,60
478	Cássia N. Z. da Silva	9	2	3	4,60
130	Elizandra Rodrigues da Silva	8	1	2	3,80
Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São Sebastião					

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
584	Andressa F. Bargnara	15	4	5	7,80
270	Monalisa M. Pires	15	4	5	7,80
273	Daniele Tesser	17	1	3	7,60
580	Denise S. Frigeri	15	3	5	7,60
582	Erica dos S. Mattos	15	4	2	7,20
275	Elisa Ap. de Moraes Cavichon	14	4	4	7,20
37	Ana Maria de P. Gava	15	3	2	7,00
278	Simone S. de Souza	15	2	2	6,80

321	Tania Ap. S. Barbosa	14	2	4	6,80
313	Vanessa R. de Assunção	16	1	0	6,60
272	Marines T. Cervi Ribeiro	13	3	3	6,40
586	Elizangela Greef	13	2	4	6,40
323	Roze Ap. Teixeira	13	1	5	6,40
31	Gabriela Machado	13	1	3	6,00
601	Maria C. Sampaio	12	4	2	6,00
158	Danieli S. B. da Silva	12	3	2	5,80
276	Vanete Tavares	12	2	3	5,80
277	Dieini A. Bardini	12	1	4	5,80
602	Rejane de Cássia S. Pauli	12	3	1	5,60
274	Rosane Ap. Carpes	12	2	2	5,60
315	Patricia Ap. Velasques Schizzi	11	2	2	5,20
29	Joelma Ap. L. Martins	11	1	2	5,00
27	Cinara F. Carezia	12	0	0	4,80
154	Angelica S. B. P. Mantovani	10	0	3	4,60
35	Juciani Dall Oglio Ribeiro	9	4	1	4,60
156	Janaine Paganine de Mattos	9	1	4	4,60
33	Adriana F. Thibes	9	2	2	4,40
319	Simone C. Correa	8	3	3	4,40
325	Loreci M. dos Santos	9	0	2	4,00
317	Rosemeri L. Bastos	7	1	1	3,20
Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Integração					

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
123	Ana Aparecida dos Santos	18	1	3	8,00
421	Vanussa Basilio Lessa	16	3	4	7,80
170	Adriane Carvalho	16	3	3	7,60
131	Daniela Glauca Dias Miranda de Melo	16	1	4	7,40
143	Marly Aparecida Martins Bugança	14	5	4	7,40
441	Tatiane dos Santos	14	5	4	7,40

431	Marília Neres da Silva	15	3	3	7,20
328	Mariellen Corrêa de Lima	15	2	4	7,20
439	Leidiane Caroline Rieta de Melo	14	2	5	7,00
145	Rubia Tatiane Pelissari	15	3	2	7,00
157	Leila Moresco Fernandes	16	1	2	7,00
111	Angela Mara Dutra Pinheiro	15	2	2	6,80
119	Josiane Luzia Moreira dos Santos	15	1	3	6,80
135	Ediane Cavagnalli	13	3	5	6,80
127	Juliana de Lima Alves	14	3	2	6,60
129	Janaina dos Santos	12	4	5	6,60
445	Suzana dos Santos	14	3	1	6,40
172	Carla Fernanda Velasques	14	2	2	6,40
113	Jéssica Taise Fabiano	14	2	2	6,40
332	Tatiane Zanão da Silva	14	1	3	6,40
403	Dilvane Conceição da Silva	14	0	4	6,40
405	Juliana Aparecida Maciel Neves	13	4	2	6,40
153	Rosemeri Antunes (22/03/81)	13	3	3	6,40
429	Verônica França Mar	13	3	3	6,40
133	Édina Basílio Lessa	13	2	4	6,40
159	Marcia Rodrigues	13	2	4	6,40
161	Wilza Aparecida Lesse de Carvalho	14	2	1	6,20
415	Marizange-la Fatima Fernandes Buzzacaro	14	0	3	6,20
437	Maria Dirlene Oliveira da Silva	13	3	2	6,20
427	Raquel Machado Canani	13	1	4	6,20
155	Rozimeri Antunes (17/01/1976)	13	0	5	6,20
409	Elizete Saurin Pereira	14	1	1	6,00
419	Suzana Padilha	14	0	2	6,00

151	Simone Luzia Moreira dos Santos	12	3	3	6,00
407	Arlete Izabel Oliveira Schleder	12	2	4	6,00
115	Juliana Rossi	13	1	2	5,80
417	Leticia Surdi	13	0	3	5,80
447	Maria Daniela dos Santos Cesa	13	0	3	5,80
395	Alexandra de Oliveira	12	1	4	5,80
117	Jeferson Edinei de Campos	12	1	4	5,80
121	Ana Fabiula Correa Gauer	13	0	2	5,60
399	Giane da Silva	12	2	2	5,60
423	Patricia Mutterle da Luz	12	2	1	5,40
63	Vanessa Rodrigues dos Santos	12	2	1	5,40
425	Lilamara Aparecida Moresco	11	3	2	5,40
330	Laura Regiane da Rosa Ribeiro	11	2	3	5,40
149	Lusimone Aparecida Vicente	11	1	4	5,40
443	Thainã da Costa	10	2	3	5,00
397	Jessica Moreira de Barros	10	2	2	4,80
413	Janete Aparecida de Castro	10	2	2	4,80
141	Zélia Alexandre dos Santos	10	0	4	4,80
401	Joseane Aparecida Magagnien	10	2	1	4,60
139	Lucimar Rodrigues dos Reis	10	1	1	4,40
411	Joice Maria dos Santos	9	2	2	4,40
137	Ezeane Fagundes Oleinick	9	2	2	4,40
433	Luana Gabrieli Gois dos Santos	9	2	2	4,40
125	Kelly Paloma dos Santos Pinto	9	1	2	4,20
435	Marcia Francisca de Assis	7	3	3	4,00
147	Luzia Bortoli	7	2	1	3,40

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São José

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
289	Luci T. Domingues	16	2	4	7,60
318	Mariana Pereira da C. da Silva	15	4	4	7,60
58	Emanuelle de Mattos	15	4	3	7,40
60	Jucélia Spader de Mattos	14	4	5	7,40
285	Rosemeri T. Inacio	15	3	2	7,00
291	Valéria de Lima Ferreira	15	2	3	7,00
301	Valkiria Dutra	14	4	3	7,00
34	Jhane Paganini de Mattos	14	3	4	7,00
17	Ana Claudia Lopes Cordeiro	15	2	2	6,80
311	Viviane Ap. Rayzel	15	3	0	6,60
32	Camila Henkel	15	2	1	6,60
13	Cleuseni Vieceli	14	1	4	6,60
324	Raquel Fernandes	13	3	4	6,60
9	Daiane da Silva Ribeiro	13	3	4	6,60
11	Delcy S. N. da Silva Varela	14	1	3	6,40
44	Alessandra Ap. dos Santos	13	2	4	6,40
320	Marileide C. M. P.Moraes	13	2	4	6,40
307	Simone Dias Gomes	14	3	0	6,20
316	Lais Ap. de Proença	13	3	2	6,20
46	Grazielle Canal Canpagnoni	14	0	2	6,00
5	Camila Ester Ribeiro	13	1	3	6,00
62	Daiana Escaini	13	2	2	6,00
283	Veronica Ap. Flores	12	3	3	6,00
19	Jandira Ap. Cordeiro	12	2	4	6,00
295	Solange F. de Souza	14	1	0	5,80
322	Loceni F. M. dos Santos Cruz	13	1	2	5,80
303	Lucileia da Silva	13	0	3	5,80
23	Jaqueline Ap. Machado	12	2	3	5,80
293	Maria Julia Flores	12	1	4	5,80

287	Roseli de F. Palhano	12	2	2	5,60
279	Silmara Regina Palhano	12	2	2	5,60
56	Alberto L. de Campos Junior	11	3	2	5,40
40	Claudia Francieli de Souza	11	2	3	5,40
36	Bruna Eduarda Becker	11	2	3	5,40
42	Joice F. Lopes	11	0	5	5,40
15	Janice Alves de Goes	12	0	2	5,20
281	Katiussi Fae Paganini	11	1	3	5,20
3	Fabiane de F. F. Lopes	11	1	3	5,20
21	Daiane Pereira	9	3	4	5,00
297	Lucimara F. da Silva	10	2	2	4,80
48	Jerusa Lemos dos Santos	10	1	2	4,60
38	Jéssica Emanuele de Souza	10	1	2	4,60
299	Margarete A. da Silva Correa	9	2	3	4,60
326	Mariana Antunes de Oliveira	9	2	2	4,40
1	Chayne Lins de Souza	9	2	2	4,40
305	Michelle M. Aguida	10	1	0	4,20
7	Gabriela F. da Silva.	8	1	2	3,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - COHAB

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
218	Cristiane Fortes	15	2	4	7,20
430	Dinah Paula A. Gasperin	15	2	4	7,20
440	Jessica Mislaine P. da Silva	15	2	3	7,00
436	Luciana de O. Moreira	15	2	2	6,80
220	Simone F. da Silva	14	2	4	6,80
214	Ivone A. de S. Carneiro	15	1	2	6,60
426	Ana Carolina Vieira	14	3	2	6,60
189	Silvana M. F. Pinto	13	3	4	6,60
179	Daniele Ortiz de C. Lorentz	12	5	4	6,60
175	Queli P.H. Schimite	14	2	2	6,40
216	Aline Gomes de Oliveira	13	3	3	6,40

181	Tiago Felipe Mai	12	3	4	6,20
185	Angelica Ribeiro	12	4	2	6,00
444	Deise C. Machado	12	1	5	6,00
424	Ivone F. de A. Bresola	13	1	2	5,80
187	Juliana C. R. Menegazzo	12	2	3	5,80
438	Lurdes Maria de O. Silva	12	3	1	5,60
183	Gesiane P. dos Santos	12	3	1	5,60
442	Angelita Ap. Guizani	12	2	1	5,40
177	Ioledi Fabianski	12	1	0	5,00
428	Marilei Rodrigues	11	1	2	5,00
434	Marizete F. Coelho	11	0	3	5,00
432	Gabriele Rodrigues Lemos	10	2	3	5,00
173	Silmara F. da Silva	9	3	3	4,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - CAIC

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
100	Edina Cristina da Silva	18	5	5	9,20
108	Carla R. Correa	17	3	4	8,20
194	Rosa Cristina da Cruz	17	3	3	8,00
200	Jussemara S. Silveira	16	3	3	7,60
182	Laidés Maria Carvalho	16	1	5	7,60
106	Ioleté Ribeiro Correa	15	4	4	7,60
204	Viviani Bastos Tonin	15	4	3	7,40
102	Ema Margarete da Silva	15	3	4	7,40
79	Aline F. G. Ceregatti	15	4	2	7,20
71	Daniella F. da Silva	15	2	4	7,20
206	Marilene Antunes de Carvalho	15	1	4	7,00
212	Tania Regina F. de Carvalho	14	4	3	7,00
208	Scheila de Cassia Amaral	15	1	3	6,80
196	Lucineia de Fatima dos Santos	14	3	3	6,80
73	Anieli Mecabo	14	3	3	6,80
104	Cinthia R. Bittencourt	14	2	4	6,80

192	Silvana T. Prigol de Souza	14	1	4	6,60
184	Juliana Ap. de Almeida Coteski	13	4	3	6,60
174	Maria Margarete Gonçalves	15	0	2	6,40
253	Marizete F. C. Braghirolli	14	1	3	6,40
245	Ana Lucia P. Moreira	13	2	4	6,40
255	Tatiani Recalcatti	12	3	5	6,40
259	Maiara Erli Ap. dos Santos	13	3	2	6,20
251	Camila Berwig	12	3	4	6,20
67	Ines Teles Valtér	13	2	2	6,00
210	Julia Cristina Buzacaro	13	1	3	6,00
180	Juliana Valtér	12	1	4	5,80
75	Gabriela C. da Silva	12	1	4	5,80
77	Bruno Kuhnen	11	3	4	5,80
261	Tatiane P. P. Santos	12	2	2	5,60
110	Andréa Ap. M. da Silva Recalcatti	12	1	3	5,60
267	Marta Santos	12	1	3	5,60
190	Paula Carolina O. Araujo	12	0	4	5,60
83	Andréa Antunes Rodrigues	11	3	3	5,60
65	Claudia C. S. Delfes	11	2	4	5,60
186	Maria Margarete Bittencourt	11	2	4	5,60
257	Juliana Dias	11	3	2	5,40
98	Ana Paula A. Betin	11	1	4	5,40
202	Jéssica Tatiane Eger	11	1	3	5,20
265	Mariziani M. Cardozo	11	1	2	5,00
81	Eliane Bortoli Freitas	11	0	2	4,80
247	Bruna N de Moraes	10	2	2	4,80
69	Caroline E. Ribas	10	1	2	4,60
188	Marlene Pedroso	9	2	3	4,60
249	Caren Elis Bartsch	9	1	3	4,40
263	Tainá E. S. Moreira	8	2	3	4,20
94	Adriana de Almeida	8	1	1	3,60
96	Bruna G. Martins	7	2	2	3,60
198	Margarete de F. Delf	7	0	2	3,20

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Nossa Senhora Aparecida

Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
387	Andréia Vessaro da Silva	16	4	5	8,20
348	Rosane Patrícia Inácio	16	1	5	7,60
361	Graciele Ap. de Mello Carlesso	15	3	4	7,40
367	Ana Júlia S. da Silva	14	3	5	7,20
356	Vitória Ap. Lopes	16	1	2	7,00
379	Dayane Ap. Saurin	15	2	3	7,00
350	Nair Manoela Gomes	14	4	3	7,00
349	Camila Carolina Mocelin	15	2	2	6,80
340	Rsangela Ap. Lins Mantovani	15	1	3	6,80
390	Maiara Gonçalves Gomes	15	0	4	6,80
334	Patrícia Paz Seifert	14	3	3	6,80
351	Deniz Bornagui	14	3	3	6,80
347	Carlise Pereira de Oliveira	15	1	2	6,60
343	Graciela Brito da Silva	15	1	2	6,60
375	Flávia C. de Souza dos Santos	14	1	4	6,60
370	Liana Sabei de Almeida	13	3	4	6,60
365	Alaércia Luiza Telles	14	2	2	6,40
364	Solange Moreira de Barros	14	2	2	6,40
374	Rafael J. Dalabrida	13	3	3	6,40
368	Maria Caroline Henkel	13	2	4	6,40
344	Lurdes das Graças R. Martins	14	2	1	6,20
371	Jovana Farias Ribeiro	13	2	3	6,20
377	Cibele Terezinha Pinto Nowotny	13	1	4	6,20
386	Taize Varela	12	4	3	6,20
336	Lenice Soares dos Santos	12	4	3	6,20
372	Sonia Iolanda Martins	14	0	2	6,00
355	Aline Ap. de Moraes	13	2	2	6,00

345	Edina do Amaral	13	1	3	6,00
385	Denise Madalena dos Santos	13	0	4	6,00
352	Simone F. F. de Assis	13	0	4	6,00
359	Camila Alexandre de Oliveira	12	3	3	6,00
358	Tatiane Cristina da Silva	12	3	3	6,00
382	Marieli Amaral de Melo	11	5	3	6,00
380	Marilene Garcia	14	1	0	5,80
360	Zeneide L. D. Araujo	13	2	1	5,80
362	Rosa Ap. Z. de Oliveira	13	1	2	5,80
376	Lediane Delfes	11	4	3	5,80
388	Patricia Demarchi	11	3	4	5,80
366	Letícia Deon Cristofoli	11	3	3	5,60
392	Loreni Ap. de Andrade	11	3	3	5,60
354	Loreni Alves Pinto	12	2	1	5,40
369	Dirce B. C. C. Margoti	12	2	1	5,40
373	Carine Aparecida dos Santos	11	3	2	5,40
342	Marina Pratto	12	0	2	5,20
327	Leila Ap. de Andrade	11	1	3	5,20
384	Lucimara Antunes da Fonseca	11	2	1	5,00
333	Elizangela G. M. Telles	11	2	1	5,00
341	Ana Paula Camargo	11	0	3	5,00
353	Juciani Gomes Ramos	11	0	3	5,00
338	Miria Jaqueline de Oliveira	11	1	1	4,80
357	Josiane Garipuna	11	0	2	4,80
331	Carolina Aparecida Martinelli	9	2	4	4,80
329	Edinéia Antoniazzi	9	2	4	4,80
378	Leila Suzana Tolomeotti	10	1	2	4,60
339	Diana Carneiro Souza	9	1	4	4,60
346	Rosecléia Atanck Nava	9	2	2	4,40
363	Dilma Oliveira da Silva	9	2	2	4,40
335	Flavia C. França	10	0	1	4,20

337	Jucelei Ferreira Ribeiro	9	2	1	4,20
Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Santo Antônio					
Número de identificação	Nomes	Conhec. Específicos	Portugues	Conhec. Gerais	NOTA
546	Ariani Izabel Gerhardt Bet	18	3	5	8,80
597	Ednéia Ana Diehl	15	3	4	7,40
26	Thaís Eliza Nérís	15	3	4	7,40
599	Bruna Felicetti Boeira	15	4	2	7,20
28	Marilisa Ganza	14	4	4	7,20
544	Ilcemara Mocelin Girardi	15	2	3	7,00
562	Carine Mocelim	14	3	4	7,00
24	Karen Aline Santos Ortiz	14	3	4	7,00
549	Danieli Crescêncio	14	3	4	7,00
593	Gilvane T. Becker Santos	15	2	2	6,80
14	Raquel de Camargo	15	1	2	6,60
551	Joslayne Tainá Poleza	14	2	3	6,60
50	Vera Lúcia Gonçalves Walter	13	3	4	6,60
556	Devair Antunes de Souza	12	4	5	6,60
558	Cristiani A. S. Maffioletti	14	2	2	6,40
20	Luci Antunes Vieira	13	3	3	6,40
572	Domingas Ferreira da Silva Chagas	13	3	3	6,40
577	Leandro de Melo da Silva	13	3	3	6,40
553	Geovana Maria Becker Nhoato	14	2	1	6,20
12	Maria Elizabeth Poleza	14	1	2	6,20
569	Leonilda de Fátima Moraes	13	1	4	6,20
568	Delma Aparecida da Silva Mergarefo	12	5	2	6,20
591	Joice Dalpiva	12	4	3	6,20
555	Adriana Vedoy Pinheiro	12	2	5	6,20
560	Angélica Aparecida Da Silva	13	2	2	6,00
595	Carla Rossi	13	2	2	6,00
552	Ana Paula Matos de Jesus	13	0	4	6,00

30	Monique Neis Maurício	12	3	3	6,00
2	Murilo Gabriel de Souza	12	3	3	6,00
565	Sabrina Antunes Carvalho Renosto	13	2	1	5,80
571	Keli Samantha da Silva Moreira	13	0	3	5,80
575	Kênia Kanan-da da Silva Moreira	12	2	3	5,80
570	Francieli da Silva Corrêa	12	2	3	5,80
548	Cremir Dias de Oliveira	12	1	3	5,60
574	Gisely Besen Pereira	12	1	3	5,60
578	Cheila Doarte	11	4	2	5,60
559	Taleska Karine Rodrigues	11	2	4	5,60
563	Sônia Mara Miguel de Oliveira	11	2	4	5,60
564	Jusseana Severo Silveira	11	2	4	5,60
550	Ana Lucia Antunes Palavro	11	1	5	5,60
567	Sirlene Hermes Antunes	11	1	4	5,40
22	Samira Ribeiro	11	1	4	5,40
6	Lucinéia Voll	10	3	4	5,40
554	Andréia D. Cassaniga	10	3	4	5,40
573	Paula Bruna Varela	11	1	3	5,20
4	Sheila Nicole Fernandes de Almeida	10	3	3	5,20
566	Débora Mendes da Silva	10	2	4	5,20
576	Edenilce Tonielo	10	2	3	5,00
16	Miriam Santana Ferreira Spiassi	10	1	4	5,00
557	Monize dos Santos Almeida	9	2	4	4,80
561	Karise Ribas Dambroz	9	3	2	4,60
18	Renata Tormen	9	1	4	4,60
543	Aline Grazielle Santos	9	2	2	4,40
8	Karine Lopes Thibes Nunes	9	0	3	4,20
10	Lori Terezinha Maciel	8	0	2	3,60

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.176/14 DE 11/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.176/14 DE 11/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01-GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 -GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 -Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 04-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas R\$7.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 11 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.177/14 DE 11/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.177/14 DE 11/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 34- FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 -Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

Elementos de despesa: 09-3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000-Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
.....R\$7.200,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos

Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 11 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 18/2014

DECRETO Nº 18/2014

VISA CONCEDER O " TITULO DE CIDADÃ HONORÁRIA CAMPO-NOVENSE" A SENHORA " LIGIA JUDIT SANTOS BRESOLA"

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa Conceder o " Título de CIDADÃ HONORÁRIA CAMPO-NOVENSE " a Senhora "LIGIA JUDIT SANTOS BRESOLA".

Parágrafo único - A Senhora Ligia Judit Santos Bresola, nascida em 29 de abril de 1939, natural do município de Capinzal/SC, filha de Silvio Santos e Rosalina Santin Santos.

Ligia é viúva de Augusto Bresola Filho com o qual teve 5 filhos: Luiz Ricardo, Thays, Marcelo, André e Fábio, 13 netos e uma bisneta. Iniciou suas atividades profissionais como Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Campos Novos no ano de 1962, o qual atua até hoje. Ministra da Igreja Católica, a Senhora Ligia é um ser humano grandioso, rico em potencialidades e cheio de amor ao próximo. Ela é como os grandes sábios, tem a paciência necessária e nunca descrida daquilo que é capaz de tornar real. Em toda a sua caminhada dedica-se incansavelmente a trabalhos voluntários mantendo-se firme em seus propósitos de ajudar a comunidade Camponovense. Com muita alegria no coração ela é um exemplo de força e integridade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 13 de novembro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni

Presidente da Mesa e.e.

BALANCETE MÊS 10/2014**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Página: 1/8

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	5.133.689,70D	397.511,22	588.088,93	4.943.111,99D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1		DISPONIVEL	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	394.419,78D	1.878,54	196.781,79	199.516,53D
1.4		ATIVO PERMANENTE	464.394,28D	2.297,00	0,00	466.691,28D
1.4.2		IMOBILIZADO	464.394,28D	2.297,00	0,00	466.691,28D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	464.394,28D	2.297,00	0,00	466.691,28D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	255.221,68D	2.297,00	0,00	257.518,68D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.24 (9938)	P	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	0,00	2.297,00	0,00	2.297,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	48.372,06D	0,00	0,00	48.372,06D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.274.875,64D	393.335,68	391.307,14	4.276.904,18D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.320.000,00D	0,00	0,00	2.320.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.320.000,00D	0,00	0,00	2.320.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	3.565.000,00D	0,00	0,00	3.565.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.03		CREDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (10311)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.9		DOTACAO CANCELADA/REMANEJADA	1.245.000,00C	0,00	0,00	1.245.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA	1.245.000,00C	0,00	0,00	1.245.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (10322)	O	(R) REDUCCAO	1.245.000,00C	0,00	0,00	1.245.000,00C
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.951.071,64D	392.835,68	390.957,14	1.952.950,18D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.951.071,64D	392.835,68	390.957,14	1.952.950,18D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.951.071,64D	392.835,68	390.957,14	1.952.950,18D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.951.071,64D	392.835,68	390.957,14	1.952.950,18D
1.9.3.2.9.02.01 (18997)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOSA UTILIZAR	377.872,07D	1.878,54	194.175,35	185.575,28D
1.9.3.2.9.02.02 (18998)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	16.589,17D	194.175,35	196.781,79	13.982,73D
1.9.3.2.9.02.03 (18999)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.556.610,40D	196.781,79	0,00	1.753.392,19D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Outubro
Página: 28

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	500,00	350,00	3.954,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.804,00D	500,00	350,00	3.954,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	500,00	350,00	3.954,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	500,00	350,00	3.954,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	500,00	350,00	3.954,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0005 (15061)	C	MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI	0,00	200,00	200,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0010 (18352)	C	ADAVILSON TELLES	0,00	150,00	150,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0021 (36801)	C	RICARDO DAMÁSIO	0,00	150,00	0,00	150,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Página: 38

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.736.474,73C	809.446,90	811.419,00	4.738.446,83C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	147,71C	227.106,47	227.050,03	91,27C
2.1.1		DEPOSITOS	147,71C	32.259,66	32.203,22	91,27C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	147,71C	30.381,12	30.324,68	91,27C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	7.329,58	7.329,58	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	7.329,58	7.329,58	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	391,08C	14.283,98	14.329,66	436,76C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	391,08C	0,00	45,68	436,76C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRFA RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	14.283,98	14.283,98	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	243,37D	8.767,56	8.665,44	345,49D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	243,37D	8.767,56	8.665,44	345,49D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	6.168,64	6.168,64	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIPI - CELULARES	243,37D	274,71	172,59	345,49D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0008 (36636)	F	SICOOB CREDICAMPPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.324,21	2.324,21	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	1.878,54	1.878,54	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	1.878,54	1.878,54	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.878,54	1.878,54	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	194.846,81	194.846,81	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	194.846,81	194.846,81	0,00
2.1.2.1.1		FONECEDORES	0,00	27.704,32	27.704,32	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	27.704,32	27.704,32	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FONECEDORES DO EXERCICIO	0,00	27.704,32	27.704,32	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	117.832,89	117.832,89	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	117.832,89	117.832,89	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	23.977,47	23.977,47	0,00
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	23.977,47	23.977,47	0,00
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	0,00	23.977,47	23.977,47	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	23.977,47	23.977,47	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCICIO	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.274.875,64C	582.340,43	584.368,97	4.276.904,18C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.320.000,00C	581.990,43	581.990,43	2.320.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	780.944,07C	581.990,43	387.143,62	586.097,26C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	780.944,07C	192.296,81	0,00	572.247,26C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	16.400,00C	389.693,62	387.143,62	13.850,00C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.400,00C	194.846,81	192.296,81	13.850,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	0,00	194.846,81	194.846,81	0,00
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	194.846,81	194.846,81	0,00
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	1.539.055,93C	0,00	194.846,81	1.733.902,74C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	1.539.055,93C	0,00	194.846,81	1.733.902,74C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.539.055,93C	0,00	194.846,81	1.733.902,74C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Outubro
Página: 4/8

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	1.539.055,93C	0,00	194.846,81	1.733.902,74C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.951.071,64C	0,00	1.878,54	1.952.950,18C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.951.071,64C	0,00	1.878,54	1.952.950,18C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.951.071,64C	0,00	1.878,54	1.952.950,18C
2.9.9		COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	350,00	500,00	3.954,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	350,00	500,00	3.954,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Página: 58

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.539.055,93D	194.846,81	0,00	1.733.902,74D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.536.113,03D	192.549,81	0,00	1.728.662,84D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.320.443,29D	167.142,49	0,00	1.487.585,78D
3.3.1.9		Aplicações Diretas	1.320.443,29D	167.142,49	0,00	1.487.585,78D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	222.818,88D	25.332,13	0,00	248.151,01D
3.3.1.9.0.01.01 (38829)	F	Proventos - Pessoal Civil	222.818,88D	25.332,13	0,00	248.151,01D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	899.839,33D	117.190,78	0,00	1.017.030,11D
3.3.1.9.0.11.01 (38884)	F	Vencimentos e salários	897.605,22D	116.405,60	0,00	1.014.010,82D
3.3.1.9.0.11.43 (38892)	F	13º salário	2.234,11D	785,18	0,00	3.019,29D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	189.577,50D	23.977,47	0,00	213.554,97D
3.3.1.9.0.13.02 (38872)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	189.577,50D	23.977,47	0,00	213.554,97D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.207,58D	642,11	0,00	8.849,69D
3.3.1.9.0.16.44 (38883)	F	Serviços Extraordinários	8.207,58D	642,11	0,00	8.849,69D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	215.669,74D	25.407,32	0,00	241.077,06D
3.3.3.9		Aplicações Diretas	215.669,74D	25.407,32	0,00	241.077,06D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	29.012,00D	4.800,00	0,00	33.812,00D
3.3.3.9.0.14.14 (40203)	F	Diárias no País - Civil	29.012,00D	4.800,00	0,00	33.812,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	25.299,33D	3.276,12	0,00	28.575,45D
3.3.3.9.0.30.01 (40228)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.327,93D	617,12	0,00	3.945,05D
3.3.3.9.0.30.16 (40243)	F	Material de Expediente	3.533,81D	779,70	0,00	4.313,51D
3.3.3.9.0.30.17 (40244)	F	Material de Processamento de Dados	3.002,00D	396,00	0,00	3.398,00D
3.3.3.9.0.30.21 (40248)	F	Material de Copia e Cozinha	4.637,51D	562,58	0,00	5.200,09D
3.3.3.9.0.30.22 (40249)	F	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	1.030,58D	0,00	0,00	1.030,58D
3.3.3.9.0.30.24 (40251)	F	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.392,00D	0,00	0,00	1.392,00D
3.3.3.9.0.30.26 (40253)	F	Material Elétrico e Eletrônico	976,02D	0,00	0,00	976,02D
3.3.3.9.0.30.39 (40266)	F	Material para Manutenção de Veículos	1.111,80D	427,70	0,00	1.539,50D
3.3.3.9.0.30.49 (40276)	F	Bitnetes de Passagens	1.456,72D	0,00	0,00	1.456,72D
3.3.3.9.0.30.99 (40280)	F	Outros Materiais de Consumo	4.830,96D	493,02	0,00	5.323,98D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.436,73D	700,00	0,00	2.136,73D
3.3.3.9.0.36.30 (40332)	F	Serviços Médicos e Odontológicos	30,00D	0,00	0,00	30,00D
3.3.3.9.0.36.96 (40350)	F	Outros Serviços de Terço-Pessoa Física-Pagto Antec	1.226,73D	500,00	0,00	1.726,73D
3.3.3.9.0.36.98 (40351)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	180,00D	200,00	0,00	380,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	130.561,68D	13.431,20	0,00	144.012,88D
3.3.3.9.0.39.01 (40369)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.870,00D	0,00	0,00	4.870,00D
3.3.3.9.0.39.08 (40376)	F	Manutenção de Software	5.731,00D	647,10	0,00	6.378,10D
3.3.3.9.0.39.11 (40379)	F	Locação de Softwares	9.431,34D	1.280,63	0,00	10.711,97D
3.3.3.9.0.39.16 (40383)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.400,00D	0,00	0,00	1.400,00D
3.3.3.9.0.39.43 (40403)	F	Serviços de Energia Elétrica	8.124,72D	1.239,47	0,00	9.364,19D
3.3.3.9.0.39.44 (40404)	F	Serviços de Água e Esgoto	745,07D	83,24	0,00	828,31D
3.3.3.9.0.39.47 (40407)	F	Serviços de Comunicação em Geral	10.700,00D	1.700,00	0,00	12.400,00D
3.3.3.9.0.39.48 (40408)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	6.343,00D	0,00	0,00	6.343,00D
3.3.3.9.0.39.50 (40410)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	25,00D	0,00	0,00	25,00D
3.3.3.9.0.39.58 (40417)	F	Serviços de Telecomunicações	25.154,88D	3.173,07	0,00	28.327,95D
3.3.3.9.0.39.63 (40422)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	2.780,00D	0,00	0,00	2.780,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Outubro
Página: 68

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.66 (40428)	F	seguros em Geral	5.605,65D	0,00	0,00	5.605,65D
3.3.3.9.0.39.77 (40436)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.088,57D	120,79	0,00	1.189,36D
3.3.3.9.0.39.90 (40446)	F	Serviços de Publicidade Legal	8.949,42D	100,00	0,00	9.049,42D
3.3.3.9.0.39.99 (40453)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	39.653,03D	5.086,90	0,00	44.739,93D
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentação	29.340,00D	3.200,00	0,00	32.540,00D
3.3.3.9.0.46.01 (40459)	F	Auxílio-Alimentação em Pecunia	29.340,00D	3.200,00	0,00	32.540,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	2.942,90D	2.297,00	0,00	5.239,90D
3.4.4		INVESTIMENTOS	2.942,90D	2.297,00	0,00	5.239,90D
3.4.4.9		Aplicações Diretas	2.942,90D	2.297,00	0,00	5.239,90D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	2.942,90D	2.297,00	0,00	5.239,90D
3.4.4.9.0.52.24 (41446)	F	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	0,00	0,00	0,00	2.297,00D
3.4.4.9.0.52.34 (41452)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	159,90D	0,00	0,00	159,90D
3.4.4.9.0.52.35 (41453)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	2.483,00D	0,00	0,00	2.483,00D
3.4.4.9.0.52.42 (41459)	F	Mobiliário em Geral	300,00D	0,00	0,00	300,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Outubro
Página: 78

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Outubro
Página: 88

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	2.397.722,28C	0,00	2.297,00	2.400.019,28C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.936.270,90C	0,00	2.297,00	1.938.567,90C
6.1.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.933.328,00C	0,00	0,00	1.933.328,00C
6.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.933.328,00C	0,00	0,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.933.328,00C	0,00	0,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.933.328,00C	0,00	0,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.933.328,00C	0,00	0,00	1.933.328,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	2.942,90C	0,00	2.297,00	5.239,90C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	2.942,90C	0,00	2.297,00	5.239,90C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	2.942,90C	0,00	2.297,00	5.239,90C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	2.942,90C	0,00	2.297,00	5.239,90C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	2.942,90C	0,00	2.297,00	5.239,90C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
TOTAL:			0,00	1.401.804,93	1.401.804,93	0,00

CAMPOS NOVOS, 12/11/2014

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 28419/O-6

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 49/2014 - FHC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 049/2014. TERMO ADITIVO Nº.004 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº. 001/2014. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Fica alterado para R\$-3,73300 o valor unitário do item "35" (trinta e cinco) da relação anexa ao edital do processo de licitação nº. 06/2013, Pregão Presencial nº. 6/2013 (processo nº. 23/2013, licitação nº. 7/2013-PR), referente ao medicamento cefalotina 1000mg. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

Canelinha (SC), 13 de novembro de 2014.
MARILITA MICHELI GONÇALVES
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 178/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 22/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro, do ano de 2014, às 08h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Cibele Neudorf Batista nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja: empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas Sras. Ieda Maria Alberti, Karina de Cássia Kohler Wendt e Ivete de Souza), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas Sras. Ieda Maria Alberti, Karina de Cássia Kohler Wendt e Ivete de Souza), passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos: Em 1º a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA com o valor global de R\$ 201.145,36 em 2º lugar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de: R\$ 219.125,96. A comissão de licitação considerou a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA vencedora desta licitação com o valor global de: R\$ R\$ 201.145,36. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cibele Neudorf Batista
Membro

Testemunhas:
Ieda Maria Alberti

Karina de C. Kohler Wendt

Ivete de Souza

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 21/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 178/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 22/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro, do ano de 2014, às 11h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Cláudio Henrique Mathias nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja: empresas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, IMPLANTEST CONSTRUTORA e J. LOPES CONSTRUTORA LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas Sras. Ieda Maria Alberti e Ivete de Souza), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, IMPLANTEST CONSTRUTORA e J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas Sras. Ieda Maria Alberti, Karina de Cássia Kohler Wendt e Ivete de Souza), passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, IMPLANTEST CONSTRUTORA e J. LOPES CONSTRUTORA LTDA. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos: Em 1º a empresa SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 243.459,84, em 2º lugar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de: R\$ 249.577,63, em 3º lugar a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA com o valor global de: R\$ 250.987,25, em 4º a empresa J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME com o valor global de: R\$ 257.893,29 e em 5º lugar a empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME com o valor global de: R\$ 264.935,57. A comissão de licitação considerou a empresa a empresa SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 243.459,84. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação, participantes e testemunhas abaixo.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cláudio H. Mathias
Membro

SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Airton José Duarte Júnior

Testemunhas:

Ieda Maria Alberti

Ivete de Souza

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	191/2014	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores:				12.000,00
Licitação.....:	128/2014 - PR		12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO				
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL	AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CBUQ - FAIXA C SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECCÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.					
Objeto.....:							

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 22520	- MASSA ASFÁLTICA CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO Á QUENTE - Unidade: TN						
8719	RODRIGO LUIS HOBI	PROPRIA	50.000	0,0000	240,0000	12.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	- 28.754/SC
VANESSA LANGER -	- CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 13/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/16

Processo / Ano: 16/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 17.080,00				
Licitação.....: 13/2014 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311042413 - <u>TELEVISOR DE LED 32" - Unidade: UN</u>								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	LG	1,000	0,0000	1,976,6741	1,976,67	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 18444 - <u>SUORTE P/ FORNO ELÉTRICO E FORNO MICRO-ONDAS - Unidade: UN</u>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,000	0,0000	97,5224	195,04	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	BRASFORMA	2,000	0,0000	30,0000	60,00	Inabilitado	0
Item.....: 3 - 29407 - <u>BATEDEIRA PLANETÁRIA - Unidade: UN</u>								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARNO	3,000	0,0000	398,7805	1,196,34	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 6551 - <u>MULTIPROCESSADOR - 2 VELOCIDADES + PULSAR - Unidade: UN</u>								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	WALITA	3,000	0,0000	299,0854	897,26	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 5 - 111040534 - TELEVISOR DE LED 40" - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SANSUNG	1,000	0,0000	2.473,3259	2.473,33	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 6 - 39150 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, POTENCIA DE 1500 W, CONFORME ESPEC - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 7 - 311042414 - JARRA ELETRICA 2 LITROS - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	POWNER	2,000	0,0000	99,6951	199,39	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 8 - 10818 - CLIMATIZADOR DE AR - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CONSUL	4,000	0,0000	500,0000	2.000,00	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 9 - 9590 - SUPORTE UNIVERSAL - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	134,9552	134,96	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	NEWPRO	1,000	0,0000	100,0000	100,00	Inabilitado	0

Item.....: 10 - 32561 - CILINDRO ELÉTRICO - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	398,7805	398,78	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ARKE	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 11 - 28824 - ASPIRADOR DE ÁGUA E PÓ 1400W - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	398,7805	398,78	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ELECTROLUX	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 12 - 35877 - FERRO A VAPOR PARA PASSAR ROUPAS - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	179,4512	179,45	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	BRITANIA	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 20218 - ANTENA PARABOLICA COM RECEPTOR E CONTROLE REMOTO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 14 - 27538 - ABRIDOR DE LATAS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	5,9400	5,94	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	1,000	0,0000	5,8000	5,80	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 15 - 9557 - ACÚCAREIRO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,000	0,0000	39,7217	79,44	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	RAVINOX	2,000	0,0000	38,8330	77,67	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 16 - 8495 - BULE - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	79,4534	79,45	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ROYAL	1,000	0,0000	77,6660	77,67	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 17 - 32450 - CHALEIRA EM INOX 03 LTS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	79,4534	79,45	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	RAVINOX	1,000	0,0000	77,6660	77,67	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 18 - 33005 - COLHER GRANDE - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	9,9230	29,77	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	3,000	0,0000	9,7082	29,12	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 19 - 111041809 - CONCHA PARA FEIJÃO GRANDE INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	14,8894	14,89	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	1,000	0,0000	14,5624	14,56	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 20 - 37274 - GARRAFA TERMICA INOX 1.8 LITROS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	109,2522	327,76	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	INVICTA	3,000	0,0000	106,7907	320,37	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 111041768 - FACA DE CARNE GRANDE INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		5,000	0,0000	9,9230	49,62	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	TRAMONTINA	5,000	0,0000	9,7082	48,54	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 22 - 35663 - FACA PARA PÃO, FIO SERRILHADO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	9,9230	9,92	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	TRAMONTINA	1,000	0,0000	9,7082	9,71	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 9886 - POTE P/ GUARDAR ALIMENTOS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	39,7217	119,17	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	IKINCI	3,000	0,0000	38,8330	116,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24 - 9886 - POTE P/ GUARDAR ALIMENTOS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	39,7217	119,17	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	IKINCI	3,000	0,0000	38,8330	116,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 25 - 9749 - RALADOR DE ALIMENTOS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	14,8894	14,89	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	1,000	0,0000	14,5624	14,56	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 26 - 311042415 - JOGO DE LIXEIRA CONTENDO 5 LIXEIRAS 50 LT - Unidade: JOG

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	397,3069	397,31	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	BELOSCH	1,000	0,0000	388,3300	388,33	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 27 - 8600 - TÁBUA DE VIDRO PARA CORTAR TAMANHO 40 X 30CM - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	19,8559	19,86	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MOR	1,000	0,0000	19,4165	19,42	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 28 - 6572 - GARFO DE MESA EM INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		40,000	0,0000	2,9699	118,80	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	40,000	0,0000	2,9125	116,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 29 - 35651 - FACA DE MESA - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		40,000	0,0000	2,9699	118,80	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	40,000	0,0000	2,9125	116,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 30 - 22085 - COLHER DE SOPA EM INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		40,000	0,0000	2,9699	118,80	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	40,000	0,0000	2,9125	116,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 31 - 111041777 - COLHER CAFÉ INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	2,9699	59,40	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	20,000	0,0000	2,9125	58,25	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 21286 - COLHER P/ SOBREMESA - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	2,9699	59,40	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	20,000	0,0000	2,9125	58,25	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 33 - 47654 - TRAVESSA TIPO MARINEX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		5,000	0,0000	29,7888	148,94	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MARINEX	5,000	0,0000	29,1247	145,62	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 34 - 23160 - PRATO FUNDO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	6,9431	138,86	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DURALEX	20,000	0,0000	6,7958	135,92	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 35 - 43809 - PRATO RASO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	6,9431	138,86	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DURALEX	20,000	0,0000	6,7958	135,92	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 36 - 10704 - TACA P/ SOBREMESA - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	1,9767	39,53	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	20,000	0,0000	1,9416	38,83	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 37 - 111041816 - XÍCARA VIDRO CAFÉ - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	6,9431	138,86	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DURALEX	20,000	0,0000	6,7958	135,92	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 38 - 311042417 - ASSADEIRA INOX 28.8X40 CM - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,000	0,0000	69,5205	139,04	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	2,000	0,0000	67,9577	135,92	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 39 - 311042416 - ASSADEIRA EM ALUMINIO ANTIADERENTE 28.8X40.00CM - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	39,7217	39,72	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ROYAL	1,000	0,0000	38,8330	38,83	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 40 - 111041783 - ASSADEIRA PÃO ALUMÍNIO 500G - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	19,8559	59,57	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ROYAL	3,000	0,0000	19,4165	58,25	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/16

Processo / Ano: 16/2014		Processo Administrativo:		17.080,00				
Licitação.....: 13/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41 - 8604 - FORMA PARA PÃO DE QUEIJO - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,000	0,0000	29,7888	59,58	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ZAGO	2,000	0,0000	29,1247	58,25	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 42 - 311042418 - LENÇOL SOLTEIRO C/ ELÁSTICO EM ALGODÃO/POLIÉSTER - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	25,000	0,0000	20,8136	520,34	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	25,000	0,0000	20,8500	521,25	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MERCOSUL	25,000	0,0000	24,8743	621,86	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 43 - 311042420 - FRONHA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, TAM. 45X65CM - VERDE CLARO - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	25,000	0,0000	9,9970	249,93	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	25,000	0,0000	8,5500	213,75	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	RANER	25,000	0,0000	11,9930	299,83	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44 - 10387 - TOALHA DE BANHO, EM ALGODÃO, TAM. 0.86 X 1.50M - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	MABER	25,000	0,0000	7,3858	184,65	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	CATARINENSE	25,000	0,0000	8,9500	223,75	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VALETEX	25,000	0,0000	8,8837	222,09	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 45 - 10386 - TOALHA DE ROSTO, EM ALGODÃO, TAM. 50 X 80CM - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	MABER	25,000	0,0000	3,6556	91,39	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	CATARINENSE	25,000	0,0000	4,4500	111,25	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VALETEx	25,000	0,0000	4,4418	111,05	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 46 - 7620 - EDREDON - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	25,000	0,0000	67,0691	1.676,73	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	25,000	0,0000	66,5000	1.662,50	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MERCOSUL	25,000	0,0000	79,9532	1.998,83	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 47 - 10211 - TOALHA DE MESA - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	5,000	0,0000	29,7670	148,84	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	5,000	0,0000	40,0000	200,00	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	RANER	5,000	0,0000	35,5348	177,67	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 48 - 9601 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ PEDAL - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	ANTARES	2,000	0,0000	84,4199	168,84	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	82,5201	165,04	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 49 - 24347 - COPO DE VIDRO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		20,000	0,0000	2,4733	49,47	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	NADIR	20,000	0,0000	2,4271	48,54	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 54 - 311042422 - PANELA INOX COM CABO E TAMP. CAPACIDADE 2 LITROS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	79,4634	79,46	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	EURO	1,000	0,0000	77,6660	77,67	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 55 - 311042423 - PANELA INOX COM CABO E TAMP. CAPACIDADE 3 LITROS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	119,1950	357,59	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	EURO	3,000	0,0000	116,4990	349,50	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 56 - 311042424 - PANELA INOX COM CABO E TAMP. CAPACIDADE 5 LITROS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	148,9938	148,99	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	EURO	1,000	0,0000	145,6237	145,62	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/16

17.080,00

Processo Administrativo:

16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 57 - 311042426 - FORMA RETANGULAR PARA BOLO TAMANHO 35 X 25 - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	19,8559	19,86	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ROYAL	1,000	0,0000	19,4165	19,42	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 58 - 311042427 - FORMA RETANGULAR PARA BOLO TAMANHO 40 X 28 - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	29,7888	29,79	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ROYAL	1,000	0,0000	29,1247	29,12	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 59 - 41802 - PAINELA DE PRESSÃO 4.5 LITROS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	103,3024	103,30	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ALEGRETE	1,000	0,0000	194,1650	194,17	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 60 - 311042428 - KIT POTES PARA ALIMENTOS COM 5 UNIDADES - Unidade: KIT

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	128,2241	128,22	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	IKINCI	1,000	0,0000	126,2072	126,21	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/16

17.080,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2014

Licitação.....: 13/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 62 - 6575 - COLHERES EM INOX PARA ARROZ - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		4,000	0,0000	7,4398	29,76	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARTINOX	4,000	0,0000	7,2812	29,12	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 64 - 311042419 - LENÇOL SOLTEIRO C/ ELÁSTICO EM ALGODÃO/POLIÉSTER - AMARELO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	10,000	0,0000	20,8145	208,15	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	10,000	0,0000	20,8000	208,00	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MERCOSUL	10,000	0,0000	24,8743	248,74	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 66 - 311042421 - FRONHA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, TAM 45X65CM - AMARELO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TEXTIL ULLAN	10,000	0,0000	9,9970	99,97	Venceu	1 *****
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV	MMBER	10,000	0,0000	8,5000	85,00	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MERCOSUL	10,000	0,0000	11,9930	119,93	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 71 - 6574 - ESCUMADEIRA EM INOX - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	9,9230	9,92	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	DI SOLLE	1,000	0,0000	9,7082	9,71	Perdeu	2
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/16

Processo / Ano: 16/2014		Processo Administrativo:		17.080,00				
Licitação.....: 13/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 71	- 6574	- ESCUMADEIRA EM INOX - Unidade: UN						
16397	L1 SERV. DE ORG. DE FEIRAS, CONG, EXP. FESTAS E EV		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<div>Candoinhas, Em/...../..... PAULO CESAR SAFANELLI -/...../..... - Pregoeiro(a) MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../..... - EQUIPE DE APOIO PAULO CESAR SAFANELLI -/...../..... - PREGOEIRO ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -/...../..... - SUPLENTE PREGOEIRO CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../..... - 28.754/SC TAYNÁ MACHADO -/...../..... - CRC/SC 037083/P-8</div>								

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 124/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/3

Processo / Ano: 187/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 1.349,90				
Licitação.....: 124/2014 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULÂNCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 24796 - BATERIA 45 AMPERES - Unidade: UN								
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	129,9000	129,90	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	139,0000	139,00	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	220,0000	220,00	Perdeu	3
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	232,0000	232,00	Perdeu	4
Item.....: 2 - 3348 - BATERIA 60 AMPERES - Unidade: UN								
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	147,0000	147,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	158,0000	158,00	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	220,0000	220,00	Perdeu	3
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	260,0000	260,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 12059 - BATERIA 70 AMPERES - Unidade: UN								
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	190,0000	190,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	287,5000	287,50	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	340,0000	340,00	Perdeu	3
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	344,0000	344,00	Desclassif.	0
Item.....: 4 - 14955 - BATERIA 90 AMPERES - Unidade: UN								
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	254,0000	254,00	Venceu	1 *****
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	255,0000	255,00	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	420,0000	420,00	Perdeu	3
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	426,0000	426,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

Processo / Ano: 187/2014		Processo Administrativo:		1.349,90				
Licitação.....: 124/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULÂNCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 23104 - BATERIA 100 AMPERES - Unidade: UN								
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	264,0000	264,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	282,0000	282,00	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	298,0000	298,00	Perdeu	3
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	435,0000	435,00	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 12964 - BATERIA 150 AMP. - Unidade: UN								
16398	COMERCIAL INCERTI LTDA		1,000	0,0000	365,0000	365,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000	0,0000	390,0000	390,00	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	394,0000	394,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 187/2014

Licitação.....: 124/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE) DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULÂNCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Processo Administrativo: 1.349,90

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	-	12964	- BATERIA 150 AMP -	Unidade: UN				
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	583,0000	583,00	Desclassif.	0

Candoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.153/2014

LEI No 3.153, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, para suporte da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF PROTEÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195.2105	MANUT.CENTRO REFER. ESPEC.EM ASSIST.SOC.-CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200000	Equipamentos e material permanente	024	055	R\$	30.412,80
	Total	024	055	R\$	30.412,80

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º da presente Lei, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação nos meses de março a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), na fonte de recursos 1.24 "Transferências de Convênios Outros", na destinação de recursos 55 "Transferências de convênios do Estado", da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios Outros	024	055	R\$	30.412,80
Total	024	055	R\$	30.412,80

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 168/2014

DECRETO No 168, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.153 de 12 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, para suporte da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF PROTEÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195.2105	MANUT.CENTRO REFER.ESPEC.EM ASSIST.SOC.-CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200000	Equipamentos e material permanente	024	055	R\$	30.412,80
	Total	024	055	R\$	30.412,80

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação nos meses de março a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), na fonte de recursos 1.24 "Transferências de Convênios Outros", na destinação de recursos 55 "Transferências de convênios do Estado", da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir:

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios Outros	024	055	R\$	30.412,80
Total	024	055	R\$	30.412,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 012/2014 - CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Noeli Salete de Lima, brasileira, divorciada, nascida em 06 de março de 1965, inscrita no CPF sob o nº 551.602.559-15, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 14 de Novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

DECRETO 158/2014

DECRETO Nº 158, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a doação de bens móveis.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a inserção do Município de Capinzal ao Programa desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais;

CONSIDERANDO o desenvolvimento do programa para implantação e implementação das salas AEE (Atendimento Educacional Especializado) na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, que oferece um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos

alunos, considerando as suas necessidades específicas;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo I;

DECRETA:

Art. 1º Ficam recebidos em doação bens móveis, especificados no Termo de Doação - Anexo I, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de Capinzal, destinados à Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, com o objetivo de desenvolver o programa para implantação e implementação das salas AEE - Atendimento Educacional Especializado.

Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio Público Municipal é de R\$ 4.397,14 (quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e quatorze centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento o FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE faz, em conformidade com a legislação aplicável e demais normas pertinentes à matéria, A DOAÇÃO DOS BENS, conforme discriminado abaixo, adquiridos ou produzidos com recursos do SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que desenvolve o programa para implantação e implementação das salas AEE (Atendimento Educacional Especializado) do referido Programa, ao MUNICÍPIO DE CAPINZAL - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, destinados à ESCOLA M. BERNARDO MORO SOBRINHO, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público, à qual cabe a escola acima identificada a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

DESCRIÇÃO DOS BENS	QUANTIDADE	Nº NOTA FISCAL	DATA NF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Positivo Master - NOT-N191(ROHS) FNDE 85/12, acompanha WIN 7 Professional	02	000.788195	11/01/2014	1.763,57	3.527,14
Impressora Multifuncional EPSON L555 FNDE 85/12	01	000.788195	11/01/2014	870,00	870,00
VALOR TOTAL					4.397,14

Capinzal, SC, 4 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA 01/14 C39 - Contrato Nº: 0039/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: ROSELI MONTEIRO GUIMARÃES	
Valor.....: 6.000,00 (seis mil reais)	
Vigência.....: Início: 14/11/2014 Término: 05/03/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014	
Processo_Licitatório.....: 00037 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 6.000,00 (seis mil reais reais).	
Capinzal, 14 de Novembro de 2014	

FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA 0001/2014 C32 - Contrato Nº: 0032/2014	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada....: NORMELIA LOTTERMANN - EPP	
Valor.....: 378,00 (trezentos e setenta e oito reais)	
Vigência.....: Início: 14/11/2014 Término: 19/09/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014	
Processo_Licitatório.....: 00018 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais).	
Capinzal, 14 de Novembro de 2014	

FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA 0001/2014 C33 - Contrato Nº: 0033/2014	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	
Valor.....: 900,00 (novecentos reais)	
Vigência.....: Início: 14/11/2014 Término: 19/09/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014	
Processo_Licitatório.....: 00018 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 900,00 (novecentos reais).	
Capinzal, 14 de Novembro de 2014	

ATO 001 AO EDITAL 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
EDITAL Nº 029/2014 (PROCESSO SELETIVO)

ATO 001/2014

DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 029/2014 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público a retificação do edital 029/2014, conforme segue:

1. Fica acrescentado o cargo de Professor de História, no quadro de vagas, bem como o conteúdo programático específico para o cargo, conforme segue:

Cargo	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA*	Valor da Taxa de inscrição
9. Professor de História	*	40	2.022,16	Ensino Superior completo em Geografia (Licenciatura)	OBJETIVA/TÍTULOS	40,00

Conteúdo Específico: HISTÓRIA

História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; História Mundial; Antiga, Moderna e Contemporânea - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação

indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval.

2. Fica ainda retificado os itens 8.1, 9.7 e 9.13.4. do edital que passam a ter a seguinte redação:

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de 2 (duas) horas.

9.7. Serão avaliados os títulos de todos os candidatos com inscrição homologada e com títulos válidos.

9.13.4 A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT).

3. Os demais itens do edital permanecem inalterados.

CAPINZAL, 14 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

SIMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/42/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/42/2014 CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADA À AMPLIAÇÃO (ETAPA 01) DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, COM O FORNECIMENTO DE ART OU RRT DE EXECUÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO, PROJETOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, BEM COMO NAS DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0298/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº CAO/02/2014).

VALOR: R\$ 244.200,00 (DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2014

VIGÊNCIA: 14/11/2014 A 13/05/2015

Catanduvás

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6.158 DE 11 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/6158/14, de 11.07.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, MARCIO RENATO VIEIRA DA ROSA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) MARCIO RENATO VIEIRA DA ROSA, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6062/14.

Catanduvás, 11 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6062/14

PORTARIA Nº 6.159 DE 17 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/ 6159/14, de 17.07.2014,

"Admite temporariamente, GLAUCIA CAMUZZATO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GLAUCIA CAMUZZATO, para o Cargo de Engenheiro(a) Florestal, Nível CE-91A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 17 de julho de 2014 a de 31 julho de 2014.

Catanduvás, 17 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

PORTARIA Nº 6.160 DE 23 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/6160/14, de 23.07.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
LORENI DA CRUZ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) LORENI DA CRUZ, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6093/14.

Catanduvas, 23 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6093/14.

PORTARIA Nº 6.161 DE 25 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/6161/14, de 25.07.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREITAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREITAS, ocupante do Cargo Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, com 30:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5974/14.

Catanduvas, 25 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5974/14.

PORTARIA Nº 6.162 DE 25 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/ 6162/14, de 25.07.2014,

"Admite temporariamente,
TEREZA PEREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública

Municipal, TEREZA PEREIRA, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 25 de julho de 2014 a de 12 dezembro de 2014.

Catanduvas, 25 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

PORTARIA Nº 6.163 DE 28 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/ 6163/14, de 28.07.2014,

"Admite temporariamente,
ROBERTO LUCIO CASSIANO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROBERTO LUCIO CASSIANO, para o Cargo de Agente de Serviços Geras, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 28 de julho de 2014 a de 31 dezembro de 2014.

Catanduvas, 28 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5901/14.

PORTARIA Nº 6.164 DE 28 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/6164/14, de 28.07.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
HELENA MARIA CHINATO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) HELENA MARIA CHINATO, ocupante do Cargo Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, com 20:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5998/14.

Catanduvas, 25 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5998/14.

PORTARIA Nº 6.165 DE 28 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/6165/14, de 28.07.2014

"Concede Licença-Prêmio à
IRONITA BUCCO TIEPPO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) IRONITA BUCCO TIEPPO, com Efetividade, no Cargo de Professor(a), no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:
27 de junho 2014 a 25 de setembro de 2014

Catanduvas, 28 de o de 2014
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/6076/14.

PORTARIA Nº 6.166 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/6166/14, de 01.08.2014

"Concede Licença-Prêmio à
GLECI ALVES DE CARVALHO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) GLECI ALVES DE CARVALHO, com Efetividade, no Cargo de Agente Administrativo(a), no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2012
01 de julho 2013 a 30 de junho de 2014

Período de gozo:
01 de agosto 2014 a 30 de outubro de 2014

Catanduvas, 01 de agosto de 2014
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/4535/08.

PORTARIA Nº 6.167 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/6167/14, de 01.08.2014

"Concede Licença-Prêmio à
SALETE RIBEIRO CHIARELLO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) SALETE RIBEIRO CHIARELLO, com Efetividade, no Cargo de Professor(a), no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2012
01 de julho 2013 a 30 de junho de 2014

Período de gozo:
01 de agosto 2014 a 30 de outubro de 2014

Catanduvas, 01 de agosto de 2014
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/6076/14.

PORTARIA Nº 6.168 DE 25 DE JULHO DE 2014

PORTARIA P/ 6168/14, de 25.07.2014,

"Admite temporariamente,
SILVANA ANDERSON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SILVANA ANDERSON, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de agosto de 2014 a de 19 dezembro de 2014.

Catanduvas, 01 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5896/14.

PORTARIA Nº 6.169 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6169/14, de 01.08.2014.

"Admite temporariamente,
Barbara Cristiane Demartini Balbinotto"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Barbara Cristiane Demartini Balbinotto, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de agosto de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 01 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.170 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6170/14, de 01.08.2014.

"Admite temporariamente,
MARIA EDUARDA MENEZHINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARIA EDUARDA MENEZHINI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de agosto de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 01 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.171 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6071/14, de 01.08.2014,

"Admite temporariamente,
MARZELE MUNIZ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARZELE MUNIZ, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-506A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de agosto de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.172 DE 06 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6172/14, de 06.08.2014,

"Admite temporariamente,
JUSSARA ALVES DE LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JUSSARA ALVES DE LIMA, para o Cargo de Agente de Serviços Geras, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de agosto de 2014 a de 31 dezembro de 2014.

Catanduvas, 28 de julho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.174 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6174/14, de 12.08.2014,

"Admite temporariamente,
ANDRE ALVES DRUN NETO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANDRE ALVES DRUN NETO, para o Cargo de Agente de Serviços Geras, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 12 de agosto de 2014 a de 31 dezembro de 2014.

Catanduvas, 12 de agosto de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/3910/05.

PORTARIA Nº 6.175 DE 13 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/6175/14, de 13.08.2014

"Concede Licença-Prêmio à

ALDA BRITO DEPINÉ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) ALDA BRITO DEPINÉ, com Efetividade, no Cargo de Telefonista, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:

01 de julho 2008 a 30 de junho de 2009

01 de julho 2010 a 30 de junho de 2014

Período de gozo:

13 de agosto 2014 a 12 de setembro de 2014

Catanduvas, 13 de agosto de 2014

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ao Anterior: P/5543/12.

PORTARIA Nº 6.176 DE 13 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/6176/14, de 13.08.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
ANTONIO SILVIO WASMANN

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ANTONIO SILVIO WASMANN, ocupante do Cargo Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6093/14.

Catanduvas, 13 de agosto de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6155/14.

PORTARIA Nº 6.177 DE 18 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/6177/14, de 18.08.2014

"Concede Licença-Prêmio à

LOURDES MARIA MAURO RAMOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) LOURDES MARIA MAURO RAMOS, com Efetividade, no Cargo de Professora, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:

01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:

18 de agosto 2014 a 15 de novembro de 2014

Catanduvas, 18 de agosto de 2014

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/6106/14.

PORTARIA Nº 6.178 DE 18 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6178/14, de 18.08.2014.

"Admite temporariamente,
SHEILA FERRI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SHEILA FERRI, para o Cargo de Farmacêutico (a), Nível CE-76A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 18 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 18 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6092/14.

PORTARIA Nº 6.179 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6179/14, de 19.08.2014,

"Admite temporariamente,
JACIR ROBERTO DE MORAES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JACIR ROBERTO DE MORAES, para o Cargo de Motorista, Nível CE-36A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 19 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.180 DE 21 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6180/14, de 21.08.2014.

"Admite temporariamente,
EDMAR LUIZ BORGARO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, EDMAR LUIZ BORGARO, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Trator de Esteira, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 21 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 21 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.181 DE 21 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6181/14, de 21.08.2014,

"Admite temporariamente,
GLAUCIA CAMUZZATO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GLAUCIA CAMUZZATO, para o Cargo de Engenheiro(a) Ambiental, Nível CE-101A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de agosto de 2014 a 30 de janeiro de 2015.

Catanduvas, 21 de agosto de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6159/14.

PORTARIA Nº 6.173 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA P/ 6173/14, de 11.08.2014.

"Admite temporariamente,
ANA PAULA SANTOS CERINO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANA PAULA SANTOS CERINO, para o Cargo de Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 11 de agosto de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 11 de agosto de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHIL.

DECRETO Nº 2.029, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.029/14 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.432/13 de 20 de Dezembro de 2013 e a Lei Municipal nº 2.461/14 de 30 de julho de 2014, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 140.316,00 (Cento e quarenta mil, trezentos e dezesseis reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	122	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390) Conv. Transp.Escolar Est.	R\$	51.016,00

	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
		Manutenção da Educação Infantil		
	122	DESPESAS CORRENTES(3190) Conv. Brasil Carinhoso	R\$	53.000,00
	122	DESPESAS CORRENTES(3190) Conv. Municipalização FUNDEB	R\$	26.300,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
		Vigilância em Saúde		
	166	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390) Conv. Vigilância em Saúde	R\$	10.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios do Transporte Escolar do Estado, Convênio Brasil Carinhoso, Municipalização do Fundeb e Vigilância em Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 29 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 29/10/2014.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 442 DE 14.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 442/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/10/2012 à 30/09/2013, a ANGELA DA SILVA PAUL, Matrícula nº 1278/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 17.11.2014 à 16.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 443 DE 14.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 443/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora, CLAUDIA LOPES SYPRIANI, matrícula nº 2511/09, licença pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 11.11.2014, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 26/11/2014, remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.11.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA N. 01/2014

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2014

Diretrizes de matrícula para o ano letivo de 2015, nas instituições Municipais que oferecem atendimento de Educação Infantil.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, Raquel Romagna Quarezemin, torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2015, nas instituições que oferecem Educação Infantil, etapa creche e pré-escola, para crianças de até 5 anos de idade e as demais crianças que completam 6 anos entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2015. DO CRONOGRAMA: A rematrícula será realizada de 17/11/2014 à 21/11/2014; e as matrículas novas de 24/11/2014 à 28/11/2014 e no decorrer do ano letivo de 2015 condicionadas a existência de vagas; DO HORÁRIO: Conforme funcionamento de cada instituição; DO LOCAL: Instituições de Educação Infantil do município de Cocal do Sul. O Edital completo com os critérios, procedimentos e documentação, está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 10 de novembro de 2014.
Raquel Romagna Quarezemin
Secretária de Educação, Esporte e Cultura

EDITAL DE MATRÍCULA N. 02/2014

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 02/2014

Diretrizes de matrícula para o ano letivo de 2015, AOS alunos de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, Raquel Romagna Quarezemin, torna público as diretrizes para o processo de matrícula de alunos de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015. DO CRONOGRAMA: A rematrícula será realizada de 17/11/2014 a 21/11/2014; e as matrículas novas serão realizadas em duas etapas: Primeira etapa entre os dias 24 a 28/11/2014 e segunda etapa entre os dias 02 a 06/02/2015. DO HORÁRIO: Conforme funcionamento da unidade escolar com horário estendido. DO LOCAL: Escolas de Educação Básica e Ensino Fundamental do município de Cocal do Sul. O Edital completo com os critérios, procedimentos e documentação, está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 10 de novembro de 2014.
Raquel Romagna Quarezemin
Secretária de Educação, Esporte e Cultura

EDITAL N. 03/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº03/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ACT PARA ATUAR NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, DURANTE O ANO LETIVO DE 2015

A Administração Pública Municipal neste ato representada pelo Prefeito Municipal Ademir Magagnin, através da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, frente à quantidade insuficiente de professores para o atendimento normal de aulas, TORNA PÚBLICO, por meio deste Edital, que ficam abertas as inscrições para seleção de professores contratados – ACT, por prazo determinado, para atuarem no Magistério Público Municipal deste município, no ano letivo de 2015. DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: o processo seletivo simplificado será realizado através de análise de títulos e tempo de serviço, classificatória, aplicada as funções temporárias para os cargos. DAS INSCRIÇÕES: as inscrições para Educação Infantil e Ensino Fundamental I serão realizadas nos dias 01, 02 e 03 de dezembro, e para o Ensino Fundamental II Áreas Específicas serão realizadas nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014. O Edital completo está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br. HORÁRIO: das 8h às 12h e das 13h às 18h. DO LOCAL: as inscrições serão realizadas na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, localizada na Rua Paulino Búrigo, 12, Bairro Centro, Cocal do Sul/SC.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014 – PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014 – PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas novos para atender as necessidades das comunidades do interior do Município através do Orçamento Participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 03/12/2014.

Abertura: dia 04/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 14 de dezembro de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ APAE 6ª 2014 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 11 de novembro de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ PAEFI-SENTINELA 8ª PARCELA PARCIAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PPMC/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 14 de novembro de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO FINANCEIRO OUTUBRO DE 2014-IPRECON

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.142.859,94	19.812.353,40	ORÇAMENTÁRIA	770.209,26	6.054.711,71
Receitas Orçamentárias	2.142.859,94	19.812.353,40	Despesas Correntes	770.209,26	6.029.676,71
Receitas Correntes	1.491.448,13	13.493.410,19	Pessoal e Encargos Sociais	24.409,34	249.381,96
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	325.706,10	3.159.794,71	Outras Despesas Correntes	725.799,92	5.723.094,75
Receita Patrimonial	913.923,06	9.687.325,16	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	20.000,00	57.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	25.035,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	0,00	25.035,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	251.818,97	646.290,32	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	651.411,81	6.318.943,21			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(327.028,03)	1.209.593,06	EXTRAORÇAMENTÁRIA	85.415,99	1.038.862,95
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	85.415,99	1.020.466,28	Depósitos	85.415,99	1.020.466,28
Consignações	10.747,73	137.133,55	Consignações	10.747,73	137.133,55
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	74.668,26	883.332,73	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	74.668,26	883.332,73
Restos a Pagar	(412.444,02)	187.538,87	Restos a Pagar	0,00	18.396,67
Obrigações a Pagar	(412.444,02)	187.538,87	Obrigações a Pagar	0,00	18.396,67
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	1.587,91	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	76.569.877,41	63.601.712,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	77.530.084,07	77.530.084,07
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	6.504,13	19.603,60	Bancos Conta Movimento	2.275,90	2.275,90
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	80.639.634,97	70.069.609,09	Investimentos do RPPS	81.578.700,92	81.578.700,92
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.076.261,69)	(6.487.500,42)	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.050.892,75)	(4.050.892,75)
TOTAL	78.385.709,32	84.623.658,73	TOTAL	78.385.709,32	84.623.658,73

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO P.P 60/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 105/2013.
Pregão Presencial n. 52/2013.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de materiais e mão de obra para realização da ornamentação natalina.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 05/12/2013.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 05/12/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 22 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO 92/2014 - LEILÃO 03

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando o LEILÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 92/2014.

LEILÃO 003/2014.

Tipo: Maior Lance.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a alienação de ativos considerados inservíveis.

Data e horário do Leilão : 03/12/2014 as 09:00 horas.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 14 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 512/2014

DECRETO Nº 512, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao Sr. JULIANO BRUSTOLIN ocupante do cargo de Médico Geriatria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde a Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de novembro de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 05/2014

MAURI JOSÉ ZUCCO, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, "Abre inscrições para o Processo Seletivo à Contratação de profissionais da área de educação -Professores, Merendeira, Monitor de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais por prazo determinado para 2015".

I – DO QUADRO DE CARGOS OU FUNÇÕES

CARGOS

Na educação: Professor de Educação Especial, de Educação Infantil, de Ensino fundamental, de Artes, de Educação Física, de inglês e Informática.

Outros Cargos: Merendeira, Monitor de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais.

– DAS INSCRIÇÕES:

A. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- Abertura das inscrições: 18 de Novembro de 2014
- Encerramento das inscrições: 15 de Dezembro de 2014
- Local das inscrições: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes: Rua: Almirante Barroso -86
- Horário das inscrições: das 8h30min às 11h00min e das 14h00min às 16h30min.

Atenção Candidatos: O Edital está divulgado no Mural e site da Prefeitura Municipal, exposto na Secretaria de Educação e em todas as escolas do município.

Coronel Freitas, 14 de Novembro de 2014

MAURI JOSÉ ZUCCO

PREFEITO MUNICIPAL

Coronel Martins

PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS PROCESSO LICITATORIO Nº. 010/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2014 AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 010/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 007/2014, até às 8:15 horas do dia 28 de Novembro de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação é prestar serviços na área da Medicina, que disponibilize Médico Clínico Geral, atendimento 40 horas semanais e Médico plantonista para trabalharem na unidade de saúde do município, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 17 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 71/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 71/2014 – PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 27/11/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 17 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/12/2014.

A partir das 14:00 horas do dia 02/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 11 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/12/2014, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 04/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 04 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 280/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 280/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CASCO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 04/12/2014, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 04/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 281/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 281/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DA VIATURAS NISSAN/ FRONTIER JIG-0591 E RENAULT/ DUSTER MLO-9445, DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 02/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 02/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 14 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 282/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 282/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

5295/2014

DECRETO Nº 5295/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 02 DA QUADRA Nº 47, COM ÁREA DE 8.521,58M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 02 da Quadra nº. 47, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº.15.362, de propriedade de Idiomar Zanella.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra nº. 47, nesta cidade, com área de 8.521,58m2 (oito mil quinhentos e vinte um metros e cinquenta e oito centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 47, com área de 7.721,58m2 (sete mil setecentos e vinte um metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote nº. 02-C, medindo 16,15m, com o Lote nº.02-A, medindo 4,20m, , com a Avenida Paraná, medindo 28,30m e com os lotes nº. 1-C e 1-B da quadra nº.18-A, medindo 19,46m;

SUL: com a Rua Augusto Guedes Martins, por linha seca, medindo 93,77m;

LESTE: com o Lote nº. 01-C, medindo 23,00m e com os Lotes nºs. 1-D, 1-E, 1-F, 1-G, 1-H, 1-I E 1-J, todas da quadra nº.18-A, medindo 60,00m, 23,10m, 23,80m;

OESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, por linha seca, medindo 10,24m, com o Lote nº.02-C, medindo 16,58 e 19,79m, com o Lote nº. 02-B, medindo 31,80 e 22,10m e com o Lote nº. 02-A, medindo 15,20m e 16,02m.

b) Lote Urbano nº. 02-C (dois-C) da Quadra nº. 47, com área de 960,00m2 (novecentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 02-B, por linha seca, medindo 26,15m;

LESTE: com o Lote nº 02, por linhas secas, medindo 19,79m, 11,21m e 15,49m;

SUL: com a Rua Augusto Guedes Martins, medindo 14,27m;

OESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 44,96m.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário e Decreto Municipal nº. 5278/2014 de 13 de Outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FLAVIO BERTE
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 129, de 11 de novembro de 2014.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FABIANA PAULINO em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 11 de novembro de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de novembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 128, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 128, de 11 de novembro de 2014.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário - ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Servidor MAICON SIMÃO EMERIM, da função de Monitor do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, admitido em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 074, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de novembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 0085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 0085/2014

Contratante: Município de Erval Velho

Contratada: PEDREIRA CALDART LTDA

Objeto: Execução de passeios públicos e pavimentação com paralelepípedos das ruas Jacob Jacomel, Isaltino Pedroso de Campos, Luis Ricardo Favaro, Francisco Fattori, Rua dos Tropeiros e Rua Celio Zabloski

Valor total do Contrato: R\$ 1.486.821,53 (Um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos)

Vigência: 31/12/2015

Erval Velho/SC, 04 de novembro de 2014

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 2014TR003561

EXTRATO DE CONVÊNIO nº 2014TR003561

QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO.

DO OBJETO E DA FINALIDADE

Esta Convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do projeto de pavimentação em paralelepípedos das ruas: Jacob Jacomel, Tropeiros, Francisco Fattori, Isaltino Pedroso de Campos, Luiz Ricardo Fávoro e Célio Zabloski, com a finalidade de melhorar as condições de acesso e tráfego nas ruas do município, conforme Proposta de Trabalho nº 10976(Anexo I) apresentada pelo CONVENIENTE, devidamente analisada e aprovada pelo MANDATÁRIO, conforme parecer técnico fundamentado, com base nos arts. 16,17 e 18 do Decreto 127/2013, doravante denominada de Proposta de Trabalho, a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.

DOS RECURSOS

Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante total de: R\$1.528.239,20 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos), sendo R\$1.380.000,00 (um milhão e trezentos e oitenta mil reais) transferido pela CONCEDENTE R\$148.239,20 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos) destinado pelo CONVENIENTE a título de Contrapartida Financeira ou em Bens e Serviços, conforme especificação constante na Proposta de Trabalho.

DOS VALORES E DATA DE LIBERAÇÃO

Os valores serão liberados nas seguintes datas previstas R\$690.000,00 novembro de 2014 e R\$ 690.000,00 fevereiro de 2015.

DETALHAMENTO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Despesas

Material/Serviço/Obra	Recurso	Qta.	Valor Unitário(R\$)	Valor Total(R\$)
Pavimentação da Rua Jacob Jacomel	Financeiro	1,00	322.879,35	322.879,35
Pavimentação da Rua Dos Tropeiros	Financeiro	1,00	116.757,61	116.757,61
Pavimentação da Rua Francisco Fattori	Financeiro	1,00	196.377,66	196.377,66
Remuneração BRDE	Financeiro	1,00	41.400,00	41.400,00
Pavimentação da Rua Luiz Ricardo Fávoro	Financeiro	1,00	415.048,56	415.048,56
Pavimentação da Rua Isaltino Pedroso de Campos	Financeiro	1,00	263.582,03	263.582,03
Rua Célio Zabloski	Financeiro	1,00	172.193,99	172.193,99

Erval Velho, 06 de novembro de 2014

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 214/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 214/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - FLORENCIO MOVEIS SOB MEDIDA EIRELI ME

DO OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a aquisição de mobiliário, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas Secretarias de Educação e Administração do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 42.970,00 (quarenta e dois mil novecentos e setenta reais).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias contado a partir da data de assinatura. - 09/11/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.4490 (31), 0501.2015.4490 (78).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 184/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 23 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 211/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 211/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 horas as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de novembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 20/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 20/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTAIR FABRO & CIA LTDA EPP

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 15/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0142_2014-PMF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0142/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para uso na Secretaria de Ação Social e na nova sede do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, em construção na Av. Paraná no Bairro Bela Vista. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Retificação: Foi complementado a descrição dos itens 1 e 2 do Edital. Desta forma, como tal alteração afetará a formulação das propostas, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do presente Certame, passando para o dia: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 28.11.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de novembro de 2014.

Ivo Biazzolo

Prefeito Municipal

CONTRATO.658.2014

CONTRATO N.º: 658/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

CONTRATO.659.2014

CONTRATO N.º: 659/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

CONTRATO.660.2014

CONTRATO N.º: 660/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: VITOR VALENTIN SOARES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MOTORISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.010,39 (um mil dez reais e trinta e nove centavos).

CONTRATO.661.2014

CONTRATO N.º: 661/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: PRISCILA LUCIANO FRANÇA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.662.2014

CONTRATO N.º: 662/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: LUCIANA SILVEIRA PALHANO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

CONTRATO.663.2014

CONTRATO N.º: 663/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: CELIA MARIA PIRES DE LIMA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

CONTRATO.664.2014

CONTRATO N.º: 664/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ROSANGELA APARECIDA SILVANO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.665.2014

CONTRATO N.º: 665/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IVONE RIBEIRO ALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e tres reais e sete centavos).

CONTRATO.666.2014

CONTRATO N.º: 666/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-MANUT.ATIV.ESPORT-SUP. PEDAG.

CONTRATADO: PAULO HENRIQUE DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

CONTRATO.667.2014

CONTRATO N.º: 667/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-MANUT.ATIV.ESPORT-SUP. PEDAG.

CONTRATADO: CRISTIAN BITTANCOURT

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de novembro de 2014 até 30 de novembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.275,00 (um mil duzentos e setenta e cinco reais).

CONTRATO.668.2014

CONTRATO N.º: 668/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - ACESSUAS TRABALHO

CONTRATADO: VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 284,17 (duzentos e oitenta e quatro reais e dezessete centavos).

EDITAL DE CM Nº 005-2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2014

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

I - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

A obra de melhoramento da via descrita no item II deste Edital está devidamente autorizada pelas disposições da Lei Municipal nº 2216 de 19 de dezembro de 2013 e dos artigos 362 (instituição da contribuição de melhoria em face da valorização imobiliária); artigo 363 (fato gerador); artigo 364 (valorização - descrição dos melhoramentos); artigos 365 a 367 (base de cálculo); artigo 372 (sujeito passivo); artigo 373 (solidariedade tributária); artigos 374 a 377 (lançamento e recolhimento) e artigo 378 (notificação), da Lei Complementar Municipal nº 053/2013 - Código Tributário Municipal.

II - LOCAL

AVENIDAS LEBON RÉGIS E RIO DAS ANTAS

III - IMÓVEIS LINDEIROS - NOTIFICAÇÃO

Como interessados diretos, ficam notificados das disposições do presente edital: IRINEU SECCHI JUNIOR, SALETE APARECIDA TEDESCO, RUI VITAL BATAGELO, GILMAR GASPAS DA SILVA, DIVAIRES MOARES DE OLIVEIRA, IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, JAQUELINE HEPP SOBIERANSKI, LUIZ RIBEIRO DE GOES, MAURÍCIO MATHEUS HEPP, ARCANGELO MARAFON, ANTONIO MARIA FOGAÇA DE ALMEIDA, ELVIRA FERREIRA DE SOUZA, MELCI CONTE SCAPINELLI, VALDIR LUIZ GRANDO, ERVIM MOREIRA DOS SANTOS, ROMEU LUZZI, JOACIR RODRIGUES, FANI FÁTIMA MOZZER, ANEMARIE BARTOLOMEU, ARI ANTONIO GUINDANI; AUGUSTO FERREIRA; NEIVA APARECIDA BERNARDI MOZZER; SERGIO ROBERTO BERNARDI; DALBERTO DE MATIA; ISABEL BUBELA CORDEIRO; JOCEANE RIBEIRO; HILARIO GRANDO; JOSE RIBEIRO DOS SANTOS; ATILIO BIAZZOLO; CLAUDEMIR VIERO; DERLI ROGERIO SARTORI; LAERCIO RAIMUNDO BIANCHI; ANTONIO JAIRO DE DEUS; VALDECIR LAZARETTI; JOSE IZUMIR LUZZI; SIRLEI SOUZA SANTOS; GILSON GASPAS DA SILVA; ANTONINHO MOACYR SOMENSI; EVA DO CARMO PONTES; JOSE ALEXANDRE LUCAS; ALCEU DOS SANTOS WEBER; VALDEVINO ALVES

FERREIRA; ORESTES JOSE CANEI; SEBASTIAO ALVES DOS SANTOS; DARCI LUIZ ZANI; DEMETRIO ANTUNES MOREIRA; ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA; JAIME JOSE PERGHER; JUNIOR VIA-NEI ZORNITA; SILVIO SCHULZ; MOACIR COSER; ROMILDO CO-SER; VALTER PEROZA; LAUDELINO CANDIDO DA SILVA; MARCOS ANTONIO FARINA; JOÃO MARIA DE MORAES; LOURDES MOZZER; ALCIDES DOMINGOS TORRI; AGROPECUARIA COMINETTI LTDA; GIANCARLO VESCOVI; CEZAR AIRTON DE BORBA; MARILZA LAU-RINDO DO PRADO; NICANOR LAURINDO DE FIGUEIREDO; ERI-NEU FOGACA ALUPP; SERGIO VARGAS; MARCIANO GONÇALVES DOS REIS; LUIZ ALVES PEREIRA; HILARIO GRANDI; JOSE IDAIR PADILHA DE GOES; CARMEM DALLANORA; DIOLINDO RICARDO; WALDEVINO BARROS; ILCERCI LUDCKE DOS SANTOS; IDALINA ANAIR CASAGRANDE; ADEMAR MILLANI; ANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA; ULISSES PADILHA GOES; ORACILIA GOMES DE PAU-LA; IRMA SALETE FANTINEL; JOAO MARIA VEIGA DA SILVA; JOSÉ ALTINO DE BARROS; ANTONIO DE DEUS; JURANDIR JOSÉ WIS-CHNESKI; AMILTON BEHER; FABIO ALVES DE OLIVEIRA; AMAN-CIO PEREIRA; MARLENE APARECIDA FERREIRA WEBER; ULISSES GIANELLO; OLINTO ANTONIO LONGHI; FLAVIO JOSE MARTINS; ANGELO VICENTE BALESTRIN; LEONIR ALBERTO GEMO; GILIO ZORTEA; ITELVINO NADAL; MARIANO SOLONYNSKA; JESSI SA-LETE DIAS DOS SANTOS LIMA; MARCOS ANTONIO DA MAIA; ALI-NE DE FREITAS; JULIO CEZAR DA ROSA; DANIEL ANTONIO PINZ; IRACI TEREZINHA LEITE; JOSE HILDEBRANDO DOS SANTOS; IGREJA EVANGELICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL; AN-TONIO ZANI; ALBANIR GHELLER; JOÃO AGENOR PITT; SAMUEL JUNIOR PERETTI; AUGUSTO FERREIRA; VERA LUCIA MUGNOL PIROLI; ARCO-IRIS MAT. CONTRUÇÃO LTDA; ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, com-preendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: locação, escavação e compactação;
- b) base de brita graduada;
- d) pavimentação com asfalto betuminoso CBUQ;
- e) serviços gerais: limpeza permanente da obra, pinturas e colo-cação de placas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 1024/2014.

V - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas di-retamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUI-ÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcança-dos pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 1024/2014).

VII - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imó-veis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Co-missão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 1024/2014. A importância a ser ab-sorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

VIII - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

São os constantes no Processo Administrativo nº 4298/2012. Re-feridos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valori-zação ocorrida no imóvel.

IX - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes con-dições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 60 (sessenta) parcelas, sendo a pri-meira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva cor-reção monetária pré-fixada; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM e acrescidos de juros de 1% ao mês, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

X - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais con-dições previstas no presente Edital.

O contribuinte receberá a circular proposta onde poderá optar pela condição que melhor lhe aprouver.

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos execu-tivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, parcela de participa-ção do Município, respectivos contribuintes e a valorização ocor-rida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 1024/2014.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis be-neficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que

estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova. Fica franqueada vista integral do Processo Administrativo nº 1024/2014 e obtenção de cópias.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, ou pelo fone (49) 32563000.

Fraiburgo (SC), 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2031/2014

PORTARIA Nº 2.031, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 113/2014 da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TATIANE ZAPPELINI GUEDES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 028.373.039-09, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2032/2014

PORTARIA Nº 2.032, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01285/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 07 horas semanais a servidora NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 26 (vinte e seis) para 33 (trinta e três) horas semanais a carga horária da servidora CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 073.030.459-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 17 de novembro 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2033/2014

PORTARIA Nº 2.033, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01286/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 07 horas semanais a servidora NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 27 (vinte e sete) horas semanais a carga horária da servidora JÉSSICA BATISTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 082.942.039-80, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 17 de novembro 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2034/2014

PORTARIA Nº 2.034, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01287/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 04 horas semanais a servidora LUCIA BERNADETE OLIVEIRA PANISSON, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

Considerando que, estará substituindo por 05 horas semanais a servidora NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 31 (trinta e uma) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SÔNIA BRAZ DE OLIVEIRA WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 712.971.389-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 17 de novembro 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2035/2014

PORTARIA N.º 2.035, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01288/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADEMIR MACHADO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 678.848.069-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2036/2014

PORTARIA Nº 2.036, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01291/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 342, de 29 de janeiro de 2014, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 1, para a servidora ENIR TEREZINHA CHINATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 509.345.979-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 17 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2037/2014

PORTARIA N.º 2.037, DE 14 NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 085/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDMILSON CAMARGO ROQUE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.849.389-72, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2038/2014

PORTARIA Nº 2.038, DE 14 NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 085/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIM, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.193.869-18, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2039/2014

PORTARIA Nº 2.039, DE 14 de NOVEMBRO DE 2014.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a Comunicação Interna n.º 01290/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ALINE DE FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.262.689-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, Função Gratificada Nível 1, por assumir a função de Diretora do Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2040/2014

PORTARIA Nº 2.040, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.779.249-66, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR- NÍVEL 6, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2014 - 215 A 217

DECRETO Nº 215/2014

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado que no período de 01 de dezembro de 2014 até o dia 31 de Janeiro de 2015, as repartições públicas municipais abaixo relacionadas, atenderão em expediente único de 06 (seis) horas consecutivas, com início às 07h00min e término às 13h00min, conforme segue:

- Sec. Mun. de Administração e Gestão;
- Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente;
- Sec. Mun. de Infra Estrutura;
- Sec. Mun. de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes;
- Sec. Mun. de Educação.

Art. 2º. Fica ainda, estipulado que não haverá mudanças no horário de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 216/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 11.237,00 (onze mil, duzentos e trinta e sete reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10.01 / FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0002	11.237,00
TOTAL	11.237,00		

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10.01 / FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3393000000	Aplicações Diretas	01.0002	570,00
4471000000	Transf Cons Públicos	01.0002	10.667,00
TOTAL	11.237,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 217/2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Miriam Rodrigues, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETOS 2014 - 218 A 219

DECRETO Nº 218/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão Especial com vistas a receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao Processo que tem por objetivo a contratação de Empresa ou Entidade especializada para a elaboração de Edital e Realização/Execução de Processo Seletivo Público (item 01), para cargos temporários do Município de Galvão-SC, Processo Licitatório nº

062/2014, Edital de Tomada de Preços nº 006/2014 - Técnica e Preço, conforme segue:

01 - Genoeva Lurdes Maculan
02 - Dilce Aparecida de Medeiros Cadore
03 - Sayonara Regina Dalla Cort Bitner
04 - Edijane Borella de Almeida

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 219/2014

DECLARA INSERVÍVEIS BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, NOMEIA COMISSÃO COM VISTAS A AVALIAÇÃO DOS MESMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 804/2014 de 14/11/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados inservíveis os bens públicos municipais descritos no Artigo 1º da Lei Municipal nº 804/2014 de 14/11/2014, ficando autorizado a alienação dos mesmos nos moldes da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 2º. Fica nomeada uma comissão municipal composta por servidores públicos dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Galvão-SC, com o objetivo de proceder a avaliação dos bens ora declarados inservíveis, com vistas aos procedimentos de alienação, conforme segue:

Funcionário/Servidor	Função na Comissão
Ivânio José Martins	Presidente
Doloir Marconssoni	Secretário
Roberto Bett	Membro
Denis Albert Spricigo	Membro
Angelo Sebastião Barbosa	Membro

Art. 3º. Fica estipulado o prazo de 10 (dez) dias para o término dos trabalhos da comissão ora nomeada, contados a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

PROCESSO DE LICITAÇÃO 063/2014

EXTRATO DE EDITAL

Processo de Licitação 063/2014 - Leilão 001/2014

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até as 10h:00min do dia 02 de dezembro de 2014, estará recebendo junto ao setor de licitações a proposta de preço de MAIOR LANCE POR ITEM sendo que constitui-se o objeto da presente licitação a seleção de propostas para a venda de ativos inservíveis, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID) conforme Lei Municipal 804/2014, Decreto 219/2014. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no site www.galva.sc.gov.br ou junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão -SC, telefone (49) 3342 1111.

Galvão - SC, 14 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 013/2014 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NAS MODALIDADES DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA /SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e em conformidade a Lei Federal nº 12.594/2012, DELIBERA:

ART. 1º Aprovação do Projeto Político Pedagógico de medidas socioeducativas em meio aberto nas modalidades de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

ART. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2014.

Luciana de Abreu Correa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 014/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO VIGÊNCIA 2014-2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA /SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e em conformidade a Lei Federal nº 12.594/2012, DELIBERA:

ART. 1º Aprovação do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Garopaba com vigência de 2014 a 2024.

ART. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2014.

Luciana de Abreu Correa

Presidente do CMDCA

Garuva**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO 02 - EDITAL 14/2014**

Edital 014/2014

Teste Seletivo Simplificado

RETIFICAÇÃO 002

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 437/2014 de 13/10/2014/2013, no uso de suas atribuições torna público e estabelece a retificação do Edital 014/2014 que trata "TESTE SELETIVO SIMPLICADO", passa a vigorar com a seguinte alteração .

Onde se Lê:

Nº INSC. NOME CANDIDATO DISCIPLINA CLASSIFICAÇÃO

132 Marinilda da Silva Marian ÉTICA E CIDADANIA HABILITADO

Leia-se:

Nº INSC. NOME DO CANDIDATO DISCIPLINA CLASSIFICAÇÃO

132 Marinilda da Silva Marian ÉTICA E CIDADANIA NÃO HABILITADO

Garuva, 13 de novembro de 2014.

ADRIANE B. M. GALANDO

Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 01/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 01/2014

OBJETO: PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE, PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ESTUDOS QUE CONTEMPLAM, A PARTIR DA CONCEPÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E A PARTIR DA REALIDADE LOCAL, CENÁRIOS TÉCNICOS, JURÍDICOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DE GESTÃO COMERCIAL DESSES SERVIÇOS.

Considerando a decisão da Comissão Especial designada pelo Decreto Municipal nº 6.086/2014, tomada na reunião do dia 09 de outubro de 2014, no sentido de aprovar as manifestações de interesse apresentadas das empresas que apresentaram a documentação exigida e em conformidade com Edital PMI 01/2014; e Considerando o disposto no Decreto Municipal n. 5.856, de 25 de fevereiro de 2014, e no Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI nº 01/2014, decido:

1) Autorizar os autores das propostas a seguir relacionadas a efetuar todos os estudos e projetos solicitados no Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse nº 01/2014:

- ODEBRECHT AMBIENTAL S.A. CNPJ nº 09.437.097/0001-79;
- AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 08.827.501/0001-58.

1.1) É importante ressaltar que, no caso de algum dos estudos e projetos apresentados pelos proponentes autorizados seja utilizado pelo Município de Gaspar em futuro edital de concessão ou PPP, o ônus do ressarcimento recairá sobre o vencedor da futura licitação e o montante do ressarcimento será limitado aos valores apresentados pelos proponentes autorizados no âmbito do presente PMI.

1.2) Os proponentes deverão encaminhar também a Demonstração de Gastos, que consiste no detalhamento do valor gasto pelo participante para a realização dos estudos, levantamentos e propostas objeto deste PMI.

1.3) Para fins de comprovação de gastos, todos os itens incluídos na Demonstração de Gastos, deverão ser devidamente detalhados e especificados, em separado para cada subitem da planilha, devendo conter, no mínimo, o seguinte nível de detalhamento:

a) Relação de pessoal próprio envolvido na elaboração dos estudos, com cópia do vínculo empregatício, incluindo cargo/função, quadro de tempo de serviço à disposição do projeto, valores de salários/honorários e encargos trabalhistas e sociais incidentes;

b) Relação de equipamentos utilizados para a realização dos serviços, incluindo quadro de tempo de serviço à disposição do projeto e respectivos valores horários;

c) Custo com mobilização de equipamentos;

d) Custo com mobilização, alimentação e hospedagem de pessoal à disposição do projeto;

e) Demonstrativo das despesas de serviços especializados subcontratados ou terceirizados, com cópia dos contratos, Notas Fiscais, recibos e demais comprovantes, emitidos em favor da proponente;

1.4) Os participantes que, em prejuízo da Fazenda Pública,

apresentarem demonstrativos de despesas que não correspondam à realidade estarão sujeitos à desconsideração de seus estudos no presente PMI, além das penalidades dispostas na legislação vigente.

1.5) Os valores unitários adotados para comprovação dos custos relativos aos estudos deverão ser compatíveis com os valores previstos nas Tabelas Referenciais de Preços adotadas pelo SINAPI ou DEINFRA sempre que possível. No caso da inexistência dos preços unitários nas tabelas oficiais do SINAPI ou DEINFRA, deverão ser adotados preferencialmente referenciais disponíveis em instituições públicas brasileiras (DNIT, ANTT, entre outros) ou ainda, no caso da falta destes, valores referenciais de mercado, devidamente justificados.

OBS. A administração pública poderá glosar os valores apresentados que não atendam ao critério disposto no item anterior.

2) Os proponentes autorizados deverão apresentar os PROJETOS E ESTUDOS TÉCNICOS mediante protocolo junto ao Departamento de Compras do Município de Gaspar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação da Autorização no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, podendo ser prorrogados a critério da Administração.

Gaspar, 04 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 10/2014 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

Resolução nº 010/2014

Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Gaspar, período 2015 a 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

- Ata da reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, realizada no dia 11 de novembro de 2014;

- Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- Política Nacional de Assistência Social - PNAS- Resolução CNAS nº 145/2004;

- Lei nº 12.435/2011 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009;

- Orientações Técnicas para o SINASE - Resolução CONANDA nº 119/2006;

- Lei nº 12.594/2012 - Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE.

- A deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA na reunião ordinária do dia 11/11/2014.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Gaspar, período de vigência 2015 - 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2014

CAMILA SCHREIBER

Presidente do CMDCA

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 77 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 77 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR AS INFORMAÇÕES CONTIDAS EM MEMORANDO INTERNO DA GERENTE DE ETA E ETE DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009, com fundamento no art. 173 e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e:

Considerando, as informações constantes no Memorando Interno de 30 de outubro de 2014, da Gerente de ETA e ETE;

Considerando, o Boletim de Ocorrência nº 00035-2014-07571, de 27/10/2014, registrado na Delegacia de Polícia da Comarca de Gaspar;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância, nos termos do art. 173 e seguintes, da Lei Municipal nº 1305/91, para apurar as informações contidas no Memorando Interno de 30 de outubro de 2014, da Gerente de ETA e ETE do SAMAE de que, em tese, teria desaparecido do depósito da ETA I um soprador de folhas de propriedade da autarquia. O fato teria sido constatado em 27/10/2014.

Art. 2º. A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 46/2013, composta pelos servidores: Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista e Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, para sob a Presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 06 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente do SAMAE

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 79/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 079, DE 11 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00. 00. 00.3133	Aplicações Diretas	R\$	4.121,92

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3133	Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	R\$	4.121,92

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
11 de Outubro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 11 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1977-2014 - SUPLEMENTAÇÃO CAMARA

LEI MUNICIPAL Nº 1.977/2014

(De 12 de novembro de 2014)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL		
2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		
3.1.90.00. 00. 00. 00.0000	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
4.4.90.00. 00. 00. 00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL		
1.024	AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA E CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO		
4.4.90.00. 00. 00. 00.0000	Aplicações Diretas	R\$	90.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 12 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de novembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 18-2014 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2014, DATADO DE 23 DE JANEIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À Aquisição de GASOLINA E ÓLEO DIESEL, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, para o exercício de 2014

Aos sete dias do mês de novembro de 2014 de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos,s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000070595, 000072069, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 6,3% o preço do litro do óleo Diesel S10 de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 18/2014, datado de 23 de janeiro de 2014, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA II - DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 2,61 para R\$ 2,84 [...]"

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 14 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DAILTON DORIGON DE SOUZA

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 42/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2011
- PMG

Processo de licitação: 08/2011 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME PARA AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância, inscrito no CNPJ 83.719.963/0001-77, localizada na rua Getúlio Vargas n.º 2729, município de São José, Estado de Santa Catarina.

Objeto do Aditivo: a) Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 23/09/2014 à 22/09/2015, de acordo com a Cláusula Décima Segunda do Contrato Original e artigo 57, II da Lei 8.666/93, considerando que o objeto contratual enquadra-se como serviços de natureza contínua.

b) Aos valores da mensalidade pagas em relação aos serviços de monitoramento, incidirá o reajuste do percentual correspondente a 6,35474 %, com base no índice nacional de preços ao consumidor - INPC, o valor mensal do contrato passará de R\$15.348,75 (quinze mil e trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos) para R\$16.324,12 (dezesseis mil trezentos e vinte e quatro reais e doze centavos). E em relação aos serviços de vigilância eletrônica o valor passará de R\$6.533,72 (seis mil e quinhentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos) mensais para R\$6.948,92 (seis mil novecentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 22/09/2014 Vigência 22/09/2015.

GUARAMIRIM (SC), 22/09/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 42/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2011
- PMG

Processo de licitação: 08/2011 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME PARA AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância, inscrito no CNPJ 83.719.963/0001-77, localizada na rua Getúlio Vargas n.º 2729, município de São José, Estado de Santa Catarina.

Objeto do Aditivo: a) repactuar o contrato no que se refere ao item do Posto de Vigilância do Paço Municipal.

b) O contrato é repactuado pela segunda vez, em conformidade com a Cláusula Quinta, para adequação do preço contratual ao incremento no custo da mão de obra decorrente do aumento salarial levado a efeito da Convenção Coletiva do Trabalho 2014/2015 pertinentes, cuja cópia consta das fls. 710 a 727, com data base em 01/02/2014.

b.1) Em decorrência da repactuação por este instrumento formalizado, o preço mensal do serviço para o posto de vigilância passa de R\$ 16.308,30 mensais para R\$ 17.893,22 (dezessete mil e oitocentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos), a partir de 01/03/2013 até o término da vigência do contrato 22/09/2015, representando um acréscimo de 9,72 %, sobre o valor do serviço do Posto de Vigilância desarmada.

Data da Assinatura: 13/11/2014 Vigência 22/09/2015.

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ANULAÇÃO LICITAÇÃO 100/2014

C.I. Nº 1402014 - Licitações

Guaramirim, SC, 30 de outubro de 2014.

Ao Sr.

Elton Luis Bergmann

Advogado

Assunto: Licitação 100/2014

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao Pregão 100/2014, que tem como finalidade o Registro de preço para aquisição de material de higiene e limpeza para atender aos Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim, venho através deste comunicar que o Pregão ocorreu na data de 28/10/2014 às 09h e para o ato compareceram 07 (sete) empresas, finalizado o procedimento foi então encaminhado para a procuradoria para emissão do parecer final.

Entretanto, ainda no dia da sessão às 13h50min tomei conhecimento que havia um envelope da empresa Comercial Catarinense de Armarinho em Geral Ltda Me na recepção da Prefeitura Municipal de Guaramirim, e em consulta ao site dos correios com o nº do objeto SF 578840050BR, é possível verificar que o envelope foi entregue neste órgão no dia 24/10/2014.

No dia 29/10/2014 a empresa Comercial Catarinense de Armarinho em Geral Ltda Me, entrou em contato querendo saber o resultado da licitação, foi então que indagou porque seu nome não estava no relatório de vencedores já que havia proposto valor inferior aos dos vencedores, agora solicita providências quanto ao fato ocorrido.

Prezado Senhor, que providência devemos tomar diante de tal situação?

Sendo o que tinha para o momento, reitero os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Paola Vieira Carriço Finatti

Pregoeira

Portaria 368/2014

Prefeitura de Guaramirim
Procuradoria JurídicaParecer Licitatório n.º 359/2014
Pregão presencial nº100/2014 - PMG

Parecer inicial:

Trata-se de licitação na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço por item, visando ao registro de preços de materiais de higiene e limpeza.

Foi solicitada manifestação da Procuradoria porque uma licitante remeteu envelope com documentos e proposta tempestivamente, que não chegou a ser entregue à pregoeira até a sessão de abertura dos envelopes por falha da administração.

Necessário anular a sessão e designar nova data, para não preterir direito do licitante e, por outro lado, para buscar maior vantagem ao município, devido à participação de mais um licitante e da possibilidade de negociação de preços na sessão. O responsável pela repetição do ato deve ressarcir prejuízos eventualmente ocasionados. É a manifestação.

Guaramirim, 31-10-2014.
Elton Luis Bergmam
OAB/SC 39204

Decisão:

Acolho o parecer como razão de decidir e determino a realização de nova sessão, promovendo-se a responsabilização em caso de verificação de prejuízo.

Guaramirim, 31-10-2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito de Guaramirim**AVISO DE LICITAÇÃO 127/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia - 127/2014
Tipo : Menor Preço por Lote
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM RUAS NO PERÍMETRO URBANO DE GUARAMIRIM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, ATRAVÉS DE RECURSOS DE PROGRAMA BADESC CIDADES JUROS ZERO.
Entrega dos Envelopes: 17/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 17/12/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 14/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PREF 84**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 84/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 59/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q. e sinalização, com área de 4.073,96 m² na Rua São Paulo, município de Guarujá do Sul, em regime de empreitada global, objetivando a execução ao Contrato de Repasse nº. 1.013.606-79/2013 firmado entre o Ministério da Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 260.857,48

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 14 de novembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.362/2014.

DECRETO Nº 3.362/2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.017 de 03/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.053 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-39

Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 14 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1244/2014

PORTARIA Nº 1244/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora IVONE DOMINGUES (Matr. 3868), a contar de 14 de novembro de 2014, a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 002/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 002/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME

Valor: R\$ 3.711,66 (três mil setecentos e onze reais e sessenta e seis centavos)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 003/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 003/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: R.A DE CAMOS DEPARTAMENTO EIRELLI - ME

Valor: R\$ 2.658,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 009/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 009/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: FOOT COMERCIAL LTDA - ME

Valor: R\$ 298,00 (seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 008/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 008/2014

O Município de Imarui, através do Fundo Municipal de Saúde e seu Setor de Licitação, comunica que encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Presencial com o seguinte objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos básicos e não básicos, éticos e genéricos, através de maior porcentagem de desconto sobre a tabela ABC FARMA - Órgão Oficial da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico. Recebimento dos envelopes até dia 27/11/2014 às 14 horas, iniciando a Sessão Pública no mesmo dia e horário. Edital completo pode ser obtido no site www.imarui.sc.gov.br ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no setor de Licitação: Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro. Fone 48 3643-0161.

Imarui-SC, 14 de novembro de 2014.

ANDRÉ POLUCENO VIANA

Responsável pelo Fundo

DECRETO Nº 110, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 110, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTAURA SINDICANCIA/PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA FINS DE APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DOS PROGRAMAS "MAIS EDUCAÇÃO" E "DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE", GERIDOS PELA DIREÇÃO ANTERIOR DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL PREFEITO PORTINHO BITTENCOURT, EM CONJUNTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imarui, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ausência de prestação de contas de parte dos recursos recebidos através dos Programas Federais "mais educação" e "PDDE";

CONSIDERANDO a inexistência de notas fiscais de possíveis materiais adquiridos com os recursos dos programas supramencionados;

CONSIDERANDO a existência de notas fiscais decorrente de aquisição de materiais cujo os quais não foram encontrados nas dependências da Escola Portinho Bittencourt;

CONSIDERANDO a utilização de recursos destinados ao pagamento de serviços de monitores que foram utilizados para aquisição de materiais pedagógicos infringindo-se dessa forma a correta fonte de utilização dos recursos;

CONSIDERANDO a ata de reunião da Nova Diretoria da APP da escola supramencionada, ocorrida em 20.10.2014, que identifica a ausência de recursos disponíveis em conta corrente para conclusão das oficinas do Programa "Mais Educação", sendo que havia de existir recursos disponíveis para continuidade dessas oficinas

para o próximo ano;

CONSIDERANDO, por fim, a notificação extrajudicial encaminhada à executiva da APP da época solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias, prestasse contas dos recursos recebidos no curso do seu respectivo mandato (29.08.2013 a 23.09.2014) sendo que referido prazo restou in albis;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado à instauração de Sindicância e/ou Procedimento Administrativo disciplinar com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na utilização dos recursos provenientes dos programas "Mais Educação" e "Dinheiro Direto na Escola - PDDE", geridos pela direção anterior da Escola de Ensino Fundamental Municipal Prefeito Portinho Bittencourt, em conjunto com a associação de pais e professores - APP.

Art. 2º - O procedimento ora instaurado será conduzido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância instituída através do Decreto nº031/2014.

Art. 3º- Oficiem-se as autoridades competentes, Polícia Federal e Ministério Público Federal, para que tomem as providências que entenderem necessárias para à apuração e elucidação dos fatos noticiados.

Imaruí, SC, 14 de novembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 08/2014 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM
PROCESSO Nº 17/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2014

Objeto: contratação de empresa para serviços de lavagem e pintura do quartel do corpo de bombeiros de Imbituba.

Empresa: Ro & Ro Tintas Ltda

Valor Total: R\$ 7.800,00

Fundamento: Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de novembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8º BBM

DECRETO PMI Nº 277.2014

DECRETO PMI Nº 277, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.876,51 (dez mil e oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS				
Manutenção da Atenção Básica				
10.301.0014-2.121				
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0197		Aplicações Diretas	10.876,51	
Total			10.876,51	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa Gestão SUS (União) apurado em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 278.2014

DECRETO PMI Nº 278, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Vigilância em Saúde		
10.304.0014-2.057		
3.3.90.00.00.00.00.00.10002 (0015)	Aplicações Diretas	10.100,00
Total		10.100,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Vigilância em Saúde		
10.304.0014-2.057		
4.4.90.00.00.00.00.00.10002 (0018)	Aplicações Diretas	10.100,00
Total		10.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo**DECRETO PMI Nº 279.2014**

DECRETO PMI Nº 279, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 102.457,93 (cento e dois mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches			
12.365.0009-1.037			
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.1.0001 (0021)		Aplicações Diretas	102.457,93
Total			102.457,93

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo**DECRETO PMI Nº 280.2014**

DECRETO PMI Nº 280, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 198.888,93 (cento e noventa e oito mil e oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	198.888,93
Total		198.888,93

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos do Convênio Estadual nº 2014/2770, firmado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna conforme processo nº SDR19 3134/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.71.6473, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 71/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2014, do PROCESSO Nº 71/2014, homologado aos 13 de novembro de 2014, cujo objeto é: registro de preços, para aquisição de móveis sob medidas, destinados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e demais órgãos da Administração Pública, conforme modelo e especificações anexo ao edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.71.6473 de 14 de novembro de 2014

FORNECEDOR: SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, situada na RUA 1º DE MAIO Nº 159, Município de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.377.319/0001-32 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.852.148, representado pelo Senhor VANDERLEI DAL BELLO, CPF: 021.637.679-30.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Armário com altura de 2.60mts , 2.90mts de largura e 0.52cm,	UN	1,00		4.940,00	4.940,00
2	Balcão com 1.39mts de altura , 1.60mts de largura e 0.52cm	UN	1,00		1.555,00	1.555,00
3	Armário com altura de 2.20mts , 1.80mts de largura e 0.52cm	UN	1,00	SERRANA	1.584,00	1.584,00
4	Mesa em MDF BRANCO TX com tampo em 30mm, nas medidas 1mt	UN	1,00	SERRANA	1.185,00	1.185,00
5	Balcão com 4 portas e 8 gavetas nas seguintes medidas :	UN	1,00	SERRANA	2.678,00	2.678,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	Mesa para trocador, com quatro pés de madeira, com 2 gavetas	UN	1,00	SERRANA	845,00	845,00
7	Armário com portas de correr com 0,60 de profundidade,	UN	1,00	SERRANA	2.121,00	2.121,00
8	Armário na altura de 1.50mts , 3.70mts de largura,	UN	1,00	SERRANA	2.921,00	2.921,00
9	Armário com 2,40 mts de largura, 2,25 mts de altura	UN	1,00	SERRANA	3.670,00	3.670,00
10	Balcão em MDF BRANCO liso duratex, estrutura 30mm,	UN	1,00	SERRANA	4.295,00	4.295,00
Valor Total Registrado					25.794,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 71, PP 41-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 71/2014 Data do Processo: 27/10/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preços, para aquisição de móveis sob medidas, destinados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e demais órgãos da Administração Pública, conforme modelo e especificações anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 54/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 12 de Novembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 71/2014, Licitação nº 41/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos doze dias do mês de novembro do ano de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarri, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME e MOVERIM MÓVEIS LTDA. A empresa MOVERIM MÓVEIS LTDA protocolou os envelopes contendo as Propostas Comercial e Documentação de Habilitação no balcão de protocolos às 09:01:58hs, sendo que o horário estabelecido para protocolo era até às 08:45:00, conforme item 3.2.1 do edital, estando desclassificada do certame. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº VANDERLEI DAL BELLO, representante credenciado da empresa SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, o Srº CARLOS ALBERTO SONNTAG representante credenciado da empresa MOVERIM MÓVEIS LTDA, o Srº CALEB GERSON KIELINO procurador da empresa TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima citadas se credenciaram como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 6473 - SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Armário com altura de 2.60mts , 2.90mts de largura e 0.52cm de profundidade .Na altura de 1.60mts por 2.90mts de largura serão feitas 28 gavetas e o restante serão feitas 7 portas todo em MDF BRANCO TX 15mm , todas as portas e gavetas terão chave individual , com puxador de alumínio com correções telescópicas , com pés de alumínio de 10cm de altura , com fundo de 6mm em BRANCOTX todo emparafusado . Na parte onde terá as portas deverá ter três espaços cada . Modelo conforme projeto .	UN	1,00		0,0000	4.940,00	4.940,00
2	Balcão com 1.39mts de altura , 1.60mts de largura e 0.52cm de profundidade , com 16 gavetas com chave individual , todo em MDF BRANCO TX 15mm. Com pés em alumínio de 10 cm de altura com correções telescópicas , com puxadores em alumínio , com fundo 6mm BRANCO TX todo emparafusado . Com tampo de 30mm em MDF BRANCO TX . Modelo conforme projeto .	UN	1,00		0,0000	1.555,00	1.555,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 41/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 71/2014
 Data do Processo: 27/10/2014

Folha: 2/3

Participante: 6473 - SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Armário com altura de 2.20mts, 1.80mts de largura e 0.52cm de profundidade, todo em MDF BRANCO TX de 15mm, com 4 potas de abrir com chave individual com 4 dobradiças cada porta. Cada porta deverá ter 5 espaços iguais, com fundo 6mm em MDF BRANCO TX todo emparafusado, com 10 pés em alumínio de 10 cm de altura, com puxador em alumínio aste de 19cm. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	1.584,00	1.584,00
4	Mesa em MDF BRANCO TX com tampo em 30mm, nas medidas 1mt de largura, 5mts de comprimento, com 3 bases como pés todos de 30mm de espessura. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	1.185,00	1.185,00
5	Balcão com 4 portas e 8 gavetas nas seguintes medidas: 1.50mts de altura, 3.10mts de largura, 0.52cm de profundidade, todo em MDF BRANCO TX de 15mm com 14 pés de alumínio de 10cm de altura com corredeiras telescópicas, com puxadores de alumínio de 19cm de comprimento, com fundo 6mm em MDF BRANCO TX, com tampo de 30mm em MDF BRANCO TX. Em todas as gavetas e portas com chave individual. O fundo é todo emparafusado. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	2.678,00	2.678,00
6	Mesa para trocador, com quatro pés de madeira, com 2 gavetas com altura de 75cm, largura de 1.40mts profundidade de 65 cm. No tampo deverá ter uma cuba de louça e na outra parte do tampo deverá ser revestido de espuma com corino para servi de trocador para os bebês. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	845,00	845,00
7	Armário com portas de correr com 0,60 de profundidade, 2.08mts de altura, 1.70mts de largura, caixa em MDF AZUL TX de 15mm, as portas de MDF AZUL TX de 18mm, com fundo de 6mm todo emparafusado. Sistema de correr com alumínio, com puxador de embutir na altura total da porta. Será dividido em dois módulos com 4 espaços cada módulo. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	2.121,00	2.121,00
8	Armário na altura de 1.50mts, 3.70mts de largura, com profundidade de 0.45cm. Com 4 módulos sendo 2 com portas e dois sem portas na altura eles deverão ter 5 espaços. A caixa será de MDF BRANCO TX de 15mm, as prateleiras de 30mm de MDF BRANCO TX, com fundo de 6mm todo emparafusado em MDF BRANCO TX. Este móvel deverá ser preso na parede ficando alto do chão. Modelo conforme projeto.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	2.921,00	2.921,00
9	Armário com 2,40 mts de largura, 2,25 mts de altura com 0,52cm de profundidade, sendo que na altura de 1,45 cm serão gavetas, e nos 80cm restante armário aberto com dois espaços para colocação de arquivos, o móvel será todo em MDF BRANCO TX na espessura de 15mm com pé em madeira pintado de branco, todas as gavetas terão chave individuais, com corredeiras telescópicas com puxadores aste de INOX, com fundo de MDF BRANCO TX de 6mm dupla face.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	3.670,00	3.670,00
10	Balcão em MDF BRANCO liso duratex, estrutura 30mm, portas de abrir e gavetas com corredeira telescópica com estrutura não inferior a 18mm, prateleira interna removível com estrutura não inferior a 18mm, fundo em MDF BRANCO liso com espessura não inferior a 15mm, puxadores embutidos em alumínio fosco. Tampo de granito branco dallas 4cm com duas cubas de embutir em inox (Tamanho mínimo de 35cm cada uma) com torneiras fixadas no tampo, profundidade do móvel de 45cm, rodapé em granito branco dallas. Aéreo: em MDF BRANCO LISO com portas de abrir e prateleira interna com estrutura não inferior a 18mm. nicho na lateral esquerda com prateleira espessura de 30mm centralizado profundidade do móvel 35cm.	UN	1,00	SERRANA	0,0000	4.295,00	4.295,00

Total do Participante -----> 25.794,00

Total Geral -----> 25.794,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 41/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 71/2014
Data do Processo: 27/10/2014

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 12 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 71, PP 41-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 71/2014 Data do Processo: 27/10/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2014
b) Licitação Nr.: 41/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/11/2014
e) Objeto da Licitação registro de preços, para aquisição de móveis sob medidas, destinados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e demais órgãos da Administração Pública, conforme modelo e especificações anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME (6473)

1 Armário com altura de 2.60mts , 2.90mts de largura e 0.52cm de profundidade .Na altura de 1.60mts por 2.90mts de largura serão feitas 28 gavetas e o restante serão feitas 7 portas todo em MDF BRANCO TX 15mm , todas as portas e gavetas terão chave individual , com puxador de alumínio com corredeiras telescópicas , com pés de alumínio de 10cm de altura , com fundo de 6mm em BRANCOTX todo emparafusado . Na parte onde terá as portas deverá ter três espaços cada . Modelo conforme projeto .	UN	1,00	0,0000	4.940,00	4.940,00
2 Balcão com 1.39mts de altura , 1.60mts de largura e 0.52cm de profundidade , com 16 gavetas com chave individual , todo em MDF BANCO TX 15mm. Com pés em alumínio de 10 cm de altura com corredeiras telescópicas , com puxadores em alumínio , com fundo 6mm BRANCO TX todo emparafusado . Com tampo de 30mm em MDF BRANCO TX . Modelo conforme projeto .	UN	1,00	0,0000	1.555,00	1.555,00

Ipumirim, 13 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 41/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 71/2014
 Data do Processo: 27/10/2014

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME (6473)

3	Armário com altura de 2.20mts , 1.80mts de largura e 0.52cm de profundidade , todo em MDF BRANCO TX de 15mm, com 4 portas de abrir com chave individual com 4 dobradiças cada porta .Cada porta deverá ter 5 espaços iguais , com fundo 6mm em MDF BRANCO TX todo emparafusado , com 10 pés em alumínio de 10 cm de altura , com puxador em alumínio aste de 19cm. Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	1.584,00	1.584,00
4	Mesa em MDF BRANCO TX com tampo em 30mm, nas medidas 1mt de largura , 5mts de comprimento , com 3 bases como pés todos de 30mmde espessura . Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	1.185,00	1.185,00
5	Balcão com 4 portas e 8 gavetas nas seguintes medidas ; 1.50mts de altura , 3.10mts de largura , 0.52cm de profundidade , todo em MDF BRANCO TX de 15mm com 14 pés de alumínio de 10cm de altura com corredeiras telescópicas , com puxadores de alumínio de 19cm de comprimento , com fundo 6mm em MDF BRANCO TX , com tampo de 30mm em MDF BRANCO TX . Em todas as gavetas e portas com chave individual . O fundo é todo emparafusado . Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	2.678,00	2.678,00
6	Mesa para trocador, com quatro pés de madeira , com 2 gavetas com altura de 75cm , largura de 1.40mts profundidade de 65 cm . No tampo deverá ter uma cuba de louça e na outra parte do tampo deverá ser revestido de espuma com corino para servi de trocador para os bebês . Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	845,00	845,00
7	Armário com portas de correr com 0,60 de profundidade , 2.08mts de altura , 1.70mts de largura , caixa em MDF AZUL TX de 15mm , as portas de MDF AZUL TX de 18mm , com fundo de 6mm todo emparafusado . Sistema de correr com alumínio , com puxador de embutir na altura total da porta . Será dividido em dois módulos com 4 espaços cada módulo . Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	2.121,00	2.121,00
8	Armário na altura de 1.50mts , 3.70mts de largura , com profundidade de 0.45cm . Com 4 módulos sendo 2 com portas e dois sem portas na altura eles deverão ter 5 espaços . A caixa será de MDF BRANCO TX de 15mm , as prateleiras de 30mm de MDF BRANCO TX , com fundo de 6mm todo emparafusado em MDF BRANCO TX . Este móvel deverá ser preso na parede ficando alto do chão .Modelo conforme projeto . - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	2.921,00	2.921,00

Ipumirim, 13 de Novembro de 2014.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 41/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 71/2014
Data do Processo: 27/10/2014

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME (6473)**

9	Armário com 2,40 mts de largura, 2,25 mts de altura com 0,52cm de profundidade, sendo que na altura de 1,45 cm serão gavetas, e nos 80cm restante armário aberto com dois espaços para colocação de arquivos, o móvel será todo em MDF BRANCO TX na espessura de 15mm com pé em madeira pintado de branco, todas as gavetas terão chave individuais, com corrediças telescópicas com puxadores aste de INOX, com fundo de MDF BRANCO TX de 6mm dupla face. - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	3.670,00	3.670,00
10	Balcão em MDF BRANCO liso duratex, estrutura 30mm, portas de abrir e gavetas com corrediça telescópica com estrutura não inferior a 18mm, prateleira interna removível com estrutura não inferior a 18mm, fundo em MDF BRANCO liso com espessura não inferior a 15mm, puxadores embutidos em alumínio fosco. Tampo de granito branco dallas 4cm com duas cubas de embutir em inox (Tamanho mínimo de 35cm cada uma) com torneiras fixadas no tampo, profundidade do móvel de 45cm, rodapé em granito branco dallas. Aéreo : em MDF BRANCO LISO com portas de abrir e prateleira interna com estrutura não inferior a 18mm. nicho na lateral esquerda com prateleira espessura de 30mm centralizado profundidade do móvel 35cm. - Marca: SERRANA	UN	1,00	0,0000	4.295,00	4.295,00

Total do Fornecedor: 25.794,00**Total Geral: 25.794,00**

Ipumirim, 13 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.712/2014

Decreto nº 2.712/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1810 de 18 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
T O T A L R\$ 75.000,00		

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (41)	Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
T O T A L R\$ 75.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.713/2014

Decreto nº 2.713/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 35.700,00 (Trinta e cinco mil e setecentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (13)	Aplicações Diretas	R\$ 35.700,00
---------------------------------------	--------------------	---------------

T O T A L R\$ 35.700,00

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 35.700,00
---------------------------------------	--------------------	---------------

T O T A L R\$ 35.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 508/2014

PORTARIA N.º 508/2014.

Constitui Comissão colaborativa para coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação do Sistema Municipal de Ensino de Irineópolis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições e no âmbito do que preconiza a LDBEN 9394/96 art. 11º, a Lei 10.72/2001, Emenda nº 59 do PNE, Ementa 56/2009 e a Lei nº 404/97 do sistema Municipal de Ensino,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão colaborativa responsável de coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação do Sistema Municipal de Ensino de Irineópolis - SC.

Art. 2º - A Comissão deverá assumir o compromisso de prever políticas educacionais e fixar objetivos para a educação no município, em todos os níveis etapas e modalidades, determinando metas a curto, médio e longo prazo.

Art.3º - Os objetivos e metas do PME para o município são de alçada do próprio município para uma projeção de dez anos.

Art.4º - Os marcos legais que regem a educação no país, estado e município e o PNE e PEE, além do PPP da Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis, deverão ser documentos referenciados para elaboração do PME.

Art.5º - A Comissão colaborativa deverá criar as comissões representativas, com o objetivo de promover a Conferência Municipal de Educação do PME e contribuir com a construção do diagnóstico educacional e planejamento das metas.

Art.6º - A comissão colaborativa juntamente com as comissões representativas, deverá promover a Conferência Municipal de Educação do PME em caráter consultivo e deliberativo.

Art.7º - A comissão Colaborativa deverá elaborar um planejamento estratégico das ações selecionadas para elaboração do PME.

Art.8º - As metas do PME precisam ser claras e não inferiores as do PNE e PEE e se possível devem ter desdobramento anual, quando se tratar de índices de cobertura e de financiamento e sem inferir a autonomia do Projeto Político - Pedagógico das escolas municipais.

Art.9º - Na redação de anteprojeto de Lei a ser encaminhada para a Câmara Municipal de Vereadores devesse contar um planejamento de acompanhamento e avaliação bianual.

Art.10 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Irineópolis - SC, 13 de novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 509/2014

PORTARIA Nº 509/2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de elaborar o Plano Municipal de Educação,
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para integrar a Comissão Municipal constituída pela Portaria nº 508/2014, com o objetivo de elaborar o Plano Municipal de Educação:

Presidente: Lilian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação

Equipe Técnica:

Sezinanda Aparecida dos Santos - Diretora do Departamento de Educação Infantil;

Karina Juraszek - Diretora do Departamento de Ensino Fundamental;

Ana Paula Martins Reichardt - Administradora Escolar;

Eliane de Fátima Neppel Wagner - Coordenadora das Escolas do Campo;

Tatiana Andrea Rucinski - Psicóloga;

Juliana Nogara do Carmo - Secretária Escolar;

Tania Maria Rosinski Lezan - Orientadora Escolar;

Maria Joana Bueno Popia - Diretora da Escola de Jovens e Adultos;

Valci Ilda Knoll Rosinski - Diretora do Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair

Soeli Konopka Binder - Diretora do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora. Aparecida;

Rogério Natalício Senff - Diretor do Núcleo Educacional Guilherme Bossow;

Andréia Kastchuk Janiszewski - Diretora do Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º A Comissão nomeada nos termos do artigo anterior tem o prazo de 60(sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado mediante solicitação e justificativa da comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 13 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.824/2014

LEI Nº. 1.824/2014.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 647/1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a alteração da denominação do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA criado através da Lei nº 647/1992, de 07/12/1992, em atendimento as normas exigidas para a captação de recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no orçamento do Município, as doações de pessoas físicas e jurídicas, as destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda e outras contribuições voluntárias.

Parágrafo único. O Fundo da Infância e Adolescência do Município passa a denominar-se FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE IRINEÓPOLIS - FIA.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, em 14 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 69/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: J Lopes Construções Ltda. - EPP.

Irineópolis, 14 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 78/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: J Lopes Construções Ltda - EPP.

Objeto: Etapa final da ampliação do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, com area de 1285,63m², com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo, cronograma fisico financeiro e planilha orçamentaria.

Valor: R\$ 828.284,99 (oitocentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

Vigência: 14.11.2014 a 13.05.2015

Base Legal - Processo Licitatório 69/2014 - Tomada de Preços nº. 14/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a REFORMA DO PÁTIO DE RECREAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR ZÉLIA MILLES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRO-NOGRAMA FISICO-FINANCEIRO.. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 14 de novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 38/2014. Dispensa de Licitação Nº 07/2014. Objeto: Aquisição de 70.000 comprimidos de Nimesulida 100mg para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa Vencedora: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 3.360,00. Vigência: 31/07/2015.

Itaiópolis, 14/11/2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 159/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 159/2014, cujo objeto é a aquisição de peças diversas, para conserto e manutenção da retroescavadeira JCB 3C, a disposição do setor de Saneamento desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 27 de novembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br>

Itapiranga - SC., 02 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 33/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 33/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 33/2014, cujo objeto é a aquisição de 01 veículo novo, 0 KM, destinado para uso da Vigilância em Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 28 de novembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 14 de novembro 2014.
Luis Carlos Steffenon
Adm. Fundo Municipal Saúde

EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 145/2014 A 148/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Liqui e Continental Ltda.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 158/2014.
OBJETO: Contratação da banda "Orquestra Continental" para acompanhamento musical dos calouros participantes do "VIII Festival da Canção Estudantil do Município de Itapiranga", promovido pela secretaria da educação, autorizado pela lei nº 2.497/2008.
VALOR: R\$ 4.500,00
VIGÊNCIA: 20 de novembro de 2014.

Itapiranga - SC. 05 de novembro de 2014.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2014
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 186/2012.
OBJETO: Acrescenta no objeto do contrato 003/2013, mais 02 usuários ao sistema Betha Patrimônio.
VALOR: R\$ 569,84
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.
Itapiranga - SC. 06 de novembro de 2014.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2014
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Combustíveis Itapiranga Ltda.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 140/2014.
OBJETO: Aquisição de combustível (óleo diesel) destinado para uso nas máquinas e caminhões desta municipalidade, como finalidade de recuperação de trechos danificados pelo evento ocorrido em junho/2014, conforme convênio nº 2014TR003059, que celebraram entre si o estado de Santa Catarina, por meio da secretaria de estado da defesa civil e o município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 464,04
VIGÊNCIA: 23 de dezembro de 2014.
Itapiranga - SC. 12 de novembro de 2014.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2014.
OBJETO: execução em regime de empreitada global do projeto para construção de quadra escolar coberta com vestiário, na escola municipal Funei, conforme projeto técnico, memorial descritivo e planilha orçamentária, referente termo de compromisso PAC 208870/2014/Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação.
VALOR: R\$ 509.500,00
VIGÊNCIA: 13 de agosto de 2015.
Itapiranga - SC. 13 de novembro de 2014.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA Nº 266/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2014
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 168/2014.
OBJETO: Aquisição de óleo diesel, óleo diesel s50 e gasolina comum, destinados para abastecimento de veículos da municipalidade, para o ano 2014.
VALOR: R\$ 9.069,17
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - SAÚDE
Nº 084/2014 A 087/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2014.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 045/2013.
OBJETO: Cancela o registro de preço do item nº 299, Penicilina G. Benzat. 600.000 UI c/diluyente, do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Itapiranga - SC., 10 de novembro de 2014.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2014.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 041/2013.
OBJETO: Aquisição de óleo diesel, óleo diesel S50 e gasolina comum, destinados para abastecimento de veículos a disposição do Fundo Municipal da Saúde, para o ano 2014.
VALOR: R\$ 1.172,37
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014
Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2014.
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 045/2014.
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 5.305,50
VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.
Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2014.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda Epp.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 045/2014.
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 49,00
VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.
Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

Itapoá**PREFEITURA****MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2014
PROCESSO Nº152/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2014
PROCESSO Nº152/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a qualidade da educação fundamental se baseia principalmente nos professores e no pessoal da educação em geral. Por isso, investir na formação de professores é essencial para que haja transformações na escola. O processo formativo permanente dos professores inclui tanto a formação inicial como sua continuidade ao longo da vida do profissional, como um meio de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na escola.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394/96), no artigo 62, ao exigir que os professores da educação básica tenham formação, tem como objetivo melhorar a qualidade da educação oferecida aos cidadãos brasileiros. A ideia de formação é reforçada pelo artigo 87 da mesma Lei, segundo o qual cabe aos Municípios, aos Estados e à União realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Considerando que a formação é a condição e o meio mais próximo e direto para o bom exercício profissional em sala de aula. Portanto, ela deve ser a melhor possível e a mais adequada ao perfil profissional do magistério público municipal de Itapoá.

Considerando que o SENAC uma pessoa jurídica componente da administração pública, com notória especialidade no objeto e inquestionável reputação ética profissional e idoneidade, conforme Atestado de Capacidade Técnica e Idoneidade da Secretaria de Educação de Ituporanga/SC, e certificados do Movimento Catarinense para Excelência-MCE, e que até a presente data não há nenhum fato que a desabone, prestando serviços com elevado grau de competência e excelência;

Considerando que não possui fins lucrativos, oferecendo preço compatível com os serviços a serem prestados e com a realidade de mercado conforme cópia dos contratos com os Municípios de Antônio Carlos/SC e Associação Beneficente Evangélica de Joinville/SC.

Considerando o Parecer jurídico nº189/2014 desta municipalidade, e a justificativa da Secretária de Educação em que relata várias alegações plausíveis quanto à qualificação para esta contratação.

Autoriza a prestação dos serviços abaixo descrito:

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de Serviço nacional de aprendizagem comercial (SENAC) para ministrar curso de ética e profissionalismo na função docente na modalidade de educação a distância, contemplando 50 horas, para atendimento de 39 profissionais da Secretaria da área de Educação.

Valor e condição de pagamento: O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da contratada, devidamente aprovado pelo contratante, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentais, totalizam o valor de 15.000,00 (quinze mil e reais), que será pago em até 10 (dez) dias úteis ao término da capacitação.

Prazo: O presente contrato terá sua vigência a iniciar a partir da assinatura do contrato e o término estará previsto para 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a execução dos serviços iniciará dia 17/11/2014 com término no dia 19/12/2014. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerado por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados a Secretaria de Educação, por escrito.

Contratada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, pessoa física de direito privado, inscrito no CNPJ/MF: 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 730, Bairro Atiradores Joinville/SC; representada pelo profissional RONALDO RIBEIRO, CPF 750.916.159/20, RG nº 2.000.298, administrador, residente na Rua Ilhota, nº 159, Bairro Floresta, Joinville/SC.

Fundamento da Despesa: As despesas decorrentes do presente contrato correrão pelas dotações orçamentárias, contas:

Descrição	Código	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Fundo Educação	445	13	01	12	361	21	2095	10100	333903999
Fundo Educação	512	13	02	12	365	21	2098	21900	333903999
Fundo Educação	495	13	02	12	365	21	2098	30100	333903999

Itapoá, 13 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, pessoa física de direito privado, inscrito no CNPJ/MF: 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 730, Bairro Atiradores Joinville/SC; representada pelo profissional RONALDO RIBEIRO, CPF 750.916.159/20, RG nº 2.000.298, administrador, residente na Rua Ilhota, nº 159, Bairro Floresta, Joinville/SC;

Objeto: Contratação de Serviço nacional de aprendizagem comercial (SENAC) para ministrar curso de ética e profissionalismo na função docente na modalidade de educação a distância, contemplando 50 horas, para atendimento de 39 profissionais da Secretaria da área de Educação.

Valor total: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Data da assinatura: 13/11/2014;

Data vigência contratual: O presente contrato terá início no dia

17/11/2014, finalizando-se em 19/12/2014, podendo ser prorrogado ou renovado, rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

Itapoá, 14 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA EDITAL 043/2014 - ADICIONAL DE 2%

ERRATA

Edital nº 043/2014/SME - ADICIONAL DE 2%

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital ERRATA sobre as normas e procedimentos que nortearão a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, devidamente comprovado, aos membros do Magistério Público Municipal de Itapoá / SC.

1 Dos Procedimentos:

1.1 A concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) deverá ser requerida mediante formulário próprio, devendo ser anexado ao mesmo, cópia autenticada do certificado de cursos de capacitação e aperfeiçoamento cursados a partir do ano 2000;

Itapoá, 14 de novembro de 2014.
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretário de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 044/2014 - REMOÇÃO E LOTAÇÃO

Edital Nº 044/2014/SME - REMOÇÃO E LOTAÇÃO

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes para Especialistas em Assuntos Educacionais, Professores de Ensino Fundamental, EJA e Educação Infantil para o ano letivo de 2015 dos membros efetivos do Magistério Público Municipal lotados e em exercício na Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IV em seu artigo 25, inciso I, alínea b da Lei Municipal nº 075/01 de 24 de dezembro de 2001, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes para Especialistas em Assuntos Educacionais, Professores de Ensino Fundamental, EJA e Educação Infantil para o ano letivo de 2015 dos membros efetivos do magistério público municipal, lotados e em exercício na Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 A Remoção ocorrerá nos dias 15 e 16 de dezembro de 2014 (2ª e 3ª feira), conforme quadro de vagas e cronograma de escolha de vagas, a ser publicado no site www.prefeitura.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Educação.

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

2.1 Para participar do processo de remoção o candidato deverá apresentar Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem.

3 DO QUADRO DE VAGAS:

3.1 O quadro de vagas será publicado no dia 11 de dezembro de 2014, juntamente com o Cronograma de Escolha de Vagas, por

área, no site www.prefeitura.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Educação.

3.2 O membro do magistério que não se manifestar no período determinado para a escolha de vagas do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.3 A escolha de vagas deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4 DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 Os requerimentos dos profissionais efetivos da educação, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 075/2001, como segue abaixo:

Havendo concorrência de interessados a uma mesma vaga, serão adotados como critérios de desempate, por ordem de prioridade:

- 1 - maior tempo de serviço no magistério municipal;
- 2 - maior tempo de serviço prestado ao Município de Itapoá;
- 3 - maior idade;
- 4 - sorteio.

5 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior nota de classificação do Concurso de Ingresso;

6 DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1 Após a confirmação da escolha de vagas, o profissional da educação requerente será lotado (a) na Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino escolhida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir do primeiro dia letivo do ano subsequente.

6.2 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês de fevereiro do ano subsequente.

6.3 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

7.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

7.2 Será designada pela Secretaria de Educação uma COMISSÃO para realização do processo de Remoção e Lotação.

7.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 14 de novembro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretário de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 044/2014

REQUERIMENTO Nº ____/ 2014

Eu, _____

Matrícula _____, lotado (a) e em exercício na Unidade Escolar _____

_____, no cargo de: _____
_____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A (Remoção/Lotação) para a vaga de _____
_____, na Unidade Escolar _____

_____, com carga horária de _____ horas semanais, conforme Edital de Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes nº 044 /2014 de 14 de

novembro de 2014.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2014.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2307/2014 – NOMEIA AUDITORES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

DECRETO MUNICIPAL Nº2307/2014

Data: 07 de novembro de 2014.

NOMEIA AUDITORES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao art. 11, da Lei Complementar Municipal nº 009/2005, que institui o sistema de controle interno, no município de Itapoá, e dá outras providências, e, considerando CI nº 072/14, de 06 de novembro de 2014, da Controladora Geral do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados na função de Auditor da Controladoria Interna, os servidores Wilmara Jaqueline Madeira Pitta, Adalberto Geraldo Lupatelli e Volnice Margarete da Cunha Steil.

Art. 2º Compreende os serviços dos Auditores a avaliação dos atos da administração pública, abrangendo Planejamento, Receita e Despesa Orçamentária, Atos de Pessoal, Patrimônio (bens móveis e imóveis) e Controles Operacionais, conforme normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 139/2005 e legislação referente à contabilidade pública.

Parágrafo único. Serão auditados a Prefeitura Municipal e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá - IPESI, relativamente ao período de Janeiro a Outubro de 2014.

Art. 3º A auditoria será realizada entre os dias 10/11/2014 até 10/12/2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2309/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº2309/2014

Data: 12 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/113/2014, de 30 de outubro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais

suplementares por excesso de arrecadação, referente à DR 10.000, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), conforme segue:

Suplementações

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

0206010122038 Manutenção do Departamento de Agricultura

33390 Aplicações Diretas (82) DR 10000 R\$ 5.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

012361021.2090 Manutenção da Secretaria de Educação

33390 Aplicações Diretas (441) DR 10100 R\$ 10.000,00

012361021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (445) DR 10100 R\$ 15.000,00

34490 Aplicações Diretas (460) DR 10100 R\$ 56.000,00

13.02 Ensino Infantil

012365021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

34490 Aplicações Diretas (461) DR 10100 R\$ 12.000,00

Total das Suplementações R\$ 98.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 12 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2310/2014 – ESTABELECE VALOR PER CAPITA DO CONSÓRCIO CIS/AMUNESC

DECRETO MUNICIPAL Nº 2310/2014

Data: 12 de novembro de 2014.

ESTABELECE VALOR PER CAPITA DA CONTRIBUIÇÃO DO CONSÓRCIO CIS/AMUNESC.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art.3º, da Lei Municipal nº 142/1998,

DECRETA

Art.1º Fica estabelecido o valor de R\$ 1,10 (um real e dez centavos) per capita a ser pago mensalmente como contribuição ao Consórcio CIS/AMUNESC, tendo como referência o número de habitantes do Município apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2º Fica Revogado os Decretos Municipais nº 587/2008 e 1332/2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Itapoá (SC), 12 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 551/2014 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 155/2003

LEI MUNICIPAL Nº 551/2014

Data: 16 de outubro de 2014

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 155/2003 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado no anexo I da Lei Municipal nº 155/2003, as seguintes Classes, passando a constar:

Grupo ocupacional	Classes	Nível de vencimento	Nº de cargos	Carga horária semana
4 – Fiscalização	Fiscal de Meio Ambiente I	V	03	40 horas
6 – Nível Superior	Arquiteto I	VII	02	40 horas
	Médico	XI		40 horas
	Médico	X	02	20 horas
	Odontólogo I	XI	04	20 horas

Art. 2º Fica alterado no anexo VI da Lei Municipal nº 155/2003 o item 4 - Requisitos para provimento, da Categoria profissional Auditor, do Grupo Ocupacional de Nível Superior que passa a vigorar com a seguinte redação:

4 - Requisitos para provimento:

- Instrução - Curso de nível superior em Ciências Contábeis com devido registro no órgão de classe, ou, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Gestão Tributária, Gestão Pública Municipal, Administração, Administração Pública e Direito.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de outubro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 14 de novembro de 2014, a partir das 10:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo(a) , para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 74/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME 24 HORAS PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTRO PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, E NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, VIA TELEFONE E SISTEMA GPRS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados

durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	LEONARDO BROERING

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). A Pregoeira solicitou ao licitante a redução dos preços, porém o representante da empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA alegou que o preço cotado está menor do que já recebem, tendo em vista o contrato anterior. Observando também que a planilha aberta de custos e formação dos serviços é diferente do edital, tendo em vista que a planilha do edital faz referência a mão de obra e o objeto da contratação é somente monitoramento por sistema. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	1	18.906,24

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 14 de novembro de 2014

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK Membro
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA LEONARDO BROERING	

Ituporanga

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014 DE 2014

Lei Complementar nº 057, de 12 de novembro de 2014

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, que institui o Plano Diretor Participativo de Ituporanga e dá outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, que institui o Plano Diretor Participativo de Ituporanga e dá outras providências.

Art. 2º. O artigo 103 da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103. Quando o Poder Público Municipal, tanto executivo, como legislativo, tiver o interesse de ampliação do perímetro urbano do município de Ituporanga, após a aprovação desta lei, deverá ser respeitado o que segue:

I - assegurar a participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos, através da realização de audiência pública;

II - ter aprovação prévia do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT;

III - apresentar estudo de viabilidade técnica das concessionárias de saneamento que prestam serviços de infraestrutura ao município, garantindo condições de extensão das redes de abastecimento;

IV - realizar levantamento topográfico e cadastral das áreas que sofrerão ampliação, com coordenadas UTM;

V - prever a ampliação do sistema viário e do zoneamento urbano juntamente com a ampliação do Perímetro Urbano;

VI - ser área adjacente ao atual perímetro urbano, para garantir a continuidade da ocupação urbana e facilitar a expansão da infraestrutura dos futuros loteamentos, exceto quando se tratar de núcleos urbano-rurais isolados ou para permitir a regularização fundiária de áreas consolidadas;

VII - apresentar viabilidade técnica de ampliação de equipamentos públicos essenciais (escolas, creches, postos de saúde) e das linhas de transporte público;

VIII - delimitar as áreas de preservação ambiental existentes na área ampliada, assim como os trechos com restrições à urbanização e os trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais (áreas de risco);

Parágrafo Único. Maiores exigências podem ser solicitadas pelo Órgão Municipal de Planejamento, para eliminar ou minimizar possíveis impactos negativos a serem gerados pela ampliação da área urbana.

Art. 3º. Ficam alterados os Anexos 03-A e 03-B - Mapa de

Zoneamento Urbano, da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo 04 - Tabela de Índices Urbanísticos, da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo 06 - Mapa do Sistema Viário Urbano, da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 6º. Fica alterado o Anexo 08 - Mapa das Áreas de Especial Interesse Urbano, da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 7º. Fica alterado o Anexo 09 - Do Gabarito das Vias, da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º. As alterações relacionadas nos artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º estão descritas no Anexo I, desta lei.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito Município de Ituporanga

ANEXO I

Memorial descritivo das alterações realizadas nos Anexos da Lei Complementar nº 021, de 18 de dezembro de 2008, que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ituporanga e dá outras providências:

1. Anexos 03-A - Mapa de Zoneamento Urbano

- a) Ampliação da Zona Urbana 5 - ZU5 na área onde foi ampliado o perímetro urbano no Bairro Vila Nova, através da L.C. nº 051/14;
- b) Criação de uma faixa de 30 metros no lado direito da Rua Antônio Loffi como Zona Urbana 4 - ZU4, nos fundos da área industrial até o limite com o imóvel da Empresa Manturi (Alteração realizada após reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT em 26/06/14);
- c) Ampliação da Zona Urbana 3 - ZU3, no bairro Nossa Senhora de Fátima, até os limites do loteamento Dona Eulália e demais terrenos anexos, formando uma linha reta até a faixa de 30 metros do lado direito da Rua Antônio Loffi, Zona Urbana 4 - ZU4;
- d) Retirada da faixa de Zona Urbana 2 - ZU2 ao longo da previsão de prolongamento da Avenida Oscar Francisco de Fragas (Alteração realizada conforme solicitação em 10/10/14 da Câmara de Vereadores).

2. Anexos 03-B - Mapa de Zoneamento Urbano

- a) Ampliação da Zona Urbana 5 - ZU5 na área onde foi ampliado o perímetro urbano no Bairro Cerro Negro, através da L.C. nº 051/14.

3. Anexo 04 - Tabela de Índices Urbanísticos

- a) Alteração do afastamento frontal na Zona Urbana 2 - ZU2, sendo de 5,00 metros quando fizer frente para Vias Arteriais e de 4,00 metros quando fizer frente para Vias Secundárias (Alteração realizada após reunião técnica do dia 07/03/14).

4. Anexo 06 - Mapa do Sistema Viário Urbano

- a) Rua Anita Beling Wiese (37) - Início na Rua Fabrício Mees, fim no Limite do Loteamento Wiese* (*previsão de prolongamento até a Rua Ernesto Pedro Ludwig)(Alteração realizada após reunião técnica do dia 07/03/14);
- b) Rua Ascendino Santos Moreira (46) - Início na Rua João Steffens, fim na AEIS Vida Nova (Alteração realizada após reunião técnica do dia 07/03/14);
- c) Rua José Domingos Berns (135) - Início na Rua Fabrício Mees, fim no Limite do Loteamento Wiese* (*previsão de prolongamento até a Rua Ernesto Pedro Ludwig) (Alteração realizada após reunião técnica do dia 07/03/14);
- d) Rua Martinho Lutero (165) - Início na Avenida Brasil, fim no limite do Perímetro Urbano (Alteração realizada após aprovação da lei nº 2.463/13 de denominação desta via, antes chamada de Rua SD-12);
- e) Rua Vilmar Correa (246) - Início na Rua Guilherme Meurer, fim em limite de propriedade particular* (*trecho de via projetado) (Alteração realizada após reunião técnica do dia 07/03/14);
- f) Alteração da denominação das Rodovias Estaduais, após nova denominação do DEINFRA (Rodovia SC-302 para SC-350 e Rodovia SC-427 para SC-110);
- g) Alteração na previsão de prolongamento da Avenida Oscar Francisco de Fragas (Alteração realizada conforme solicitação em 10/10/14 da Câmara de Vereadores).

5. Anexo 08 - Mapa das Áreas de Especial Interesse Urbano

- a) Inserção da Área de Especial Interesse Social - AEIS tipo 2, chamada de AEIS Vida Nova, no Bairro Nossa Senhora de Fátima (Alteração realizada após reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT em 05/06/14).

6. Anexo 09 - Do Gabarito das Vias

- a) Rua Anita Beling Wiese (37) - Início na Rua Fabrício Mees, fim no Limite do Loteamento Wiese* (*previsão de prolongamento até a Rua Ernesto Pedro Ludwig) (Alteração realizada após reunião técnica no dia 07/03/14);
- b) Rua Ascendino Santos Moreira (46) - Início na Rua João Steffens, fim na AEIS Vida Nova (Alteração realizada após reunião técnica no dia 07/03/14);
- c) Rua José Domingos Berns (135) - Início na Rua Fabrício Mees, fim no Limite do Loteamento Wiese* (*previsão de prolongamento até a Rua Ernesto Pedro Ludwig) (Alteração realizada após reunião técnica no dia 07/03/14);
- d) Rua Martinho Lutero (165) - Início na Avenida Brasil, fim no limite do Perímetro Urbano (Alteração realizada após aprovação da lei 2.463/13 de denominação desta via, antes chamada de Rua SD-12);
- e) Rua Vilmar Correa (246) - Início na Rua Guilherme Meurer, fim em limite de propriedade particular* (*trecho de via projetado) (Alteração realizada após reunião técnica dia 07/03/14);
- f) Alteração da denominação das Rodovias Estaduais, após nova denominação do DEINFRA (Rodovia SC-302 para SC-350 e Rodovia SC-427 para SC-110);
- g) Ajuste nas Ruas do Distrito Industrial, após reunião de regularização do Distrito com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT em 26/06/14;
- h) Avenida Oscar Francisco de Fragas (07) - Início na Ponte Anselmo Meurer, fim na Rua José Paulino Clasen* (*previsão de prolongamento até a Avenida Evaldo Prim) (Alteração realizada conforme solicitação em 10/10/14 da Câmara de Vereadores).

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 01/12/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E COLHEDORA DE FORRAGENS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SEC. DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 14 de Novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 28/11/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até as 08h15min da mesma data, na sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações do Fundo, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 14 de Novembro de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.674 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.674 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 35.073,07 (trinta e cinco mil, setenta e três reais e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 (23)
Valor: R\$ 35.073,07

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 (19)
Valor: R\$ 35.073,07

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

CONTRATO 148/2014 TA 01

CONTRATO Nº 148/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50, estabelecida na RUA FRANCISCO MARTINHAGO, 258, Bairro Mina do Mato, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ADEMIR LOCKS, portador da Carteira de Identidade nº 6/R 234.090 e CPF nº 290.608.429-87, residente e domiciliado na SÃO JOSÉ, 429, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 148/2014/PMJ, firmado em 27/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 117/2013 - PMJ - Edital CC nº 9/2013 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços

e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, das ruas discriminadas na cláusula quarta deste instrumento, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 26.261,06 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e um reais e seis centavos), correspondentes a 1,039% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal acréscimo deve-se ao aumento do volume, não previsto na planilha original, de material de 3ª categoria para escavação de valas na Rua Gomercindo Costenaro (Lote nº 07), conforme Bole-
tim de Medição.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE

SETEP CONSTRUÇÕES S/A
ADEMIR LOCKS
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
2 _____

EXTRATO PP 1/2014/IMPRES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2014/IMPRES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014/IMPRES

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), para avaliação de possível aposentadoria por invalidez, de revisão de aposentadoria por invalidez ou de dependente inválido. Forma de Julgamento: Menor preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 28/11/2014. Processamento do Pregão: às 15h do dia 28/11/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de

Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de novembro de 2014.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora-presidente do IMPRES

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 1/2014/FMAS - PL 9/2014/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2014/FMAS

O Gestor do FMAS, MÁRIO WOLFART, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 9/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço nº 1/2014/FMAS.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de edificação na Rua Adair Gasparini, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, visando a instalação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Empresa Vencedora:

ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

Valor total contratado:

R\$ 241.066,31 (duzentos e quarenta e um mil, sessenta e seis reais e trinta e um centavo), sendo:

- R\$ 168.746,38 (cento e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

- R\$ 72.319,93 (setenta e dois mil, trezentos e dezenove reais e noventa e três centavos), correspondente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 2014.
MÁRIO WOLFART
Gestor FMAS

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 016/2014 - COPEIRA

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de copeira destinado a Câmara de Vereadores de Joaçaba.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 28 de novembro de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 28 de novembro de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Rua Tiradentes, 872, Centro, Joaçaba, SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (49) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 17 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 113/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0113/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Insumos para Fabricação de Pães para os Funcionários do Pronto Atendimento Municipal e outros Setores da SMS.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico Favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 33.820,00 (trinta e três mil, oitocentos e vinte reais).

Lages 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 214/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 214/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Pintura para atender as necessidades de Pintura, Manutenção e Melhoria de Praças Públicas e Setor de Trânsito.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico Favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 6.198,09 (seis mil cento e noventa e oito reais e nove centavos).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 03/2014 FUNREBOM

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 003/2014 FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:88.501.900.

CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.270.397/0004-01, com sede a Presidente Vargas 532 - Bairro Coral, CEP 88502-255 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Veículos tipo Caminhonete 4x4 para uso do Corpo de Bombeiros de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 129.800,00 (cento e vinte e nove mil e oitocentos reais)

Lages, 14 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO CONTRATO 04/2014 FUNREBOM

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 004/2014 FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:88.501.900.

CONTRATADA: KAYO VEÍCULOS, inscrita no CNPJ sob n.º 18.624.186/0002-04, com sede a Rod BR 470 - Km 54, 2677 - Itoupavazinha - CEP 89066-010 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Veículos tipo Caminhonete 4x4 para uso do Corpo de Bombeiros de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

Lages, 14 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO CONTRATO 206/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 206/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.838.547/0001-86, com sede a Rua Alvaro Nery dos Santos, 223 - Bairro Várzea, CEP 88511-300 na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa especializada para serviços de Desinsetização, Desratização e limpeza de Caixa D'água, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato,

decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.130,00 (cinco mil, cento e trinta reais)

Lages, 14 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 214/2012 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2012 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - CEP: 88.704-240.

integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas Orçamentárias/Quantitativas, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução; fica prorrogado em mais 250 (duzentos e cinquenta dias);

2.2 Da sua vigência; fica prorrogado em mais 250 (duzentos e cinquenta dias).

Lages, 29 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOUZA E ESMERALDINO LTDA ME - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.922.953/0001-19, estabelecida à Rua Esteves Junior, s/nº - em Tubarão/SC - CEP: 88.701-130 - fone: (048) 3052-2771.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro Pró Morar. De acordo com a CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO, item 8.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 285.496,10 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dez centavos).

Lages, 20 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO Nº43/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇO Nº43/2014 - FMS
PROCESSO Nº43/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 3 de novembro de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para a contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação e reforma Unidade Basica de Saúde e PSF no bairro Itanema, no Município de Lauro Muller/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias e memoriais descritivos. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 13 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº44/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇO Nº44/2014 - FMS
PROCESSO Nº44/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 3 de dezembro de 2014 às 14:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação Unidade Básica de Saúde ESF do Barro Branco, no Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 13 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 03/2014 CMDCA - APROVAÇÃO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto do Município de Lindóia do Sul, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LINDÓIA DO SUL, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, nos artigos 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.594/12 que instituiu o SINASE, e também na Lei Municipal nº035 de 16 de março de 1999, Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, nos seus próprios termos, que constitui anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lindóia do Sul/SC, 14 de novembro de 2014.

Nelsira Loss Fiorentin

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO PML Nº 0084.2014 - PL PML Nº 0051.2014 - TP FMS Nº 0010.2014 - PAVIMENTAÇÃO LOT. TRITON - POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO - PML Nº 0084.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0051.2014.

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0010.2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PML nº 0084.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0051.2014, Tomada de Preço PML nº 0010.2014, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, com o fito de prorrogar em 90 (noventa) dias o prazo de execução da obra.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº09.428.416/0001-80, com sede na Rua Prefeito José Acco, nº 250, Loteamento Dona Helena, no Município de Ibicaré/SC (89.640-000) neste ato representada por seu sócio administrador JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.632.118, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 833.031.039-68, residente e domiciliado na Rua Prefeito José Acco, nº250, Loteamento Dona Helena, no Município de Ibicaré/SC (89.640-000), doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato susomencionado para prorrogar em 90 (noventa) dias o prazo previsto para a execução da obra.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

ONTRATANTE

POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

DECRETO 1927

DECRETO Nº 1927 de 14 de novembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.053 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-39

Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 50.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 13/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		89.839,81
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	89.839,81
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	89.839,81
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	53.903,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	35.935,92

Luzerna, 14/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0001/2011**

Extrato do 4º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011

4º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011, proveniente do Processo Licitatório CMV Nº 0003/2011, Pregão CMV Nº 0001/2011, celebrada entre à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA e a empresa ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA - SC.

Objeto: Com a concordância das partes, visando, a partir do mês de Outubro de 2014, SUPRIMIR o valor unitário pago por sessão ao FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item (001), em aproximadamente 37,88% (trinta e sete pontos e oitenta e oito décimos percentuais), cujo valor inicial passará de R\$ 474,95 (quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), representando uma diminuição de R\$ 179,95 (cento e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos), pagos por sessão.

Luzerna (SC), 23 de outubro de 2014.

MAURI JOSE SCHLINDWEIN

Presidente Mesa Diretora

CRISTIAN ACASTO SCHMIDT

Associação De Difusão Comunitária Da Cidade De Luzerna Sc
Fornecedor 1

Mafra**PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 16**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 16

O Prefeito do Município de Mafra-SC e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005, Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2013 desta Municipalidade, a comparecer no Endereço a seguir:
Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Departamento de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 19 de novembro de 2014, às 08h30min.

RELAÇÃO DE VAGAS

- 1.) Área de Atuação: Educação Infantil
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: Jardim II
Vaga: 20 horas (Vespertino).
Local: CEM "Beija Flor"
Obs.: Atuar até o dia 26/11/2014, na substituição de professor em Licença Tratamento de Saúde.
- 2.) Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: Arte
Vaga: 20 horas (Matutino e Vespertino).
Local: Escola Agrícola Municipal "Prefeito José Schultz Filho"
Obs.: Atuar até o dia 27/11/2014, na substituição de professor em Licença Tratamento de Saúde.
- 3.) Área de Atuação: Alfabetização
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: 2º ano
Vaga: 20 horas (Vespertino)
Local: EMEF. "Amola Flecha"
Obs.: Atuar até o dia 02/12/14, na substituição de professor em Licença Tratamento de Saúde.
- 4) Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina: Matemática (7º, 8º e 9º ano)
Vaga: 15 horas semanais (Matutino)
Local: EMEF "São Lourenço"
Obs.: Atuar até o dia 19 /12/2014, em substituição de Professor que solicitou Demissão.

SEQUENCIA DE ESCOLHA APÓS A CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 15

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)		
sequencia	Insc.	candidato
1.	0328	ANDREA MODEL
2.	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO
3.	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES

4.	0172	ZENILDA MARTINS CORREA
5.	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH
6.	0150	JESSICA AUGUSTIN
7.	0375	ROSIMEIRE ROCHA
8.	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS
9.	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH
10.	0111	CRISTIANE SCHELBAUER
11.	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA
12.	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO
13.	0065	BARBARA LOUISE BAUER
14.	0260	LAURICI DAVID
15.	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO
16.	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES
17.	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER
18.	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE
19.	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
20.	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA
21.	0177	ALINE BASSANI CARPEN
22.	0120	CARLA TATIANA BINNECK
23.	0270	JAINE DE OLIVEIRA PALHANO
24.	0294	MISAEAL XAVIER PAES
25.	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE
26.	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA
27.	0344	NAYARA HULIANE WITT
28.	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO
29.	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN

Cargo: 05. Professor Educação Infantil (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
30.	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIORA
31.	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI
32.	0013	FRANCISCO KONIG NETO
33.	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA
34.	0186	SUELEN DE OLIVEIRA
35.	0098	ANGELA STOEDEL WITT
36.	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA
37.	0080	ANA FRANCELINA DE OLIVEIRA
38.	0353	ALINY BRUNA ALVES
39.	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO
40.	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS
41.	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO
42.	0335	SIMONE KELLY RANKEL
43.	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA
44.	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT
45.	0181	MARCIA BARUFFI
46.	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK
47.	0461	JORDANA NELITA KUSS
48.	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA
49.	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT
50.	0389	CARINA ALTMANN
51.	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES
52.	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAA-BEN
53.	0158	MARLI COMOCHINA

54.	0481	ELENA RODRIGUES
55.	0188	RENATA MAÇANEIRO
56.	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
57.	0400	AURICIANE KMECIK
58.	0239	MARISA GROSSEL
59.	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA
60.	0449	DAYANE CRISTINE ALVES
61.	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES
62.	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA
63.	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL
64.	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS
65.	0485	KÊNIA REGINA PRECISO
66.	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER
67.	0025	LUCÉLIAALVES
68.	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO
69.	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO
70.	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL
71.	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO
72.	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX
73.	0332	CRISTINA MACHADO
74.	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS
75.	0159	ANDRESSA ZIELINSKI
76.	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO
77.	0137	MARIA CRISTIANE SENA
78.	0478	ANIELI DE SOUZA LUZ
79.	0047	BIANCA MUNSTER
80.	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL
81.	0243	ANA PAULA SCHELBAUER
82.	0292	ANA KRUCZKEVICZ

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
83.	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI
84.	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES
85.	0145	DÉBORA STOEBERL FIDELES FERREIRA
86.	0425	ALINE SIQUEIRA
87.	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN
88.	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE
89.	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO
90.	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI
91.	0457	ELISANGELA PEREIRA
92.	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL
93.	0044	GLACI PLACIDO FARIAS
94.	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS
95.	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA

Cargo: 01. Professor de Alfabetização (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0012	MARLIZE APARECIDA SOARES
2.	0420	EDINA BAPTISTA DA COSTA
3.	0176	ANA MARIA MARTINS DANIEL
4.	0245	JOSIANE STOEBERL DA SILVA
5.	0046	DIONE MARCELO ULBRICH
6.	0037	VILMARA APARECIDA DE CAMPOS

7.	0271	NEUSA EMILIA ILTIU VALACHINSKI
8.	0189	SIMONE APARECIDA STAIDEL MOREIRA
9.	0006	KETRUIN GOMES DE OLIVEIRA
10.	0104	LUCIA DE OLIVEIRA MARQUARDT
11.	0133	NADIA XAVIER
12.	0112	ROSILENE WEISS CLEMENTE
13.	0096	JULIANA SKONIESCNY PICKICIUS
14.	0289	CLEONICE MISSA SHIMOGUIRI

Cargo: 02. Professor de Alfabetização (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
15.	0198	JOSIELE MABEL MACHNICKI
16.	0215	HELGA REGINA MACHNIKI TABORDA
17.	0108	JOSÉLIA APARECIDA RUTHES
18.	0323	JOSENEIA GOMES DOS SANTOS DROSDECK
19.	0488	ISABEL CRISTINA PESCHEL KOZAK
20.	0295	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA COLAÇO
21.	0227	ALEXSANDRA KAMERS MORO
22.	0268	MARIBEL PEDRO PASDORA
23.	0312	LARISSA LEOCADIA HITNER AMERICO
24.	0272	INDIARA REGINA SACRAMENTO DE SOUZA
25.	0056	LUCIANA MARIA SCHELBAUER DE ALMEIDA
26.	0095	ROGERIA PILZ
27.	0410	FRANCIANE MACANHAN GRANEMANN DE SOUZA
28.	0110	JANINE DE FÁTIMA PETERS
29.	0414	ALINE BAUER VICCHIATTII
30.	0052	RITA DE CÁSSIA TROJAN DE ALMEIDA BERMEL
31.	0380	GABRIELA FRANCISCO ALVES
32.	0223	ELISABETE APARECIDA MIRANDA
33.	0126	ELENICE CARVALHO GRAF
34.	0035	SIMONE PILZ
35.	0437	ANNA PRISCILLA PLAUTZ
36.	0377	MARIA ALICE WICHINHESKI
37.	0384	KAROLYNE BUENO DE OLIVEIRA
38.	0254	VIVIANE WURMLI
39.	0314	NOELI DE SOUZA
40.	0339	DANIELI HINKE
41.	0291	AUGUSTA SOLANGE DE SOUZA
42.	0317	MARILENE REQUES
43.	0103	VERIDIANA PSCHIEDT
44.	0146	JANAÍNA STOCKSCHNEIDER CARLINS
45.	0034	LUCIANA DA COSTA PEREIRA DA SILVEIRA
46.	0493	VIVIANE LAURI DE LIMA RIBEIRO
47.	0131	GIANE ARBIGAUS KOTHONSKI
48.	0296	DANIELI CRISTINI PIROSKI
49.	0393	KARINA VERONICA SOARES
50.	0018	ADRIANA NIZER
51.	0066	ANA PAULA PSCHIEDT
52.	0273	DANIELE PICKSIUS SOUZA ROSA

Cargo: 01. Professor de Alfabetização (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
53.	0370	BERNADETE RANK PADILHA
54.	0361	IRIO BATISTA

55.	0310	MARIA CLAUDIA OCZKOVSKI
56.	0076	JAQUELINE PFEFFER
57.	0015	KEILA MICHELI MOREIRA BUBNIAK
58.	0033	ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA
59.	0143	VERA LUCIA SOUZA DOS SANTOS
60.	0350	LUCIANE LOTTE
61.	0107	ERONI APARECIDA FUNCK DE LIMA
62.	0064	JOSECLER GOFFI WOHL
63.	0010	SOLANGE PAES DE FARIAS
64.	0203	CRISLAINE MIRANDA XAVIER PAES
65.	0434	ANGELITA CHINSKI THIEM
66.	0319	JOELMA MARCELA KLEMMANN PAES DE FARIAS
67.	0184	JOSIANE MARIA EVERS
68.	0136	ROSICLEIA SCHNEIDER DE MIRA
69.	0117	IVETE INES MOROSKI GREIN
70.	0011	FRANCIELI APARECIDA WEBER
71.	0251	MARIA APARECIDA POLAK
72.	0058	SILVANA ANDREA BERLANDE SIMETTE
73.	0069	CARLA DE FATIMA OWCZARZAK
74.	0105	VIRLENE PILZ
75.	0193	ANDREIA FABIANA PETTRES WOLSKI
76.	0149	LUCÍELI APARECIDA GREIN
77.	0163	MÁRCIA SCHVENDTNER STEFEN
78.	0214	AILTON CLEMILTON SABATKE
79.	0175	SOLANGE RUJANOWSKY
80.	0081	ROSILDA ALBRECHT SCHUTTER
81.	0232	LUCIANE FERREIRA PIAZ
82.	0164	SUÉLYN LUIZ
83.	0228	MARILENA SEBASTIANA KOLLER
84.	0016	CARLA CHRISTIANE HERBST BRUSKE
85.	0020	KARIN MICHELI GREIN

Cargo: 07. Professor de Artes (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0148	LUCI ZABLONSKI
2.	0191	SOLANGE REGINA SIGNORELLI KONKEL
3.	0491	ANDRÉA DE FÁTIMA LACHOWICZ

Cargo: 08. Professor de Artes (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
4.	0206	SANDRIELI APARECIDA CZERMACH

Cargo: 23. Professor de Matemática (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0401	RUBIANA GROCHOVSKI
2.	0321	GENILSON GUENZE
3.	0417	MAURICIO SIQUEIRA
4.	0472	SOLANGE DE OLIVEIRA RODICZ
5.	0278	VIVIANE WITT

Cargo: 24. Professor de Matemática (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
6.	0208	JOELMA SCHADEK SCHAFACHECK
7.	0057	DENISE TRUCH

8.	0467	CARMEN RAQUEL PALUCH
9.	0023	FERNANDA JAQUELINE DEMETRIO
10.	0190	ANA PAULA NISER
11.	0161	LUCIANO RUMPF
12.	0114	MIGUEL LUCAS GREIN
13.	0480	ELAINE WENGRNOVSKI SCHAFASCHEK
14.	0024	TCHARLES JOSÉ PETTERS
15.	0460	ANDRÉIA UTEMCHOSKI SIMÕES DE OLIVEIRA
16.	0204	GUILHERME NOGACZ
17.	0390	SANDRELI APARECIDA SIMETTE

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 19 de novembro de 2014, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 13 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito do Município de Mafra

Tadeu David Geronasso

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 016/2014 E 017/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 16/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MEWAL DIESEL LTDA

CNPJ Nº: 76.804.897/0001-78

Objeto: Aquisição de peças para conserto do caminhão volvo placas MIZ - 3564, através da Secretaria municipal de Agricultura e Interior.

Modalidade: Processo n.º 011/2014, Pregão Presencial nº 004/2014

Valor: R\$ 3.940,33 (Três mil novecentos e quarenta reais e trinta e três centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 11/03/2014

Prazo: 31/12/2014.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 017/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GOVERNANÇABRASIL S.A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

CNPJ Nº: 00.165.960/0001-01

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação dos softwares instalados e em funcionamento, por prazo determinado, através da Secretaria Municipal de Administração.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 212/2014, Dispensa por Justificativa nº 158/2014

Valor: R\$ 302.999,92 (Trezentos e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

Data de Pagamento: Até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços

Data Assinatura: 21/03/2014

Prazo: 180 dias a partir da assinatura do contrato, vedada sua prorrogação.

Código do Recurso e Fonte:

3172-0801.2016.33903911

(39)

3054-0801.2016.33903905

(39)

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 018/2014 E 019/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 18/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA

CNPJ Nº: 83.262.923/0010-30

Objeto: Aquisição de peças para revisão dos veículos Ford Fiesta placas MLL 7716 e MLH 6246, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, considerando o período de garantia dos veículos.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 154/2014, Dispensa por Justificativa n.º 119/2014

Valor: R\$ 451,24 (Quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26/03/2013

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3236-1301.2057.3390303900

(127)

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 19/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LINCK MÁQUINAS S.A

CNPJ Nº: 92.747.492/0003-63

Objeto: Aquisição de peças para o conserto da Escavadeira Hidráulica Volvo Mod. EC210BLC, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 194/2014- Inexigibilidade nº 004/2014

Valor: R\$ 10.280,22 (Dez mil, duzentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26/03/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3069-1101.2045.3390303900

(84)

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 020/2014 E 021/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 20/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: : Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

CNPJ Nº: 83.052.191/0039-35

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Modalidade: Processo Licitatório 189/2014 - Inexigibilidade 003/2014

Valor: R\$ 44.250,00 (Quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais),

Data de Pagamento: mediante emissão de boleto bancário

Data Assinatura: 26/03/2014

Prazo: 31/12/2014.
Dotação Orçamentária:
3296 - 2101.20133.3390390500
(200) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 21/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: : HGL TECNOLOGIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Julio Michel, nº 1175, na cidade de BLUMENAU/SC

CNPJ Nº: 10.471.338/0001-85

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a atualização e manutenção mensal do sistema COVS - Controle Operacional da Vigilância Sanitária, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório 132/2014 - Inexigibilidade nº 002/2014

Valor R\$ 6.310,58 (Seis mil, trezentos e dez reais e cinquenta e oito centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26/03/2014

Prazo: 12 meses, podendo ser prorrogado conforme Art. 57 da Lei 8.666/93.

Dotação Orçamentária:

3152-1602.2093.3390390800

(274) Foro: Comarca de Mafra EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 22/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: : NEIMANN & SILVA LTDA

CNPJ Nº: 08.055.125/0001-20

Objeto: Aquisição de combustível (gasolina comum), destinado ao abastecimento dos veículos do plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra - PLASSMA.

Modalidade: Processo Licitatório 137/2014 - Pregão Presencial n.º 028/2014

Valor: R\$ 18.180,00 (Dezoito mil cento e oitenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 28/03/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3053 - 2701.2151.3390300100

(347) Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 120/2014

DECRETO Nº 120 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1007 de 12 de Novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

2.001 - Manutenção do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.0080 (02) Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0080 (04) Aplicações Diretas
R\$ 17.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0080 (05) Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

TOTAL
R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

1.001 - Aquisição de Equipamentos - Câmara de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00.0080 (01) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

TOTAL
R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1006/2014

LEI Nº 1006 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA NÚMERO DE VAGAS DE CARGOS PERMANENTES QUE ESPECIFICA DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam acrescidas aos cargos permanentes já existentes, criados pela Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, constantes nas tabelas de Pessoal do Anexo I, Quadro II - Grupo II e Quadro III - Grupo III, dos servidores públicos municipais de Maracajá, nas quantidades relacionadas a seguir:

ANEXO I	
QUADRO II	
GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL MÉDIO – TÉCNICO - ANMT	
NOME DO CARGO	NÚMERO DE VAGAS ACRESCIDAS
Técnico em Enfermagem ESF	05 (cinco)

ANEXO I	
QUADRO III	
GRUPO III – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO - ANFA	
NOME DO CARGO	NÚMERO DE VAGAS ACRESCIDAS
Motorista de Automóvel	05 (cinco)

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder executivo e em conformidade com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1007/2014

LEI Nº 1007 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

2.001 - Manutenção do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.0080 (02) Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0080 (04) Aplicações Diretas
..... R\$ 17.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0080 (05) Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

TOTAL
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

1.001 - Aquisição de Equipamentos - Câmara de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00.0080 (01) Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

TOTAL
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1008/2014

LEI Nº 1008 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova a Lei do Orçamento Anual - LOA para o ano de 2015 no Município de Maracajá/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de MARACAJÁ, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

'Do Orçamento do Município '

Artigo 1º: O Orçamento Geral do Município de MARACAJÁ para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais), sendo R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) do Orçamento Fiscal .

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º: O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em (0,00), em (0,00) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	29.370.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	15.970.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	13.400.000,00
Total:	29.370.000,00
Total geral:	29.370.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

17.00 - FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA	240.000,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	501.760,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	2.537.640,00
04.00 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	705.000,00
05.00 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	9.837.540,00
07.00 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS	9.171.980,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	713.080,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENCIA	41.000,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	645.000,00
16.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	371.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.376.000,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MARACAJA - FUMPREV	1.050.000,00
01.00 - Órgão 01	740.000,00
Total:	29.940.000,00
Total geral:	29.940.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	740.000,00
04 - Administração	2.312.640,00
06 - Segurança Pública	56.760,00
08 - Assistência Social	994.080,00
09 - Previdência Social	650.000,00
10 - Saúde	3.376.000,00
12 - Educação	9.374.540,00
13 - Cultura	285.000,00
15 - Urbanismo	8.116.980,00
16 - Habitação	645.000,00
17 - Saneamento	1.055.000,00
20 - Agricultura	655.000,00
22 - Indústria	50.000,00
23 - Comércio e Serviços	371.000,00
27 - Desporto e Lazer	178.000,00
28 - Encargos Especiais	670.000,00
99 - Reserva de Contingência	410.000,00
Total:	29.940.000,00
Total geral:	29.940.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	740.000,00
122 - Administração Geral	2.312.640,00
181 - Policiamento	56.760,00
241 - Assistência ao Idoso	25.240,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	116.000,00
244 - Assistência Comunitária	612.840,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	650.000,00
301 - Atenção Básica	3.376.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	190.820,00
361 - Ensino Fundamental	7.781.720,00
363 - Ensino Profissional	97.000,00
365 - Educação Infantil	1.195.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	75.000,00
367 - Educação Especial	35.000,00
392 - Difusão Cultural	285.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	60.000,00
452 - Serviços Urbanos	7.996.980,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos	60.000,00
482 - Habitação Urbana	645.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	1.055.000,00
606 - Extensão Rural	655.000,00
661 - Promoção Industrial	50.000,00
695 - Turismo	371.000,00
812 - Desporto Comunitário	178.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	670.000,00
999 - Reserva de Contingência	410.000,00
Total:	29.940.000,00
Total geral:	29.940.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 - Encargos Especiais	790.000,00
1 - Processo Legislativo	740.000,00
12 - Assistência ao Pequeno Produtor	655.000,00
18 - Criança na Escola	9.264.540,00
21 - Esporte é Vida	178.000,00
25 - Habitação para Famílias Carentes	645.000,00
27 - Menor Assistido	116.000,00
33 - Assistência Social	638.080,00
36 - Serviços de Utilidade Pública	1.577.640,00
37 - Incentivos para Indústrias	50.000,00
38 - Água Potável	10.000,00
39 - Saúde para Todos	3.376.000,00
4 - Gestão Administrativa Superior	501.760,00
42 - Saneamento Básico	1.165.000,00
45 - Estradas Vicinais	1.934.340,00
49 - Urbanização de Vias	4.485.000,00
54 - Meio Ambiente e Turismo	371.000,00
58 - Regime Próprio de Previdência	650.000,00
63 - Fortalecimento do Município	120.000,00
64 - Nossa Cultura	275.000,00
65 - Assistência ao Servidor Municipal	240.000,00
7 - Gestão Administrativa Geral	1.747.640,00
9999 - Reserva de Contingência	410.000,00
Total:	29.940.000,00
Total geral:	29.940.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	14.746.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.852.240,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.723.760,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.784.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	14.264.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	520.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	410.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	410.000,00
Total:	29.940.000,00
Total geral:	29.940.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 27.294.000,00 (vinte e sete milhões e duzentos e noventa e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 24.534.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	27.294.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	14.694.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	12.600.000,00
Total:	27.294.000,00
Total geral:	27.294.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	2.312.640,00
06 - Segurança Pública	56.760,00
08 - Assistência Social	754.080,00
12 - Educação	9.374.540,00
13 - Cultura	285.000,00
15 - Urbanismo	8.116.980,00
16 - Habitação	645.000,00
17 - Saneamento	1.055.000,00
20 - Agricultura	655.000,00
22 - Indústria	50.000,00
23 - Comércio e Serviços	371.000,00
27 - Desporto e Lazer	178.000,00
28 - Encargos Especiais	670.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total:	24.534.000,00
Total geral:	24.534.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	10.734.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.677.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.887.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.790.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	13.270.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	520.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
Total:	24.534.000,00
Total geral:	24.534.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Artigo 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.356.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e seis mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.376.000,00 (três milhões e trezentos e setenta e seis mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	1.356.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	556.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00
Total:	1.356.000,00
Total geral:	1.356.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	3.376.000,00
Total:	3.376.000,00
Total geral:	3.376.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.516.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.106.240,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.409.760,00
DESPESAS DE CAPITAL	860.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	860.000,00
Total:	3.376.000,00
Total geral:	3.376.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI

Artigo 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	680.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	680.000,00
Total:	680.000,00
Total geral:	680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	650.000,00
99 - Reserva de Contingência	400.000,00
Total:	1.050.000,00
Total geral:	1.050.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	630.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	520.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	20.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00
Total:	1.050.000,00
Total geral:	1.050.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 6º - O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	740.000,00
Total:	740.000,00
Total geral:	740.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	635.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	548.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	105.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	105.000,00
Total:	740.000,00
Total geral:	740.000,00

Do Orçamento do FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA

Artigo 7º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	40.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	40.000,00
Total:	40.000,00
Total geral:	40.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	240.000,00
Total:	240.000,00
Total geral:	240.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	231.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	230.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	9.000,00
Total:	240.000,00
Total geral:	240.000,00

Artigo 11º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 12º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 13º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 14º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 15º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 16º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 17º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 18º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 19º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 20º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Novembro de 2014

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2014

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1009/2014

LEI Nº 1009 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua MAR nº 183, localizada no bairro Espigão da Toca, no Município de Maracajá, passa a denominar-se Rua "ALFREDO DE PELEGRINI".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Marema

PREFEITURA

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL 5º BIMESTRE 2014 - ANEXO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.075.617,00	11.075.617,00	1.907.197,10	17,22	10.637.492,99	96,04
RECEITAS CORRENTES	11.075.600,00	11.075.600,00	1.732.797,10	15,65	8.917.747,99	80,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	282.500,00	282.500,00	68.771,49	24,34	178.090,27	63,04
IMPOSTOS	242.000,00	242.000,00	68.349,09	28,24	165.876,72	68,54
TAXAS	20.500,00	20.500,00	422,40	2,06	12.213,55	59,58
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	34.000,00	34.000,00	4.281,95	12,59	22.630,69	66,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	34.000,00	34.000,00	4.281,95	12,59	22.630,69	66,56
RECEITA PATRIMONIAL	63.200,00	63.200,00	20.038,39	31,71	90.089,24	142,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	63.200,00	63.200,00	20.038,39	31,71	90.089,24	142,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	182.000,00	182.000,00	26.197,76	14,39	147.200,43	80,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.413.800,00	10.413.800,00	1.605.499,81	15,42	8.432.256,27	80,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.343.800,00	10.343.800,00	1.556.272,31	15,05	8.344.955,25	80,68
Transf. de Conv.	70.000,00	70.000,00	49.227,50	70,33	87.301,02	124,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.100,00	90.100,00	8.007,70	8,89	47.481,09	52,70
Multas e Juros de Mora	16.100,00	16.100,00	4.885,89	30,35	18.955,96	117,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	21.000,00	21.000,00	1.900,63	9,05	19.457,08	92,65
RECEITAS DIVERSAS	33.000,00	33.000,00	1.221,18	3,70	9.068,05	27,48
RECEITAS DE CAPITAL	17,00	17,00	174.400,00	882,35	1.719.745,00	147,06
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	74.400,00	0,00	178.800,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	74.400,00	0,00	178.800,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	100.000,00	235,29	1.540.945,00	382,35
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	17,00	17,00	100.000,00	235,29	1.540.945,00	382,35
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.075.617,00	11.075.617,00	1.907.197,10	17,22	10.637.492,99	96,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobiliária						
Contratual						
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	11.075.617,00	11.075.617,00	1.907.197,10	17,22	10.637.492,99	96,04
DÉFICIT (VI)						
			—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.075.617,00	11.075.617,00	1.907.197,10	17,22	10.637.492,99	96,04
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
		942.543,90	—	—	496.862,77	—
Superávit Financeiro		942.543,90	—	—	496.862,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.075.617,00	3.075.537,70	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	71,58
DESPESAS CORRENTES	10.383.500,00	926.615,73	11.310.115,73	1.215.332,54	9.306.862,03	1.672.977,42	8.312.855,34	73,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.741.400,00	79.862,66	5.821.262,66	843.783,33	4.645.456,23	959.741,41	4.598.427,83	78,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.000,00	0,00	170.000,00	9.740,36	60.523,89	10.376,66	60.129,63	35,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.472.100,00	846.753,07	5.318.853,07	361.808,85	4.600.881,91	702.859,35	3.654.297,88	68,70
DESPESAS DE CAPITAL	672.117,00	2.148.921,97	2.821.038,97	198.044,92	2.402.921,18	151.309,17	1.815.991,55	64,37
INVESTIMENTOS	391.117,00	2.148.921,97	2.540.038,97	158.935,00	2.207.471,98	112.199,25	1.620.542,35	63,80
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	280.000,00	0,00	280.000,00	39.109,92	195.449,20	39.109,92	195.449,20	69,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.075.617,00	3.075.537,70	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	71,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	11.075.617,00	3.075.537,70	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	4.022.307,81
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	508.646,10	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	11.075.617,00	3.075.537,70	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.637.492,99	4.022.307,81

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 5º BIMESTRE 2014

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.075.617,00	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	100,00	71,58	4.022.307,81		
LEGISLATIVA	620.000,00	620.000,00	84.034,21	474.049,38	92.704,30	463.158,22	4,57	74,70	156.841,78		
AÇÕES LEGISLATIVAS	620.000,00	620.000,00	84.034,21	474.049,38	92.704,30	463.158,22	4,57	74,70	156.841,78		
Administração	1.791.460,00	1.843.928,96	236.133,14	1.665.592,89	303.720,97	1.502.781,93	14,84	81,50	341.147,03		
Administração Geral	1.691.460,00	1.743.928,96	234.778,65	1.569.978,97	288.708,98	1.422.505,51	14,04	81,57	321.423,45		
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	1.354,49	95.613,92	15.011,99	80.276,42	0,79	80,28	19.723,58		
Segurança Pública	13.900,00	47.258,81	22.126,94	25.604,18	21.242,70	24.624,94	0,24	52,11	22.633,87		
Policimento	13.900,00	47.258,81	22.126,94	25.604,18	21.242,70	24.624,94	0,24	52,11	22.633,87		
Assistência Social	629.901,00	987.513,49	110.302,59	763.713,69	106.055,55	525.472,12	5,19	53,21	462.041,37		
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	24.881,43	1.559,00	6.407,50	1.559,00	4.597,50	0,05	18,48	20.283,93		
Assistência Comunitária	613.901,00	962.632,06	108.743,59	757.306,19	104.496,55	520.874,62	5,14	54,11	441.757,44		
Saúde	2.614.518,00	3.157.173,02	295.022,56	2.515.377,15	413.288,62	2.104.671,21	20,78	66,66	1.052.501,81		
Atenção Básica	2.486.317,00	2.963.674,36	279.799,12	2.390.868,42	392.138,31	2.006.571,80	19,81	67,71	957.102,56		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.500,00	108.016,12	0,00	61.412,75	13.435,00	35.352,75	0,35	32,73	72.663,37		
Vigilância Sanitária	10.000,00	21.781,54	-217,00	14.817,00	579,00	14.817,00	0,15	68,03	6.964,54		
Vigilância Epidemiológica	10.500,00	33.500,00	8.575,24	29.874,26	1.992,74	23.291,76	0,23	69,53	10.208,24		
Alimentação e Nutrição	30.200,00	30.200,00	6.865,20	28.404,72	5.143,57	24.637,90	0,24	81,58	5.562,10		
Abastecimento	3.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00		
Educação	1.622.528,00	1.766.682,70	221.973,74	1.378.284,37	265.720,39	1.307.347,24	12,91	74,00	459.335,46		
Ensino Fundamental	1.509.527,00	1.594.000,17	210.866,55	1.311.808,10	251.431,60	1.242.877,68	12,27	77,97	351.122,49		
Ensino Médio	3.000,00	3.000,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,00	11,00	2.670,00		
Ensino Superior	26.000,00	26.000,00	3.410,00	18.570,00	5.730,00	18.570,00	0,18	71,42	7.430,00		
Educação Infantil	84.001,00	143.682,53	7.697,19	47.576,27	8.558,79	45.569,56	0,45	31,72	98.112,97		
Cultura	43.000,00	44.700,00	330,84	44.392,63	5.810,84	35.152,63	0,35	78,64	9.547,37		
Difusão Cultural	43.000,00	44.700,00	330,84	44.392,63	5.810,84	35.152,63	0,35	78,64	9.547,37		
Urbanismo	169.903,00	608.509,76	188,75	550.802,36	110.009,02	228.530,73	2,26	37,56	379.979,03		
Infra-Estrutura Urbana	164.203,00	596.832,19	188,75	541.822,36	109.869,52	220.218,83	2,17	36,90	376.613,36		
Serviços Urbanos	5.700,00	11.677,57	0,00	8.980,00	139,50	8.311,90	0,08	71,18	3.365,67		
Habitação	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00		
Habitação Urbana	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00		
Saneamento	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00		
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.075.617,00	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	100,00	71,58
Gestão Ambiental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.213.002,00	1.539.000,00	202.179,39	1.261.953,11	150.520,76	1.042.374,37	10,29	67,73
Extensão Rural	1.198.000,00	1.230.400,00	89.179,39	974.328,11	150.520,76	867.749,37	8,57	70,53
Promoção da Produção Agropecuária	15.002,00	308.600,00	113.000,00	287.625,00	0,00	174.625,00	1,72	56,59
Indústria	5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	2.801,92	0,00	2.801,92	0,03	93,40
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	2.801,92	0,00	2.801,92	0,03	93,40
Transporte	1.682.402,00	2.829.491,06	189.720,26	2.558.059,20	268.928,63	2.466.318,01	24,35	87,16
Transporte Rodoviário	1.682.402,00	2.829.491,06	189.720,26	2.558.059,20	268.928,63	2.466.318,01	24,35	87,16
Desporto e Lazer	52.000,00	95.893,90	0,00	81.405,47	16.320,25	61.385,04	0,61	64,01
Desporto Comunitário	52.000,00	95.893,90	0,00	81.405,47	16.320,25	61.385,04	0,61	64,01
Encargos Especiais	585.000,00	585.000,00	51.365,04	387.746,86	69.964,56	364.228,53	3,60	62,26
Outros Encargos Especiais	585.000,00	585.000,00	51.365,04	387.746,86	69.964,56	364.228,53	3,60	62,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.075.617,00	14.151.154,70	1.413.377,46	11.709.783,21	1.824.286,59	10.128.846,89	100,00	71,58

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA DO 5º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.082.445,37	1.455.678,98	1.800.124,96	1.172.616,75	918.818,14	1.219.269,97	1.141.370,76	958.766,74	976.126,91	1.024.762,78	1.003.856,84	1.032.946,16	13.166.767,36	13.245.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		9.857,68	143.163,96	3.687,46	24.073,21	12.686,43	9.335,25	8.635,66	17.465,95	21.445,40	11.602,22	23.366,53	43.164,36	331.131,83	282.500,00
I.P.T.U.		0,00	1.142,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625,46	12.014,73	16.075,05	3.254,68	406,42	1.105,86	36.626,12	28.000,00
I.R.R.F.		1.312,88	121.004,49	0,00	2.187,99	487,40	1.063,02	687,25	934,95	3.686,21	1.436,01	1.567,59	20.165,09	162.312,58	82.000,00
I.S.S.		2.609,97	18.559,95	1.894,64	17.609,70	5.072,18	3.182,18	3.683,64	3.370,86	3.688,53	4.169,38	11.589,76	19.474,37	94.575,14	100.000,00
I.T.B.I.		5.900,39	2.116,88	2.302,82	1.350,39	1.350,39	3.360,00	1.300,00	560,00	550,00	2.450,00	9.640,00	4.400,00	35.011,26	32.000,00
Outras Receitas Tributárias		34,34	359,94	0,00	3.194,74	5.745,46	1.140,05	359,51	595,81	265,61	491,97	382,76	39,64	12.607,83	40.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.194,74	2.029,75	2.339,48	2.223,71	2.477,85	2.410,60	2.386,94	2.232,84	2.155,05	2.142,47	2.119,71	2.162,24	26.865,18	34.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		4.879,80	2.120,66	6.470,75	8.097,05	7.933,67	9.300,26	14.480,15	3.659,62	12.564,89	7.544,44	9.782,75	10.275,64	97.089,70	63.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		19.470,16	25.480,42	8.074,68	18.490,32	19.783,38	15.603,83	9.698,67	15.784,03	18.397,77	15.169,99	10.298,56	15.899,20	182.151,01	182.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.012.501,00	1.275.221,28	1.145.686,94	1.115.259,82	874.962,67	1.180.073,84	1.100.106,84	918.581,69	916.793,93	980.088,65	973.368,53	956.139,18	12.454.873,57	12.584.000,00
Cota-Parte do FPM		486.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.769,29	430.046,10	573.089,30	428.779,99	389.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.618.441,94	6.200.000,00
Cota-Parte do ICMS		386.206,23	393.572,78	392.333,40	373.603,97	379.012,86	389.631,23	375.226,66	381.183,78	384.226,39	371.624,52	398.472,34	410.825,51	4.575.421,67	4.400.000,00
Cota-Parte do IPVA		7.236,30	3.213,62	5.990,95	12.263,02	14.256,99	16.885,53	19.742,43	16.342,93	21.952,05	13.898,25	17.476,46	10.776,52	160.175,05	160.000,00
Cota-Parte do ITR		137,79	18,99	15,53	0,00	0,00	0,00	9,18	0,00	26,90	7,50	722,77	1.777,61	2.716,27	3.000,00
Outras Transferências Correntes		77.829,80	334.721,01	100.312,46	44.050,50	59.811,41	315.941,01	79.912,65	42.207,31	127.308,07	97.113,99	114.116,80	109.462,91	1.522.787,92	1.233.800,00
Transferências da LC 87/1999		6.001,05	6.413,93	6.277,80	5.315,00	5.193,53	5.655,06	6.150,74	5.658,17	6.016,37	6.203,48	5.837,85	6.251,62	71.176,60	64.000,00
Transferências do FUNDEB		1.594,41	1.594,41	1.659,99	1.659,99	0,00	1.659,99	1.659,99	1.659,99	1.659,99	1.659,99	1.659,99	1.659,99	18.119,73	24.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		43.919,54	43.892,88	44.265,45	43.175,44	39.854,59	40.155,92	43.906,89	41.550,52	38.474,53	41.156,07	42.000,38	43.882,18	506.034,39	500.000,00
DEDUÇÕES (II)		3.541,99	3.642,89	13.666,65	4.472,64	1.006,14	2.528,17	5.992,30	1.032,81	2.769,87	8.004,81	4.720,76	3.286,94	54.665,97	90.100,00
DEDUÇÕES (II)		178.150,06	180.161,36	200.221,26	205.606,50	155.099,12	164.795,02	195.275,17	168.964,48	159.602,15	168.363,42	163.449,50	160.558,40	2.089.206,44	2.170.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		178.150,06	180.161,36	200.221,26	205.606,50	155.099,12	164.795,02	195.275,17	168.964,48	159.602,15	168.363,42	163.449,50	160.558,40	2.089.206,44	2.170.200,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)		874.295,31	1.275.517,62	979.903,70	967.010,25	763.790,02	1.054.474,95	946.095,59	791.792,26	825.524,76	856.398,36	860.407,34	872.389,76	11.067.560,92	11.075.600,00
FONTE:															

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE DO 5º BIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	253.100,00	253.100,00	70.175,47	172.314,15	68,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	38.400,00	38.400,00	3.338,66	41.586,06	108,30
1.1.1- IPTU	28.000,00	28.000,00	1.512,28	35.482,40	126,72
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	1.458,99	5.461,37	68,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	400,00	400,00	367,39	642,29	160,57
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.000,00	32.000,00	14.040,00	26.993,99	84,36
1.2.1- ITBI	32.000,00	32.000,00	14.040,00	26.993,99	84,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.700,00	100.700,00	31.064,13	73.738,99	73,23
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	31.064,13	73.405,22	73,41
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	286,87	57,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	46,90	23,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82.000,00	82.000,00	21.732,68	29.995,11	36,58
1.4.1- IRRF	82.000,00	82.000,00	21.732,68	29.995,11	36,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.851.000,00	10.851.000,00	1.620.045,44	8.654.492,21	79,76
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	764.586,78	4.621.872,40	74,55
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	764.586,78	4.621.872,40	74,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	809.297,85	3.806.642,66	86,51
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	24.000,00	24.000,00	3.317,98	14.930,91	62,21
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.089,47	58.761,62	91,82
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.500,38	2.559,49	85,32
2.6- Cota-Parte IPVA	160.000,00	160.000,00	28.252,98	149.725,13	93,58
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.104.100,00	11.104.100,00	1.690.220,91	8.826.806,36	79,49
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	114.900,00	114.900,00	18.931,79	151.060,30	131,47
5.1- Transferências do Salário-Educação	62.000,00	62.000,00	9.426,55	48.546,30	78,30
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	0,00	740,00	37,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	12.000,00	12.000,00	2.276,00	9.111,10	75,93
5.4- Transferências Diretas - PNATE	38.000,00	38.000,00	6.244,60	21.862,57	57,53
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	67.135,63	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	900,00	900,00	984,64	3.664,70	407,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.003,00	70.003,00	13.219,78	50.114,67	71,59
6.1- Transferências de Convênios	70.003,00	70.003,00	13.219,78	50.114,67	71,59
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	232.500,00	232.500,00	1.057,63	115.853,30	49,83
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	417.403,00	417.403,00	33.209,20	317.028,27	75,95
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.170.200,00	2.170.200,00	324.007,90	1.730.895,02	79,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.240.000,00	1.240.000,00	152.917,32	924.374,25	74,55
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	161.858,90	761.326,98	86,51
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	663,58	2.986,11	62,21
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.417,59	11.751,29	91,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	500,05	511,86	85,31
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	32.000,00	32.000,00	5.650,46	29.944,53	93,58
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	504.000,00	504.000,00	86.248,65	420.089,38	83,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	500.000,00	500.000,00	85.882,56	418.421,97	83,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	366,09	1.667,41	41,69
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.670.200,00	-1.670.200,00	-238.125,34	-1.312.473,05	78,58
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	452.400,00	452.400,00	76.294,00	377.213,09	83,38
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	452.400,00	452.400,00	76.294,00	377.213,09	83,38
14- OUTRAS DESPESAS	51.600,00	51.600,00	6.585,45	17.163,45	33,26
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	51.600,00	51.600,00	6.585,45	17.163,45	33,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	504.000,00	504.000,00	82.879,45	394.376,54	78,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					394.376,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					89,79
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					4,09
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.776.025,00	2.776.025,00	422.555,23	2.206.701,59	79,49
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	70.000,00	72.883,00	8.558,79	45.569,56	62,52
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.334.825,00	1.335.942,00	215.515,84	1.076.308,16	80,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	504.000,00	504.000,00	82.879,45	394.376,54	78,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	830.825,00	831.942,00	132.636,39	681.931,62	81,97
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.404.825,00	1.408.825,00	224.074,63	1.121.877,72	79,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.312.473,05
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.667,41
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.310.805,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.432.683,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %					27,56
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	130.202,00	130.202,00	27.168,04	88.088,44	67,66
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	130.202,00	130.202,00	27.168,04	88.088,44	67,66
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.535.027,00	1.539.027,00	251.242,67	1.209.966,16	78,62

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

SALDO ATÉ O BIMESTRE

CANCELADO EM 2014

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		(g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	418.421,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.667,41	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	420.089,38	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO 5º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				R\$ 1,00
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	253.100,00	253.100,00	172.314,15	68,08
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	28.000,00	28.000,00	35.482,40	126,72
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	32.000,00	32.000,00	26.993,99	84,36
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	73.405,22	73,41
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82.000,00	82.000,00	29.995,11	36,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	8.500,00	8.500,00	5.748,24	67,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	600,00	600,00	689,19	114,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.851.000,00	10.851.000,00	8.654.492,21	79,76
Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	4.621.872,40	74,55
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.559,49	85,32
Cota-Parte IPVA	160.000,00	160.000,00	149.725,13	93,58
Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	3.806.642,66	86,51
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	58.761,62	91,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	14.930,91	62,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	14.930,91	62,21
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.104.100,00	11.104.100,00	8.826.806,36	79,49

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	600.200,00	600.200,00	514.981,47	85,80
Provenientes da União	600.200,00	600.200,00	514.981,47	85,80
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.000,00	3.000,00	3.439,67	114,66
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	603.202,00	603.202,00	518.421,14	85,94

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.489.315,00	2.813.757,67	2.236.480,77	79,48	1.834.393,65	65,19
Pessoal e Encargos Sociais	1.452.000,00	1.478.410,21	1.152.272,65	77,94	1.105.244,25	74,76
Outras Despesas Correntes	1.037.315,00	1.335.347,46	1.084.208,12	81,19	729.149,40	54,60

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	92.002,00	274.674,00	228.905,38	83,34	224.053,38	81,57
Investimentos	92.002,00	274.674,00	228.905,38	83,34	224.053,38	81,57
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.581.317,00	3.088.431,67	2.465.386,15	79,83	2.058.447,03	66,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	601.202,00	713.202,00	538.500,35	21,84	457.359,11	22,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	600.200,00	712.200,00	538.500,35	21,84	457.359,11	22,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.002,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	601.202,00	713.202,00	538.500,35	21,84	457.359,11	22,22
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.980.115,00	2.375.229,67	1.926.885,80	57,98	1.601.087,92	44,43
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						18,14
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb)/100]						277.066,97

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	0,00	0,00			
Inscritos em 2013		0,00	0,00			0,00
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)
		0,00	0,00		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO	
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)
		-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.486.317,00	2.925.134,01	2.359.282,14	95,70	1.984.985,52	96,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.500,00	108.016,12	61.412,75	2,49	35.352,75	1,72
Vigilância Sanitária	10.000,00	21.781,54	14.817,00	0,60	14.817,00	0,72
Vigilância Epidemiológica	10.500,00	33.500,00	29.874,26	1,21	23.291,76	1,13
TOTAL	2.581.317,00	3.088.431,67	2.465.386,15	100,00	2.058.447,03	100,00

Continua 3/4

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+III"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+III"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $IV/(II+I) - (15 \times IIIb)/100$

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO 5º BINESTRE 2014

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.012.400,00	1.712.758,71	8.827.658,75	7.906.888,36
Receita Tributária	282.500,00	68.771,49	178.090,27	130.950,84
I.P.T.U.	28.000,00	1.512,28	35.482,40	21.325,63
I.S.S.	100.000,00	31.064,13	73.405,22	32.210,19
I.T.B.I.	32.000,00	14.040,00	26.993,99	39.371,46
I.R.R.F.	82.000,00	21.732,68	29.995,11	23.183,76
Outras Receitas Tributárias	40.500,00	422,40	12.213,55	14.859,80
Receita de Contribuição	34.000,00	4.281,95	22.630,69	21.939,96
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	34.000,00	4.281,95	22.630,69	21.939,96
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	63.200,00	20.038,39	90.089,24	42.262,07
(-) Aplicações Financeiras	63.200,00	20.038,39	90.089,24	42.262,07
Transferências Correntes	10.413.800,00	1.605.499,81	8.432.256,27	7.546.532,84
F.P.M.	4.960.000,00	611.669,46	3.697.498,15	3.422.601,76
I.C.M.S.	3.520.000,00	647.438,95	3.045.315,68	2.732.188,87
Convênios	70.000,00	49.227,50	87.301,02	54.297,39
Outras Transferências Correntes	1.863.800,00	297.163,90	1.602.141,42	1.337.444,82
Demais Receitas Correntes	282.100,00	34.205,46	194.681,52	207.464,72
Dívida Ativa	21.000,00	1.900,63	19.457,08	12.355,10
Diversas Receitas Correntes	261.100,00	32.304,83	175.224,44	195.109,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	174.400,00	1.719.745,00	683.858,56
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	15.148,07
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	74.400,00	178.800,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	100.000,00	1.540.945,00	668.710,49
Convênios	17,00	100.000,00	1.540.945,00	668.710,49
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	100.000,00	1.540.945,00	668.710,49
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.012.417,00	1.812.758,71	10.368.603,75	8.575.598,85
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.310.115,73	1.672.977,42	8.312.855,34	7.387.099,47
Pessoal e Encargos Sociais	5.821.262,66	959.741,41	4.598.427,83	4.071.241,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	170.000,00	10.376,66	60.129,63	166.925,03
Outras Despesas Correntes	5.318.853,07	702.859,35	3.654.297,88	3.148.932,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.140.115,73	1.662.600,76	8.252.725,71	7.220.174,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.821.038,97	151.309,17	1.815.991,55	525.942,62
Investimentos	2.540.038,97	112.199,25	1.620.542,35	454.547,25
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	280.000,00	39.109,92	195.449,20	71.395,37
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.541.038,97	112.199,25	1.620.542,35	454.547,25

Município de Marema - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.701.154,70	1.774.800,01	9.873.268,06	7.674.721,69
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.688.737,70	37.958,70	495.335,69	900.877,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	496.862,77	0,00
Superávit Financeiro	-	-	496.862,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				386.800,00

FONTE:

Marema, 14/11/2014

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº 3004 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3004 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) no programa e verba abaixo discriminado:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0506 - GERENCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0132.2066 - Apoio a Prática de Diversas Modalidades Esportivas

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da Anulação de Dotação Orçamentária do programa e verba abaixo discriminado:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0506 - GERENCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0132.2066 - Apoio a Prática de Diversas Modalidades Esportivas

0506 - 44900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Novembro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Auxiliar Administrativo

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 439/2014**

PORTARIA n.º 439/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora GIOVANNA DANIEL DAL TOÉ, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 435/2014.

Meleiro, 14 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 440/2014

PORTARIA n.º 440/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JUAREZ POLLÁ, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/11/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 162/2014

PORTARIA Nº 0162/2014 de 05.11.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALIDIANE ZAMPROGNA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.132/2014, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando laudo médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento para fins de Licença Gestante,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedida à Servidora Pública Municipal ALIDIANE ZAMPROGNA, matrícula nº 1352-8, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 154/2004 de 24.08.2004, lotada no Departamento Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Gestante, sem prejuízo da remuneração, sendo no período de 05.11.2014 a 03.05.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório: 423/2014

Contrato n. 046/2014

Contratada: DKS Gráfica LTDA ME

Valor: R\$ 1792,80

O Prefeito Municipal do Município de Modelo, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que termo aditivo 001/2014 ao contrato n. 046/2014, tendo como objeto a aquisição de matérias e serviços gráficos para a manutenção das atividades, da administração em geral do Município de Modelo. Ficando aditado o item 15(quinze), com a seguinte descrição: Papel (210mmx297mm) 75 G/m² - Caixa 10x500, Folhas Branco.

Modelo (SC), 14 de novembro de 2014

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 291/2014

DECRETO Nº 291/2014 DE 12.11.2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica, em especial em atendimento às determinações legais do Ministério Da Educação/Fundo Nacional Da Educação e demais disposições legais pertinentes a matéria, Considerando em especial de conformidade com a Lei Municipal 1929/2010 de 09/11/2010;

Considerando as indicações dos responsáveis para substituição de representantes junto ao CAE, sendo do Poder Executivo Municipal, das Escolas Públicas, dos Pais e Alunos e da Sociedade Civil;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, do Município de Modelo- SC, passando a vigor a sua composição na forma legal e conforme abaixo especificado:

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MODELO SC:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- GRAZIANE FRIGO HASLINGER - TITULAR
- JORGE LUIZ VARNIER - SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

- LUCIMAR DE FÁTIMA R. DAL'AGNOL - TITULAR
- NILVA FATIMA ALEBRANDT - SUPLENTE
- ILIANA MARIA PEGORARO CASAGRANDE - TITULAR
- ELIANE FATIMA HANAUER CHAVES - TITULAR

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS

- MARGIT POST - TITULAR
- IDIANE CANSAN - SUPLENTE
- MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN - TITULAR
- CLEITON LUIZ ONGHERO - SUPLENTE
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
- MIRTES N. CASTAMAN - TITULAR
- NARA FRITZEN - SUPLENTE
- CAMILA BONCOSKI - TITULAR
- ADAUTO DEOTTI - SUPLENTE

Art. 2º - O Mandato do Conselho da Alimentação Escolar, de conformidade com a Lei Municipal nº 1929/2010, é de quatro anos, sendo de 06 de novembro de 2014 a 06 de novembro de 2018.

Art. 3º - O serviço do conselho será considerando de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício e/ou obrigação social.

Art. 4º - As atribuições do CAE são as de conformidade com a Lei Municipal 1929/2010 e demais determinações legais, em especial normas e orientações do MEC/FNDE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC,
aos 12 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de setor

DECRETO Nº 292/2014

DECRETO Nº 292/2014 DE 12.11.2014.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRESSO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO PELA PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal 1.347/1998, Arts. 32, 36 a 41, Seção II,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Avaliação do Progresso Funcional dos profissionais do Magistério Público Municipal, para progresso por desempenho, de conformidade com as disposições da Seção II da Lei Municipal nº 1.347/1998, a seguir nominados:

I - REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL - ÁREA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Janete Toseto
- Lovani Teresinha Baron

II - REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL - ÁREA DE ENSINO FUNDAMENTAL

- Margarete Schlintwein Turella
- Gelci Maria Vogel

III - REPRESENTANTE DO SETOR DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA
- Eliane Chaves

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNIAIPAL DE EDUCAÇÃO
- Jussane Frandoloso

V - REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
- Marines Zanini

Art. 2º - O serviço do conselho será considerando de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício e/ou obrigação social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 293/2014

DECRETO Nº 293/2014 DE 13.11.2014.

CESSA O BENEFÍCIO DE PENSÃO DA SRA. ZÉLIDE BIANCHI SAVAGNAGO, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DA BENEFICIÁRIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 971/90, Lei Orgânica Municipal e em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o falecimento da Sra. Zélide Bianchi Savagnago, pensionista neste município, beneficiária do Ex-Servidor Demétrio Savagnago,

DECRETA:

Art.1º - Fica cessada a pensão da Senhora ZÉLIDE BIANCHI SAVAGNAGO, a partir de 09.11.2014, em virtude de seu falecimento ocorrido no dia 09 de novembro de 2014, conforme certidão de óbito arquivada na pasta funcional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 13 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI Nº 1677/2014

LEI nº 1677/2014

"DENOMINA RUA MIGUEL SMIELEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal de Morro da Fumaça. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Miguel Smielevski, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Sem Denominação, situada na localidade de Linha Torrens, iniciando-se no entrocamento com a Rodovia Municipal Tranquilo Sartor, seguindo daí até encontra-se com a Rodovia Municipal Fermano Magagnin, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Prefeito Auzilio Frasson, 13 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

LEI Nº 1676/2014

LEI Nº 1676/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, O IMÓVEL QUE ESPECÍFICA, DE PROPRIEDADE DE LEONORA PARTICIPAÇÕES E INCORPORADORA LTDA."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, com fundamento no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o imóvel urbano de propriedade de Leonora Participações e Incorporadora Ltda, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 107, de 09 de dezembro de 2013, conforme descrito a seguir:

Um terreno urbano, situado na cidade de Morro da Fumaça, localizada à Avenida Inocente Pagnan, com área de 764,81 m² (setecentos e sessenta e quatro metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: frente ao LESTE, com a Avenida Inocente Pagnan medindo 12,00; fundos ao OESTE com a Rua Eugênio Pagnan com 12,00; NORTE com terras de Getúlio Pagnan com 63,15; ao SUL, com terras José Luiz Maccari.

Terreno este sem benfeitorias.

O referido imóvel está matriculado sob o nº 28.097 (procedência matrícula 14.074, fls. 01, ano 1990), no Cartório de Registro de Imóveis de Urussanga-SC.

Art. 2º - O bem objeto da desapropriação de que trata esta Lei destina-se ao Município, para conservação e melhoramento de vias públicas, observadas as limitações administrativas existentes sobre o imóvel.

Art. 3º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1662, de 03 de Setembro de 2014.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 13 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

LEI Nº 1675/2014

LEI Nº 1675/2014

"DENOMINA "UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE HENRIQUE CIZEWSKI" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º. A Unidade Básica de Saúde localizada na Linha Cabral, Morro da Fumaça, Santa Catarina, denominar-se-á: "UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE HENRIQUE CIZEWSKI".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 12 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

DECRETO Nº 104/2014

DECRETO Nº 104/2014, em 13 de Novembro de 2014.

"FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.110, DE 18/12/02, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DA TAXA DE VERIFICAÇÃO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (ALVARÁ), TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ALVARÁ SANITÁRIO) E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - É Fixado o Índice de Correção Monetária da Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará), Taxa de Vigilância Sanitário (Alvará Sanitário) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 6,59%, para o ano de 2015, conforme art. 3º, da Lei 1.110, de 18/12/2002.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 13 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 105/2014

DECRETO Nº 105/2014, em 13 de Novembro de 2014.

“FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416, § 1º, da Lei Complementar nº 002, de 21 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2015, referente ao recolhimento de Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Artigo 2º - A Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) terá desconto de 10% (dez por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 10 de Fevereiro de 2015.

Artigo 3º - O pagamento da Parcela nº 01, referente à Taxa de Verificação de Postura e Normas Urbanísticas (Alvará), terá vencimento no dia 11 de fevereiro de 2015.

Artigo 4º - A Taxa de Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) terá vencimento no dia 10 de fevereiro de 2015.

Artigo 5º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terá desconto de 15% (quinze por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 10 de fevereiro de 2015.

Artigo 6º - As parcelas referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) obedecerão ao seguinte calendário:

I. Parcela 01 - com vencimento em 13 de fevereiro de 2015;

II. Parcela 02 - com vencimento em 13 de março de 2015;

III. Parcela 03 - com vencimento em 15 de abril de 2015;

IV. Parcela 04 - com vencimento em 15 de maio de 2015;

V. Parcela 05 - com vencimento em 15 de junho de 2015;

VI. Parcela 06 - com vencimento em 15 de julho de 2015;

VII. Parcela 07 - com vencimento em 14 de agosto de 2015;

VIII. Parcela 08 - com vencimento em 15 de setembro de 2015;

IX. Parcela 09 - com vencimento em 15 de outubro de 2015;

X. Parcela 10 - com vencimento em 13 de novembro de 2015;

XI. Parcela 11 - com vencimento em 15 de dezembro de 2015;

XII. Parcela 12 - com vencimento em 15 de janeiro de 2016.

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 13 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 225 ALTERA LC 6 ISENÇÃO DE IPTU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 225 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 238 DA LEI COMPLEMENTAR 6 DE 31/12/2002, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 77 DE 7/5/2010.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O § 3º do artigo 238 da lei complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 238 - É isento totalmente do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - e taxas que incidirem sobre a propriedade imóvel unifamiliar o sujeito passivo da obrigação tributária residente e domiciliado no município, desde que:[...]”

§ 3º - As isenções de que trata este artigo serão requeridas anualmente entre 1º de abril e 31 de outubro do ano que antecede o benefício, através de requerimento interposto no órgão municipal competente, instruído com os documentos necessários à comprovação dos requisitos exigidos à concessão da isenção.”

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2943 CONVÊNIO COM A AMFRI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - , tendo por objeto tem por objeto a Cooperação Técnica e Financeira para Desenvolvimento de Projetos Básicos e Executivos para Qualificação e Urbanização de Praças, Ruas, Avenidas e Obras de Macrodrenagem, conforme descrição dos estudos e planos do Anexo I, integrante desta lei.

Art. 2º Para a execução do objeto deste Convênio, a AMFRI receberá do município de Navegantes a importância até R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), que deverão ser pagos em 9 (nove) parcelas mensais conforme Cronograma de Desembolso, Anexo III integrante desta lei.

Art. 3º A AMFRI disponibilizará, a título de contrapartida, as instalações físicas necessárias à elaboração dos trabalhos e restituirá, ao Município de Navegantes, os recursos que porventura não forem utilizados para a consecução do objeto do Convênio, através de prestação de contas.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito
01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manut. e Func. do Gabinete do Prefeito
3.3.50.00.00.00.00 - Trans. Inst. Privadas Sem fins Lucrativos

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

ANEXO I DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Descrição dos Estudos e Projetos a Serem Executados

Item	Serviço	Quantidade	Unidade
1	Avenida Conselheiro João Gaya - Trecho entre Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral e R. Anibal Gaya	01	unid.
1.1	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.480,00	m
1.2	Projeto de Drenagem Pluvial	1.480,00	m
1.3	Projeto de Sinalização Viária	1.480,00	m
1.4	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
2	Avenida Prefeito José Juvenal Mafra - Trecho entre R. Roberto Reiser e Av. João Sacavém	01	unid.
2.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.650,00	m
2.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.650,00	m
2.3	Projeto de Sinalização Viária	1.650,00	m
2.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.650,00	m
2.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
3	Ruas João Emílio, 26 de Agosto e R. Presidente Nereu Ramos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral	01	unid.
3.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.170,00	m
3.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.170,00	m
3.3	Projeto de Sinalização Viária	1.170,00	m
3.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.170,00	m
3.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
3.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
4	Rua Arnaldo Passos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral	01	unid.
4.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.230,00	m
4.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.230,00	m
4.3	Projeto de Sinalização Viária	1.230,00	m
4.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.230,00	m
4.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
5	Avenida Vereador Nereu Liberato Nunes - Trecho entre R. Manoel Felício Adriano e Av. Conselheiro João Gaya	01	unid.
5.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	840,00	m
5.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	840,00	m
5.3	Projeto de Sinalização Viária	840,00	m
5.4	Projeto de Drenagem Pluvial	840,00	m
5.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.

6	Projeto de Acesso ao Aeroporto - Binário- Av. Portuária / R. Gracilides C. Reiser / Av. Ver. Nereu L. Nunes / R. Manoel L. Rocha	01	unid.
6.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	3.480,00	m
6.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	3.480,00	m
6.3	Projeto de Sinalização Viária	3.480,00	m
6.4	Projeto de Drenagem Pluvial	3.480,00	m
6.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
7	Macro drenagem Av. Santos Dumont - Ligação entre Av. Conselheiro João Gaya e Rio Itajaí	01	unid.
7.1	Estudo Hidrológico e Memorial de Cálculo Hidráulico	52,00	ha
7.2	Projeto executivo de Macro drenagem	700,00	m
7.3	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
8	Urbanização da Praça Central e Acesso ao Ferry Boat	01	unid.
8.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	7.500,00	m²
8.2	Projeto executivo de urbanização	1,00	unid.
8.3	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

ANEXO II DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Cronograma de Execução

Item	Serviço	Mês								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Avenida Conselheiro João Gaya - Trecho entre Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral e R. Anibal Gaya	X	X	X	X					
2	Avenida Prefeito José Juvenal Mafra - Trecho entre R. Roberto Reiser e Av. João Sacavém		X	X	X					
3	Ruas João Emílio, 26 de Agosto e R. Presidente Nereu Ramos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral				X	X	X			
4	Rua Arnaldo Passos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral						X	X		
5	Av. Vereador Nereu Liberato Nunes - Trecho entre R. Manoel Felício Adriano e Av. Conselheiro João Gaya							X	X	
6	Projeto de Acesso ao Aeroporto - Binário- Av. Portuária / R. Gracilides C. Reiser / Av. Ver. Nereu L. Nunes / R. Manoel L. Rocha						X	X	X	X
7	Macro drenagem Av. Santos Dumont - Ligação entre Av. Conselheiro João Gaya e Rio Itajaí			X	X	X				
8	Urbanização da Praça Central e Acesso ao Ferry Boat	X	X							

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio nº 100 - Centro
 CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500

ANEXO III DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Cronograma de Desembolso

Para execução dos serviços inerentes ao objeto deste convênio a AMFRI receberá do MUNICÍPIO a importância de até R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) que deverão ser pagos em 09 (nove) parcelas mensais conforme cronograma de desembolso:

- I. 1ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de dezembro de 2014;
- II. 2ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de janeiro de 2015;
- III. 3ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de fevereiro de 2015;
- IV. 4ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de março de 2015;
- V. 5ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de abril de 2015;
- VI. 6ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de maio de 2015;
- VII. 7ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de junho de 2015;
- VIII. 8ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de julho de 2015; e

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 270/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 270/2014

Contrato Nº.: 270/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Arte Real Hotelaria e Agência de Turismo Ltda.

CNPJ: 04.025.139/0001-40.

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 07/11/2015.

Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Licitação : Pregão Presencial nº 191/2014.

Recursos : Dotação: 2.012.3390.00 / 2.002.3390.00 / 2.015.3390.00/ 2.035.3390.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de cotação, de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de bilhetes de passagens aéreas e terrestres, nacionais e internacionais e hospedagem/reservas de hotel para a Prefeitura, Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Navegantes, conforme Pregão Presencial nº 191/2014 Navegantes, 07 de novembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 163/2011

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 163/2011

Origem: Processo Licitatório nº 118/2011 - Pregão Presencial nº 047/2011; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A., inscrita no CNPJ nº 02.558.157/0001-62. Objeto do Contrato: Cláusula Terceira do Contrato nº 163/2011, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para período de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Nova Trento, 05 de janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCOVOLTOLINI

Prefeito

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 163/2011

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 163/2011

Origem: Processo Licitatório nº 118/2011 - Pregão Presencial nº 047/2011; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A., inscrita no CNPJ nº 02.558.157/0001-62.

Objeto do Contrato: Altera a Cláusula Primeira do Contrato nº 163/2011 para, conforme acordo entre as partes, acrescer de 30 para 35 (trinta e cinco) a quantidade de aparelhos de celular disponibilizados em regime de comodato.

Altera a Cláusula Quarta do Contrato nº 163/2011, aditivando o valor inicial em 25% com fundamento na Lei 8.666/93, alínea d, §1º, em função do aumento do número de aparelhos disponibilizados e de que estes novos aparelhos virão com pacote de dados. Valor: R\$ 43.091,25 (Quarenta e três mil, noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

Nova Trento, 03 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

PORTARIA Nº 961/2014

PORTARIA Nº 961/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Novembro/2014, o Servidor Público Municipal JAIME CADORIN, matrícula nº 928, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Transportes, nomeado no cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Transportes, com 40 horas semanais, na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2013 a 11/01/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 11 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 219/2014

DECRETO nº 219/2014

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 09/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Edital de Classificação Final do Processo Seletivo, realizado de acordo com o Edital nos 09/2014, conduzido pela Comissão de Processo Seletivo, para provimento das vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, cuja relação dos classificados consta no Anexo Único do respectivo Edital objeto da homologação.

Art. 2º O prazo de validade do processo seletivo simplificado ora homologado é de caráter excepcional e temporário, em postos de trabalho, até dia 28 de fevereiro de 2015 ou até a realização do concurso público a contar da data de publicação deste Decreto, nos termos da legislação municipal de regência.

Art. 3º A convocação dos aprovados para a posse nos respectivos cargos dar-se-á por Decreto, na medida das necessidades da Administração Pública municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 935/2014

PORTARIA Nº 935/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 433/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 072/2014, MARIA MADALENA MINATTI, matrícula nº 6323, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário,

do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MARIA MADALENA MINATTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 618.362.229-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 888,67 (oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO
este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Maria Madalena Minatti
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 942/2014

PORTARIA Nº 942/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 477/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, ANDRÉ FELIZARDO, matrícula nº 6368, para exercer o

cargo de Técnico de Radiologia, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor ANDRÉ FELIZARDO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Jacob Morsch, nº 136, Bairro Itopava Norte, Município de Blumenau, portador do CPF nº 009.516.999-70, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Radiologia, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.474,74 (um mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento

(Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

André Felizardo
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 947/2014

PORTARIA Nº 947/ 2014
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, (Estatuto do Funcionário Público Municipal de Nova Trento),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal CELINA BUTTCHEWITZ, matrícula nº 131, concursada, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2000 a 01/04/2005, a contar de 05 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 05 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 09/2014

PROCESSO SELETIVO 09/2014

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação final do processo seletivo para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Elenice Ferrari	15.12.1987	04	02	05	5,4	5,4
02	Cristiane Silva Nunes	29.08.1989	04	02	05	5,4	5,4
03	Juliana Aparecida dos Santos	30.07.1989	02	02	06	5,2	5,2

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CENTRO)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Viviani de Lima	21.03.1980	03	04	07	7,0	7,0
02	Édina Rosalaine dos Santos Cavaleiro	29.08.1981	02	05	06	6,4	6,4

00	Rosemilda Perotoni Peixer	NÃO COMPARECEU
----	---------------------------	----------------

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CLARAÍBA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Neusa Maria Mariann Guarnieri	13.07.1987	02	02	07	5,8	5,8
02	Katiana da Silva	07.04.1982	01	02	04	3,6	3,6
00	Adriana Cristina Quarasma Manarin	NÃO COMPARECEU					

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Rafael Hermes Junkes	16.07.1982	02	03	03	3,8	3,8
00	Cesar Rubleski	NÃO COMPARECEU					

CARGO: TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM - HIC

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Aide Prado Alvares	25.03.1962	02	03	07	6,2	6,2
02	Lucimari Brizolla de Vargas Marques	06.07.1982	01	02	02	2,4	2,4

CARGO: ESTAGIÁRIO (INFORMÁTICA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Tadeu Emanuel Scalvin	01.07.1998	02	04	09	7,8	7,8
02	Pablo Mafessoli	06.11.1995	02	04	06	6,0	6,0
03	Luiz Felipe Garcia de Vargas	17.09.1996	01	05	06	6,0	6,0

04	Flávio Olívio Giaco- mini	23.03.1998	01	04	04	4,4	4,4
00	Jackson Jacinto Mistura	NÃO COMPARECEU					

CARGO: ENFERMEIRO (A) - HIC

CLASS.	NOME COM- PLE- TO	DATA DE NASCIMEN- TO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRI- TA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Por- tu- guês	Ma- te- má- tica	Conh. Especí- ficos			
01	Van- derlita Trai- notti	04.08.1969	02	03	05	4,0	0,5	4,5

CARGO: FARMACÊUTICO (A) - HIC

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMEN- TO	ACERTOS			NOTA PRO- VA ES- CRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FI- NAL
			Por- tu- guês	Ma- te- má- tica	Conh. Especí- ficos			
01	Indianara Waltrick Abreu	20.03.1991	02	04	05	4,2	00	4,2
02	Taiza Dell'Antonio	21.06.1991	03	03	04	3,6	00	3,6
03	Michely Zandoná	18.07.1981	01	03	03	2,6	00	2,6

CARGO: PSICÓLOGO (A) - NASF

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMEN- TO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRI- TA	NOTA PRO- VA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Por- tu- guês	Ma- te- má- tica	Conh. Especí- ficos			
01	Pollyan- na Ruberti Voltolini	25.04.1990	02	04	05	4,2	00	4,2
02	Catia- ne de Oliveira	01.02.1987	03	02	05	4,0	00	4,0

Com relação ao critério de desempate , proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 14 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 949/2014

PORTARIA Nº 949/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 484/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 076/2014, LÉCIO REUTER, matrícula nº 6374, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de novembro de 2014 a 04 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor LÉCIO REUTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Aguti, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 504.788.509-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta

Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 735,93 (setecentos e trinta e cinco reais noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Lécio Reuter

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 950/2014

PORTARIA Nº 950/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 483/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 076/2014, JULIANO MARCOS DA SILVA, matrícula nº 6373, para exercer o cargo de Técnico de Radiologia, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de novembro de 2014 a 04 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JULIANO MARCOS DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 126, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 021.322.619-70, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Radiologia, com 40

(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.474,74 (um mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 06 de novembro de 2014 a 04 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini Juliano Marcos da Silva
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de novembro

de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 954/2014

PORTARIA Nº 954/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 485/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 076/2014, EVELISE VALENTINA TIRLONI TILL, matrícula nº 6375, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 08 de novembro de 2014 a 06 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora EVELISE VALENTINA TIRLONI TILL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Battisti Archer, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 580.114.639-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto

Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em a contar de 08 de novembro de 2014 a 06 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Evelise Valentina Tirloni Till
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 962/2014

PORTARIA Nº 962/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 08/2014, de 18/08/2014, convocada conforme Decreto nº 216/2014, FRANCIELE SILVEIRA, matrícula nº 6491, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 11 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição a Titular Lilian Cristiani Fontanelli, afastada conforme Portaria nº 103/2013 (Nomeação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FRANCIELE SILVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Bayer Sobrinho, nº 676, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.674.669-13, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Lilian Cristiani Fontanelli, afastada conforme Portaria nº 103/2013 (Nomeação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Franciele Silveira
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 963/2014

PORTARIA Nº 963/ 2014

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 04 (quatro) dias, a contar de 04 de novembro de 2014 a 07 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 12/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA TP 02-2014- CAMARA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção terceira etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital. QUE na data de sua realização dia 14/11/2014 às 14:00, que houve a participação da única empresa VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP, a qual pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADA para a fase subsequente, qual seja julgamento da proposta, que se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 14 de Novembro de 2.014.
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção terceira etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital. QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentando única proposta, sagrando-se VENCEDORA, a empresa VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP, com o valor global de R\$ 238.758,26 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos) estando o preço de acordo com o previsto no edital.

Novo Horizonte (SC), em 14 de Novembro de 2.014.
Comissão Permanente de Licitação

Ouro Verde

PREFEITURA

LEI Nº916

Lei Nº 916/2014.

"AUTORIZA A VENDA DE BENS MÓVEIS, CONFORME ESPECIFICA."

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado mediante Processo Licitatório sob a modalidade "LEILÃO", a efetuar a venda dos seguintes bens:

a) 01 (um) Micro-onibus, Modelo Marcopolo/Volare A8 ESC, Combustível Óleo Diesel, Ano de fabricação 2002, Ano Modelo 2003, Capacidade 30P, 145CV, chassi 93PB04B2M3C008783, Placas MFP 0210, com lance mínimo de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

b) 01 (um) Veículo Fiat/Palio Fire Economy, Combustível Álcool/Gasolina, Ano de fabricação 2009, Ano Modelo 2010, Potência 75cv, placas MGG 9533, chassi 9BD17164LA5373346, com lance mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

c) 01 (um) Veículo Fiat/Uno Mille Way, Combustível Álcool/Gasolina, Ano de fabricação 2011, Ano Modelo 2011, Potência 66cv, placas MII 3732, chassi 9BD15804AB6570240, com lance mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 14 de novembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEILÃO 0003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LEILÃO Nº. 0003/2014.

O Município de Ouro Verde - SC, TORNA PÚBLICO, que de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizara no dia 05 de Dezembro de 2014, às 09h00min, LEILÃO de bens inservíveis Objeto: 01 (um) Micro-onibus, Modelo Marcopolo/Volare A8 ESC, Combustível Óleo Diesel, Ano de fabricação 2002, 01 (um) Veículo Fiat/Palio Fire Economy, Combustível Álcool/Gasolina, Ano de fabricação 2009, e 01 (um) Veículo Fiat/Uno Mille Way, Combustível Álcool/Gasolina, Ano de fabricação 2011, conforme edital. A íntegra do Edital e outras informações, na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro das 07h00min às 13h00min ou site: www.ouroverde.sc.gov.br

Ouro Verde (SC), 14 de Novembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

Paial**PREFEITURA****PP 27/2014 PM**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2014

Objeto: registro de preços para possível aquisição de material de expediente destinados a manutenção das atividades CRAS - Centro de Referência em Assistência Social do Município de Paial, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 13hs15min do dia 28/11/2014

Abertura: 28/11/2014 as 13hs30min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 12 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

PP 028/2014 PM

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2014

Objeto: registro de preços para possível aquisição de materiais para decoração natalina dos prédios públicos do Município de Paial, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 27/11/2014

Abertura: 27/11/2014 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 14 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****ERRATA 02/2014 EDITAL 04/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 002

Edital nº 04/2014 - Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)

Temporada de Verão 2014/2015

O Município de Palhoça torna público que o Edital 04/2014 - Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2014/2015, sofreu alteração no item 3.4, na letra "h", passando a ter nova redação: Laudos de Vistorias de embarcações feitos pela Capitania dos Portos de Santa Catarina (embarcação e rebocadora). Diante da Capitania dos Portos não conseguir realizar as vistorias das embarcações dos inscritos deste Edital até o dia 10/11/2014, prorroga-se a apresentação do descrito acima para o dia 01/12/2014 até o dia 08/12/2014, antecedente a retirada dos boletos bancários referente a Taxa de Fiscalização e ocupação permanente.

Para critério de desempate, altera-se também o item 4.3 - Em caso de permanência de empate, será escolhido por idade do requerente em ordem decrescente. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 13 de novembro de 2014.

Nilson João Espíndola

Secretário de Receita

Vice Prefeito Palhoça

AVISO DE ANULAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº91/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE ANULAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 91/2014

O Município de Palhoça torna público que fica ANULADO a Concorrência Pública Nº 91/2014, que tem como objeto a Contratação de empresa para Implantação e execução, através de Terraplenagem, Drenagem, Pavimentação Asfáltica, Passeios e Sinalização, da Avenida das Torres - entre a AV. Ilza Terezinha Pagani à Marginal da BR 101 (Área Industrial)- Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. A ANULAÇÃO se dá devido a significativas alterações na referida planilha/projeto pelo serviço de engenharia do BRDE, órgão responsável pela análise/aprovação final do objeto. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas.

Palhoça, 14 de novembro de 2014.

Secretaria de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº 001/2014 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014 - AQUISIÇÃO DE 07 (SETE) APARELHOS DE AR CONDICIONADO MINI SPLIT 12000 E INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO CAPAS E ACABAMENTO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E GABINETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**ERRATA Nº 001/2014 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº016/2014.

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que foi alterado o Anexo I e II e o dia do Processo licitatório, conforme nova especificação. De acordo com artigo 21, parágrafo 4º da lei 8666/93 e suas alterações, ficando a abertura dos envelopes para:

Onde se lia:

ANEXO I

PREGÃO Nº/2014

TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objeto a aquisição de 15 (quinze) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT, ciclo quente e frio, e instalação completa com capas e acabamento em diversas repartições da CMP, incluindo acabamento, conforme descrição e especificações, a saber:

LOTE ÚNICO			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .
02	UN	209	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, consumo "A" de energia, cor branca.
03	UN	006	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.
04	UN	009	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 9.000 BTU/h.
05	UN	006	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 12.000 BTU/h.

Agora se lê:

ANEXO I

PREGÃO Nº/2014

TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objeto a aquisição de 07 (sete) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT, ciclo quente e frio, e instalação completa com capas e acabamento em diversas repartições da CMP, incluindo acabamento, conforme descrição e especificações, a saber:

LOTE ÚNICO			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .
02	UN	007	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.
03	UN	007	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 12.000 BTU/h.

Onde se lia:

ANEXO II

PREGÃO Nº/2014

Planilha contendo o preço unitário médio para efeito de aquisição (art. 9º, inciso III, do Decreto nº 3.931/01)

1. O valor unitário médio estimado para aquisição dos itens é aquele que consta no demonstrativo abaixo:

LOTE ÚNICO				
ITEM	UNID	QDE	MATERIAL	VALOR MÉDIO PARA EFEITO DE AQUISIÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .	R\$ 7.500,00
02	UN	009	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, consumo "A" de energia, cor branca.	R\$ 13.320,00
03	UN	206	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.	R\$ 9.090,00

04	UN	009	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 9.000 BTU/h	R\$ 4.500,00
05	UN	006	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 12.000 BTU/h	R\$ 3.000,00
			Valor total estimado para este processo e de:	R\$ 37.410.00

Abertura do Processo de Licitação para Aquisição de 09 (nove) Aparelhos de Ar Condicionado MiNi SPLIT 9000 Btus Ciclo Quente e Frio , Aquisição de 06 (seis) Aparelhos de Ar Condicionado tipo Mini SPLIT 12000 e Instalação completa, incluindo capas e acabamento nos Setores Administrativos e Gabinetes da Câmara Municipal de Palhoça, dia 18 de novembro de 2014 às 09:00h

Agora se lê:

ANEXO II

PREGÃO Nº/2014

Planilha contendo o preço unitário médio para efeito de aquisição (art. 9º, inciso III, do Decreto nº 3.931/01)

2. O valor unitário médio estimado para aquisição dos itens é aquele que consta no demonstrativo abaixo:

LOTE ÚNICO				
ITEM	UNID	QDE	MATERIAL	VALOR MÉDIO PARA EFEITO DE AQUISIÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .	R\$ 3.500,00
02	UN	207	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.	R\$ 10.605,00
03	UN	007	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 12.000 BTU/h	R\$ 3.500,00
			Valor total estimado para este processo e de:	R\$ 17.605.00

A data de abertura do Pregão Presencial nº 016/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Abertura do Processo de Licitação para Aquisição de 07 (sete) Aparelhos de Ar Condicionado MiNi SPLIT 12000 e Instalação completa, incluindo capas e acabamento nos Setores Administrativos e Gabinetes da Câmara Municipal de Palhoça, dia 27 de novembro de 2014 às 09:00h e a vistoria dia até dia 24/11/2014 "

Palhoça, 14 de novembro de 2014.

MARIA INACIA DE MELO PIAZZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 399/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 399/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Chefe de Unidade de Sanitária, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Milena Montardo Serri de Castro, brasileira, portadora do CPF nº 028.339.949-07, matrícula nº 10322, ocupante do Cargo de Enfermeira, nomeada pela portaria nº 248/2008, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 400/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 400/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, Natalia Machado Rocha da Luz, brasileira, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 10970, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 401/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 401/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Taise Aguiar Souza, brasileira, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 072.141.699-32, matrícula nº 11057, para ocupar o Cargo de Diretora de Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE OUTUBRO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	181.994,14
1.2 - ITBI	82.872,99
1.3 - ISS	420.312,38
1.4 - FPM	4.621.872,40
1.5 - IRRF	164.636,86
1.6 - ICMS	2.896.445,04
1.7 - IPI	44.127,38
1.8 - IPVA	517.377,49
1.9 - ITR	16.141,50
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.209,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	38.116,87
1.12 - Multas e Juros de Mora	18.776,24
TOTAL	9.013.882,43

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	2.253.470,61
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.988.117,97
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	21.106,76
2.3 - Convênios	1.436.923,11
TOTAL	5.699.618,45

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.621.434,59	1.621.532,35	97,76
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.205.534,84	1.264.833,86	59.299,02
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	803.689,89	196.863,65	-606.826,24
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	632.036,02	760.936,86	128.900,84
3.5 - Convênios e Transferências	1.436.923,11	1.244.911,82	-192.011,29
TOTAL	5.699.618,45	5.089.078,54	-610.539,91

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 13 de novembro de 2014.

% APLICADO : 26,43%

Aplicado a maior : 128.998,60

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.129.837,92	0,00
Pessoal Ativo	6.948.295,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	181.542,28	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	92.033,83	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	92.033,83	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.037.804,09	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.037.804,09	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.682.432,17
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		47,93
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		7.928.513,37
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		7.532.087,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		7.135.662,03
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 13/11/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE OUTUBRO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
MÊS DE OUTUBRO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	181.994,14
1.2 - ITBI	82.872,99
1.3 - ISS	420.312,38
1.4 - FPM	4.621.872,40
1.5 - IRRF	164.636,86
1.6 - ICMS	2.896.445,04
1.7 - IPI	44.127,38
1.8 - IPVA	517.377,49
1.9 - ITR	16.141,50
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.209,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	38.116,87
1.12 - Multas e Juros de Mora	18.776,24
TOTAL	9.013.882,43

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.352.082,36
2.2 - Rendimento de Aplicação	41.005,03
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.419.779,78
TOTAL	2.812.867,17

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.352.082,36	1.958.099,65	606.017,29
3.2 - Convênios e Transferências	1.460.784,81	976.649,85	-484.134,96
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	2.812.867,17	2.934.749,50	121.882,33

% aplicado = 21,72%

Aplicado a maior = 606.017,29

Paulo Lopes, 13 de novembro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.771.800,00	15.771.800,00	3.523.944,80	22,34	13.783.283,13	87,39	1.988.516,87
RECEITAS CORRENTES	14.771.800,00	14.771.800,00	2.313.955,96	15,66	12.075.456,13	81,75	2.696.343,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.313.000,00	1.313.000,00	169.568,45	12,91	1.044.349,59	79,54	268.650,41
IMPOSTOS	1.050.000,00	1.050.000,00	147.205,63	14,02	949.816,37	80,93	200.183,63
TAXAS	263.000,00	263.000,00	22.362,82	8,50	194.533,22	73,97	68.466,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	64.403,72	16,10	333.143,16	83,29	66.856,84
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	400.000,00	400.000,00	64.403,72	16,10	333.143,16	83,29	66.856,84
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	43.604,89	0,00	164.861,77	0,00	-164.861,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	43.604,89	0,00	164.861,77	0,00	-164.861,77
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	1.410,00	5,64	5.625,00	22,50	19.375,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.346.800,00	12.346.800,00	2.012.663,07	16,30	10.371.939,96	84,01	1.974.860,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.331.800,00	12.331.800,00	2.012.663,07	16,32	10.371.939,96	84,11	1.959.860,04
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	687.000,00	687.000,00	22.305,83	3,25	155.536,65	22,64	531.463,35
Multas e Juros de Mora	80.000,00	80.000,00	12.682,41	15,85	72.438,40	90,55	7.561,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	313,34	1,25	2.024,54	8,10	22.975,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82.000,00	82.000,00	9.310,08	11,35	81.047,16	98,84	952,84
RECEITAS DIVERSAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	26,55	0,01	499.973,45
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	1.209.988,84	121,00	1.707.827,00	170,78	-707.827,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.209.988,84	0,00	1.702.827,00	0,00	-1.702.827,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	1.209.988,84	0,00	1.702.827,00	0,00	-1.702.827,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.771.800,00	15.771.800,00	3.523.944,80	22,34	13.783.283,13	87,39	1.988.516,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.771.800,00	15.771.800,00	3.523.944,80	22,34	13.783.283,13	87,39
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.771.800,00	15.771.800,00	3.523.944,80	22,34	13.783.283,13	87,39
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	542.854,76	—	—	325.727,49	—
Superávit Financeiro	—	542.854,76	—	—	325.727,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.771.800,00	3.811.342,44	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	59,72
DESPESAS CORRENTES	13.147.500,00	81.108,34	13.228.608,34	1.709.614,13	10.402.954,58	2.011.807,70	10.074.704,73	76,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.222.000,00	-100.246,42	8.121.753,58	1.277.366,10	6.314.770,92	1.277.366,10	6.314.770,92	77,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	195,02	970,10	195,02	970,10	48,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.923.500,00	181.354,76	5.104.854,76	432.053,01	4.087.213,56	734.246,58	3.758.963,71	73,64
DESPESAS DE CAPITAL	2.614.300,00	3.730.234,10	6.344.534,10	396.741,17	3.738.230,59	273.867,70	1.619.613,86	25,53
INVESTIMENTOS	2.284.300,00	3.730.234,10	6.014.534,10	396.596,79	3.409.960,41	273.723,32	1.291.343,68	21,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	144,38	328.270,18	144,38	328.270,18	99,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.771.800,00	3.811.342,44	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	59,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.771.800,00	3.811.342,44	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	7.888.823,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.088.964,54	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.771.800,00	3.811.342,44	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	13.783.283,13	7.888.823,85

FONTE:

PAULO LOPES , 13/11/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Secretária de Finanças	LUCIANE FIRMINA SILVANO Diretora de Controle Interno	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1
---	--	---	---

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	Legislativa	15.771.800,00	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	100,00	59,72	7.888.823,85
	Ação Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	111.276,74	579.635,78	111.276,74	579.635,78	4,96	51,75	540.364,22
		1.120.000,00	1.120.000,00	111.276,74	579.635,78	111.276,74	579.635,78	4,96	51,75	540.364,22
	Administração	3.372.000,00	3.507.000,00	277.229,75	2.133.504,24	294.180,60	1.995.280,18	17,06	56,89	1.511.719,82
	Administração Geral	1.977.000,00	2.112.000,00	230.753,32	1.835.304,89	247.465,64	1.702.545,88	14,56	80,61	409.454,12
	Administração Financeira	1.395.000,00	1.395.000,00	46.476,43	298.199,35	46.714,96	292.734,30	2,50	20,98	1.102.265,70
	Assistência Social	395.000,00	425.000,00	36.744,30	250.854,75	41.016,17	226.256,06	1,93	53,24	198.743,94
	Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	0,00	15.000,00	0,00	1.250,00	0,01	3,13	38.750,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	105.000,00	105.000,00	14.393,33	77.616,13	15.232,97	75.434,78	0,65	71,84	29.565,22
	Assistência Comunitária	250.000,00	280.000,00	22.350,97	158.238,62	25.783,20	149.571,28	1,28	53,42	130.428,72
	Saúde	3.858.000,00	4.013.500,00	608.831,53	3.043.297,47	625.481,46	2.987.736,96	25,55	74,44	1.025.763,04
	Atenção Básica	3.858.000,00	4.013.500,00	608.831,53	3.043.297,47	625.481,46	2.987.736,96	25,55	74,44	1.025.763,04
	Educação	4.347.000,00	5.401.400,51	687.470,10	3.785.070,99	725.940,90	3.639.312,03	31,12	67,38	1.762.088,48
	Ensino Fundamental	3.580.000,00	4.618.400,51	590.201,96	3.315.599,07	613.657,64	3.184.482,72	27,23	68,95	1.433.917,79
	Educação Infantil	723.000,00	739.000,00	97.288,14	429.471,92	100.571,79	423.433,41	3,62	57,30	315.566,59
	Educação Especial	44.000,00	44.000,00	0,00	40.000,00	11.711,47	31.395,90	0,27	71,35	12.604,10
	Cultura	91.000,00	170.980,98	10.241,85	150.381,22	10.241,85	23.159,86	0,20	13,55	147.821,12
	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	91.000,00	170.980,98	10.241,85	150.381,22	10.241,85	23.159,86	0,20	13,55	147.821,12
	Urbanismo	813.000,00	884.989,74	0,00	762.738,59	146.187,32	729.675,60	6,24	82,45	155.314,14
Infra-Estrutura Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Serviços Urbanos	810.000,00	780.000,00	0,00	760.000,00	146.187,32	726.937,01	6,22	93,20	53.062,99	
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	102.989,74	0,00	2.738,59	0,00	2.738,59	0,02	2,66	100.251,15	
Habituação	38.000,00	67.000,00	0,00	3.265,00	0,00	3.265,00	0,03	4,87	63.735,00	
Habituação Urbana	38.000,00	67.000,00	0,00	3.265,00	0,00	3.265,00	0,03	4,87	63.735,00	
Saneamento	82.000,00	231.500,00	11.673,36	207.141,71	81.743,36	207.141,71	1,77	89,48	24.358,29	
Saneamento Básico Rural	82.000,00	231.500,00	11.673,36	207.141,71	81.743,36	207.141,71	1,77	89,48	24.358,29	
Agricultura	261.000,00	286.000,00	42.293,71	246.042,26	49.190,71	233.555,44	2,00	81,66	52.444,56	
Extensão Rural	261.000,00	286.000,00	42.293,71	246.042,26	49.190,71	233.555,44	2,00	81,66	52.444,56	
Transporte	1.278.800,00	3.363.771,21	311.402,74	2.935.974,69	190.207,12	1.026.914,02	8,78	30,53	2.336.857,19	
Transporte Rodoviário	1.278.800,00	3.363.771,21	311.402,74	2.935.974,69	190.207,12	1.026.914,02	8,78	30,53	2.336.857,19	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.771.800,00	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	100,00	59,72
Desporto e Lazer	106.000,00	102.000,00	9.191,22	43.278,47	10.209,17	42.385,95	0,36	41,55
Desporto Comunitário	106.000,00	102.000,00	9.191,22	43.278,47	10.209,17	42.385,95	0,36	41,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.771.800,00	19.583.142,44	2.106.355,30	14.141.185,17	2.285.675,40	11.694.318,59	100,00	59,72

FONTE:

PAULO LOPES, 13/11/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.123.000,00	1.123.000,00	154.867,47	906.709,48	80,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	237.000,00	237.000,00	21.088,50	230.714,05	97,35
1.1.1- IPTU	175.000,00	175.000,00	15.229,99	181.994,14	104,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	323,36	807,55	40,38
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	40.000,00	40.000,00	3.428,49	33.030,69	82,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.106,86	14.881,67	74,41
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	3.200,00	82.872,99	57,15
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	3.200,00	82.872,99	57,15
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	511.000,00	511.000,00	96.880,00	428.485,58	83,85
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	95.076,67	420.312,38	84,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	962,79	1.408,98	70,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	602,46	5.086,18	72,66
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	218,08	1.678,04	83,90
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230.000,00	230.000,00	33.696,97	164.636,86	71,58
1.4.1- IRRF	230.000,00	230.000,00	33.696,97	164.636,86	71,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.651.000,00	9.651.000,00	1.505.056,11	8.107.172,95	84,00
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.621.872,40	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.621.872,40	77,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	614.739,14	2.896.445,04	93,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.490,92	11.209,14	74,73
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.000,00	50.000,00	9.079,82	44.127,38	88,25
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	13.379,70	16.141,50	269,02
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	100.779,75	517.377,49	107,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.774.000,00	10.774.000,00	1.659.923,58	9.013.882,43	83,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	355.000,00	355.000,00	62.963,08	300.191,20	84,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	42.847,92	221.332,41	88,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	60.000,00	60.000,00	12.012,00	48.048,00	80,08
5.4- Transferências Diretas - PNATE	25.000,00	25.000,00	6.356,60	18.176,68	72,71
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.766,54	12.634,11	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	491.669,59	495.248,53	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	490.000,00	490.000,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	1.669,59	5.248,53	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	417.000,00	417.000,00	112.908,93	465.198,35	111,56
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	772.000,00	772.000,00	667.561,58	1.260.638,08	163,30
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.930.200,00	1.930.200,00	301.010,78	1.621.532,35	84,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	152.917,32	924.474,24	77,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	122.947,64	579.288,15	93,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	496,18	2.241,81	74,73
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.815,97	8.825,32	88,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	2.675,91	3.228,22	269,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	20.155,76	103.474,61	107,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	413.803,71	2.009.224,73	87,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	408.072,11	1.988.117,97	86,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	5.731,60	21.106,76	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	369.800,00	369.800,00	107.061,33	366.585,62	99,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.570.000,00	1.570.000,00	278.420,61	1.264.833,86	80,56
13.1- Com Educação Infantil	240.000,00	240.000,00	37.963,86	193.057,41	80,44
13.2- Com Ensino Fundamental	1.330.000,00	1.330.000,00	240.456,75	1.071.776,45	80,58
14- OUTRAS DESPESAS	730.000,00	767.854,76	21.104,82	223.717,71	29,14
14.1- Com Educação Infantil	225.000,00	195.000,00	7.903,90	68.521,25	35,14
14.2- Com Ensino Fundamental	505.000,00	572.854,76	13.200,92	155.196,46	27,09
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.300.000,00	2.337.854,76	299.525,43	1.488.551,57	63,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.488.551,57
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					62,95
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					11,13
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					25,91
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					37.357,06
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					37.357,06
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.693.500,00	2.693.500,00	414.980,90	2.253.470,61	83,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	626.000,00	567.000,00	52.756,06	293.046,73	51,68
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.049.000,00	3.116.854,76	409.101,54	1.960.616,20	62,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.835.000,00	1.902.854,76	253.657,67	1.226.972,91	64,48
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.214.000,00	1.214.000,00	155.443,87	733.643,29	60,43
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.675.000,00	3.683.854,76	461.857,60	2.253.662,93	61,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					366.585,62
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					21.106,76
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					37.357,06
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					425.049,44
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.828.613,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					20,29
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	171.000,00	171.000,00	40.390,00	111.285,02	65,08
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	281.000,00	1.176.545,75	171.566,22	1.003.201,00	85,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	452.000,00	1.347.545,75	211.956,22	1.114.486,02	82,70
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.127.000,00	5.031.400,51	673.813,82	3.368.148,95	66,94

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		440.615,11	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.988.117,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.877.596,34	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.488.243,23	0,00
49.2 Restos a Pagar		389.353,11	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		21.106,76	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		572.243,50	0,00

PAULO LOPES, 13/11/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 37.357,06, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.123.000,00	1.123.000,00	906.709,48	80,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	175.000,00	175.000,00	181.994,14	104,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	82.872,99	57,15
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	420.312,38	84,06
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230.000,00	230.000,00	164.636,86	71,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.000,00	4.000,00	2.216,53	55,41
Dívida Ativa dos Impostos	47.000,00	47.000,00	38.116,87	81,10
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	22.000,00	22.000,00	16.559,71	75,27
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.651.000,00	9.651.000,00	8.107.172,95	84,00
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	4.621.872,40	77,03
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	16.141,50	269,02
Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	517.377,49	107,79
Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	2.896.445,04	93,43
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	44.127,38	88,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	11.209,14	74,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	11.209,14	74,73
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.774.000,00	10.774.000,00	9.013.882,43	83,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.317.000,00	1.317.000,00	1.022.207,33	77,62
Provenientes da União	1.217.000,00	1.217.000,00	915.742,55	75,25
Provenientes dos Estados	100.000,00	100.000,00	106.464,78	106,46
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.317.000,00	1.317.000,00	1.022.207,33	77,62

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.815.000,00	3.860.500,00	2.968.158,13	76,89	2.913.189,84	75,46
Pessoal e Encargos Sociais	2.922.000,00	2.902.000,00	2.227.852,11	76,77	2.227.852,11	76,77
Outras Despesas Correntes	893.000,00	958.500,00	740.306,02	77,24	685.337,73	71,50
DESPESAS DE CAPITAL	43.000,00	153.000,00	75.139,34	49,11	74.547,12	48,72
Investimentos	43.000,00	153.000,00	75.139,34	49,11	74.547,12	48,72

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	43.000,00	153.000,00	75.139,34	49,11	74.547,12	48,72
Investimentos	43.000,00	153.000,00	75.139,34	49,11	74.547,12	48,72
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.858.000,00	4.013.500,00	3.043.297,47	75,83	2.987.736,96	74,44
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.397.000,00	1.620.000,00	1.045.140,17	34,34	1.029.637,31	34,46
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.337.000,00	1.560.000,00	992.152,71	32,60	976.649,85	32,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	60.000,00	60.000,00	52.987,46	1,74	52.987,46	1,77
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.397.000,00	1.620.000,00	1.045.140,17	34,34	1.029.637,31	34,46
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.461.000,00	2.393.500,00	1.998.157,30	41,48	1.968.099,65	39,98
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						21,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						606.017,29

Continúa 2/4

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013						
	0,00		0,00	100.584,77	-100.584,77	0,00
TOTAL	0,00		0,00	100.584,77	-100.584,77	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28			LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-		-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.858.000,00	4.013.500,00	3.043.297,47	100,00	2.987.736,96	100,00
TOTAL	3.858.000,00	4.013.500,00	3.043.297,47	100,00	2.987.736,96	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

PAULO LOPES , 13/11/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01/2014- FMAS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 20/11/2014, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme cláusula 9 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSCRIÇÃO

NOME

1º - 316

JOSEMARA DO AMARAL

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da

documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de novembro de 2014.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.102, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.102, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.560,00 (Dois mil, quinhentos e sessenta reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0202 - Secretaria de Administração e Finanças

0202.27 - Desporto e Lazer

0202.27.812 - Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 - Esporte e Vida

0202.27.812.2701.2043 - Manutenção das Atividades Esportivas

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.560,00 (Dois mil, quinhentos e sessenta reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0202 - Secretaria de Administração e Finanças

0202.27 - Desporto e Lazer

0202.27.812 - Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 - Esporte e Vida

0202.27.812.2701.2043 - Manutenção das Atividades Esportivas

3390-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.101, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.101, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3390-0000- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte 0101

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3191-0000- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte 0101

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.354, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº.354, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA IVETE MARTINS OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92, e ainda a Lei Complementar 155 de 11 de agosto de 2009;

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER, a partir de 12 de Novembro de 2014, a servidora IVETE MARTINS ocupante do cargo efetivo de servente, lotada na Secretaria de Educação, cultura e esportes, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE, sendo o gozo de 12 de Novembro de 2014 a 10 de Maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 12 de Novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 300/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 300/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de aquisição 2 AR CONDICIONADO PARA BOMBEIROS, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 194/2014.

EMPRESA CONTRATADA: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o equipamento, no valor de R\$ 2.455,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 05 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 500/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 500/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL1138 55192230B 04/09/2007 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 321/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 321/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU8634	55600547A	07/04/2006	57380	186 * II	191.53
MAM0098	55600531A	25/02/2006	51850	167	127.69
MDQ1127	55601319A	07/02/2006	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 97/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 97/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABD8276	54486654A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
ADJ1356	54486655A	10/10/2001	66370	230 * IX	127.69
AEG1509	54486305A	02/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
BMA8902	54486505A	03/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ2032	54486453A	03/10/2001	69200	233	127.69
LXS2804	54486906A	10/10/2001	69120	232	53.20
LXU0402	54486304A	02/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY3049	54486909A	10/10/2001	51850	167	127.69
LZJ0379	54486308A	02/10/2001	50100	162 * I	574.61
MAQ4382	54486306A	02/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAS6733	54486905A	10/10/2001	51850	167	127.69
MBF6264	54486301A	02/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBZ2232	54486303A	02/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MDF4820	54486907A	10/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
MDI1060	54486653A	10/10/2001	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 327/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 327/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU8634	55600548A	07/04/2006	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1585/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1585/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AUW9838	54883134E	11/07/2014	54521	181 * VIII	127.69
DAK5646	54985865E	10/08/2014	51851	167	127.69
DOZ1372	54985941E	05/09/2014	57380	186 * II	191.53
LXR5950	54985898E	23/08/2014	55415	181 * XVII	53.20
LZR7381	54985965E	24/08/2014	53800	181 * I	85.12
MAV6445	54985958E	24/08/2014	54600	181 * IX	85.12
MBG2952	54882554E	12/08/2014	51851	167	127.69
MCR9812	54882430E	06/08/2014	54521	181 * VIII	127.69
MDP8303	54985746E	10/08/2014	51851	167	127.69
MDQ5789	54985656E	07/07/2014	52070	169	53.20
MFF9471	54882577E	21/08/2014	55250	181 * XV	85.12
MGB6568	54883149E	25/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MGW5153	54985759E	09/08/2014	52070	169	53.20
MGX6306	54985803E	15/08/2014	60501	208	191.53
MHF2968	54986004E	03/09/2014	57380	186 * II	191.53
MIJ8782	54985753E	07/08/2014	59670	203 * V	191.53
MIN8430	54985764E	13/08/2014	52070	169	53.20
MKC1361	54985748E	15/08/2014	59670	203 * V	191.53
MKT9887	54985969E	24/08/2014	58350	195	127.69
MLM3418	54985954E	23/08/2014	51851	167	127.69
MLO0505	54883411E	03/08/2014	59241	203 * I	191.53
MMH1030	54450571E	24/08/2014	51852	167	127.69
MMH1030	54450570E	24/08/2014	51851	167	127.69
MMJ7783	54985778E	22/08/2014	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 511/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 511/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIS5315	55192358B	15/10/2007	65990	230 * V
LXR7119	55192158B	30/09/2007	50100	162 * I
LYE5929	55191681B	20/10/2007	69200	233
LYK1813	55255564B	19/11/2007	65800	230 * IV
MAP9029	55191882B	05/10/2007	50100	162 * I
MEB5009	55192414B	03/11/2007	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 348/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 348/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX5407	55601739A	12/07/2006	60500	208
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 202/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 202/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR0502	54487130A	30/10/2003	69200	233	127.69
LWY8027	55599663A	16/11/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZL7591	54488183A	30/11/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZL7644	54488177A	20/11/2003	69200	233	127.69
MBK4124	54488180A	29/11/2003	50100	162 * I	574.61
MEU8074	54488400A	02/12/2003	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 359/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 359/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM7854	55601092A	08/09/2006	66370	230 * IX
LXM7854	55601091A	08/09/2006	66100	230 * VII
MAC1582	55601625A	08/08/2006	50100	162 * I
MBJ7416	55599896A	26/07/2006	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 154/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 154/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSB4623	54488060A	01/12/2002	55410	181 * XVII	53.20
KGN2632	54486840A	26/11/2002	51850	167	127.69
LWV4207	54487602A	28/11/2002	70300	244 * I	191.53
LWV4207	54487602A	28/11/2002	73400	252 * IV	85.12
LWY2714	54488058A	25/11/2002	69120	232	53.20
LXH9588	54486842A	27/11/2002	65990	230 * V	191.53
LXR6276	54488062A	01/12/2002	70480	244 * II	191.53
LYE9600	54486841A	26/11/2002	69120	232	53.20
LYG4719	54488065A	05/12/2002	65990	230 * V	191.53
LYZ8137	54488057A	25/11/2002	65990	230 * V	191.53
LZQ9762	54488063A	05/12/2002	50100	162 * I	574.61
LZQ9762	54488064A	05/12/2002	51690	165	957.69
LZU0187	54487601A	28/11/2002	60500	208	191.53
MAF3320	54488059A	29/11/2002	54520	181 * VIII	127.69

MCG2019 54486737A 03/12/2002 55410 181 * XVII 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 365/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 365/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT7427	55601852A	11/09/2006	69120	232
MAP7584	55599827A	22/10/2006	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 143/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 143/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAT9195	54488004A	10/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
ABI0832	54486726A	12/09/2002	67850	231 * II * a	191.53
AFS3413	54486725A	12/09/2002	67850	231 * II * a	191.53
LXK2303	54487787A	15/09/2002	55250	181 * XV	85.12
LYV3545	54488001A	10/09/2002	62110	218 * I * a	127.69
LZA7066	54488002A	10/09/2002	70640	244 * IV	191.53
MAN4774	54932644A	08/09/2002	55680	181 * XIX	127.69
MCY9350	54487839A	12/09/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 106/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 106/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AHK8093	54486820A	11/12/2001	72340	250	* I * a	85.12
AWR0909	54487167A	06/12/2001	52070	169		53.20
BIJ9113	54486365A	07/12/2001	60410	207		127.69
BRD1965	54486764A	10/12/2001	69200	233		127.69
IGF1321	54486765A	10/12/2001	54520	181	* VIII	127.69
LWW0561	54487168A	11/12/2001	52070	169		53.20
LXR6579	54486236A	12/12/2001	55680	181	* XIX	127.69
LXS0568	54486668A	05/12/2001	69200	233		127.69
LXU6493	54486274A	08/12/2001	50100	162	* I	574.61
LXV1947	54486314A	05/12/2001	59320	203	* II	191.53
LXW5813	54486276A	09/12/2001	52070	169		53.20
LXX7136	54486875A	11/12/2001	69120	232		53.20
LYC0017	54486272A	08/12/2001	57380	186	* II	191.53
LYE1259	54486870A	12/12/2001	50450	162	* V	191.53
LYM6827	54486818A	11/12/2001	72340	250	* I * a	85.12
LYM6827	54486819A	11/12/2001	65990	230	* V	191.53
LYU0818	54486367A	11/12/2001	61220	214	* I	191.53
LYV1662	54486234A	08/12/2001	57200	186	* I	127.69
LZI5980	54486366A	10/12/2001	61220	214	* I	191.53
LZL8014	54486315A	13/12/2001	69120	232		53.20
LZO0089	54486869A	12/12/2001	65990	230	* V	191.53
LZU3821	54486237A	12/12/2001	57380	186	* II	191.53
MAJ3779	54486925A	09/12/2001	65990	230	* V	191.53
MBN2689	54486233A	07/12/2001	59320	203	* II	191.53
MBR2189	54486235A	08/12/2001	57200	186	* I	127.69
MBR6399	54486363A	07/12/2001	60410	207		127.69
MBW7618	54486232A	07/12/2001	70300	244	* I	191.53
MJS3210	54486924A	06/12/2001	57380	186	* II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 36/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 36/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN4080	55559144	18/10/1998	70300	244 * I	191.53
ACL3012	55559348	22/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
ACL6242	55560893	22/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
AFN7469	55561253	29/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
BHF5755	55561122	27/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
BNH9041	55560322	28/10/1998	72340	250 * I * a	85.12
BOC1404	55561048	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
BUM0941	55560989	26/10/1998	57380	186 * II	191.53
BXS6435	55559544	05/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
GTG2550	55560305	27/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
HOX4083	55560891	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LWV5522	55561078	24/10/1998	70300	244 * I	191.53
LWV5870	55559187	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LWV9241	55561047	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LWY9154	55559343	08/08/1998	65990	230 * V	191.53
LXB4398	55559048	02/11/1998	67690	230 * XXII	85.12
LXC2906	55561041	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXE0904	55561037	22/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
LXE5133	55561024	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXF4351	55560302	27/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
LXG1041	55561088	30/10/1998	70480	244 * II	191.53
LXH3231	55561256	29/10/1998	65990	230 * V	191.53
LXL7700	55560943	17/09/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXO1000	55561082	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXO3700	55561029	20/10/1998	72340	250 * I * a	85.12
LXP6269	55559362	21/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXP6269	55559363	21/10/1998	66960	230 * XV	127.69
LXR9263	55561018	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXV8174	55560791	09/11/1998	50370	162 * III	574.61
LYB4397	55560988	26/10/1998	57380	186 * II	191.53
LYC0262	55560778	14/09/1998	51690	165	957.69
LYE5458	55560323	28/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
LYF1573	55561132	05/11/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LYG2177	55560327	30/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYL1857	55559831	10/09/1998	54600	181 * IX	85.12
LYM5419	55561076	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYN9721	55561035	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYR1785	55559359	21/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYS5822	55561049	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYW1547	55561019	20/10/1998	51930	168	191.53
LYY1950	55559045	01/11/1998	51850	167	127.69
LYY5587	55560518	20/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LYY5587	55560984	21/10/1998	57380	186 * II	191.53
LZE1898	55560924	23/09/1998	55410	181 * XVII	53.20
LZG0989	55561023	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZH4081	55560303	27/10/1998	72340	250 * I * a	85.12
LZL6785	55561073	23/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZR2059	55561115	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZR5242	55561107	23/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZR7718	55561104	23/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZS4154	55561101	19/10/1998	51850	167	127.69
LZV6033	55561028	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZV6308	55560895	22/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZW2763	55559347	22/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZY4571	55560898	22/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZZ4495	55560338	01/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAA4881	55561109	23/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAD0341	55561016	20/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAD8454	55561102	19/10/1998	50530	162 * VI	191.53
MAG9927	55561114	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69

MAJ3809	55560324	28/10/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM9440	55561119	24/10/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP9940	55560259	05/11/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ7210	55560329	30/10/1998	64400	224					53.20
MBM2222	55561093	03/11/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR2590	55561258	29/10/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3350	55561039	24/10/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJP6666	55561013	20/10/1998	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 360/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 360/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC2692	55601847A	12/08/2006	57380	186 * II
LYY3538	55601588A	18/08/2006	61220	214 * I
MAJ5792	55600100A	29/08/2006	51850	167
MFP7282	55602004A	27/08/2006	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 307/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 307/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC8897	55600528A	22/02/2006	60500	208
LZP9580	55601326A	11/02/2006	55500	181 * XVIII
LZP9580	55600874A	11/02/2006	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 238/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 238/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACN8408	55600104A	26/09/2004	60500	208
BOI0026	55599926A	26/09/2004	55250	181 * XV
LWZ8309	55599600A	07/09/2004	51690	165
LZF2545	55600009A	09/08/2004	57200	186 * I
MBZ2105	55599925A	25/09/2004	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 392/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 392/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

GXK8585	55599948A	15/12/2006	66370	230 * IX	127.69
JPC6999	55190123B	06/12/2006	51420	164 c/c 162 * V	191.54
JPC6999	55190122B	06/12/2006	50450	162 * V	191.54
JPC6999	55190121B	06/12/2006	65990	230 * V	191.54
LWY0957	55601971A	24/11/2006	69120	232	53.20
LWY0957	55601972A	24/11/2006	65990	230 * V	191.54
LWY0957	55601970A	24/11/2006	50100	162 * I	574.61
LZM9119	55600622A	15/12/2006	65990	230 * V	191.54
LZM9119	55600624A	15/12/2006	66290	230 * VIII	127.69
LZP5974	55601861A	01/12/2006	65990	230 * V	191.54
MBA2532	55602043A	17/12/2006	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCN0488	55601867A	10/12/2006	65990	230 * V	191.54
MCY2797	55599843A	08/12/2006	65990	230 * V	191.54

MCY2797 55599842A 08/12/2006 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 165/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 165/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHI8061	54488242A	20/02/2003	57380	186 * II	191.53
KJA1380	54488086A	20/02/2003	51850	167	127.69
LXK9020	54488240A	12/02/2003	55250	181 * XV	85.12
LXS2804	54488243A	20/02/2003	70480	244 * II	191.53
LZN3028	54488239A	11/02/2003	50100	162 * I	574.61
LZV2039	54488264A	30/01/2003	57380	186 * II	191.53
MAB9006	54488241A	12/02/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MAY1756	54487992A	18/02/2003	51850	167	127.69
MAZ0790	54488087A	20/02/2003	69120	232	53.20
MBB5336	54487562A	08/02/2003	69120	232	53.20
MBC0500	54486958A	17/02/2003	69120	232	53.20
MBC0500	54486958A	17/02/2003	51690	165	957.69
MBD2304	54487700A	17/02/2003	62380	218 * II * a	127.69
MBU2508	54487699A	11/02/2003	57460	187 * I	85.12
MCN5431	54488244A	20/02/2003	70480	244 * II	191.53
MDB6690	54487991A	10/02/2003	50450	162 * V	191.53
MDB6690	54487990A	10/02/2003	65990	230 * V	191.53
MFM6600	54487993A	18/02/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 514/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 514/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB5171	55192360B	15/10/2007	60500	208	191.54
LZR0853	55192351B	30/09/2007	60500	208	191.54
MBY7594	55190726B	26/07/2007	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 399/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 399/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXT1769	55190274B	06/02/2007	51850	167
LYO7992	55190703B	31/01/2007	51850	167
MDN9456	55601682A	02/02/2007	57200	186 * I
MFK7181	55601393A	04/02/2007	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

DECRETO Nº 2.881, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.881, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, em conjunto com a Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da política de garantia dos direitos da pessoa idosa,

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal do Idoso de Pomerode, a ser realizada no dia 25 de Novembro de 2014, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades."

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 04 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito de Pomerode

FABIANA FRAGOSO

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2011 RENOVAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2011
RENOVAÇÃO

Processo Administrativo n.º 027/2011.
Dispensa de Licitação n.º 001/2011.
Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Locadora: TÂNIA ALSLEBEN.
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA LEOPOLDO ALSLEBEN, S/N.º, LOCALIDADE DE TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PARA O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DO POSTO DE SAÚDE TESTO CENTRAL - UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DR. HORST WILHELM BERNHARDT, DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS E PACIENTES DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor aluguel mensal - reajuste INPC- R\$1.200,00 (um mil duzentos reais).
Valor total 12 meses - R\$14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais).

Pomerode/SC, 03 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 016/2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DE 580 METROS QUADRADOS NA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO MUNICIPAL PROFESSORA NOEMI VIEIRA DE CAMPOS SCHROEDER, SITUADA NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 5.427 - BAIRRO TESTO CENTRAL ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.
Prazo adicional - 90 dias - Prazo final - 07/02/2015.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 90 (noventa) dias em virtude de execução de serviços não previstos no orçamento, tais como o aterro interno e a regularização de contrapiso, bem como condições climáticas desfavoráveis, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 011/2014.

Pomerode/SC, 29 de Outubro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 030/2014.
Pregão Presencial n.º 017/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, COM COBERTURA TOTAL E RCF-V CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.
Valor Aditivo - 13,90% - R\$4.862,29 (quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos).
Justificativa: Acréscimo diante de aquisição de novos veículos pelo Município de Pomerode e pelo Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 021/2014.

Pomerode/SC, 24 de Outubro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 049/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 012/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE DE APOIO PARA KIT DE TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO POMERODE FUNDOS, NA RUA RODOLFO SELL, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Prazo adicional - 45 dias - Prazo final - 13/10/2014.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias em virtude de divergências no projeto licitado e no projeto efetivamente a ser executado, bem como condições climáticas desfavoráveis, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 028/2014.

Pomerode/SC, 15 de Agosto de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 049/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 012/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE DE APOIO PARA KIT DE TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO POMERODE FUNDOS, NA RUA RODOLFO SELL, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prazo adicional - 45 dias - Prazo final - 13/10/2014.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias em virtude de divergências no projeto licitado e no projeto efetivamente a ser executado, bem como condições climáticas desfavoráveis, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 028/2014.

Pomerode/SC, 15 de Agosto de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 049/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 012/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE DE APOIO PARA KIT DE TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO POMERODE FUNDOS, NA RUA RODOLFO SELL, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prazo adicional - 45 dias - Prazo final - 13/10/2014.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias em virtude de divergências no projeto licitado e no projeto efetivamente a ser executado, bem como condições climáticas desfavoráveis, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 028/2014.

Pomerode/SC, 15 de Agosto de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 093/2013.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 017/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: TMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS DIGITAIS, COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS CENTRAIS E INSTALAÇÃO DE RAMAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.
Valor Total Prorrogação - R\$34.080,00 (trinta e quatro mil e oitenta reais).
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, sem reajuste, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 049/2013 e artigo 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 22 de Agosto de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2014

Processo Administrativo n.º 087/2014.
Dispensa de Licitação n.º 008/2014.
Adquirente: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Alienantes: LIA KLANN e OSMAR KLANN.
Anuente: IRMA EMMA ANNA HORNBERG.
Objeto: COMPRA DE PARTE DA PARCELA "A" DO IMÓVEL PARTICULAR COM A FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA ENTRE AS RUAS CARLOS BELZ E RUA VITÓRIA, NA LOCALIDADE DE TESTO REGA, POMERODE/SC, AUTORIZADO PELA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.643, DE 02 DE JULHO DE 2014 E DECRETO N.º 2.824 DE 31 DE JANEIRO DE 2014, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E OS PROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL MATRICULADO SOB N.º 2.129, DO LIVRO N.º 02 (REGISTRO GERAL) DO REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA DE POMERODE.
Valor do Imóvel adquirido: R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Pomerode/SC, 10 de Outubro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056/2014

Processo Administrativo n.º 089/2014.
Dispensa de Licitação n.º 009/2014.
Adquirente: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Alienantes: NELSO ZINNKE e CLAUDETE DOLORES BENINCA.
Usufrutuários: CONRADO AUGUSTO GUILHERME ZINNKE e ALMA ZINNKE.

Objeto: COMPRA DE PARTE DO IMÓVEL PARTICULAR COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI, NA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, AUTORIZADO PELA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.645, DE 16 DE JULHO DE 2014 E DECRETO N.º 2.847 DE 19 DE MAIO DE 2014, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E OS PROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL MATRICULADO SOB N.º 9.169, DO LIVRO N.º 02 (REGISTRO GERAL) DO REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA DE POMERODE.

Valor do Imóvel adquirido: R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Pomerode/SC, 10 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2014

Processo Administrativo n.º 094/2014.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 027/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: INFO VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE EDITAIS, PROVAS, RESULTADOS E DEMAIS ATOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA OS CARGOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL, NAS DIVERSAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CUJAS PROVAS SERÃO REALIZADAS EM NOVEMBRO/2014, NAS DEPENDÊNCIAS DESIGNADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor total contratado: R\$54.986,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e oitenta e seis reais).

Prazo de vigência: 03 meses - Término 12/01/2015.

Pomerode/SC, 13 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 058/2014

Processo Administrativo n.º 092/2014.
Pregão Presencial n.º 042/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: TRATORVALE COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO A SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$17.760,00 (dezesete mil e setecentos e sessenta reais).

Prazo de vigência: 30 dias - Término 19/11/2014.

Pomerode/SC, 17 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2014

Processo Administrativo n.º 095/2014.
Pregão Presencial n.º 044/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, PARA O 3º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR DE POMERODE, COM SEDE NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 45, CENTRO, POMERODE/SC, INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$8.440,00 (oito mil e quatrocentos e quarenta reais).

Prazo de vigência: 30 dias - Término 19/11/2014.

Pomerode/SC, 20 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 060/2014

Processo Administrativo n.º 096/2014.
Pregão Presencial n.º 045/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: M MÓBILE EIRELI - EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS COM EXECUÇÃO E MONTAGEM PARA O GABINETE DO PREFEITO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$30.000,00 (trinta mil reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término 18/12/2014.

Pomerode/SC, 30 de Outubro de 2014.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 107/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 28/11/2014.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 28/11/2014.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 14 de Novembro de 2014.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo**PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 10/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 10/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 19 de novembro de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Leis nº 1489/2007, 1725/2009 e 1493/2007 e suas alterações. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 17 de novembro de 2014.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

LEI Nº 4.284/2014

LEI Nº 4.284, de 12 de novembro de 2014.

Altera a Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Municipal nº 1.769, de 27 de novembro de 1991, tem como finalidade precípua participar da formulação, implantação, supervisão e avaliação da política educacional, estabelecendo um elo interlocutor entre a sociedade e o poder público.”

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Municipal de Educação é o órgão integrante do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, com atribuições normativa, deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, propositiva, de controle social e de assessoramento às questões educacionais do Município.”

Art. 3º Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I- participar da discussão e da definição das políticas públicas, e do planejamento educacional, acompanhando sua execução;

II- envidar esforços para melhorar a qualidade e elevar os índices de produtividade da Educação Básica por meio de cursos, encontros, seminários e outros, visando à qualificação dos profissionais envolvidos no processo educacional;

III- determinar medidas que identifiquem a população em idade escolar obrigatória em todas as suas modalidades de ensino;

IV- assessorar os órgãos e instituições do Sistema Municipal de Ensino no diagnóstico de problemas e deliberar a respeito de medidas para aperfeiçoá-lo;

V- emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, em especial sobre a autorização de funcionamento das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino, mantidas pelo poder público municipal, e de unidades de Educação Infantil pela iniciativa privada;

VI- deliberar sobre questões pedagógicas, equivalência de estudos, calendário escolar, prestar assessoria e emitir pareceres sobre alterações dos Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos Escolares e grades curriculares nas unidades educacionais de sua jurisdição;

VII- desenvolver funções opinativas, normativas e deliberativas de assessoramento, inclusive funções recursais, de acordo com o Regimento Interno e respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

VIII- participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Porto União;

IX- mobilizar a sociedade promovendo a participação no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;

X- pronunciar-se sobre os recursos destinados à educação do Município, bem como acompanhar e fiscalizar a aplicação destes;

XI- dar publicidade aos atos do Conselho Municipal de Educação;

XII- interpretar a legislação, as normas educacionais, e elaborar as normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino de Porto União;

XIII- revisar o Regimento Interno e aprová-lo pela maioria absoluta de Conselheiros num prazo de 60 (sessenta) dias após a aprovação e publicação desta Lei;

XIV- exercer quaisquer outras competências que lhe forem atribuídas por Lei, no âmbito educativo cultural.”

Art. 4º Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

§ 1º (...)

I- (...)

II- (...)

III- um representante dos professores de Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e suplente;

IV- um representante dos professores de Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e suplente;

V- (...)

VI- (...)

VII- (...)

VIII- um representante dos Professores Pedagogos da Educação Pública Municipal e suplente;

IX- um representante dos Professores Pedagogos da Educação Privada e suplente;

X- (...)

XI- (...)

XII- (...)

XIII- (...)

XIV- (...)

XV- um representante da Polícia Militar que atue na área de Educação e suplente;

XVI- um representante dos Professores Pedagogos da Educação Pública Estadual e suplente.”

§ 2º Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente, que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§ 3º A eleição da Mesa Diretora será realizada após a nomeação dos Conselheiros pelo Prefeito.

§ 4º A Mesa Diretora será composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleitos por seus pares e terão mandato de 02 (dois) anos, com direito a uma única recondução no cargo.

§ 5º Na vacância de algum membro e, na impossibilidade de o suplente assumir, o segmento, órgão ou organização representativa indicará um substituto no prazo de 15 (quinze) dias após comunicado da Mesa Diretora do Conselho.

§ 6º O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos, podendo haver uma única recondução consecutiva.

§ 7º Deverá haver uma recondução de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho no final de cada mandato, ou seja, a cada 04 (quatro) anos.

§ 8º O Conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante o ano, sem justificativa, perde o seu mandato.

§ 9º (...).”

Art. 5º Insere os §§ 1º e 2º ao artigo 5º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

§ 1º O Conselho Municipal de Educação poderá organizar-se em 03 (três) comissões básicas: a de Ensino, a de Planejamento e a de Legislação e Normas.

§ 2º Outras Comissões Especiais poderão ser constituídas por indicação do Presidente, havendo o consenso dos Conselheiros ou por indicação de, no mínimo 1/3 (um terço) destes, de acordo com as necessidades locais.”

Art. 6º Suprime o artigo 6º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009.

Art. 7º Altera o artigo 7º da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O Conselho Municipal de Educação deverá contar com:
I- secretária executiva responsável pela coordenação dos setores de comunicação, expedição, arquivo e controle administrativo-financeiro;

II- assessoria técnica especializada, sempre que o Conselho Municipal solicitar.

Art. 8º Suprime os artigos 9º, 10 e 12 da Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009.

Art. 9º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.044, de 15 de outubro de 2012.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 074 2014 CC 09 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 74/2014

CONCORRENCIA PÚBLICA - CONCESSÃO DE USO Nº. 09/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 16.01.2014, para Concessão de direito de uso de área pública, sendo esta CANCHA DE BOCHA E BOLÃO, situada a Rua Ella Sthammer, Bairro Progresso, para exploração dos horários de Bocha e Bolão e a Cantina com a comercialização de bebidas e alimentos, a preços populares, pelo período de 05 (cinco) anos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 14 de novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI 5.521

LEI Nº 5.521, de 03 de novembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	O Orçamento do Município de Rio do Sul, para o exercício de 2015 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
	I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
	II - a estrutura dos orçamentos;
	III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
	IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
	V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
	VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
	VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º-	A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, constante desta Lei.
	Parágrafo único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:
	Demonstrativo I - Metas Anuais
	Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Total das Receitas;
	Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Principais Fontes de Receitas;
	Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Total das Despesas;
	Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Principais Despesas;
	Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Resultado Primário;
	Anexo VI - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Resultado Nominal;
	Anexo VII - Metodologia e Memória de Cálculo - Anexo de Metas Fiscais - Montante da Dívida;
	Anexo VIII - Prestação de Contas - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LDO;
	Anexo IX - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Riscos Fiscais - Anexo de Riscos Fiscais e Providências;
	Demonstrativo II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
	Demonstrativo III - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

	Demonstrativo IV - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Evolução do Patrimônio Líquido;
	Demonstrativo V - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
	Demonstrativo VI - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
	Demonstrativo VI.a - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
	Demonstrativo VII - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
	Demonstrativo VIII - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º-	As prioridades e metas da Administração para o exercício financeiro de 2015 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
----------	---

Art. 4º-	Na elaboração da proposta orçamentária para 2015 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.
----------	--

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º-	Para efeito desta Lei, entende-se por:
	I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
	II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
	III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
	IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
	V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
	VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
	VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
	VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
	IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

	X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
	§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.
	§ 2º- A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.
Art. 6º-	O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.
Art. 7º-	A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:
	I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei 4.320/64);
	II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2, da Lei 4.320/64);
	III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64);
	IV - Funções e Subfunções de Governo, (Anexo 5, da Lei nº 4.320/64);
	V - Programa de Trabalho de Governo, (Anexo 6, da Lei nº 4.320/64);
	VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64);
	VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
	VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64);
	IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
	X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;
	XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, cm identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamentos;
	XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
	XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394, de 1996;
	XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB;
	XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

	XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
	XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.
	§ 1º- O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.
	§ 2º- Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.
	§ 3º- O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e conjunta 03/2008 admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.
Art. 8º-	A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:
	I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
	II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.
Art. 9º-	A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o Anexo III.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10-	Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).
Art. 11-	Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).
Art. 12-	Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13-	Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).
	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
	II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
	III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
	IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.
	Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.
Art. 14-	A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).
Art. 15-	Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).
	§ 1º- Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.
	§ 2º- Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.
Art. 16-	Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (ART. 5º, III da LRF).
	§ 1º- Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VII. (Art. 5º, III, "b" da LRF).
	§ 2º- Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de Dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.
Art. 17-	Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18-	O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).
Art. 19-	Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).
	§ 1º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.
	§ 2º- Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).
Art. 20-	A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).
Art. 21-	A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativas, assistenciais, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).
	Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).
Art. 22-	Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.
	Parágrafo único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)
Art. 23-	As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 24-	Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).
----------	--

Art. 25-	A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.
----------	--

Art. 26-	A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.
----------	--

	§ 1º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).
--	---

	§ 2º- Havendo alterações de códigos de destinação de recursos, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal.
--	--

Art. 27-	Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).
----------	---

Art. 28-	O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (Art. 4º, I, "e" da LRF).
----------	---

Art. 29-	Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadri-mestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).
----------	--

Art. 30-	Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.
----------	--

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31-	A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).
----------	--

Art. 32-	A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).
----------	--

Art. 33-	Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).
----------	--

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34-	O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF).
----------	---

	Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.
--	---

Art. 35-	Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).
----------	--

Art. 36-	O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):
----------	---

	I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
	II - eliminação das despesas com horas extras;
	III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
	IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37-	Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.
----------	--

	Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".
--	--

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38-	O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).
----------	--

Art. 39-	Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).
Art. 40-	O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41-	O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.
	§ 1º- A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.
	§ 2º- Se o projeto de lei orçamentária anual não for devolvido para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Poder Executivo municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.
	§ 3º- Em caso de emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, os recursos que ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
Art. 42-	Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.
Art. 43-	Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 44-	O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.
Art. 45-	Nos termos do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, o total da despesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.
	Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar índices menores ao limite previsto no caput deste artigo ao Poder Legislativo.
Art. 46-	Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO
03 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 09/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº09/2014- QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS E O CLUBE DAS MÃES LAR DA MENINA DE RIO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, com sede à Rua Rocha Pombo, 95, Bairro Eugênio Schneider, inscrito no CGC/MG sob o nº 12.984.303/0001-75, doravante denominado FUNDO, representado neste ato pela sua Gestora, Senhora CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA, Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação, Decreto de nomeação no 3584 de 30 de agosto de 2013, portadora CI. nº 2.620.347 SSP/SC, CPF nº 690.217.599-34, e o CLUBE DAS MÃES - LAR DA MENINA, com sede a Rua João Ledra, nº 2027, Bairro Taboão, Rio do Sul, inscrito no CGC sob o nº 85.787.463/0001-06, doravante denominada de ABRIGO, neste ato representado pela sua Presidente Senhora IEDA MARTINS LEMOS DOS SANTOS, CPF nº 376.215.990-49, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA- O Recurso Financeiro, previsto para desenvolvimento das ações, terá um acréscimo de R\$ 12.705,00 (doze mil setecentos e cinco reais), previsto para desembolso no ano de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2014.

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

IEDA MARTINS LEMOS DOS SANTOS

Presidente do Clube das Mães Lar das Meninas

TESTEMUNHAS:

1) 2)
CI/CPF CI/CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 08/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 08/2014- QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS E A CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, com sede à Rua Rocha Pombo, 95, Bairro Eugênio Schneider, inscrito no CGC/MG sob o nº 12.984.303/0001-75, doravante denominado FUNDO, representado neste ato pela sua Gestora, Senhora CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA, Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação, Decreto de nomeação nº 3584 de 30 de agosto de 2013, portadora CI. nº 2.620.347- SSP/SC, CPF nº 690.217.599-34, e a Conferência São Vicente de Paulo, com sede a Rua São Bento, nº 1352, Bairro Progresso, Rio do Sul, inscrito no CGC sob o nº 85.789.261/0001-95, doravante denominada de ABRIGO, neste ato representado pela sua Presidente Senhora Edileusa Kohler Teixeira, CPF: 466.421.619-04, resolvem

celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA- O Recurso Financeiro, previsto para desenvolvimento das ações, terá um acréscimo de R\$ 23.595,00 (vinte e três mil quinhentos e noventa e cinco reais), previsto para desembolso no ano de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2014.

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDILEUSA KOHLER TEIXEIRA

Presidente da Conferência São Vicente de Paulo

TESTEMUNHAS:

1) 2)
CI/CPF CI/CPF

DECRETO Nº 4409, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4409, de 12 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.700,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.700,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.400,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	11.100,00
	Total	R\$	36.900,00

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.700,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.700,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.400,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	11.100,00
	Total	R\$	36.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 348/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2014 firmado em 12/10/2014, com término previsto para 12/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIANA FORSTER, portador(a) do CPF 038.813.539-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam, a partir de 03/11/2014, a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Matemática, com jornada de 10 horas a serem desenvolvidas no (a) CE Ricardo Marchi, em substituição a Margarete Poffo Nau que está em licença especial.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,53 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CATIANA FORSTER

Contratado(a)

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 797/2014

PORTARIA No 797, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a Concessão de Adicional de Qualificação à servidor do Poder Legislativo de Rio do Sul

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizada a concessão de Adicional de Qualificação - AQ, ao seguinte servidor efetivo da respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o que preceitua o art. 36 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011:

I - Adicional de Qualificação - AQ, em 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, em virtude da juntada de certificados de capacitação, totalizando 100 horas-aula:

1. Fernando Guedes, Categoria Funcional de Analista Legislativo - Contador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 798/2014

PORTARIA No 798, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Dispensa do Ponto no Período Natalino.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º No período de 20 de dezembro 2014 a 04 de janeiro de 2015, não haverá expediente na Câmara Municipal, voltando a mesma as suas atividades, a partir do dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 767 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO No 767 DE 14 NOVEMBRO DE 2014

Autoriza pagamento de três e meia diárias e indenização de transporte a Vereador e Assessor.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de três e meia diárias ao vereador Dionísio Maçaneiro, no valor de R\$ 2.038,09 (Dois mil e trinta e oito reais e nove centavos) para participar de reuniões sobre a PEC 45, atendendo a convite do Deputado Onofre Santo Agostini, através do Ofício nº 627/2014, a serem realizadas entre os dias 18 e 19 de novembro na Câmara dos Deputados - Brasília - DF.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de três e meia diárias ao Assessor Parlamentar Igor Cardoso, no valor de R\$ 1.564,96 (Hum mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) a fim de assessorar o vereador Dionísio Maçaneiro nas de reuniões aludidas no artigo anterior.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Navegantes - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas no trecho Navegantes - Brasília - Navegantes.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 1ª Secretária

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 963, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 963, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS E DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a transferência financeira de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE para a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º A importância transferida será destinada ao pagamento de indenização decorrente da desapropriação de imóvel destinado à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, procedida através da Lei nº 958 de 16 de Setembro de 2014.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Programa: 112 - Saneamento Básico

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Proj./Ativ.: 1.022 - Implantação e Ampliação da Rede de Esgoto Sanitário

Recurso: 00.01.0080 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 4º Para atender ao disposto no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total e parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL

Unidade: 01 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO

Programa: 113 - Água Potável

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Proj./Ativ.: 5.003 - Construção da Sede Própria do SAMAE

Recurso: 00.02.0070 - Recursos Próprios SAMAE

Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 10 - SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL

Unidade: 01 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO

Programa: 113 - Água Potável

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Proj./Ativ.: 5.004 - Aquisição de Veículo para o SAMAE

Recurso: 00.02.0070 - Recursos Próprios SAMAE

Valor: R\$ 30.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 80.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de novembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 964, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 964, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE SANTA ROSA DO SUL/SC SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTER-RELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com a Constituição de República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais. Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A Política Municipal de Cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal Na Gestão da Cultura

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento do ser humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Santa Rosa do Sul e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º. Cabe ao Poder Público do Município de Santa Rosa do Sul planejar e implementar políticas públicas para:

I- assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II- universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III- contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV- reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V- combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI- promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII- qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII- democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

XI - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI- intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII- contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias a buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente e turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II- livre criação e expressão;

a) livre acesso;

b) livre difusão;

c) livre participação nas decisões de política cultural.

III- o direito autoral;

IV- o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Da concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura-simbólica, cidadã e econômica- como fundamento da Política Municipal de Cultura.

Seção I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Santa Rosa do Sul, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art.216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda

a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Seção III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura com espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I- sistema de produção materialização em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo.

II- elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III- conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do seu município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Santa Rosa do Sul deve ser estimular a criação e o

desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e produção de políticas públicas, bem como de informação e de formação na área cultural, tendo como essência a coordenação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na Política Municipal de Cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estado, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e sociedade e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I- diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III- fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V- integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI- complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX- transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI- descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais, no âmbito do município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I- estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos políticos na área cultural;
- II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município.

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura-SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

Da Estrutura

Seção I

Dos Componentes

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Coordenação;

a) Departamento Municipal de Cultura.

II - Instâncias de articulação, pactuação e deliberação;

a) Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC.

b) Conferência Municipal de Cultura- CMC.

III - Instrumento de Gestão:

a) Plano Municipal de Cultura- PMC;

b) Fundo Municipal de Cultura;

c) Outros que venham a ser constituídos conforme regulamento.

§ 2º - O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 3º - Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Seção II

Da coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. - O Departamento Municipal de Cultura é o órgão superior, subordinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, e se constitui no órgão gestor e coordenador

Art. 35. O Departamento Municipal de Cultura poderá ter instituições vinculadas desde que com as finalidades e objetivos voltados à área cultural.

Art. 36. São atribuições do órgão Gestor de Cultura - Departamento Municipal de Cultura:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura PMC, executando as políticas culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura- SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura-SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município;
X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
XV operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com suas atribuições.

Art. 37. Ao Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura-SMC;

II - promover a integração do Município Sistema Municipal de Cultura- SMC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural-CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestora Tripartite - CTI e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural- CNPC e na Comissão Intergestora Bipartite - CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistema de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especificamente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e.

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Seção III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

Do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica do Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Santa Rosa do Sul, por meio do Departamento Municipal de Cultura e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído 24 membros, incluindo titulares e suplentes, com a seguinte composição:

I - 08 membros representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) 03 Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, e Turismo;

b) 01 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

d) 01 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

e) 02 Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;

f) 01 Representante do Gabinete.

II - 09 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativa:

a) 1 Representante da área de Artes Visuais e Cênicas do município;

b) 2 Representantes dos Artesãos do município;

c) 1 Representante dos Músicos do município;

d) 1 Representante da área de Dança do município;

e) 1 Representante da área da Educação

f) 1 Representante da Feira da Agricultura Familiar;

g) 1 Representante do Museu do Instituto Federal Catarinense - IFC

§1º. Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§2º. O Conselho Municipal de Políticas Culturais- CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente o Vice-Presidente e o Secretário Geral.

§3º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§4º. O presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais- CMPC

é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura-CIPOC;

III - Colegiados Setoriais;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho;

VI - Fóruns Setoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implantação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartites - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite- CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselho Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura- FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura OMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura-FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura- SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrado pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá essa competência a outra instância do CMPC.

XII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Santa Rosa do Sul para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura-SNC.

XIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura-CMC.

XVIII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art.43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura- CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art.44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para

a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC- territoriais e setoriais- para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura-SMC.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural do município e propor diretrizes para a formulação de Políticas Públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura- PMC.

§1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar, monções, proposições e avaliar a execução de metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§2º. Cabe ao Departamento Municipal de Cultura, convocar e ordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§3º. A Conferência Municipal de Cultura - CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais ou Pré-Conferências.

§4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

Seção IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC, se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura -PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade do Departamento Municipal de Cultura, de instituições vinculadas e do Conselho Municipal de Política Cultural que, a partir das diretrizes propostas por Fóruns e pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado a Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

- III - Objetivos gerais e específicos;
- IV - estratégias, metas e ações;
- V - prazos de execução;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito de município de Santa Rosa do Sul que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Santa Rosa do Sul:

- I - Orçamento Público do município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II - Fundo Municipal de Cultura definido nesta lei;
- III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e
- IV - outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura - FMC

Art. 53 - Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria de Cultura de Santa Rosa do Sul se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

- I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Santa Rosa do Sul e seus créditos adicionais;
- II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- III - contribuições de mantenedores;
- IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria de Cultura de Santa Rosa do Sul, resultado da venda de ingresso de espetáculo ou outros eventos artísticos e promoções e serviços de caráter cultural;
- V - doações e legados nos termos da legislação vigente;
- VI - subvenções e auxílios de entidade de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;
- X - empréstimo de instituições financeiras ou outras entidades;
- XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento

ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pelo Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não reembolsáveis, na forma do regulamento, para o apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderante por meio de editais de seleção pública; e

II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, o Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul, por meio de seu órgão responsável, definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros do Poder

Público e da Sociedade Civil.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 4 membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 2 membros do Poder Público serão indicados pelo Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul.

§ 2º Os 2 Membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 62. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

Dos Recursos

Art. 63. O Fundo Municipal de Cultura - FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 64. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com recursos do Município, do Estado e da União. Além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura - FMC.

Art. 65. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasse dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 66. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a descontração do investimento, devendo ser estabelecido atualmente um percentual mínimo para cada segmento / território.

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 67. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pelo Departamento de Cultura de Santa Rosa do Sul e instituições vinculadas, sob vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pelo Departamento de Cultura de Santa Rosa do Sul.

§ 2º O Departamento Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 68. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultante de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 69. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 70. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 71. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC,

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 72. O Município de Santa Rosa do Sul deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, por meio da assinatura do termo de adesão voluntária na forma do regulamento.

Art. 73. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 74. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 166 de 25 de junho de 1993.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de novembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 140/2014

PORTARIA Nº 140/2014
DESIGNA SEVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designado o servidor Tiago Possenti, Matrícula 1218/1, CPF: 066.351.159-35 e RG: 5.361.877 para realizar o transporte de malote postal com as correspondências do Município de Santa Terezinha do Progresso até a cidade de Maravilha/SC, bem como, retirá-lo na manhã do dia seguinte e transportá-lo de volta ao município, podendo para tanto utilizar o veículo Fiat Uno placas MLI 6240 para deslocamento até a cidade de Maravilha/SC.

Parágrafo Primeiro - Esta eventualidade caracteriza-se pela falta de transporte de objetos daquela agência de correios até o posto de atendimento instalado nesta cidade e pela necessidade de continuidade dos serviços públicos postais no Município de Santa Terezinha do Progresso.

Parágrafo Segundo - O uso do automóvel pelo funcionário identificado no art. 1º da presente Portaria destina-se única e exclusivamente para o transporte das correspondências, constituindo crime de responsabilidade o uso indevido do referido veículo.

Parágrafo Terceiro - O pernoite do referido veículo acontecerá na residência do referido funcionário, que deverá entre outras, guarnecer e zelar pelo referido automóvel elegendo-se de ora em diante responsável pelo bem, sem direito a qualquer indenização.

Art. 2º. AS obrigações decorrentes desta Portaria cessarão quando for regulamentada nova forma de transporte dos objetos entre a Agência de Correios de Maravilha e o Posto de Atendimento de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de Novembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1268/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 306/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 306/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 17 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA LINEAR NUMA EXTENSÃO TOTAL DE APROXIMADAMENTE 1.782 METROS LINEARES DAS RUAS MOEMA, BAIRRO CRUZEIRO; JOÃO LINZMEYER, BERTHA LINZMEYER E RAIMUNDO ROESLER, BAIRRO OXFORD, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA E PLANO DE TRABALHO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 310/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 310/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 13:30 horas do dia 17 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ALBERTO TORRES, BAIRRO CENTENÁRIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO E DE ACORDO COM O PROGRAMA FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 746/2014

DECRETO Nº 0746, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.700,00 (trinta e um mil e sete centos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(361) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 14.600,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(11) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 3.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(15) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 1.900,00

(17) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçamento R\$ 7.000,00

(24) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 2.000,00

(25) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 1.500,00

(27) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 1.700,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(360) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R \$ 12.000,00

(351) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R \$ 1.000,00

(356) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 580,00

(363) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e contributivas R\$ 400,00

(364) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 620,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(3) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 2.000,00

(7) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 500,00

(9) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 500,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R \$ 12.100,00

(16) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 1.000,00

(22) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 010/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB, DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DE SEU DIRETOR PRESIDENTE, TORNA PÚBLICO, PARA QUEM INTERESSAR POSSA, CONFORME PRECEITUA A LEI Nº 8.666/93, ALTERADA PELA LEI Nº 8.883 DE 08/06/94 E LEI Nº 9.648 DE 27/05/98 E LEI 12.349/10, QUE RECEBERÁ ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2014, NA SEDE DA MUNICIPALIDADE, NA RUA JORGE LACERDA, Nº 75, PROPOSTAS PARA:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E DRENAGEM PLUVIAL NO TERRENO ONDE SERÁ IMPLANTADO O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LUAN FABRÍCIO CELESKI, LOCALIZADO À RUA JOÃO KUROWSKI, BAIRRO SERRA ALTA, MATRÍCULA GERAL Nº 09785 CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS ANEXOS.

OS INTERESSADOS PODERÃO OBTER MAIORES INFORMAÇÕES E RETIRAR O EDITAL COMPLETO, NO SETOR DE LICITAÇÕES DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB, NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 120, SALA 02, NO HORÁRIO DAS 08H00MIN ÀS 12:00 E DAS 13H30MIN ÀS 16:00 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS PEDROZO

DIRETOR PRESIDENTE DA EMHAB

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2014 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 008/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 008/2013, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 1º de novembro de 2013, conforme Edital Pregão Presencial nº 203/2013 realizado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

em 18 de julho de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 008/2013, que consiste na contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré orçamento em anexo para prefeitura, fundações, autarquias e câmara municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme anexo I - termo de referência do edital de pregão presencial nº 203/2013.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 008/2013 no dia 31 de outubro de 2014, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta - Da Vigência do referido Contrato;

Considerando a Cláusula Sexta - Do Reajustamento do referido Contrato, que determina que se houver extensão contratual após o primeiro ano contratual, os valores deste serão reajustados com base no índice IGP-M (FGV), ou na falta desses, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento da CONTRATADA, com o prazo até 30 (trinta) dias anteriores aos reajustes anuais, tomando como base o mês da apresentação da proposta de preços;

Considerando o Requerimento de Reajuste dos Valores enviado pela Betha Sistemas Ltda. (conforme anexo), os valores do contrato ficam reajustados em 4,8848%, conforme o acumulado do Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M nos últimos 12 meses, tomando como base o mês da apresentação da Proposta de Preços (09/2014);

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2014 e com término em 31 de outubro de 2015.

O valor mensal pago pela Prestação dos Serviços passará de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 734,20 (setecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos).

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 1º de novembro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB

BETHA SISTEMAS LTDA. como Contratada.

LEI Nº 3443/2014

LEI Nº 3443, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA ERNESTO RODOLFO MULLER SERVIDÃO DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Ernesto Rodolfo Müller, servidão do município, com extensão de 89,61 metros e largura de 12,00 metros, lateral da Rua Pedro Hubl, bairro Mato Preto, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2014 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2014

A Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, que receberá até às 08:30 horas do dia 10 de dezembro de 2014, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para seleção de empresas do ramo da construção civil para produção de unidades habitacionais no imóvel de matrícula imobiliária 40.618, localizado a Rua Belém, na cidade de São Bento do Sul, com área total de 48.157,50 m², doado ao fundo de arrendamento residencial - FAR - conforme lei municipal número 3.358/2014, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, faixa 1, criado pela lei federal nº 11.977, de 07 de julho de 2.009, com as alterações da lei federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011, conforme termo de adesão entre o município de São Bento do Sul e o Ministério das Cidades, que terá como gestores a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil S/A, conforme especificações do edital e seus anexos.

Os interessados poderão obter maiores informações no departamento técnico da EMHAB, na Rua Benjamin Constant, 120, sala 02, no horário das 07:30hs às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas e retirar o edital completo no portal www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Pedrozo

Diretor Presidente da EMHAB

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 105 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 105 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

“DESIGNAR SERVIDORES PARA COMPOREM COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA VISTORIA E RECEBIMENTO DEFINITIVOS DE OBRAS E MATERIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 55, inciso X, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os servidores para comporem a comissão responsável pela Vistoria e Recebimento Definitivos de Obras e Materiais no Município de São João do Sul, de conformidade com o disposto no Art. 15, § 8º e Art. 73 da Lei 8.666/93, constituída pelos seguintes membros:

- a) Membro da Comissão: Edson Borba Martins
- b) Membro da Comissão: Edevaldo Sala Scheffer
- c) Membro da Comissão: Diego de Melo Herr
- d) Membro da Comissão: Maria de Fátima Espindola dos Santos
- e) Membro da Comissão: Elisângela Pignatelli Bianchini

Art. 2º - Esta Comissão funcionará com a reunião de no mínimo três de seus membros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 090 de 01 de setembro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 10 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1.739 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.739 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII, DO CAPUT, DO ART. 5º, NO INCISO II, DO § 3º, DO ART. 37 E NO § 2º, DO ART. 216, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI FEDERAL 12.527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos e as normas a serem adotados para garantir o acesso às informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º, do art. 216, da Constituição Federal, em conformidade com disposições da Lei

Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º. Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do Poder Executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.

Parágrafo Único. Ficam subordinadas ao regime desta Lei as entidades privadas, relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4º. O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica:

I - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

II - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;

III - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 7º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 5º. Fica criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que ficará instalado na Secretaria Municipal de Administração, sita à Av. Nereu Ramos, nº 50, centro, neste município de São João do Sul.

Parágrafo Único. Cabe ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

I - disponibilizar atendimento presencial ao público;

II - receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de

acesso às informações;

III - orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis nos sites eletrônicos: www.saojoaodosul.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br;

IV - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;

V - elaborar relatório mensal dos atendimentos.

Art. 6º. O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação do solicitante;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§1º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§2º. Na hipótese do inciso III do § 1º, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 7º. A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§1º. Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente, nos termos da Lei Federal n.º 12.527/2011.

§2º. Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

§3º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, e ainda no caso de a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 8º. No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§1º. Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§2º. Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§3º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original

do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§4º. As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo (taxa de expediente) em favor do Município.

§5º. A Secretaria Municipal de Administração estabelecerá, através do dispositivo legal pertinente, tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município.

§6º. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal n. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 9º. As informações de interesse público serão disponibilizadas no sítio eletrônico www.saojoaodosul.sc.gov.br, o qual será atualizado rotineiramente, independentemente de requerimento, sempre que possível e, deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter formulário para requerimento de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso a informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

IV - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

V - indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; e

VI - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Parágrafo Único. É dever dos órgãos e entidades municipais promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

Art. 10. Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.saojoaodosul.sc.gov.br, as seguintes informações de interesse público:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - receita orçamentária arrecadada;

IV - repasses ou transferências de recursos financeiros;

V - execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

VI - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas e;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Parágrafo Único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 11. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua ciência.

§1º. O recurso será apresentado formalmente ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

§2º. Mantida novamente a negativa, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão a (ao) Secretária(o) Municipal de Administração que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá ao acesso à informação desejada.

Art. 12. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo Único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Administração desenvolverá atividades para:

I - promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;

IV - definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 14. Na aplicação desta Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações dispostas no Decreto Federal n.º 7.724, de 16 de maio de 2012.

Parágrafo Único. Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

Art. 15. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações desta Lei, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único. Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 14 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 97/2014 - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 97/2014

Pregão Presencial 52/2014

Objeto: Contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para prestação de serviços bancários para o Município de São Joaquim

Tipo: Maior oferta global

Abertura: 26/11/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 660.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de novembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 280/2014

DECRETO Nº 280/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam atribuídas competências concomitantes às Diretoras: DENISE DA SILVA HOSOI - Diretora de Orçamento e Finanças, para a prática dos atos referente a execução orçamentária e financeira; ADRIANA BAESSO - Diretora de Arrecadação, Fiscalização e Tributação, para a prática dos atos referente a execução tributária e TATIANA DA SILVA SOUZA - Diretora de Administração Financeira e Contabilidade Geral, para a prática dos atos referente a execução da contabilidade e finanças, para assinarem em conjunto ou separadamente com o Secretário Municipal da Fazenda JOSÉ VILMAR MARIOT ANTUNES.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 281/2014

DECRET O Nº 281/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.273/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.01 - GABINETE DO PREFEITO

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas 165.000,00

(2)3.3.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas 9.352,00

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas 355.000,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(76)3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0210- Aplicações Diretas 64.500,00

(7)3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 131.000,00

03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(61)3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0210- Aplicações Diretas 11.280,00

(21)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0160- Aplicações Diretas 2.232,30

(16)3.1.90.00.00.00.00.00.2.007-0160- Aplicações Diretas 122.000,00

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(31)3.1.90.00.00.00.00.00.2.009-0160- Aplicações Diretas 153.000,00

03.07 - SECRETARIA DE TURISMO

(47)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 36.000,00

03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(51)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas 66.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.115,364,30

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.01 - GABINETE DO PREFEITO

(3)4.4.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas 9.352,00

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(6)4.4.90.00.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas 13.000,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(10)4.4.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 28.000,00

(8)3.2.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 51.000,00

(66)3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0210- Aplicações Diretas 64.500,00

(11)4.6.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 52.000,00

(11)4.6.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 165.000,00

03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(75)4.4.90.00.00.00.00.00.2.007-0210- Aplicações Diretas 11.280,00

(17)3.3.50.00.00.00.00.00.2.007-0160- Transf. A Inst. Priv. s/ fins Lucrativos 32.600,00

(22)4.4.90.00.00.00.00.00.1.023-0160- Aplicações Diretas 18.804,84

(19)4.4.90.00.00.00.00.00.2.007-0160- Aplicações Diretas 2.232,30

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(36)4.4.90.00.00.00.00.00.2.009-0160- Aplicações Diretas 27.000,00

(30)3.3.90.00.00.00.00.00.1.024-0160- Aplicações Diretas 80.000,00

(40)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0160- Aplicações Diretas 22.742,16

03.07 - SECRETARIA DE TURISMO

(47)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 36.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 39.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 23.257,84

(50)4.4.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 303.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas 70.595,16

03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(53)4.4.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas 20.000,00

(52)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas 46.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.115.364,30

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 282/2014

DECRET O Nº 282/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.274/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0024 - Aplicações Diretas 160.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 160.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.15 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

(22)4.4.90.00.00.00.00.00.1.012-0024 - Aplicações Diretas 160.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 283/2014

DECRET O Nº 283/2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.275/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(68)4.4.90.00.00.00.00.2.029-0662 - Aplicações Diretas 169.722,09
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 169.722,09

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(60)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0662 - Aplicações Diretas 169.722,09
TOTAL DA ANULAÇÃO 169.722,09

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 284/2014

DECRET O Nº 284/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.276/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(35)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0160 - Aplicações Diretas 20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até esta data:

20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 285/2014

DECRET O Nº 285/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.277/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE
(3)3.3.71.00.00.00.00.2.012-0014 - Transferências a Consórcios Público 82.000,00
(1)3.1.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 98.344,14
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(67)3.1.90.00.00.00.00.2.025-0221- Aplicações Diretas 47.146,35
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 227.490,49

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE
(5)4.4.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 37.000,00
(5)4.4.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 14.878,21
(2)3.3.50.00.00.00.00.2.012-0014 - Transf. A Inst. Priv. s/ fins Lucrativos 45.000,00
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(15)3.3.90.00.00.00.00.2.019-0014 - Aplicações Diretas 9.465,93
(7)4.4.90.00.00.00.00.1.011-0014 - Aplicações Diretas 74.000,00
(47)3.3.90.00.00.00.00.2.025-0221 - Aplicações Diretas 47.146,35
TOTAL DA ANULAÇÃO 227.490,49

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 286/2014

DECRET O Nº 286/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.278/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

01 - PODER LEGISLATIVO
01.01- CÂMARA DE VEREADORES
(2)3.3.90.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas 24.000,00

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas
15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 39.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO
01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
(4)3.1.90.00.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas
39.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 39.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 287/2014

DECRET O Nº 287/2014

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.272/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(28)3.3.90.00.00.00.00.00.2.010-0160- Aplicações Diretas
27.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 27.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(29)4.4.90.00.00.00.00.00.2.010-0160 - Aplicações Diretas
27.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 27.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 288/2014

DECRETO Nº 288/2014

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL ESTÁVEIS”.

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Seção II - Da Progressão por Avaliação de Desempenho; Fica constituída e nomeados os membros da Comissão de Avaliação por Desempenho dos Profissionais do Magistério e dos Profissionais de Apoio Educacional Estáveis, integrada pelos seguintes membros: Dalva de Souza Hiura; Maria Bernadete Barbosa Pereira; Claudiomar Farias; Mariléria de Brida Amaral; Sânia Ramos de Carvalho Lima; Juçara Dutra Rodrigues e Leomar Cechinel Rodrigues.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 35/2014 - CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DOS PRÉDIOS DO CRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 35/2014

Pregão Presencial Nº28/2014

Objeto: Contratação de mão de obra para pintura dos prédios do CRAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor preço global por lote

Abertura: 27/11/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 40.071,12

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de novembro de 2014

MIRIAN CHIOCA VALTRICK

Secretária Municipal de Assistência Social

PROCESSO 138/2014 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO E ALAMBRADO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOSÉ SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº138/2014

Tomada de Preço 11/2014

Objeto: Contratação de empresa para construção de muro e alambrado na Escola Básica Municipal José Saturnino de Souza e Oliveira

Tipo: Menor Preço Total

Abertura: 02/12/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 50.330,98

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de novembro de 2014
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

PROCESSO 140/2014 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DE TRÊS SALAS DE AULA DA E.E.B.M JOÃO INÁCIO DE MELLO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº140/2014

Tomada de Preço 09/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para ampliação de Três salas de aula da E.E.B.M JOÃO INACIO DE MELLO.

Tipo: Menor Preço global

Abertura: 02/12/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 115.788,29

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de novembro de 2014
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº082/2014

PORTARIA Nº082/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por sua Titular, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 14/2004 de 06 de dezembro de 2004, Lei nº 8080/90 e Lei Complementar nº 141/2012,

CONSIDERANDO, a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conforme previsto no Decreto n.º 3.125, de 05 de setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Saúde, conforme previsto no §3º, do Art. 5º, do Decreto n.º 3125, de 05 de setembro de 2014:

- I - Jamille da Silva;
- II - Lia Márcia Bruno;
- III - Paulo Roberto Barbato;
- IV - Renato Soares;

Art. 2º - Os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto n.º 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

São Jose (SC), em 11 de Novembro de 2014.
SUZANA SENNA BOUSFIELD
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 030/2014 - SSDST

PORTARIA Nº. 30/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009 e com suporte na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

- a) Considerando que, diante da complexidade da situação sob exame, em razão do volume de documentos técnicos a serem analisados;
- b) Considerando que, mesmo com a prorrogação do prazo, em igual período, este restou insuficiente;

RESOLVE:

Art. 1º. Extinguir a Tomada de Prestação de Contas Especial instaurada através da Portaria nº12 de 12/11/2013, prorrogada pela Portaria nº 14 de 19/05/2014, com a conseqüente dissolução da Comissão indicada responsável pela apuração;

Art. 2º. Através de novo ato normativo deflagrar procedimento para analisar os assuntos em processos separados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 031/2014 - SSDST

PORTARIA Nº. 31/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Sindicância para apurar, o Guarda Municipal M.M matrícula 15.728, diante da notícia de que este utilizou um veículo oficial, possivelmente, infringido o Art.146, VI, IX e Art.147, XVII, ambos descritos na Lei nº 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Municipais de São José/SC).

Art. 2º. Ficam nomeados, como membros da Comissão, respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5.215/2013:

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II - Guarda Municipal, GUILHERME MARTINS DA SILVA, matrícula 19.034, como Secretário;

III - Guarda Municipal, IVANDRO DE LIMA, matrícula 23.190, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2014 - PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 269/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação da cozinha, despensa, refeitório / pátio coberto, direção, sala dos professores, lavanderia e sanitários do CEI Jardim Pinheiros do Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; 2ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 3ª SMO EMPREITEIRA PRECISÃO LTDA - EPP; 4ª ASTECA CONSTRUÇÕES IND. E COM. LTDA; 5ª CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP;

e 6ª MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

DECRETO Nº 3429/2014

DECRETO Nº 3429/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Cláudio Marcio de Borba	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	40h/s
II	Cleites Lucia Roos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3420/2014

DECRETO Nº 3420/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MARIANA RODRIGUES PEREIRA para o cargo em comissão de Diretor de Centros de Saúde - CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3419/2014

DECRETO Nº 3419/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIANA RODRIGUES PEREIRA do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM7, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3418/2014

DECRETO Nº 3418/2014
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIANA TORQUATO DOS SANTOS do cargo de Diretor de Centros de Saúde - CCM7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3383/2014

DECRETO Nº 3383/2014
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, FERNANDO DE SOUZA, matrícula nº 36.446, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3382/2014

DECRETO Nº 3382/2014
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora DANIELA RATTI, matrícula 39.602, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de outubro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3381/2014

DECRETO Nº 3381/2014
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora JOSIANE MULLER, matrícula 39.602, ocupante do cargo de Enfermeira da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3380/2014

DECRETO Nº 3380/2014
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora KELLEEN FORMENTIN, matrícula 32.581, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3379/2014

DECRETO Nº 3379/2014
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora SIBELI ANTON, matrícula 37.515-2, ocupante do cargo de Enfermeira da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3428/2014

DECRETO Nº 3.428/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 21.583/2014 datado de 16/10/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Wellington Mar Dorval	Professor - H	13/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3427/2014

DECRETO Nº 3.427/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 21.578/2014 datado de 16/10/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Julyana Liamarys Marcos	Professor - H	07/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3426/2014

DECRETO Nº 3.426/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 21.580/2014 datado de

16/10/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Débora Cristina Martins de Souza	Professor - H	10/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3425/2014

DECRETO Nº 3.425/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Rosa Maria de Souza	Auxiliar de Ensino	12/11/2014
Tamara Santos do Espírito Santo Rodrigues	Auxiliar de Sala	04/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3424/2014

DECRETO Nº 3.424/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Janaina Gersa Silva	Professor - M	03/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

LEI N.º 5.443 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA DE "PROFESSORA MARIA MINERVINA SOARES CUNHA" O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "PROFESSORA MARIA MINERVINA SOARES CUNHA" o Centro de Educação Infantil Municipal, localizado na Rua Otto Júlio Malina, 1109, Bairro Ipiranga - Distrito de Barreiros, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera a relação dos documentos exigidos na Instrução Normativa 03 da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

Art. 1º Fica alterado o item 1.6 da relação de documentos exigidos para concessão da Licença Ambiental Prévia- LAP, que passará a contar com a seguinte redação:

1.6 Cópia do CNPJ da empresa responsável, seu respectivo contrato social, contendo as últimas alterações e cópia da certidão simplificada da Junta Comercial, expedidos em no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 2º Ficam alterados os itens 2.2, 2.7 e 2.9 da relação de documentos exigidos para concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI, que passarão a contar com a seguinte redação:

2.2 Planta baixa do empreendimento contendo todas as suas atividades de controle ambiental e pontos de lançamento do esgoto tratado;

2.7 Aprovação do projeto hidrossanitário pela Vigilância Sanitária ou Protocolo de abertura de processo;

2.9 Memorial descritivo do tipo de sistema de tratamento de efluentes, contendo a eficiência estimada de remoção dos principais parâmetros a serem tratados.

Parágrafo único. Ficam suprimidos da relação os itens 2.12 e 2.14.

Art. 3º Acrescenta-se o item 3.10 da relação de documentos exigidos para concessão da Licença Ambiental de Operação - LAO, que contera a seguinte redação:

3.10 Cópia da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, expedida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

(SDS), em casos de lançamento de efluentes, direta ou indiretamente, nos recursos hídricos, ou declaração emitida pela SDS de inexistência.

Art. 4º Ficam alterados os itens 4.3, 4.4 e 4.5 da relação de documentos exigidos para renovação da Licença Ambiental de Operação - LAO, que passarão a contar com a seguinte redação:

4.3 Laudos, Relatório descritivo fotográfico comprovando o cumprimento das condicionantes da Licença Ambiental de Operação - LAO, com respectiva ART;

4.4 Comprovante de constituição de condomínio e cópia do respectivo CNPJ;

4.5 Cópia do Habite-se, emitido pela Secretaria de Serviços Públicos - SUSP

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 14 de novembro de 2014.

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 696/2013

DECRETO Nº 3421/2014

DECRETO Nº 3421/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 572.928,86 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.227 - Construção de Policlínicas - Forquilha, Serraria - FMS

2027 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 572.928,86

Total deste Projeto R\$ 572.928,86

Total do Órgão R\$ 572.928,86

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 572.928,86

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 572.928,86 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos) nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros - FMS

2245 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 200.000,00

25.01.10.301.0102.2.427 - Fornec. de Formulas Lácteas e Leites

Especiais

2247 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 372.928,86
 Total desta Atividade R\$ 372.928,86
 Total do Órgão R\$ 572.928,86
 Total da Anulação R\$ 572.928,86

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de novembro de 2014.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3422/2014

DECRETO Nº 3422/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os Artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 53.490,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.083 - PSEMC - Serviço Especializado / Abordagem Social - CREAS / População de Rua / Centro - POP

2 - 3.3.90.30.00.00.0023 - Material de Consumo, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 30.000,00
 Total desta Atividade R\$ 30.000,00

28.01.08.244.0111.2.290 - PSEAC - Serviço de acolhimento para Idoso - Casa Lar - Abrigo Institucional
 362 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos PrópriosR\$ 20.000,00
 Total desta AtividadeR\$ 20.000,00
 Total do ÓrgãoR\$ 50.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

546 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos PrópriosR\$ 3.490,00
 Total desta AtividadeR\$ 3.490,00
 Total do ÓrgãoR\$ 3.490,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 53.490,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito

Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 53.490,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.083 - PSEMC - Serviço Especializado / Abordagem Social - CREAS / População de Rua / Centro - POP

11 - 4.4.90.52.00.00.0023 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 30.000,00
 Total desta AtividadeR\$ 30.000,00

28.01.08.244.0111.2.290 - PSEAC - Serviço de acolhimento para Idoso - Casa Lar - Abrigo Institucional
 388 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
 Recursos PrópriosR\$ 20.000,00
 Total desta AtividadeR\$ 20.000,00
 Total do ÓrgãoR\$ 50.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
 538 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
 Recursos PrópriosR\$ 3.490,00
 Total desta AtividadeR\$ 3.490,00
 Total do ÓrgãoR\$ 3.490,00
 Total da AnulaçãoR\$ 53.490,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de novembro de 2014.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 20078/2014

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 20078/2014.PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SINDICATO RURAL DE SÃO JOSÉ OBJETO: Fomento as atividades de utilidade pública desenvolvidas pelo sindicato Rural de São José, em favor dos produtores rurais, por meio de cooperação técnica para a alimentação do banco de dados do cadastro ambiental rural (CAR), com dados fornecidos pelos proprietários dos imóveis rurais situados no município de São José, e também para a difusão do Programa de Educação Fiscal no âmbito do Município, a fiscalização e controle da emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural, pelo Sindicato Rural de São José. O intercâmbio mútuo de informações e dados cadastrais, o recebimento e processamento dos dados do movimento econômico, a colaboração no controle e aumento da arrecadação do ICMS, e o fornecimento dos meios e serviços necessários ao uso dos equipamentos para cadastro do produtor primário bem como a emissão, controle e contabilização das notas de produtor rural. Valor R\$ 87.158,15 (oitenta e sete mil cento e cinquenta e oito reais e quinze centavos) VIGÊNCIA : 12

meses a partir da data da assinatura. LOCAL E DATA : São José ,30 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Eduardo Bastos Moreira Lima pelo município de São José e Ezequiel Cecilia-no Teixeira Garcia pelo Sindicato Rural de São José.

PORTARIA Nº 1.705 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.705 de 12 de novembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 24.095/2014, relativo a ato disciplinar do servidor I.M.N, matrícula nº 37.074, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Cláudia Regina Macário, Kellen Bittencourt e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 12 de novembro de 2014
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal da Educação

PORTARIA Nº 1.706 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.706 de 12 de novembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 24.097/2014, relativo a ato disciplinar do servidor J.T.S.C, matrícula nº 36.918, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Cláudia Regina Macário, Kellen Bittencourt e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 12 de novembro de 2014
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal da Educação

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS FMS MÊS 14-11

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 21.2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: INÊS MARIA TRIACA CANTON

Valor : 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais)

Vigência : Início: 13/11/2014 Término: 14/01/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2014

Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.36.00.00.00.00 (28) Saldo: 2.630,00

Objeto : LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS, PARA ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA, PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA ATENDIMENTO DE PSICOLOGIA, PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E PARA RECEPÇÃO.

São José do Cedro, 14 de Novembro de 2014

EXTRATO DISPENSA 27-14

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/14

HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14

CONTRATADO: INÊS MARIA TRIACA CANTON

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS, PARA ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA, PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA ATENDIMENTO DE PSICOLOGIA, PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E PARA RECEPÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

DATA: 14/11/14 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EDITAL 55 2014 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: Pregão Presencial

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 80.912.124/0001-82, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão, do tipo Menor preço por item, no regime de contratação de preços por item, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº. 10.520, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas atualizações. Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 27/11/2014 até às 08:45 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos. O início da sessão pública ocorrerá às 09:00 horas, do dia da entrega dos envelopes.

1- DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FÁBRICA E MÃO DE OBRA PARA CONserto DE VEÍCULOS E ÔNIBUS/CAMINHÕES DA MUNICIPALIDADE, nas quantidades estimadas, até 31 de Dezembro de 2014, conforme item, quantidades e valor máximo abaixo:

Itens	Qtd	Und.	DESCRIÇÃO	Valor Unt. Máximo	Valor Total Máximo
01	03	Und	FILTRO DE ÓLEO 3661840125	23,52	70,56
02	06	Und	JOGO DE FILTRO DE COMBUSTIVEL 1/2LT FELTRO	15,68	94,08
03	03	Und	FILTRO DE AR 10945304	93,08	279,24
04	03	Und	FILTRO DE ÓLEO 905411880008	47,04	141,12
05	06	Und	FILTRO DE AR INTERNO 6007001744001	80,72	484,32
06	06	Und	FILTRO DE AR EXTERNO 600700001743003	95,60	573,60
07	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 2TD127491A	73,10	438,60
08	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL A3844777015K2	60,50	363,00
09	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 1393640	80,65	483,90
10	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL R6010MHP	60,92	365,52
11	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 905411510019	45,08	270,48
12	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL R468091	50,40	302,40
13	02	Und	ROLAMENTO DA EMBREAGEM 000.250.4615	196,30	392,60
14	12	Und	PINO DE MOLA TRASEIRO MBB 1113/1513	19,04	228,48
15	12	Und	PINO DE MOLA DIANTEIRO MBB 1113/1513	25,68	308,16
16	06	Und	CONTRA PINO MBB 1113/1513	6,60	39,60
17	06	Und	PINO CENTRO 12MM	13,50	81,00

18	04	Und	PINO CENTRO 14MM	15,68	62,72
19	03	Und	CONJUNTO DO REPARO DO TRAMBULADOR 352.268.0050	67,30	201,90
20	06	Und	PORCA DA RODA COM ANEL DO CARGO/MBB	7,84	47,04
21	12	Und	BUCHA DA MOLA TRASEIRA BRONZE MBB	7,84	94,08
22	12	Und	BUCHA DA MOLA DIANTEIRA BRONZE MBB	6,60	79,20
23	03	Und	MOLA TRASEIRA MBB 4070-1	420,17	1.262,10
24	03	Und	MOLA TRASEIRA MBB 4070-2	336,25	1.008,75
25	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-1	346,58	1.039,74
26	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-2	325,00	975,00
27	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-3	230,00	690,00
28	03	Und	LONA DE FREIO 3764233610	151,20	453,60
29	04	Und	LONA DE FREIO 3454230610	186,98	747,92
30	25	Und	PARAFUSO 6X50	0,90	22,50
31	25	Und	PARAFUSO 10X30 / 10X40	1,12	28,00
32	25	Und	PARAFUSO 5/16 X 3	1,68	42,00
33	10	Und	PARAFUSO 8 X30 / 8 X 40	0,80	8,00
34	02	Und	CRUZETAS DO CARDÃ MBB 1113/1513	90,16	180,32
35	02	Und	FLANGE DO CARDÃ MBB MERIT – 801200	98,17	196,34
36	10	Und	PARAFUSO 12 X 90	4,48	44,80
37	10	Und	LAMPADA PINGO D' AGUA 12V	3,40	34,00
38	10	Und	LAMPADA 1 POLO GRANDE 12V	3,40	34,00
39	10	Und	LAMPADA 2 (DOIS)POLOS DESENCONTRADO 12V	3,40	34,00
40	10	Und	LAMPADAS H4 12V	15,70	157,00
41	10	Und	LAMPADA H1 12V	15,70	157,00
42	10	Und	LAMPADA H3 12V	16,80	168,00
43	10	Und	LAMPADA 69 12V	2,25	22,50
44	10	Und	LAMPADA 67 12V	2,80	28,00
45	10	Und	LAMPADA H7	29,78	297,80
46	10	Und	LAMPADA 1 (UM)POLO GRANDE 24V	4,00	40,00
47	10	Und	LAMPADA 2 (DOIS)POLOS DESENCONTRADO 24V	4,00	40,00
48	10	Und	LAMPADA H4/H5 24V	22,40	224,00
49	10	Und	LAMPADA H1 24V	20,20	202,00
50	10	Und	LAMPADA H3 24V	27,30	273,00
51	10	Und	LAMPADA 69 24V	3,00	30,00
52	10	Und	LAMPADA 67 24V	3,00	30,00
53	10	Und	LAMPADA PINGO D' AGUA 24V	4,00	40,00
54	30	MTS	FIO FLEXIVEL EMC250PR	2,25	67,50
55	04	Und	ABRACADEIRA 2 3/4 1/2	5,60	22,40
56	06	Und	ABRACADEIRA 9 X 13	2,00	12,00
57	06	Und	FITA ISOLANTE 10MTS	3,40	20,40
58	50	Und	TERMINAL DO FIO DO LATÃO	0,50	25,00
59	02	Und	SOQUETE HERMÉTICO	16,80	33,60
60	25	Und	FUSIVEL DA LAMINA	1,00	25,00

61	02	Und	REPARO DA BOMBA D' AGUA OM 366	191,60	383,20
62	03	Und	JUNTA DA TAMPA DA VALVULA OM 366 3621880080	28,00	84,00
63	02	Und	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM A 693.295.7006	182,50	365,00
64	50	HRS	SERVIÇOS GERAIS DE MÃO DE OBRA PARA VEÍCULOS E ONIBUS DA MUNICIPALIDADE.	60,00	3.000,00
			TOTAL		17.950,07

Parágrafo primeiro: As peças deverão ser originais, de primeira linha, fabricação nacional e os serviços prestados deverão ser executados na Garagem da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagens do Município.

Parágrafo segundo: Os valores estipulados no objeto são considerados valores máximos, sendo que a empresa proponente que apresentar valor superior ao estipulado no objeto estará desclassificada.

Parágrafo terceiro: As empresas deverão apresentar, obrigatoriamente e pormenorizado, relação dos valores unitários de cada item.

Parágrafo quarto: As peças e os serviços a serem prestados deverão ter garantia de, no mínimo, 6 (seis) meses.

Parágrafo quinto: As peças substituídas deverão ser, obrigatoriamente, entregues ao Município, encaixotadas, quando da apresentação da Nota Fiscal, sob pena do não pagamento da peça substituída, caso as peças não sejam apresentadas.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão às pessoas físicas e jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação.

2.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 - ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 - Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

3.1.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de habilitação" deverão estar devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço data e horários especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210, Centro, Setor de Compras, São Miguel da Boa Vista - SC.

DATA: 27/11/2014.

HORÁRIO: 08:45 hs.

3.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 001 (PROPOSTA COMERCIAL)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 27/11/2014. HORA: 09:00hs.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 27/11/2014. HORA: 09:00 hs.

3.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:

- a) ou no original;
- b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro Da Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC;
- c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, será efetuada, em horário de expediente, no setor de Compras ou na própria seção, quando da realização do Pregão.

3.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

3.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada

nova data para a realização do certame.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 001)

4.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser apresentada em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula;

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV - Conter preço unitário por item;

4.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5- A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

4.7 - É obrigatório o fornecimento em "disco rígido", "CDs" de todos os itens cotados compatível com o programa utilizado pelo setor de compras, (Sistema Beta). O arquivo deverá ser solicitado através do e-mail: admfazenda@saomigueldaboavista.sc.gov.br.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

5.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos

de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº. 3.555.

6.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento Oficial de Identidade;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

IV - conforme Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas que são: certidão simplificada da junta comercial, registro civil de pessoa jurídica e ou comprovante de empresa optante ao simples nacional na receita federal. Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento (mesmo que estiver enquadrada), perderá automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, quanto a regularidade fiscal e direito de preferência.

6.3.1 - Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, com a presença, obrigatória, do documento original.

6.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 - A não participação de um representante devidamente credenciado conforme itens acima não será abertos os envelopes da empresa.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados,

e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes.

A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie fora do envelope a declaração de fatos impeditivos de habilitação, caso contrário será desclassificada.

7.2 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e rubrica, pelo pregoeiro.

7.4 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Divisão por etapas para ordenamento dos trabalhos.

8.1.1 - O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por item:

I - a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II - a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 - Etapa de Classificação de Preços.

8.2.1 - Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.

8.2.2 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 - O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 - O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 - O valor máximo, em Reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.

8.2.5 - Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem anterior, o Pregoeiro

classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 - Casos não mais se realizem lances verbais serão encerrados a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

I - neste momento o pregoeiro terá conhecimento das licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e que apresentaram proposta final em até 05% (cinco por cento) superior a melhor proposta, terão o direito de preferência para ofertar uma proposta inferior à proposta melhor classificada.

8.2.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 - Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 - Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do subitem 16.1, deste Edital.

8.2.16 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.2.17 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.3 - Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

8.3.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 9.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar,

o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados; salvo as licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, terão um prazo de 02(dias) úteis sendo prorrogado por igual período a critério da administração Pública, para apresentar nova comprovação de regularidade fiscal exigida no edital.

8.3.3 - Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese da existência de recursos.

8.3.4 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 - Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.3.7 - Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento de tais recursos e, em caso de improvidamento dos mesmos, para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final de cada item do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

9.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz 210 - Centro - SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

9.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA -SC, fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

10 - DO CONTRATO

10.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante vencedora será convocado para, imediatamente, firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente a proposta aceita.

10.2 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

10.3 - O prazo máximo para entrega do objeto deste Edital será de até 02 dias úteis, após a emissão da autorização de fornecimento, sendo que a empresa vencedora deverá assinar o termo contratual, imediatamente, após o encerramento do processo licitatório.

10.4 - A CONTRATADA se obriga a proceder a entrega/serviço do bem cotado, no prazo previsto, nas condições contratadas.

10.5 - A CONTRATADA é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais ofertados, bem como é responsável por eventuais custos adicionais.

10.6 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, ou recusar-se, injustificadamente, a entregar os serviços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.7 - As peças, objeto deste edital, quando não forem acompanhadas do serviço de mão de obra e conserto, deverão ser entregues na Garagem da S.M.E.R. Contudo, o serviço de mão de obra para revisão e conserto deverá ser executado na Garagem da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagens do Município.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.015 – Programa de transporte escolar ensino fundamental.	33900000000000	Aplicações diretas.

12 - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

12.1 - Caso o proponente cotar preço maior ao estipulado será, automaticamente, desclassificado do processo.

13 - PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será realizado após a realização dos serviços

e a entrega, pela Contratada, dos itens licitados para Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, acompanhada das peças substituídas, do termo de garantia e originalidade das peças, do laudo de vistoria apresentado pelo mecânico da Prefeitura e da respectiva, nota fiscal.

13.2 - O pagamento será efetuado até dia 12 do mês subsequente, ao recebimento definitivo do objeto da licitação e dos documentos requeridos no item 13.1.

13.3 - Os itens ora licitados deverão ser recebidos e conferidos pelo Secretário(a) da pasta e o Mecânico do Município, denominados como fiscais do contrato, os quais deverão conferir e atestar a originalidade das peças substituídas.

13.4 - Após a conferência dos objetos recebidos, a nota fiscal de cada produto será encaminhada ao respectivo Secretário(a) a fim de que este proceda com tramites legais.

13.5 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada/retido parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

13.6 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria, obrigatoriamente, Contratada com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato.

14 - OS ENCARGOS

14.1 - Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar a entrega do objeto licitado, através do Secretário(a) da Pasta denominado como fiscais do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação, com a confirmação da qualidade dos produtos e serviços exigidos, bem como aplicar sanções previstas neste edital.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

14.2 - Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a prestação dos serviços e entrega das mercadorias, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos neste Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - substituir, sem custos adicionais e, no prazo máximo de 02 (dois) dias, as peças defeituosas e que apresentarem problemas;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, material e demais custos que se fizerem necessários para a execução do bem.

VII - Junto com a Nota Fiscal: Devolver, encaixotadas, as peças substituídas, apresentar os termos de garantia das peças substituídas e dos serviços prestados.

15 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

15.1 - A entrega e a aceitação do objeto licitado será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário(a) da Pasta.

15.2 - A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

16.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 60% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem ou serviço no prazo previsto no item 10.3 deste edital;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em substituir peças (defeituosas, que apresentarem problemas e que não sejam originais) a qual deverá ocorrer na garagem do DMER do Município e/ou corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do atraso ser maior ao informado no item 16.2, II, "a", e/ou em caso de rescisão contratual por interesse da Contratada.

16.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 03 (três) dias úteis contados da respectiva intimação.

16.4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá

ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação.

16.6 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus.

16.7 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

16.8 - As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 16.2.

17 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

17.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

17.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigáveis, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.7 - O Prefeito Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA -SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto,

exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de MARAVILHA - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

18.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

18.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

18.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - HABILITAÇÃO.

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - Documento comprobatório ao enquadramento no regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (certidão da junta comercial e ou registro civil de pessoa jurídica), caso haja interesse por parte do participante.

19. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1 Este Pregão será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Público da Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

19.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:00 às 13:00 horas, no setor de compras e licitações até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, 13/11/2014.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessoria Jurídica

SILVIO RICHARDT

Presidente da CML

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: Pregão Presencial.

ANEXO I

Para o presente Processo Licitatório, será necessária a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

Regularidade Fiscal

Comprovante de regularidade para com o INSS.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Certidão Negativa	Falência ou Concordata (validade 60 dias)

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.

CNPJ: 80.912;124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, praticar atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº.55/2014, na modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpor-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA**ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA**

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FÁBRICA E MÃO DE OBRA PARA CONserto DE VEÍCULOS E ÔNIBUS/CAMINHÕES DA MUNICIPALIDADE.

Itens	Qtd	Und.	DESCRIÇÃO	Valor Unt.	Valor Total
01	03	Und	FILTRO DE ÓLEO 3661840125		
02	06	Und	JOGO DE FILTRO DE COMBUSTIVEL 1/2LT FELTRO		
03	03	Und	FILTRO DE AR 10945304		
04	03	Und	FILTRO DE ÓLEO 905411880008		
05	06	Und	FILTRO DE AR INTERNO 6007001744001		
06	06	Und	FILTRO DE AR EXTERNO 600700001743003		
07	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 2TD127491A		
08	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL A3844777015K2		
09	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 1393640		
10	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL R6010MHP		
11	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL 905411510019		
12	06	Und	FILTRO DE COMBUSTIVEL R468091		
13	02	Und	ROLAMENTO DA EMBREGEM 000.250.4615		
14	12	Und	PINO DE MOLA TRASEIRO MBB 1113/1513		
15	12	Und	PINO DE MOLA DIANTEIRO MBB 1113/1513		
16	06	Und	CONTRA PINO MBB 1113/1513		
17	06	Und	PINO CENTRO 12MM		
18	04	Und	PINO CENTRO 14MM		
19	03	Und	CONJUNTO DO REPARO DO TRAMBULADOR 352.268.0050		
20	06	Und	PORCA DA RODA COM ANEL DO CARGO/MBB		
21	12	Und	BUCHA DA MOLA TRASEIRA BRONZE MBB		
22	12	Und	BUCHA DA MOLA DIANTEIRA BRONZE MBB		
23	03	Und	MOLA TRASEIRA MBB 4070-1		
24	03	Und	MOLA TRASEIRA MBB 4070-2		
25	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-1		
26	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-2		
27	03	Und	MOLA DIANTEIRA MBB 4506-3		
28	03	Und	LONA DE FREIO 3764233610		
29	04	Und	LONA DE FREIO 3454230610		
30	25	Und	PARAFUSO 6X50		
31	25	Und	PARAFUSO 10X30 / 10X40		
32	25	Und	PARAFUSO 5/16 X 3		
33	10	Und	PARAFUSO 8 X30 / 8 X 40		

34	02	Und	CRUZETAS DO CARDÃ MBB 1113/1513		
35	02	Und	FLANGE DO CARDÃ MBB MERIT – 801200		
36	10	Und	PARAFUSO 12 X 90		
37	10	Und	LAMPADA PINGO D’ AGUA 12V		
38	10	Und	LAMPADA 1 POLO GRAN- DE 12V		
39	10	Und	LAMPADA 2 (DOIS) POLOS DESENCONTRA- DO 12V		
40	10	Und	LAMPADAS H4 12V		
41	10	Und	LAMPADA H1 12V		
42	10	Und	LAMPADA H3 12V		
43	10	Und	LAMPADA 69 12V		
44	10	Und	LAMPADA 67 12V		
45	10	Und	LAMPADA H7		
46	10	Und	LAMPADA 1 (UM)POLO GRANDE 24V		
47	10	Und	LAMPADA 2 (DOIS) POLOS DESENCONTRA- DO 24V		
48	10	Und	LAMPADA H4/H5 24V		
49	10	Und	LAMPADA H1 24V		
50	10	Und	LAMPADA H3 24V		
51	10	Und	LAMPADA 69 24V		
52	10	Und	LAMPADA 67 24V		
53	10	Und	LAMPADA PINGO D’ AGUA 24V		
54	30	MTS	FIO FLEXIVEL EMC250PR		
55	04	Und	ABRAÇADEIRA 2 3/4 1/2		
56	06	Und	ABRAÇADEIRA 9 X 13		
57	06	Und	FITA ISOLANTE 10MTS		
58	50	Und	TERMINAL DO FIO DO LATÃO		
59	02	Und	SOQUETE HERMÉTICO		
60	25	Und	FUSIVEL DA LAMINA		
61	02	Und	REPARO DA BOMBA D’ AGUA OM 366		
62	03	Und	JUNTA DA TAMPA DA VALVULA OM 366 3621880080		
63	02	Und	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM A 693.295.7006		
64	50	HRS	SERVIÇOS GERAIS DE MÃO DE OBRA PARA VEÍCULOS E ONIBUS DA MUNICIPALIDADE.		
				TOTAL	

Declaro estar de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Representante Legal

Nome:.....

Cargo: proprietário

CPF:

Data:.....

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Proponente

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

DECLARAÇÃO

.....(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. /, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o subitem 5.1.2..2 do Edital.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina o subitem 5.1.2.2 do Edital.

...../...../..... de 2014.

(representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 16.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO.

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

DECLARAÇÃO

.....RAZÃO SOCIAL....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) REPRESENTANTE.....infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF/MF no, para os fins de participação no Pregão Presencial No .../, e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4o da Lei no 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe, e que fez visita técnica a fim de conhecer os veículos ou ônibus/caminhões bem como os serviços a serem prestados e as peças a serem substituídas.

...../...../..... de 2014.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após

o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 16.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

EDITAL AQUISIÇÃO COMPUTADOR 14 2014 FMS

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.

MODALIDADE: Pregão Presencial

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 80.912.124/0001-82, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão, do tipo Menor preço por item, no regime de contratação de preços unitários, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações. Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 25/11/2014 até às 08:45 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos. O início da sessão publica ocorrerá às 09:00 horas, do dia da entrega dos envelopes.

1. OBJETO

1.1 Aquisição de Microcomputador conforme portaria GM/MS N.º 2363 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, nas quantidades estimadas, para entrega IMEDIATA, todos montados e instalados.

Ítem	Qtd	Und.	DESCRIÇÃO	Valor Unt	Valor Total
01	01	Und.	Microcomputador conforme portaria GM/MS N.º 2363 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012: 1) Baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6MB ; 2) Processador 4 núcleos real; 3) BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete; 4) DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GBytes; 5) Unidade de dvd-rw, SATA; 6) Unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm; 7) Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB; 8) Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2; 9) Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 18" SVGA, refresh de 5 ms, contraste de 800:1, brilho de 200 cd/m2, policromático, visualização de ajustes na tela, "Plug & Play", resolução de 1360x768 a 60 Hz em 16 milhões de cores, entrada digital, angulo de visão de 160 graus, base com ajuste de inclinação e altura; 10) Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultâneos; 11) Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2; 12) 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais; 13) Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; 14) Controladora de periféricos integrada a placa mãe; 15) Gabinete configurável para desktop ou torre, volume máximo de 13.500 cm3, disponibilizando dispositivo com segredo de proteção contra abertura; 16) Sistema de alerta para abertura do gabinete com software de gerenciamento do fabricante; 17) Manuseio de disco rígido, dvd-rw e abertura do gabinete sem uso de ferramentas (tool-less); 18) Implementação de segurança padrão TPM 1.2 integrada ao software de gerenciamento; 19) Monitor de vídeo, gabinete, teclado e mouse no mesmo padrão de cor e fabricante do equipamento; 20) Fonte de alimentação universal com correção de fator de potencia ativo, eficiência de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz; 21) Sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.	2.200,00	2.200,00
			TOTAL		2.200,00

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão às pessoas físicas e jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 - ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 - Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

3.1.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de habilitação" deverão estar devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço data e horários especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210- Centro - Setor de Compras - São Miguel da Boa Vista/SC.

DATA: 24/11/2014.

HORÁRIO: 08:45 hs.

3.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 001 (PROPOSTA COMERCIAL)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 25/11/2014 HORA: 09:00h.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 25/11/2014. HORA: 09:00 hs.

3.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:

- a) ou no original;
- b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro Da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC;
- c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, será efetuada, em horário de expediente, no setor de Compras ou na própria seção, quando da realização do Pregão.

3.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

3.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 001)

4.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser apresentada em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula;

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV - Conter preço unitário por item;

4.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições

estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

4.7 - É obrigatório o fornecimento em "disco rígido", "CDs" de todos os itens cotados compatível com o programa utilizado pelo setor de compras, (Sistema Betha), sendo que a não apresentação da proposta em formato eletrônico acarretará na desclassificação do licitante. O arquivo deve ser solicitado no e-mail: admfazen-da@saomiguelmunicipal.sc.gov.br.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

5.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº. 3.555/2000.

6.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento Oficial de Identidade;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

IV - conforme Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas que são: certidão simplificada da junta comercial, registro civil de pessoa jurídica e ou comprovante de empresa optante ao simples nacional na receita federal. Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento (mesmo que estiver enquadrada), perderá

automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, quanto à regularidade fiscal e direito de preferência.

6.3.1 - Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, à vista do original.

6.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 - A não participação de um representante devidamente credenciado cfe. itens acima não será abertos os envelopes da empresa.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes.

A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie fora do envelope a declaração de fatos impeditivos de habilitação. Caso contrário, será desclassificada.

7.2 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e rubrica, pelo pregoeiro.

7.4 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Divisões por etapas para ordenamento dos trabalhos

8.1.1 - O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por Item:

I - a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II - a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos

documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 - Etapa de Classificação de Preços.

8.2.1 - Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.

8.2.2 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 - O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 - O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 - O valor máximo, em Reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.

8.2.5 - Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 - Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

I - neste momento o pregoeiro terá conhecimento das licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e que apresentaram proposta final em até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, terão o direito de preferência para ofertar uma proposta inferior a proposta melhor classificada.

8.2.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 - Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 - Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a

oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do subitem 16.1, deste Edital.

8.2.16 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.2.17 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.3 - Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

8.3.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 9.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados; salvo as licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, terão um prazo de 02(dias) úteis sendo prorrogado por igual período a critério da administração Pública, para apresentar nova comprovação de regularidade fiscal exigida no edita.

8.3.3 - Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese da existência de recursos.

8.3.4 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 - Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das

licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.3.7 - Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento de tais recursos e, em caso de improvidamento dos mesmos, para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final de cada lote do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

9.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz 210 - Centro - São Miguel da Boa Vista/SC.

9.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

10 - DO CONTRATO

10.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

10.2 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

10.3 - O objeto deste edital deverá ser entregue no prédio do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel da Boa Vista/SC em, no máximo, 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, e sob a fiscalização do Secretário da Pasta e da responsável pelo departamento de nutrição.

10.4 - O prazo para entrega do objeto deste será, de no máximo, 05 (cinco) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento e assinatura do Contrato e/ou total ou parcialmente conforme solicitação do município.

10.5 - A Contratada se obriga a proceder à entrega do bem cotado, no prazo previsto, nas condições contratadas.

10.6 - A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais ofertados, bem como é responsável por eventuais custos adicionais.

10.7 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, ou recusar-se, injustificadamente, a entregar os serviços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.8 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços objeto da presente licitação, conforme a lei.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade.	Modalidade de aplicação.	Descrição
1.024 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	4490000000000000	Material Permanente

12 - DAS CONDIÇÕES ECONONÔMICO-FINANCEIRAS

12.2 - O preço proposto para o objeto da presente licitação, não terá Reajustes, nem reequilíbrio de preço.

12.3 - Caso o proponente cotar preço maior ao estipulado será automaticamente desclassificado do processo.

13 - PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancária, até o dia 12 (doze) do mês subsequente a entrega do objeto licitado, apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Secretário da Pasta, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

13.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros e/ou ao Município, de responsabilidade da Contratada.

13.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

13.4 - O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

14 - OS ENCARGOS

14.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - Fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

14.2 - Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a prestação dos serviços e entrega dos itens licitados, objeto da presente licitação, nos prazos, medidas, marcas e condições previstas e fornecidas neste Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o bem rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, embalagens e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do bem.

VII - Quando da entrega do material licitado, cumprir as exigências fixadas no item 18.14 deste Edital.

15 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

15.1 - A entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo secretário da Pasta e a responsável pelo departamento.

15.2 - A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

15.4 - A entrega do objeto deste edital deverá ser no prédio do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel da Boa Vista/SC em, no máximo, 05 (cinco) dias assinatura do contrato.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

16.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 30% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total

compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no item 10.3 deste;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da Contratada der causa e ou rescindir o Contrato.

16.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

16.4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

16.6 - As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 16.2.

17 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

17.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

17.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se

o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.7 - O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

18.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos locais e horários anteriormente estabelecidos.

18.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

18.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - HABILITAÇÃO.

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - Documento comprobatório ao enquadramento no regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (certidão da junta comercial e ou registro civil de pessoa jurídica), caso haja interesse por parte do participante.

18.14 - Devem acompanhar, quando da entrega dos materiais e produtos, os seguintes documentos:

a) Fornecedor por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante -apresentar comprovação;

b) Todos os componentes do equipamento integrados pelo fabricante do mesmo -apresentar comprovação;

c) Declaração do fabricante que o equipamento com a configuração proposta é totalmente compatível com o sistema operacional requerido no item 21;

d) Atender às normas NBR 10.152 - Apresentar ensaio atualizado, emitido por laboratório credenciado, referente a equipamento exatamente igual ao proposto no que se refere a: gabinete, fonte de alimentação, processador, marca/modelo de disco rígido e de leitor/gravador de DVD;

e) Atender a norma IEC 60950-1, IEC 61000 e CISPR 22/24 conforme portaria 170/2012 do INMETRO;

f) Garantia de hardware de 3 anos disponibilizada pelo fabricante -apresentar comprovação;

g) Assistência técnica tipo "on-site" disponibilizada por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante, com tempo de solução em até sete dias úteis contados a partir do comunicado efetuado no horário de expediente. O descumprimento do prazo estipulado implica na substituição do equipamento;

h) Equipamento no portfólio de produtos do fabricante. Caso seja descontinuado em menos de seis meses da entrega deverá ser substituído-apresentar declaração;

i) Anexar documentação técnica detalhada oficial do fabricante

contemplado os requisitos solicitados;
j) Indicação no site do fabricante do produto proposto.

19. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1 Este Pregão será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC.

19.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:00 as 13:00 horas, no setor de compras e licitações até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, 12/11/2014.
Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Silvio Richardt
Pregoeiro

Gilberto José Miorando
Assessor jurídico

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: Pregão Presencial.

ANEXO I

Para o presente Processo Licitatório, serão necessários a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o INSS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Regularidade Fiscal	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Certidão Negativa	Falência e Concordata.

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.
CNPJ: 80.912;124/0001-82
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC, praticar

atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº 14/2014 FMS, na modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA
LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.
CNPJ: 80.912.124/0001-82
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Aquisições de material e equipamentos Permanentes para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, nas quantidades estimadas, para entrega imediata.

Ítem	Qtd	Und.	DESCRIÇÃO	Valor Unt	Valor Total
			<p>Microcomputador conforme portaria GM/MS N.º 2363 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012:</p> <p>1) Baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6MB ;</p> <p>2) Processador 4 núcleos real;</p> <p>3) BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete;</p> <p>4) DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GBytes;</p> <p>5) Unidade de dvd-rw, SATA;</p> <p>6) Unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;</p> <p>7) Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB;</p> <p>8) Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2;</p> <p>9) Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 18" SVGA, refresh de 5 ms, contraste de 800:1, brilho de 200 cd/m2, policromático, visualização de ajustes na tela, "Plug & Play ", resolução de 1360x768 a 60 Hz em 16 milhões de cores, entrada digital, angulo de visão de 160 graus, base com ajuste de inclinação e altura;</p> <p>10) Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultaneos;</p> <p>11) Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2;</p> <p>12) 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais;</p> <p>13) Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe;</p> <p>14) Controladora de periféricos integrada a placa mãe;</p> <p>15) Gabinete configurável para desktop ou torre, volume máximo de 13.500 cm3, disponibilizando dispositivo com segredo de proteção contra abertura;</p> <p>16) Sistema de alerta para abertura do gabinete com software de gerenciamento do fabricante;</p> <p>17) Manuseio de disco rígido, dvd-rw e abertura do gabinete sem uso de ferramentas (tool-less);</p> <p>18) Implementação de segurança padrão TPM 1.2 integrada ao software de gerenciamento;</p> <p>19) Monitor de video, gabinete, teclado e mouse no mesmo padrão de cor e fabricante do equipamento;</p> <p>20) Fonte de alimentação universal com correção de fator de potencia ativo, eficiência de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</p> <p>21) Sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.</p>		
09	01	Und.			
				TOTAL	

Declaro estar de acordo com todas normas deste edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Representante Legal

Nome:

Cargo: Proprietário

CPF:

Data:.....

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Proponente

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
 ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.
 CNPJ: 80.912.124/0001-82
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. /, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina a Lei e o Edital.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina a Lei e o Edital.

...../...../..... de 2014.

_____ (representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 16.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO
LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.
CNPJ: 80.912.124/0001-82
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2014 FMS.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO

.....RAZÃO

SO

CIAL.....
....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a)REPRESENTANTE.....
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF/MF no
para os fins de participação no Pregão Presencial No .../
, e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei no 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

...../...../..... de 2014.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 16.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1810/2014- CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA À SERVIDORA APOSENTADA MARIA LÚCIA WERLANG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA ADM/DRH Nº 1810/2014

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA À SERVIDORA APOSENTADA MARIA LÚCIA WERLANG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe conferem o art. 72, incisos VIII e X da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

Considerando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ao julgar a apelação n. 2011.063336-0, oriunda do processo n. 067.10.005312-9, determinou a complementação da aposentadoria da Sra. Maria Lucia Werlang, no valor equivalente a diferença entre a última remuneração no exercício do cargo público e o valor pago pelo Regime Geral de Previdência.

Considerando que decisão judicial exarada no processo 067.10.005312-9, transitou em julgado em 03/03/2014.

Considerando que a Sra. Maria Lucia Werlang fora aposentada, pelo Regime Geral de Previdência, em 13/08/2007, em decorrência de sua aposentadoria, e que no período ente 13/08/2007 a 31/12/2008 a Sra. Maria Lucia Werlang exerceu a função de Secretária Municipal de Cultura sendo que pela decisão judicial deve ser considerada como parâmetro a última remuneração de referência que deu-se em 31/12/2008.

Considerando que a Sra. Maria Lucia Werlang, moveu a execução de sentença n. 0301677-54.2014.8.24.0067 buscando pagamento via judicial referente ao período compreendido entre 31/01/2009 a 31/08/2014.

Considerando que a decisão judicial exarada nos autos 067.10.005312-9, determinou a implementação na folha de pagamento da complementação da diferença entre diferença entre a última remuneração no exercício do cargo público e o valor pago pelo Regime Geral de Previdência.

Considerando que a decisão judicial deve ser cumprida integralmente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a complementação de aposentadoria à Sr. IGNES FANTIN, servidora pública municipal aposentada, na valor de R\$ 1.304,11, na forma da decisão judicial transitada em julgado exarada nos autos n. 067.10.005312-9.

Art. 2º O valor da complementação da aposentadoria é valor estabelecido no anexo I, da presente, que é parte integrante e inseparável deste ato.

Art. 3º Será concedida revisão da referida complementação da aposentadoria sempre que a legislação determinar na forma do art. 15, da Lei 10.887/2004.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, serão consignadas no Orçamento Municipal, em rubrica apropriada

para tal fim.

Art. 5º Comunique-se o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma da legislação vigente, para fins de registro e conhecimento.

Art. 6º Esta portaria tem efeito retroativo à 1º de setembro de 2014.

Parágrafo único. Os valores referentes aos meses setembro e outubro de 2014, serão pagos da seguinte maneira:

I - setembro de 2014, juntamente com o mês de novembro de 2014;

II - outubro de 2014, juntamente com o mês de dezembro de 2014.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 12 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

Leila Cleuni Pinheiro Zandoná

Secretária de Administração

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- valor da última remuneração da servidora na ativa (31/12/2008): R\$ 2.710,40

- valor da aposentadoria Regime Geral de Previdência (31/01/2009): R\$ 1.776,85

DIFERENÇA em Janeiro de 2009

R\$ 933,55

Demonstrativo de aumentos da diferença:

MÊS/referencia	VALOR da diferença com aumento lei municipal (R\$)	AUMENTO LEI MUNICIPAL (%)
31/01/2009	933,55	
28/02/2009	933,55	
31/03/2009	933,55	
30/04/2009	971,63	L. 6.178/09 – 4,08%
31/05/2009	971,63	
30/06/2009	971,63	
31/07/2009	971,63	
31/08/2009	971,63	
30/09/2009	971,63	
31/10/2009	971,63	
30/11/2009	971,63	
31/12/2009	971,63	
13º/2009	971,63	
31/01/2010	971,63	
28/02/2010	971,63	
31/03/2010	1.015,84	L.6.313/10 – 4,55%
30/04/2010	1.015,84	
31/05/2010	1.015,84	
30/06/2010	1.015,84	
31/07/2010	1.015,84	
31/08/2010	1.015,84	
30/09/2010	1.015,84	
31/10/2010	1.015,84	

30/11/2010	1.015,84	
31/12/2010	1.015,84	
13º/2010	1.015,84	
31/01/2011	1.015,84	
28/02/2011	1.015,84	
31/03/2011	1.080,45	L. 6.463/11 – 6,36%
30/04/2011	1.080,45	
31/05/2011	1.080,45	
30/06/2011	1.080,45	
31/07/2011	1.080,45	
31/08/2011	1.080,45	
30/09/2011	1.080,45	
31/10/2011	1.080,45	
30/11/2011	1.080,45	
31/12/2011	1.080,45	
13º/2011	1.080,45	
31/01/2012	1.080,45	
28/02/2012	1.080,45	
31/03/2012	1.139,55	Lei 6.626/12 – 5,47%
30/04/2012	1.139,55	
31/05/2012	1.139,55	
30/06/2012	1.139,55	
31/07/2012	1.139,55	
31/08/2012	1.139,55	
30/09/2012	1.139,55	
31/10/2012	1.139,55	
30/11/2012	1.139,55	
31/12/2012	1.139,55	
13º/2012	1.139,55	
31/01/2013	1.139,55	
28/02/2013	1.139,55	
31/03/2013	1.216,70	L.6.726/13 – 6,77%
30/04/2013	1.216,70	
31/05/2013	1.216,70	
30/06/2013	1.216,70	
31/07/2013	1.234,95	L. 6.871/13 – 1,50%
31/08/2013	1.234,95	
30/09/2013	1.234,95	
31/10/2013	1.234,95	
30/11/2013	1.234,95	
31/12/2013	1.234,95	
13º/2013	1.234,95	
31/01/2014	1.234,95	
28/02/2014	1.234,95	
31/03/2014	1.304,11	L. 6.891/14 – 5,6%
30/04/2014	1.304,11	
31/05/2014	1.304,11	
30/06/2014	1.304,11	
31/07/2014	1.304,11	
31/08/2014	1.304,11	

São Miguel do Oeste, Em 12 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

Leila Cleuni Pinheiro Zandoná

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 1808/2014 - CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA AO SERVIDOR APOSENTADO IGNES FANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA ADM/DRH Nº 1808/2014

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA AO SERVIDOR APOSENTADO IGNES FANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe conferem o art. 72, incisos VIII e X da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

Considerando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ao julgar a apelação n. 2011.065838-6, oriunda do processo n. 067.10.003886-3, determinou a complementação da aposentadoria da Sra. Ignes Fantin, no valor equivalente a diferença entre a última remuneração no exercício do cargo público e o valor pago pelo Regime Geral de Previdência.

Considerando que decisão judicial exarada no processo 067.10.003886-3, transitou em julgado em 18/12/2012.

Considerando que a Sra. Ignes Fantin, fora aposentado, pelo Regime Geral de Previdência, em 21/02/2008, em decorrência de sua aposentadoria, sendo que pela decisão judicial deve ser considerada como parâmetro a última remuneração de referência que deu-se em 31/01/2008.

Considerando que a Sra. Ignes Fantin, moveu a execução de sentença n. 002024-63.2014.8.24.0067/03 buscando pagamento via judicial referente ao período compreendido entre 28/02/2008 a 31/03/2014.

Considerando que a decisão judicial exarada nos autos 067.10.003886-3, determinou a implementação na folha de pagamento da complementação da diferença entre diferença entre a última remuneração no exercício do cargo público e o valor pago pelo Regime Geral de Previdência.

Considerando que a decisão judicial deve ser cumprida integralmente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a complementação de aposentadoria à Sr. IGNES FANTIN, servidora pública municipal aposentada, na valor de R\$ 10,53, na forma da decisão judicial transitada em julgado exarada nos autos n. 067.10.003886-3.

Art. 2º O valor da complementação da aposentadoria é valor estabelecido no anexo I, da presente, que é parte integrante e inseparável deste ato.

Art. 3º Será concedida revisão da referida complementação da aposentadoria sempre que a legislação determinar na forma do art. 15, da Lei 10.887/2004.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, serão consignadas no Orçamento Municipal, em rubrica apropriada para tal fim.

Art. 5º Comunique-se o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma da legislação vigente, para fins de registro e conhecimento.

Art. 6º Esta portaria tem efeito retroativo à 1º de abril de 2014.

Parágrafo único. Os valores referentes aos meses abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014, serão em uma única parcela juntamente com o pagamento do mês de novembro de 2014.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 12 de novembro de 2014.

João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Leila Cleuni Pinheiro Zandoná
Secretária de Administração

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- valor da última remuneração da servidora na ativa (31/01/2008):
R\$ 386,45

- valor da aposentadoria Regime Geral de Previdência (28/02/2008): R\$ 380,00

DIFERENÇA em FEVEREIRO de 2008

R\$ 6,45

Demonstrativo de aumentos da diferença:

MÊS/referencia	VALOR da diferença com aumento lei municipal (R\$)	AUMENTO LEI MUNICIPAL (%)
31/01/2008	6,45	
28/02/2008	6,45	
31/03/2008	7,13	L. 6.006/2008 – 10,57%
30/04/2008	7,13	
31/05/2008	7,13	
30/06/2008	7,13	
31/07/2008	7,13	
31/08/2008	7,13	
30/09/2008	7,13	
31/10/2008	7,13	
30/11/2008	7,13	
31/12/2008	7,54	L.6.101/08 -5,77%
13º SAL/2008	7,54	
31/01/2009	7,54	
28/02/2009	7,54	
31/03/2009	7,54	
30/04/2009	7,85	L. 6.178/09 – 4,08%
31/05/2009	7,85	
30/06/2009	7,85	
31/07/2009	7,85	
31/08/2009	7,85	
30/09/2009	7,85	
31/10/2009	7,85	
30/11/2009	7,85	
31/12/2009	7,85	
13º/2009	7,85	
31/01/2010	7,85	
28/02/2010	7,85	
31/03/2010	8,20	L.6.313/10 – 4,55%
30/04/2010	8,20	
31/05/2010	8,20	
30/06/2010	8,20	
31/07/2010	8,20	
31/08/2010	8,20	
30/09/2010	8,20	
31/10/2010	8,20	
30/11/2010	8,20	
31/12/2010	8,20	
13º/2010	8,20	
31/01/2011	8,20	
28/02/2011	8,20	
31/03/2011	8,73	L. 6.463/11 – 6,36%
30/04/2011	8,73	
31/05/2011	8,73	
30/06/2011	8,73	
31/07/2011	8,73	

31/08/2011	8,73	
30/09/2011	8,73	
31/10/2011	8,73	
30/11/2011	8,73	
31/12/2011	8,73	
13º/2011	8,73	
31/01/2012	8,73	
28/02/2012	8,73	
31/03/2012	9,20	Lei 6.626/12 – 5,47%
30/04/2012	9,20	
31/05/2012	9,20	
30/06/2012	9,20	
31/07/2012	9,20	
31/08/2012	9,20	
30/09/2012	9,20	
31/10/2012	9,20	
30/11/2012	9,20	
31/12/2012	9,20	
13º/2012	9,20	
31/01/2013	9,20	
28/02/2013	9,20	
31/03/2013	9,83	L.6.726/13 – 6,77%
30/04/2013	9,83	
31/05/2013	9,83	
30/06/2013	9,83	
31/07/2013	9,97	L. 6.871/13 – 1,50%
31/08/2013	9,97	
30/09/2013	9,97	
31/10/2013	9,97	
30/11/2013	9,97	
31/12/2013	9,97	
13º/2013	9,97	
31/01/2014	9,97	
28/02/2014	9,97	
31/03/2014	10,53	L. 6.891/14 – 5,6%

São Miguel do Oeste, Em 12 de novembro de 2014.

João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Leila Cleuni Pinheiro Zandoná
Secretária de Administração

PROCESSO SELETIVO Nº 017/2014 - DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA OS CARGOS MENCIONADOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 017/2014 E SUAS RETIFICAÇÕES.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei, torna público a CLASSIFICAÇÃO FINAL das provas objetivas do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 017/2014 e suas retificações, e informa que:

1. De acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 017/2014 e suas retificações, não cabem mais recursos no que tange à pontuação das provas objetivas.

2. Conforme disposto no item 6.2 do Edital nº 017/2014 e suas

retificações, as provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório.

3. Nesta classificação preliminar já foram considerados os critérios de desempate previstos no item 10 do Edital nº 017/2014 e suas retificações.

4. Os candidatos que obtiveram nota igual ou superior a 4 (quatro), deverão entregar seus títulos na data de 14/11/2014 (sexta-feira), das 8h às 11h45min e das 13h30min às 18h45min, na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Hélio Wassun, s/nº, Prédio Pivatto, São Miguel do Oeste/SC, em frente ao CVE, conforme previsão do item 8 do Edital nº 017/2014 e suas retificações.

5. A classificação preliminar do processo seletivo, considerando a pontuação da prova de títulos será publicada até a data de 24/11/2014, no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e no mural do prédio da Prefeitura.

6. Após a divulgação do resultado preliminar da pontuação da prova de títulos, caberá recurso somente no que tange à pontuação dos títulos, nos prazos previstos no Edital nº 017/2014 e suas retificações.

7. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final (Prova Objetiva e Prova de Títulos) igual ou superior a 5 (cinco) pontos, para todos os cargos.

8. Independentemente da ordem de classificação, terá preferência, conforme previsão do Edital nº 017/2014 e suas retificações, os candidatos que possuírem a habilitação exigida para o cargo. Os candidatos que não forem habilitados (cuja graduação ainda não fora concluída), somente serão chamados após o esgotamento da lista de aprovados como professores habilitados.

9. Seguem inalteradas as demais etapas e disposições do Edital de Processo Seletivo nº 017/2014 e suas retificações.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	NOME	NPO
000051	PATRÍCIA COZER	4,8
000061	TERESINHA NATALINA SCHMITT	4,6
000011	CRISTIANE PAULA FRÖHLICH BELLÓ	4,6
000034	KATIANE INES CANESSO	4,4
000032	JUSSELI TERESINHA MÜLLER	4,2
000015	DIONEIDE LORENCINI SEGALA	4,2
000048	NAIANE PATRICIA FAUST DE OLIVEIRA	4,2
000012	DANIELA GEREMIA	4,1
000052	PATRICIA MARCHI ACCADROLI	4
000014	DENISE APARECIDA BACH WEBER	4
000040	MARIA IVONE MORAES	3,9
000007	CARIN SANDRA LORENSKI	3,9
000056	SILVIA MARIA DE ANDRADE SOUSA	3,8
000029	JANICE LOURDES VIERA	3,7
000063	VANDERLENE PERIN BIANCHI	3,7
000013	DANIELA STOLL RINALDI	3,7
000022	ILCE FREITAG DUTRA	3,7
000035	KIELIN ZELINDA FRARE DE GIACOMETI	3,7
000018	FRANCILENE FATIMA LOPES SANTOS	3,7
000038	MARA TEREZINHA MAZUI DA ROSA	3,6
000024	IVANETE TEIXEIRA	3,6
000002	ANA PAULA CARVALHO SALLES	3,6
000037	LEILA CARLA RAUCH	3,6
000046	MONICA RAMOS	3,5
000027	JANETE FRANTZ LIESENFELD	3,5
000050	NIVIA CRISTINA BENCKE BRANDENBURG	3,4

000041	MARIA ROSELAINE BEDIN	3,3
000062	TILVIA REINKE ZAPPANI	3,3
000059	SOLANGE TURANI	3,3
000049	NEURA ANA TRENHAGO	3,3
000043	MARILENE TORAL SIMONI	3,2
000047	NADIA CRISTINA SANDERS VOLPATO	3,2
000055	RUBIA DENTE	3,1
000053	ROSANGELA APARECIDA CÂMARA	3,1
000001	ALBINA CECÍLIA FORTUNATO	3
000008	CAROLINE DALMAGRO	2,9
000019	GEANE MARCIA CHRISTOFOLI	2,9
000003	ANDRIELI DOS SANTOS COSTA	2,9
000023	IRANI SALETE ERLO	2,8
000026	JANECLER DE CARVALHO JESUS	2,8
000017	FABIANA SPIES	2,8
000006	CAMILA TREVISOL	2,8
000009	CLARICE LUCIANE DE OLIVEIRA FORGIA-RINI	2,7
000016	ELISIANE SCHULMANN	2,7
000054	ROSELI CARMEN HEINECK	2,7
000042	MARIANE KORBES ZILLES	2,6
000033	JUSSINÉIA ZAPPANI	2,6
000031	JULIANA BOTH MALDANER	2,6
000021	ICLEDES DE FÁTIMA PELOSO SAGGIORATTO	2,6
000028	JANICE FABIANE MULLER	2,5
000036	LAINE LORENSKI	2,5
000064	VANESSA ALINE GRALOW	2,3
000057	SIRLEI CAVALHEIRO LOPES DONADA	2,3
000060	TATIANE SCHROEDER SILVA	2,2
000005	BRUNA BRONZATTI	2,2
000020	GISELE CRISTINA HAMMES MASSIGNANI	2,2
000010	CLAUDIA ROSALIA PEDROSSINI	2,2
000025	JACINTA DEGANI	2,1
000030	JOSELI ROMANOSKI DE MOURA	2,1
000058	SIRLENE LUZIA BENDER	1,9
000039	MARGARETE LISAKI	1,9
000045	MARISTELA BORGES DE GÓES RAUTTA	1,5
000065	VERANI PASTORE	1,4
CARGO: PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS		
ORDEM	NOME	NPO
000070	SUZANA PERASSOLI ZANCANARO	2,4
000067	EDINARA FERNANDES	2
000068	LUCILEINE GAIARDO	1,7
CARGO: PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL		
ORDEM	NOME	NPO
000073	VANDERLEIA APARECIDA KONFLANZ	4,3
000072	ROSANE CAROLINA BAUMGRATZ	3,7
000071	ASSIR DIOGE MORANDIN	3
000074	VERENICE TRESSOLDI	2,9
CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA		

ORDEM	NOME	NPO
000076	CALIANDRA PIOVESAN	4,2
000077	CLERICE SIVIERO CORDEIRO	3,2
000080	ROSELI BONATTO	3,2
000078	DAYSE MARIA TERRA FABRÍCIO PEREIRA	2,3
000079	DENISE VICENTINI	2,3
000075	ANA MARIA DALMORO FELIX	2,2
CARGO: PROFESSOR CIÊNCIAS		
ORDEM	NOME	NPO
000081	DIRCELEI ARENHARDT	2
CARGO: PROFESSOR GEOGRAFIA		
ORDEM	NOME	NPO
000086	ILIETE MARIA FERRANDIN	4,4
000083	CARLIANE NOGUEIRA	3,4
000084	CLEIDIANE GRASSI	3
000087	JAIR JOSE STREPASSON	2,7
CARGO: PROFESSOR HISTÓRIA		
ORDEM	NOME	NPO
000092	TEREZA GENOVEVA MORANDIN	3,2
000091	PATRICIA MARIA VANI ZANOTTI	3,1
000089	FERNANDA TACCA	2,6
000090	MATEUS RODRIGO NASCIMENTO	2,5
000088	FABIANA REGINA DA SILVA	1,8
CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS		
ORDEM	NOME	NPO
000115	LUCIA SENILDA MACHADO	4,7
000113	LORENI ELISABETE LAUFER	4,7
000130	SANDRA DE BRITO	4,6
000093	ACSA DE SOUZA MONTEIRO OLSZERSKI	4,3
000114	LUCI LENE FURLAN	4,3
000095	ANISE CASOTTI	4,2
000124	NOILI INES FILIPIN DAL MAGO	4,2
000117	MARI LUCIA DAMASCENO	4,2
000102	EDIANE BENEDITO	4,1
000127	PAULA ANGÉLICA BAGATOLI	4
000132	VANILSE GAVA RODRIGUES	3,7
000109	JILVANE MARIA GERENIVI KREWER	3,7
000112	LEISLE CRISTINA COSTA	3,6
000119	MARINICE MACHADO DA SILVA	3,6
000106	FRANCIELE PATRICIA HERBERT	3,6
000098	CAROLINE ARCARI	3,6
000131	SANTA ELZA PAGANINI FAÉ	3,6
000118	MARIA HELENA ARAUJO SCHLINDWEIN	3,5
000120	MARIVONE BARICHELLO JACOMELLI	3,3
000122	NEILA REGINA RAUBER LAZZAROTTO	3,2
000096	BETÂNIA LUIZA POLI	3,2
000097	CARLA ALESSANDRA SESSI	3,1
000126	ORTENILIA PEREIRA RAFFEL	3
000108	ISETE CARMEN LOURENÇO	3
000100	CLEUNICE DAI PRAI	3

000123	NEUZA FAQUI	2,9
000128	ROSANE MARIA CAMPANA	2,9
000107	GISELA ZANON	2,9
000104	ELENICE FRANCISCA CARNETTI FINN	2,8
000129	ROSELANE TRESSOLDI PEDERSETTI	2,7
000116	LUCIANE DRASZEWSKI ZAMPIN	2,6
000103	ELAINE NEUMANN PAULA	2,5
000101	DEYSE SARA LERMEN QUADRO	2,5
000111	JUSSARA MOSCON MULLER	2,4
000099	CLEONICE TROIANI	2,3
000094	ANDREIA WANTZ	2,2
000121	MARTA MARGARETE CHIES STERTZ	2,2
000125	ODETE MARLENE BERTOTTI PASQUALOTTO	2,1
000110	JUCIANE DE MARCH	1,5
CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS		
ORDEM	NOME	NPO
000136	RAQUEL SENRA CARDOSO	3,7
000134	JOSÉ CARLOS BERTÉ	3,1
000133	ELISANGELA REGINA BERWIG	1,3
CARGO: PROFESSOR ARTES		
ORDEM	NOME	NPO
000139	JAIME LUIZ PREVIDI	3,4
000137	FABRIELA ANDRÉIA ZORDAN	2,7
000140	MARCIANE D'ANHAIA	2,6
000141	PRISCILA LORENZETTI	2,5
000138	IVANDA CARDOSO LAGO	2,3
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL		
ORDEM	NOME	NPO
000154	KELI ADRIANI TAPARELO	3,1
000168	SIMONI BERGAMINI	2,9
000145	DALCEMA KLÜSER DE OLIVEIRA LIMA	2,7
000143	ARLETE TESINHA TONET MORAES	2,6
000160	MARTA CENCI	2,5
000157	LUCIANA MARIA VIERA	2,5
000144	CÁTIA REGINA SILVA POMPERMAYER LOCH	2,5
000146	ELIANE BONHO	2,5
000155	LIANE LORSCHETER	2,5
000150	JEANE VON MUHLEN	2,5
000162	NILVA MARIA DAL PIVA SCARIOT	2,2
000156	LILIANE BENCKE	2,2
000166	ROSANI GLADIS LOPES DA SILVA	2,2
000163	PAULA REGINA SCHUCH	2,1
000158	LUCIMARA PADILHA	2,1
000153	KASSIÉ TALITA WANDSCHEER	2,1
000151	JULIANA DE SOUZA	2,1
000148	ELIZABETE FRANCESCON MELLO	2
000165	ROSANE PERUZZO GASPARIN	1,6
000149	GESSI TERESINHA SANTIN	1,6
000161	MICHELE PATRICIA LODI SENER	1,5
000147	ELIESE KARCZEWSKI	1,4

000167	SIMONE GREGOLON	1,4
000142	ADRIANE ROSSATTO	1,3
000164	ROSANE VILLA	1
000152	KAILA AMANDA BORGHETTI	1
CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO		
ORDEM	NOME	NPO
000169	MARIA LUISA KUMMER MALLMANN	3,6
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA		
ORDEM	NOME	NPO
000186	ÉRIC CHARLES NOVELLO	4,2
000187	FÁTIMA BISUTTI	4
000180	DIEGO RAMIRES LOPES	3,9
000218	VIVIANE MENDOZA ZAVAGLIA	3,7
000206	NATIELI BORLA	3,7
000213	SIRLEI MARTINS FERRASSO	3,6
000170	ACLÍDIO PECOS VALDUGA	3,4
000191	ITAMAR BERTÉ	3,3
000215	TANIA MARA CHITTO SERPA	3,3
000199	MANOEL DENER BARTNISKI	3,3
000195	KARIN KRZYZANOVSKI	3,2
000204	MATHEUS ORLANDO WORMESBECKER	3,2
000173	ÁNGELA CRISTINA SCHUCH	3,2
000175	CARLOS ANTUNES DA SILVA	3
000172	ANDERSON RODRIGO DALLA COSTA	3
000182	EDINEI PAULO SALVADOR	2,9
000196	KATYANA TANARA VON DENTZ	2,9
000178	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	2,8
000171	ADEVILSON GUIMARAES PRATES	2,8
000212	SABRINA PRISCILA SIMIONI	2,6
000179	DIEGO KARLING	2,5
000207	PEDRO PAULO DE SOUZA	2,5
000216	TATIANE COLOMBO	2,5
000198	LUCIANO CHITTO	2,4
000185	ELIARA BONAMIGO	2,4
000202	MARCO ANTONIO WADENPHUL DE CAMARGO	2,3
000183	EDSON LUIS ZANATTA	2,3
000193	JOCEMAR KLEIN	2,3
000217	TCHERLYN LUANA ERLO	2,2
000200	MANOEL RICARDO TRAMPUSCH DUTRA	2,2
000192	JENIFER LILIANA MELGAREJO	2,2
000176	DAIANE LENIR VACCARIN MOREIRA	2,1
000174	CAMILA DE SOUZA	2,1
000189	FRANCIELLY RODRIGUES DE ASSIS	2,1
000205	MICHELI MOCELLIN	2
000190	GLADMIR BORDAO BARRETO	1,8
000184	ELAINE MULLER	1,8
000201	MARCELO PAGANINI	1,8
000203	MARINES A. DOS SANTOS FACCIO	1,7
000214	SIRLEI RUBIN	1,6

000188	FERNANDA STANGA AZEVEDO	1,4
000209	ROSANA DE MOURA LISOT	0,7
CARGO: AUXILIAR DE CRECHE		
ORDEM	NOME	NPO
000241	ANGÉLICA WENDLING	6,4
000264	DÉBORA ARCARI	6,1
000279	ELOISA REGINA SALVADOR	6
000235	ANA PAULA CARDOSO	5,8
000272	ELENA MANTO MAGGIONI	5,8
000316	JULIANA HENRICH	5,8
000358	MARLI MARCHI	5,7
000292	GRACIELI GIORDANI	5,7
000384	ROSANGELA INES DOS SANTOS	5,5
000284	FERNANDA PARENTE MORENO ARAUJO	5,4
000367	NARA CAROLINA SCHERER	5,4
000382	ROSANE TRAMPUSCH	5,3
000369	PATRÍCIA FOLLMANN	5,1
000237	ANARITA GONÇALVES DA ROSA	5,1
000309	JOCIANE MOSCHEN	5,1
000253	CLAUDETE KORB	5
000353	MARISABEL SCHNEIDER	5
000251	CLARI LENI SCHERER	5
000297	INES CARLA PERSCH THEOBALD	5
000248	CASSIANE DORNELES	5
000222	ADRIANA ROSONI TONSAK	4,9
000267	DILVANE LURDES LORENCINI	4,8
000393	SILVANA GABBIATTI	4,7
000376	RAQUEL GREGGIO	4,7
000408	VANESSA DA SILVA	4,7
000413	VENILDA GIESE	4,6
000343	MÀRCIA DE OLIVEIRA LOREDO	4,6
000274	ELIANE LUTZ	4,5
000229	ALZIRA DALLA NORA	4,5
000244	BIBIANE DICKEL	4,4
000224	AGUEDA TERESINHA ETGES GOMES	4,4
000313	JULIANA DALMORO	4,4
000282	FERNANDA BORTOLI	4,4
000277	ELISÂNGELA BATISTA DE SOUZA	4,4
000336	LUCIVANE FERREIRA AMARO	4,3
000401	TALITA ANTUNES ASSUMPÇÃO	4,3
000262	DANIELI ANSCHAU MARTINS	4,3
000225	ALANA DE OLIVEIRA	4,3
000378	ROSALI OHLWEILER SCHAFFER	4,3
000368	ODETE HAMMES	4,3
000363	MURIEL SAMARA SCHNEIDER	4,3
000359	MARQUELI PETRY WEBER	4,2
000307	JÉSSICA CRIS TRESOLDI	4,2
000337	MAGUELI APARECIDA DAHMER	4,2
000287	GABRIELA DAL MAGRO	4,2

000285	FRANCIELE PAULA FERNANDES BARBA-COVI	4,2
000247	CAROLINE MARIN	4,2
000342	MARCELI APARECIDA JOHNER	4,2
000400	SUZANE DALLA ROSA	4
000300	IVANDA ROGERI MATIOLO	4
000265	DELESIA PEDERSETTI FRÖDER	4
000315	JULIANA FLAVIA MOSCHEN	4
000286	FRANCIELE HENRICH	4
000389	SAMARA GUGGIEL RAMOS	4
000412	VANUZA ENOQUE WEBER	3,9
000305	JANETE CLÁUDIA SEBEN DE ANDRADE	3,9
000443	MARA KLEIN	3,9
000230	AMANDA MARIA BALBINOT SOMMER	3,9
000386	ROSIANE DAL MAGRO	3,9
000255	CLAUDIA FAVRETTO	3,9
000392	SILMARA OCHOA	3,8
000306	JANIELI PRUDENTE	3,8
000329	LETICIA SASSI VALADARES	3,8
000326	LARISSA FÁTIMA BERTOL DA SILVA	3,8
000396	SIRLEI CRISTINA SCHMIDT	3,8
000263	DANIELI PACHECO	3,8
000260	DANIELA FERREIRA DA SILVA QUADRO	3,7
000350	MARIANA APARECIDA RAMOS	3,7
000334	LUARA CHAVES KERKHOVEN	3,7
000345	MARCIA RAUTTA SANTI	3,7
000304	JANAINA SANTOS DA SILVA	3,6
000394	SIMONE APARECIDA RODRIGUES	3,6
000330	LILIAN CARLA DALL AGNOL	3,6
000236	ANA PAULA LONGHI	3,6
000256	CLELIANA APARECIDA DE MATOS	3,6
000346	MARCIA RUARO	3,6
000294	HALES REGINA DE CAMPOS	3,6
000314	JULIANA ELWANGER PINHO	3,5
000379	ROSANE CANTÚ PALOSCHI	3,5
000250	CLAIR CONSTANCIO LICHACK	3,5
000239	ANGELA DE FATIMA TORAL STEDILE	3,5
000366	NAIR SOARES	3,5
000318	JULIANA TEREZINHA CASTANHO	3,5
000324	KENIA CRISTINA BANDEIRA	3,5
000310	JOSIELE DA SILVA	3,5
000243	BIANCA FERNANDA BAIOTTO	3,5
000308	JESSICA FERREIRA STOER	3,5
000301	IVANI SCHMIDT DEVICARI	3,5
000407	VALDIRENE EVARISTO PASTRE DE MARCH	3,4
000303	JACIELI ISABEL DOS SANTOS	3,4
000405	THIANA LETICIA ZANETTI	3,4
000280	EMANUELLE HELFENSTEIN ROSA	3,4
000270	DUCIRLEIA DE LIBERAL	3,4
000380	ROSANE DAL PIVA WOLFRAN	3,4

000373	PRESCILA ELENA MOREIRA	3,3
000349	MARIA LEONILDA MASCARELLO	3,3
000360	MARTA BORDIGNON ZAMBIAZI	3,3
000223	ADRIANE CLAUCIA KUHN GARCÍAS DE VARGAS	3,3
000219	ADRIANA BERTÉ	3,2
000332	LIZIANE LORSCHTEITER	3,2
000269	DIONE REGINA SCHNEIDER	3,2
000361	MIRIAN TAIS DELARIVA DE LIMA	3,2
000290	GÉSSICA MARIA DALRI	3,2
000298	INÊS FÁTIMA KLEIN	3,1
000383	ROSANE VICARI	3,1
000293	GRASIELE REGINA PRESTES DA LUZ	3,1
000245	BRUNA SCHAEFER SOVRANI	3,1
000281	FABIANE MARIA ARMINDO	3,1
000249	CHAIANE GROSSELI PRATES	3
000404	TATIANE TERESINHA ZATTA	3
000372	PAULA CONCEIÇÃO MOREIRA DA SILVA	3
000231	ANA CAROLINA ALLEBRANDT	3
000328	LENI BIAZUTTI HERBER	2,9
000415	VERANICE LORENA PUHL WEIRICH	2,9
000395	SIMONE SCHAFER	2,9
000374	PRISCILA GARCIA	2,8
000233	ANA LUISA MAZUI DURGANTE	2,8
000257	CRISTIANE HAUGG	2,8
000319	JULIANE MARIA TUNI	2,8
000317	JULIANA MACHADO	2,8
000339	MAICON GASTRING	2,8
000234	ANA PAULA BRUCKMANN	2,8
000341	MALGARETE CENCI GUSI	2,7
000356	MARIVANE LEITE	2,7
000227	ALDEIDES ORTIS VANZELLA	2,7
000410	VANESSA INELVE PREVIDI	2,7
000220	ADRIANA PAULA HENZ ZATTI	2,7
000311	JOSIELE KARINE APARECIDA FERNANDES SCHWERZ	2,7
000402	TÂNIA RAMONA ARMINDO	2,7
000323	KELIN BALDIN	2,7
000276	ELIETE DO NASCIMENTO ARAUJO	2,7
000370	PATRICIA MACENO DE OLIVEIRA NAIDK	2,7
000283	FERNANDA MACHADO DE JESUS	2,7
000344	MÁRCIA FABBÍ CORREA	2,6
000351	MARINA LUIZA FINN	2,6
000240	ANGELICA HEISLER SCHLINDWEIN	2,6
000331	LILIANE CRISTINE MACHADO	2,6
000232	ANA CLAUDIA HERBERT	2,6
000322	KEILA KRZYZANOVSKI	2,6
000390	SANDRA MARISA VINCENZI	2,6
000258	CRISTIANE PROVENSI	2,5
000288	GABRIELA ECKER	2,5
000325	KETLIN MAIARA LEDUR	2,5

000365	NADIA KISSMANN	2,5
000238	ANDREA RAMOS	2,5
000397	STEFANI WERNER	2,5
000335	LUCI MARIA VIAN ORLANDI	2,4
000381	ROSANE TERESINHA BARBACOVÍ	2,4
000375	RAFAELA CAMERA	2,4
000352	MARINES GONÇALVES DA SILVA BALBINOT	2,4
000291	GILVANI MOREIRA DA SILVA FREITAS	2,4
000357	MARLI DE FATIMA WEBER	2,4
000278	ELIZETE MURCELLI	2,4
000338	MAIARA KOCHEN GRASSI	2,3
000355	MARIVANE FERNANDES	2,2
000327	LEILA DE OLIVEIRA DEGANI	2,2
000275	ELIANE SALETE TRICHES DE CESA5RO	2,2
000385	ROSENILDA MASSOLINI	2,2
000414	VERA LUCIA BANDEIRA	2,1
000409	VANESSA HENRICH	2,1
000295	IDILENE GUERRA TINSACK	2,1
000403	TATIANE CRISTINA DIAS	2
000246	CARMEM DE FÁTIMA COLLE	2
000399	SUZANA SIMIONI	1,9
000321	KATIANE ANDRÉA VIERA	1,8
000271	ELEIA PAULA ROIER	1,8
000252	CLARICE DOS SANTOS VIANA	1,8
000273	ELIANE BRIZOLA DA SILVA	1,7
000371	PATRICIA WAGNER	1,7
000387	ROSIVANEVOGT DA FONSECA VOGT	1,7
000388	ROZANGELA SALETE HEINECK	1,7
000354	MARISTELA LANDIN PAZINI	1,7
000226	ALCINEIA ARAUJO DE CARVALHO	1,7
000299	IRANI KARLINSKI	1,5
000320	JURACEMA FASSBINDER SCHAFFER	1,5
000362	MONICA ANDREIA ALVES PEREIRA	1,4
000333	LORECI HUNHNFLEISCH	1,4
000312	JULIANA CRISTINA DO NASCIMENTO	1,2
000296	INDIAMARA PEDROSINI	1,2
000302	IVONI DE FATIMA CONRAD	1,1
000289	GABRIELE CRISTIANE PEREIRA	1
000348	MARIA DE LURDES SBARDELOTTO	0,7
CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO		
ORDEM	NOME	NPO
000441	SUSANA ROSA DO AMARAL MOESCH	5,9
000422	DANIELE REGINA SCHONS	5,5
000417	ANA CAVALHEIRO DA SILVEIRA PILATTI	4,9
000429	JANE DENASI WICKERT KOSMANN	4,9
000425	FRANCIELLI BOFF	4,7
000440	SIMONE BEDIN	4,6
000437	REGIANI FÁTIMA GRUTZMANN	4,5
000432	MARIA PAULINA MACHADO DA SILVA MODRAK	4,5

000421	CATIANA VEDANA CASALI	4,5
000436	NEIVA MARIA PEREGO TONET	4,4
000438	ROSICLER SOSTER BOLFE	4,3
000418	ANDRÉIA ROGOVSKI SOARES	4,3
000419	ANDRESSA FERRONATTO	4,3
000427	GRASIELI TESSARO	4,2
000431	KARIN TAMARES DA ROSA	4,1
000433	MARILIZE MANFÉ	4
000426	GIOVANI MACEDO	3,9
000428	IREN SPIECKER DOS SANTOS	3,8
000435	NAIARA KOSLOSKI	3,6
000423	DEISI NOEMI TAUBE	3,5
000420	CARINE TAUBE	3,5
000416	ADRIANA BALBINOT	3,3
000430	JULIANA BASSO	2,7
000434	MARINEL PIANEZZOLA MOTA	2,6
000442	TAIANA DE OLIVEIRA DE PAOLI	2,2
000439	SAMARA CRISTINA GUINAMI	2,1

Legenda: NPO= Nota Prova Objetiva

São Miguel do Oeste/SC, em 11 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito de São Miguel do Oeste

PROCESSO SELETIVO Nº 018/2014 - DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA OS CARGOS MENCIONADOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 018/2014.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei, torna público a CLASSIFICAÇÃO FINAL das provas objetivas do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 018/2014 e suas retificações, e informa que:

1. De acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 018/2014 e suas retificações, não cabem mais recursos quanto à classificação final.
2. Conforme disposto no item 6.2 do Edital nº 018/2014 e suas retificações, as provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório.
3. Nesta classificação final já foram considerados os critérios de desempate previstos no item 9 do Edital nº 018/2014 e suas retificações.
4. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5 (cinco) pontos, para todos os cargos, conforme previsão do item 9.5 do Edital nº 018/2014 e suas retificações.
5. Seguem inalteradas as demais etapas e disposições do Edital de Processo Seletivo nº 018/2014 e suas retificações.

CARGO: ENFERMEIRO

ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000008	BRUNA ANZOLIN	8,4	1
000031	KELLEN REGINA SCHAURICH	8	2
000026	JÉSSICA RUBIA SITTA	7,8	3
000039	NOELI FATIMA PEREIRA	7,8	4
000013	CRISTIANO REGIS ALBA	7,6	5
000036	MOÍSE RUTH ANGNES	7,6	6
000032	LETHIELLE VANESSA GOU-LART	7,4	7
000035	MICHEL BENINCA TRENTIN	7,4	8
000038	NAYARA BALDIN GROTH	7,4	9
000033	LIZIA MAGALHAES PEREIRA GIOTTI DE MORAIS	7,2	10
000047	SIONARA WITCOSKI	7,2	11
000002	ALEXSANDRA DE OLIVEIRA FOLMER	6,8	12
000053	THAYS CAROLINA ALVES BUKOWSKI	6,8	13
000040	PATRÍCIA BARBIERI	6,8	14
000012	CRISTIANE MARCIA LEMOS FERREIRA	6,6	15
000049	TAISSANA DEZANETTI	6,6	16
000004	ANA BORTH ARNOLD	6,6	17
000041	PAULA ANDREIA ECHER DOROSZ	6,4	18
000030	KATIUSCIA WERLANG	6,4	19
000029	KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA	6	20
000016	DANIELA CRISTINA SIMON ROHLING	6	21
000005	ANA CRISTINA MUCKE	6	22
000010	CLEONICE DOLORES VAL-MORBIDA	6	23
000021	FRANCIELE APARECIDA DALMOLIN	6	24
000028	JULIO CESAR VIAN	5,8	25
000023	GRACIELA REFATTI DA COSTA	5,8	26
000046	SAMARA FREDERICH	5,8	27
000043	RODOLFO ARTUR PICOLOTTO GREVETTI	5,6	28
000054	VANESSA BRUGNEROTTO	5,6	29
000037	MONICA BERNARDI	5,6	30
000009	CLACI CHIELE BAPTISTELLA	5,4	31
000044	ROSANE INES FINATO	5,4	32
000048	SOLANGE KUHNEN	5,4	33
000024	JAQUELINE PASINI	5,4	34
000052	TATIANE LUCHEZI	5,4	35
000055	YASSODHARA ZAMPRONIO	5,2	36
000001	ACACIO DACROCE	5,2	37
000045	RUBIELE TAMARA HAAG	5,2	38
000006	ANDRÉIA CRISTINA EPPING	5	39
000034	LUANA ANGELICA STRINGHI	5	40
000003	ALINE FERNANDA LAZARI	5	41

000017	DANIELLY FERRARI DOS SANTOS	5	42
000015	DAIANE SEEVALD	5	43
000011	CRISTIANE BRUNILDE BASTIAN GIROLDI	4,8	DESCLASSIFICADO
000025	JENIFFER DA SILVA	4,6	DESCLASSIFICADO
000022	GISELE TERESINHA KAPPES	4,6	DESCLASSIFICADO
000050	TANIA INES PILATTI	4,6	DESCLASSIFICADO
000014	DAIANA MARIEL MALDANER	4,4	DESCLASSIFICADO
000042	RAFAELA CORDEIRO MACHADO FLORENTINO	4,2	DESCLASSIFICADO
000051	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS	3,8	DESCLASSIFICADO
000027	JULIANA SANDRIN	3,8	DESCLASSIFICADO
CARGO: FARMACÊUTICO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000058	CAROLINE BELLO	5,4	1
000061	GABRIELA CANUTO DAMIAN	5,2	2
000064	REGIANE SCHMIDT	4,8	DESCLASSIFICADO
000063	MARINA SPESSATTO	4	DESCLASSIFICADO
000065	RUDIMAR CESAR MORIGI	3,8	DESCLASSIFICADO
000060	FERNANDA SMANIOTTO PINTO	3,4	DESCLASSIFICADO
000057	ANDRESSA SCHMID BASSO	3,4	DESCLASSIFICADO
000056	ANDRÉIA JACINTA DIESEL	2,2	DESCLASSIFICADO
CARGO: MÉDICO (CLÍNICO GERAL/SAÚDE DA FAMÍLIA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000069	IVY MENDES BUENO	6,8	1
000068	FRANCIELLE REGINA LEISMANN	6,2	2
000072	LUCIANO MARCOS PEREIRA	5,2	3
000070	KARINNA FILIPPI	4,8	DESCLASSIFICADO
000067	DORIVAL ANTONIO ZAMPROGNA	4,6	DESCLASSIFICADO
000066	DIOGO GIOTTI DE MORAIS	4,2	DESCLASSIFICADO
000074	MAURICIO PIACENTINI	4	DESCLASSIFICADO
000073	MARCELO CECCHIN PEREIRA	3,6	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (BUCO-MAXILO-FACIAL)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000080	JOAZIR FERREIRA CASTANHARO JUNIOR	FALTOU	
000076	ALINE ALVES LUCIANO	6,8	1
000082	MARCELO AGUIAR ZASSO	5,2	2
000081	MAICON DOUGLAS PAVELSKI	5,2	3
000079	EDEMAR FRONCHETTI JUNIOR	5,2	4

000078	CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO	4,6	DESCLASSIFICADO
000077	ARTUR GIMENEZ	4,4	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (ENDODONTISTA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000091	MAÍRA FINCATTO	5,8	1
000092	WILLIAN CARLOS REIS ROCHA	5,6	2
000087	EVERTON ADRIANO MENEZGON	5	3
000088	EZEQUIEL SIGNOR	4,6	DESCLASSIFICADO
000084	CÍNTHIA FEDERHEN BARRETO	3,8	DESCLASSIFICADO
000083	CAROLINE BASSO	3,8	DESCLASSIFICADO
000085	CRISTINE DOS SANTOS POHLMANN	2,8	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (PERIODONTISTA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000094	RODRIGO MARIN	6,4	1
000093	GUSTAVO CAMARGO RIBEIRO	4,2	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (PNE)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000096	JORGE OBO	5,6	1
000097	LEONARDO CECCHIN BAYS	3,8	DESCLASSIFICADO
CARGO: ODONTÓLOGO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000101	CAMILA CHIESA	8	1
000108	GEOVANA ROSSETTI LAVALL	7	2
000106	DUANA ALBERTON	6,8	3
000098	ADRIANA NAUE STUELP	6,6	4
000112	LAURA BECKENKAMP	6,2	5
000113	MARINA EICHELBERGER JUNG	5,4	6
000107	EDUARDO DEON FORTUNATO	5,4	7
000102	CAMILA MIOLA	5,2	8
000105	DIEGO DAMIN	5,2	9
000103	CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVERIA	5,2	10
000104	CLARISSA DOS SANTOS POHLMANN DILL	5,2	11
000099	ANA CLAUDIA MOCCELIN BONIATTI	4,8	DESCLASSIFICADO
000100	BRUNA SIGNOR	4,4	DESCLASSIFICADO
000116	PRISCILA PEROZA PIAIA	4,4	DESCLASSIFICADO
000115	NATHÁLIA RIGONI	4,2	DESCLASSIFICADO
000110	JANA LEILA WELTER	3,8	DESCLASSIFICADO
000119	STEPHANIE DALTOÉ	3,8	DESCLASSIFICADO
000120	WILLIAM PIERRY SCHWENGBER	2,6	DESCLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000121	AMARILDO DUBIELLA	7,8	1
000124	FÁBIO DARLAN BERNARDO	7,8	2
000122	CAMILA SCHÜ	7	3
000126	JOCEMAR LAÉRCIO DE LIMA	5,6	4
000123	DIANA MARIA STASIAK SPOHR	5,2	5
000127	LARISSA ANDRÉA DOS SANTOS	4,6	DESCCLASSIFICADO
CARGO: AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000135	GERSON DISEGNA	8,6	1
000134	EVANDRO BERGAMINI	7,8	2
000130	ANDERSON GRAZZIOLA	6,6	3
000136	JULIANO ROSSATTO	6,6	4
000137	MAICON ZANIN	6,4	5
000133	CHRISTIAN DIEGO ZORZI	4,8	DESCCLASSIFICADO
000139	WILLIAN JUNIOR PEROTTO	4,4	DESCCLASSIFICADO
000138	UELINTON LUCAS VIVIAN	3,6	DESCCLASSIFICADO
CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000143	CAROLINE WELTER	8,4	1
000152	JANETE BIAZUS BIEGELMEIER	8,2	2
000149	FERNANDA ANDRÉA RAMOS	7,8	3
000146	DAIANE DE ALENCAR	7,8	4
000144	CRISTINA MOCELLIN THIEL	7,6	5
000140	ALANA FABIOLA DA SILVA	7,6	6
000156	ROSANE MARIA CAPPELLARO	7,2	7
000145	DAIANA FREITAG DE ROS	7,2	8
000160	THAISA CARLA SCANDOLARA	7,2	9
000147	DAIMARA BIANCHET	7,2	10
000142	CAMILA DE FATIMA BÓLICO	7	11
000154	LEILA APARECIDA MAYER CARVALHO	6,8	12
000151	JAÍNE PAULA COLETTI	6,6	13
000153	JUSSANDRA RODRIGUES DA SILVA PRES- TES ANDRIOLLO	6,2	14
000159	TERLITA GUEDES	6,2	15
000158	SUELI DE FÁTIMA ORSO	6	16
000150	IVETE COSTA	5,8	17
000148	ELIANE REGINA TONETTO	5,6	18

000157	SANDRA APARECIDA PAN	4,6	DESCCLASSIFICADO
000155	MARIA GORETI DA SILVA ZORZI	4,4	DESCCLASSIFICADO
CARGO: MERENDEIRA			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000171	IVANIA SIMONE BUZIN TUNI	7,4	1
000178	MARILEI PIRES DOS SANTOS EBELING	6,8	2
000168	ELISANDRA LURDES GUZATTI	6,8	3
000179	SIRLEI MARIA JUNGES	6,8	4
000162	ALEXANDRA REGIANE ROMAN	6,6	5
000167	ELIANE TERESINHA TROIAN TODESCATTO	6,2	6
000166	ELENIR FOLMER	6,2	7
000180	TATIANE DAL BERTO	6	8
000169	ELIZANDRA PILAR FALCAO HOFFELDER	5,4	9
000181	THAIS DA SILVA MOURA MEDINO	4,2	DESCCLASSIFICADO
000173	JANICE MANZONI	3,8	DESCCLASSIFICADO
000177	MARILEI BERGMANN	3,8	DESCCLASSIFICADO
000176	MARIA LEMES DA SILVA	3,2	DESCCLASSIFICADO
000172	IVANIA VERGANI	2,8	DESCCLASSIFICADO
000164	CLENI SOARES	2,4	DESCCLASSIFICADO
000170	IRIA MARIA DE CÉSARO	2,2	DESCCLASSIFICADO
000163	CARMEN KOSMANN	0	DESCCLASSIFICADO
CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000221	HENRIQUE BERWANGER	7,6	1
000203	CLEOMAR TAUBE	7,2	2
000239	MAIARA LAIS MARCON	7	3
000206	DANIELA MARA DALSOTTO	6,6	4
000262	SIMONE COSTA	6,2	5
000251	NATASHA GIORGIA ALBERTI	6	6
000212	DIEGO DA SILVA	6	7
000211	DENISON PANDOLFO	5,8	8
000248	MAYARA FLACH TEDESCO	5,8	9
000233	KARINE VINCENZI	5,6	10
000204	DAIANA SARA SIRTOLI	5,6	11
000266	TAILA CRISTINA BÓLICO	5,6	12
000186	ANDRENIZE BECKER	5,6	13
000238	LUCILENE VANZELLA	5,4	14
000247	MARIZETE MARCIANE STAHLHOFER	5,2	15

000250	MAYARA GONÇALVES MOREIRA TIEPO	5,2	16
000185	ANDRÉ NERI BARBIERI	4,8	DESClassificado
000231	JULIANA TELMA SEFRIN FISCHER	4,8	DESClassificado
000269	VANUZA KONFLANZ	4,8	DESClassificado
000235	KEITI CAROLINE LUDWIG	4,8	DESClassificado
000210	DEBORA CAROLINE SCHWARZ	4,8	DESClassificado
000270	ZILENE LUIZ DOS SANTOS	4,8	DESClassificado
000215	ENALDA MOURA DOS SANTOS	4,6	DESClassificado
000237	LÉLIO AUGUSTO MENEZES	4,6	DESClassificado
000216	ENI SALETE BATISTA LOPES	4,6	DESClassificado
000240	MAIRA PERIN	4,6	DESClassificado
000264	STEFANI WERNER	4,6	DESClassificado
000242	MARCELO PAGANINI	4,4	DESClassificado
000252	NATHAN MARÇAL RIBEIRO	4,4	DESClassificado
000191	CAMILA CAROLINA BERNARDON	4,4	DESClassificado
000259	RUDINEI MORAIS	4,4	DESClassificado
000261	SILVANA PITOL	4,2	DESClassificado
000188	ARTUR MOREIRA CAUREO DA SILVA	4,2	DESClassificado
000187	ANDRESSA ZILLES	4	DESClassificado
000183	ALISSON LUIS CHIERENTIN	4	DESClassificado
000219	GRACIELE WEBER	4	DESClassificado
000254	PALOMA DA SILVA	3,8	DESClassificado
000260	SAMARA DAL PIVA	3,8	DESClassificado
000195	CARLITO HERBER	3,8	DESClassificado
000246	MARINA BIANCHI GUARAGNI	3,8	DESClassificado
000217	FABIANA REIS KOVALSKI	3,8	DESClassificado
000205	DANIELA JILMARA DE OLIVEIRA	3,6	DESClassificado
000230	JULIANA DENISE DE OLIVEIRA SCHUCH	3,6	DESClassificado
000184	ANDRÉ LUÍS LUI	3,6	DESClassificado
000243	MARCELO VERGANI	3,6	DESClassificado
000194	CARLA FAVRETTO	3,6	DESClassificado
000196	CARMEN MARIA FIORINI GOULART	3,4	DESClassificado
000268	VANESSA DALL AGNOL	3,4	DESClassificado

000256	RAFAEL MENEGUZZO	3,4	DESClassificado
000244	MARCELI FORGIARINI	3,4	DESClassificado
000192	CAMILA HAAG BELLAUTO	3,4	DESClassificado
000265	SULANI IRLETE FELTEN SERPA	3,4	DESClassificado
000222	IDIAMARA WOLHMUTH	3,2	DESClassificado
000245	MARIANA DEMARCO	3,2	DESClassificado
000189	BRUNA ANDRÉA BERNARDI	3,2	DESClassificado
000200	CLAIRÊ MOSS	3,2	DESClassificado
000193	CARINE WEBER	3,2	DESClassificado
000209	DAYAN FIORAVANTE	3,2	DESClassificado
000241	MARCELO ANDRE HOFFMANN	3,2	DESClassificado
000213	EDIANE PRASNISKI	3	DESClassificado
000182	ADRIANA CRISTINA PEZZUOL	3	DESClassificado
000207	DANIELA OCHOA	3	DESClassificado
000190	BRUNA MILESI SARZI SARTORI	3	DESClassificado
000202	CLEITON ÉDERSON CHRIST	2,8	DESClassificado
000198	CASSIO SCHAFFER	2,8	DESClassificado
000263	SIRLEI ZANGALLI	2,8	DESClassificado
000197	CAROLINI DAL BOSCO GONÇALVES	2,8	DESClassificado
000208	DARIANE VILLA	2,6	DESClassificado
000226	JÉSSICA TOMAZZIN	2,6	DESClassificado
000199	CATIANA LAUTHART DE SOUZA E SOUZA	2,6	DESClassificado
000232	KALIME DE OLIVEIRA	2,6	DESClassificado
000267	THAYS FERNANDA HOFFMANN	2,4	DESClassificado
000234	KEITHI CANEI	2,2	DESClassificado
000225	JESSICA MARIA CAMPOS	2	DESClassificado
000258	REJANE CHRISTOFF GRUBER	1,8	DESClassificado
000227	JOÃO JEFERSON DA SILVA KLAUS	1,8	DESClassificado
000220	GUILHERME CAMILLO	1,4	DESClassificado
CARGO: TELEFONISTA			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000272	ANDRESSA GRAZZIOLA	8,6	1
000292	LUCIMARA NUNES RIBEIRO DA COSTA	7,8	2

000296	VANESSA LUANA BERGMANN SCHMIDT	7,6	3
000283	FERNANDA PUNTEL	7,4	4
000295	TATIANE MELLA DE OLIVEIRA	7,4	5
000273	BRIGIDA LUCIANE DAL MORO	7,2	6
000288	JÉSSICA CRISTINA GAYARDO	7	7
000278	CIRLENE MATHIELLO	6,8	8
000284	GABRIELA DA SILVA MAZIERO	6,6	9
000289	JOSEANE LUIZA BALDO	6,4	10
000275	CAROLINE ARENT WURZIUS	6,2	11
000293	MAICON GASTRING	6,2	12
000294	PATRICIA OLIBONI PAVONI	6,2	13
000287	JAQUELINE DESBESSELL	6	14
000282	FERNANDA MAZUI DURGANTE	5,8	15
000291	KÁTIA HORN DE OLIVEIRA	5,8	16
000274	BRUNA CRISTINA DI BERTI	5,6	17
000285	HELEN DIESEL	5,4	18
000279	DIANA CARLA VOGT BRAUN	5,4	19
000277	CAROLINY NOGUEIRA DOS SANTOS	5	20
000286	ITANA LEILA CASANOVA	5	21
000276	CAROLINE GOMES PETRY	4,8	DESCLASSIFICADO
000281	FERNANDA HERBER	4,2	DESCLASSIFICADO
000290	JOSIANE BUENO DA SILVA	3,4	DESCLASSIFICADO
CARGO: ATENDENTE SOCIAL			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000298	ATAISA GRZEGORCIK	6,2	1
000308	NOELI DE FATIMA CONSTANCIO VALLADÃO DE LIMA	6,2	2
000299	DANIELA ZANATTA	5,8	3
000307	MARISTELA APARECIDA DE OLIVEIRA	5,6	4
000306	LUCIA RITA BERTI	5,4	5
000309	PATRICIA MASSIGNANI	5,2	6
000302	GRACIELE DAL MAGRO	5,2	7
000303	INÊS GUERRA	5	8
000301	GRACIELE DA ROSA	5	9
000304	IVANICE TEREZINHA ZORZO	4,6	DESCLASSIFICADO
000300	FRANCIELLE VIZENTIN FAORO	4	DESCLASSIFICADO
000305	LORENI ROSINHA FIORAVANTE	3,8	DESCLASSIFICADO

000311	SANDRA MARA DORING	3,6	DESCLASSIFICADO
000297	ALAIR TEREZA COMIRAN	2,2	DESCLASSIFICADO
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000334	MIRIANE MOTTA BUSNELLO	7	1
000343	SOLANGE BATTISTI	6,8	2
000320	ELISANDRA NARA DRESCH	6,8	3
000336	NADINE MARISA SCHUTZ	6,6	4
000338	NEIVETE FATIMA RIES	6,2	5
000316	CECILIA SANTI	6	6
000335	MIRIANE PEREIRA DREWS	6	7
000324	HELENA BRUGNEROTTO FELIN	5,8	8
000315	BRENDA DA SILVA	5,8	9
000345	VERIDIANE PAULA SCHNEIDER	5,6	10
000329	JANAÍNA APARECIDA KOCHHANN DOS SANTOS	5,6	11
000321	ELIZANDRA KLEIN CAVALHEIRO	5,6	12
000328	JACINTA INES BRESSLER WELTER	5,6	13
000341	ROSANA FLORES POERSCHKE	5,4	14
000332	MARINES ZAMBIASI	5,2	15
000326	IVANILDE MARQUES	5	16
000337	NEIDES TEREZINHA TUMELERO	5	17
000327	IVANILDE TERESINHA MORAES	5	18
000317	DAIANE ACORSI	4,8	DESCLASSIFICADO
000342	ROZANE LACERDA DE OLIVEIRA	4,8	DESCLASSIFICADO
000314	ALZENIR FIOR SEHN	4,8	DESCLASSIFICADO
000323	FÁTIMA KOSMANN	4,8	DESCLASSIFICADO
000331	MARINES SPIES	4,8	DESCLASSIFICADO
000313	ADRIANE AMES STROHER	4,6	DESCLASSIFICADO
000333	MARLEI DALBOSCO MARTINI	4,4	DESCLASSIFICADO
000319	ELENIR SALETE FURLAN DA SILVA	4,4	DESCLASSIFICADO
000325	INELDE DE FATIMA BRUGNEROTTO	4,2	DESCLASSIFICADO
000339	OLIZE DA SILVA	4	DESCLASSIFICADO
000344	TALITA EDUARDA LEDUR	3,8	DESCLASSIFICADO
000322	ERILDE ECHER	2,8	DESCLASSIFICADO
000340	ROSA FÁTIMA IZOTON ZIANI	2,8	DESCLASSIFICADO

000318	EDENILSE SERAFINI	1,6	DESCCLASSIFI- CADO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000425	TAMARA FELDMANN	8,6	1
000366	FERNANDA BENE- DETTI	8	2
000364	ELISABETE HILLE- SHEIM DE ANDRADE	7,6	3
000387	LEDI RITA BARP DA SILVEIRA	7,4	4
000359	EDIVANI CATIA DALLA ROSA	7,4	5
000365	ELISANDRA RECH	7,4	6
000360	ELAINE REGINA BOFF	7,2	7
000354	DELAIR TERESINHA FRITSCH	7,2	8
000350	BEATRIZ SANTIN	7	9
000358	DIRCEU PEREIRA	7	10
000416	SALETE MARIA FA- CIN GRUTZMANN	6,8	11
000371	INÊS RITA GOSE	6,6	12
000376	JANETE GAWSKI	6,6	13
000393	LUCI MARI MARAFON KUSS	6,6	14
000428	VANUSA DA ROSA	6,6	15
000373	IVETE WEBER	6,4	16
000415	ROSINEI ALDROVANDI POMATTI	6,2	17
000377	JANETE NANDI MOURA	6	18
000397	MARIA ANA GLASS	6	19
000348	ANDREIA DE CARLI DAS CHAGAS	6	20
000367	FLAVIA CAMPELLI RAFFEL	6	21
000368	GABRIELA DAL MAGRO	6	22
000413	ROSILEI KORB SEDEL	6	23
000410	RENATO LUIZ BOR- NAGUI	6	24
000400	MILENA LIBERATO BRANQUINHO	5,8	25
000404	NELI CRISTIAA PRE- DIGER	5,8	26
000422	SIMONÍ KATIA LAZA- ROTTA	5,8	27
000381	JUCELEY DE FÁTIMA DAMASCENO	5,6	28
000383	KARINE VICCARI	5,6	29
000403	NEDI DA SILVA	5,6	30
000414	ROSIMAR SILVEIRA HIBNER	5,6	31
000399	MARIZETE REINA	5,6	32
000372	IOLANDA FATIMA BONDAN TEIXEIRA DA ROSA PRESTES	5,6	33
000395	LUCILA HENN PIVETTA	5,6	34
000427	TERESINHA TEODORO	5,6	35
000396	LUIZA FERRI LO- RENSKI	5,6	36

000369	GRACIELI BASSANI	5,6	37
000421	SIMONE ZAPPANI	5,4	38
000352	CLÁUDIA MARISTELA DE ARUDA DELLAZARI	5,4	39
000417	SAMANTA GEHLEN TELES	5,4	40
000398	MARIA ANGELA BENE- DETTI	5,2	41
000375	JANETE FIDELIS TOZI	5,2	42
000418	SANDRA APARECIDA AGOSTINI BALBINOT	5,2	43
000378	JANICE AHMANN	5,2	44
000394	LUCIANA KOEFENDER LONGHI	5,2	45
000356	DELISE TEREZINHA CAMPANA	5	46
000420	SIMONE CRISTINA MÜLLER	5	47
000357	DEONILDA LUIZA SIQUEIRA	5	48
000402	NAIR TEREZINHA TOALDO FALIGUSKI	5	49
000392	LORENI TERESINHA GOTZ VERONESE	5	50
000382	JULIANA IMHOFF	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000405	NEORIDES BINOTTO	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000426	TERESINHA DOS REIS LOPES	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000361	ELIANE DAL PIVA NERICKE	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000406	NEUSA TERESINHA BRESCA DE CESARO	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000408	PÂMELA KETLIN DOS SANTOS	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000385	KEILA RAQUEL DE QUADROS	4,6	DESCCLASSIFI- CADO
000407	NOELI TEREZINHA TONETTI	4,6	DESCCLASSIFI- CADO
000390	LÍRIA MARIA NOVELLO DE SOUZA	4,6	DESCCLASSIFI- CADO
000386	LARISSA BENEDETTI ROVEDA	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000419	SANDRA BRUSTOLIN	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000380	JOSIANE DE OLIVEIRA PADILHA	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000363	ELISABETE BRUSTO- LIN RAUTTA	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000389	LILIANE CRISTINE MACHADO	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000391	LORENI PIRES SIL- VEIRA	4,2	DESCCLASSIFI- CADO
000423	SIRLANI SARZI	4,2	DESCCLASSIFI- CADO
000424	SOLANGE LIEBERT	4	DESCCLASSIFI- CADO
000362	ELIETE DO NASCI- MENTO ARAUJO	4	DESCCLASSIFI- CADO
000388	LENOIR DE LIMA	4	DESCCLASSIFI- CADO
000347	ANA LUCIA DIAS	4	DESCCLASSIFI- CADO

000346	ADRIANA SIMONE LOPES PALUDO	3,8	DESCCLASSIFICADO
000370	INES BARBOZA	3	DESCCLASSIFICADO
000401	MIRIA LOURDES MOSENA	2,6	DESCCLASSIFICADO
000353	CRISTINA DA ROSA	2,6	DESCCLASSIFICADO
000349	ANDREIA STRAPASOLA	2,4	DESCCLASSIFICADO
000379	JOSENILDA GOMES CORDEIRO NEGRI	1,6	DESCCLASSIFICADO
000412	ROSANA TEREZINHA GEHLEN	1,2	DESCCLASSIFICADO
000384	KATIUSCIA RODRIGUES DA SILVA HOFFMANN	0	DESCCLASSIFICADO

CARGO: MOTORISTA

ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000452	MONICA CRISTINA SORA PALIANO	8	1
000439	GILSO BERTUOL CAVALIN	7	2
000458	SEDEMIR CARLOS SOUZA BUENO	6,2	3
000449	MARCIO DE CARLI	6	4
000462	VANDERLEI RODIGHIERI	5,8	5
000435	EVERSON RAFAEL GOSE	5,8	6
000433	ANDERSON DE ALMEIDA	5,8	7
000444	JULIMAR ALVES PEREIRA	5,8	8
000443	JOSUÉ VARGAS DE JESUS	5,6	9
000448	MAICON JOEL MOSENA	5,6	10
000464	WILLIAM MARTIN LEDUR	5,6	11
000454	ONEIMAR STRAPAZZON	5,4	12
000429	ADRIANO CARLOS CARNETTI	5,4	13
000447	LEONIR ZANDONA	5,2	14
000451	MIGUEL ALEXANDRE KOSMANN	5,2	15
000436	FABIO ROBERTO TONIOLO	5	16
000442	JOSEMAR CARLOS BERWIG	4,8	DESCCLASSIFICADO
000446	LEANDRO LONDERO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000434	CLAUDIO DA SILVA	4,6	DESCCLASSIFICADO
000450	MAURICIO ZORZO	4,6	DESCCLASSIFICADO
000441	JEFERSON SCHMIDT	4,4	DESCCLASSIFICADO
000440	IDESIO DEMARCK	3,8	DESCCLASSIFICADO
000431	ALEX JUNIOR ZATTI	3,6	DESCCLASSIFICADO
000445	JUNIOR ALEX KLEIN	3,6	DESCCLASSIFICADO

000453	NERCI DE LIMA	3,4	DESCCLASSIFICADO
000461	TURIBIO JOSÉ DE JESUS NETO	3,2	DESCCLASSIFICADO
000456	RUDINEI ALEXANDRE NORO	3	DESCCLASSIFICADO
000455	RODRIGO SCARAVO-NATTI	2,8	DESCCLASSIFICADO
000463	VITORINO SANDRI	0,8	DESCCLASSIFICADO

CARGO: AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS

ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000485	IVONE SALETE DALLA ROSA DALL AGNOL	9,6	1
000504	TATIANE DAVILA	8,8	2
000488	JULIANA HAMMERSCHMITT	8,8	3
000466	ARACI LUCIA GRUBER	8,4	4
000474	DANIELA GASPERIN	8,4	5
000471	CLECI DE FÁTIMA SAVEGNAGO	8,4	6
000487	JOANICE ZAEHLER RODRIGUES	8,4	7
000492	MARILEI MULLER	8	8
000491	LISANDRA CRISTINA PERSCH	7,8	9
000482	IANE DE MELLO	7,6	10
000465	ANA PAULA WENDLING	7,4	11
000493	MARLI INÊS COMASSETTO	7,2	12
000497	ROSIANA CAMARGO	7,2	13
000503	TANIA FATIMA CALLEGARI STURMER	7,2	14
000477	ELIO LUIZ KUSS	7,2	15
000467	BEATRIZ RAMOS	7	16
000473	CRISTIANE DE MELO AMARAL	7	17
000484	IRANI MADALENA KIRCH SALINI	6,8	18
000472	CLEUSA SIMI	6,8	19
000494	NEIDE SCHAEFER	6,6	20
000500	SERGIO PEREIRA	6,6	21
000478	ELIZABETE INES DALA POSSA FRIGO	6,4	22
000469	CELITA OLHWEILER	6	23
000496	ROSENEIDE FERREIRA	6	24
000481	GILIAR CORREA ALVES	5,8	25
000495	PATRICIA SOARES DA SILVA	5,6	26
000490	LEILA GAIARDO FRITZEN	5,6	27
000480	GENI MARIA PIRES	5,4	28
000468	BERNARDETE LOURDES DA SILVA	5,2	29
000475	DELONICE FRIGO CAPELESSO	5,2	30
000498	SALETE AYALA	5,2	31
000486	JANETE DA SILVA MOURA	5	32

000483	INES GIRELLI DE CARVALHO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000476	ELIDIANE BISPO ALVES	4,8	DESCCLASSIFICADO
000502	SÔNIA BEATRIZ SPINELLI PEITER	4,8	DESCCLASSIFICADO
000506	VERENA RIST MINATTI	4,2	DESCCLASSIFICADO
000479	FATIMA TEREZINHA DE SOUZA CANEPELE	4	DESCCLASSIFICADO
000489	KELI FERNANDA DOS SANTOS	4	DESCCLASSIFICADO
000470	CIVANEI ROMERO DA SILVA	4	DESCCLASSIFICADO

Legenda: NPO= Nota Prova Objetiva.

São Miguel do Oeste/SC, em 11 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito de São Miguel do Oeste

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 017/2014.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA OS CARGOS MENCIONADOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 017/2014 E SUAS RETIFICAÇÕES.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei, torna público a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR das provas objetivas do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 017/2014 e suas retificações, e informa que:

- De acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 017/2014 e suas retificações, o prazo para interposição de recursos referente à classificação preliminar é 06 e 07/11/2014 e deverá ser interposto em formulário próprio, conforme Anexo III do Edital nº 017/2014 e suas retificações.
- Conforme disposto no item 6.2 do Edital nº 017/2014 e suas retificações, as provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório.
- Nesta classificação preliminar já foram considerados os critérios de desempate previstos no item 10 do Edital nº 017/2014 e suas retificações.
- A classificação final deverá ser publicada até a data de 12/11/2014 no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
- Após a publicação da classificação final, os candidatos que obtiveram nota igual ou superior a 4 (quatro), deverão entregar seus títulos nos termos e condições do item 8 do Edital nº 017/2014 e suas retificações.
- Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5 (cinco) pontos, para todos os cargos.
- Independentemente da ordem de classificação, terá preferência, conforme previsão do Edital nº 017/2014 e suas retificações, os candidatos que possuírem a habilitação exigida para o cargo. Os candidatos que não forem habilitados (cuja graduação ainda não fora concluída), somente serão chamados após o esgotamento da lista de aprovados como professores habilitados.
- Seguem inalteradas as demais etapas e disposições do Edital de Processo Seletivo nº 017/2014 e suas retificações.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL		
ORDEM	NOME	NPO
000051	PATRÍCIA COZER	4,8
000061	TERESINHA NATALINA SCHMITT	4,6
000011	CRISTIANE PAULA FRÖHLICH BELLÓ	4,6
000034	KATIANE INES CANESSO	4,4
000032	JUSSELI TERESINHA MÜLLER	4,2
000015	DIONEIDE LORENCINI SEGALA	4,2
000048	NAIANE PATRICIA FAUST DE OLIVEIRA	4,2
000012	DANIELA GEREMIA	4,1
000052	PATRICIA MARCHI ACCADROLI	4
000014	DENISE APARECIDA BACH WEBER	4
000040	MARIA IVONE MORAES	3,9
000007	CARIN SANDRA LORENSKI	3,9
000056	SILVIA MARIA DE ANDRADE SOUSA	3,8
000029	JANICE LOURDES VIERA	3,7
000063	VANDERLENE PERIN BIANCHI	3,7
000013	DANIELA STOLL RINALDI	3,7
000022	ILCE FREITAG DUTRA	3,7
000035	KIELIN ZELINDA FRARE DE GIACOMETI	3,7
000018	FRANCILENE FATIMA LOPES SANTOS	3,7
000038	MARA TEREZINHA MAZUI DA ROSA	3,6
000024	IVANETE TEIXEIRA	3,6
000002	ANA PAULA CARVALHO SALLES	3,6
000037	LEILA CARLA RAUCH	3,6
000046	MONICA RAMOS	3,5
000027	JANETE FRANTZ LIESENFELD	3,5
000050	NIVIA CRISTINA BENCKE BRANDENBURG	3,4
000041	MARIA ROSELAINE BEDIN	3,3
000062	TILVIA REINKE ZAPPANI	3,3
000059	SOLANGE TURANI	3,3
000049	NEURA ANA TRENHAGO	3,3
000043	MARILENE TORAL SIMONI	3,2
000047	NADIA CRISTINA SANDERS VOLPATO	3,2
000055	RUBIA DENTE	3,1
000053	ROSANGELA APARECIDA CÂMARA	3,1
000001	ALBINA CECÍLIA FORTUNATO	3
000008	CAROLINE DALMAGRO	2,9
000019	GEANE MARCIA CHRISTOFOLI	2,9
000003	ANDRIELI DOS SANTOS COSTA	2,9
000023	IRANI SALETE ERLO	2,8
000026	JANECLER DE CARVALHO JESUS	2,8
000017	FABIANA SPIES	2,8
000006	CAMILA TREVISOL	2,8
000009	CLARICE LUCIANE DE OLIVEIRA FORGIARINI	2,7
000016	ELISIANE SCHULMANN	2,7
000054	ROSELI CARMEN HEINECK	2,7
000042	MARIANE KORBES ZILLES	2,6
000033	JUSSINÉIA ZAPPANI	2,6
000031	JULIANA BOTH MALDANER	2,6

000021	ICLEDES DE FÁTIMA PELOSO SAGGIORATTO	2,6
000028	JANICE FABIANE MULLER	2,5
000036	LAINE LORENSKI	2,5
000064	VANESSA ALINE GRALOW	2,3
000057	SIRLEI CAVALHEIRO LOPES DONADA	2,3
000060	TATIANE SCHROEDER SILVA	2,2
000005	BRUNA BRONZATTI	2,2
000020	GISELE CRISTINA HAMMES MASSIGNANI	2,2
000010	CLAUDIA ROSALIA PEDROSSINI	2,2
000025	JACINTA DEGANI	2,1
000030	JOSELI ROMANOSKI DE MOURA	2,1
000058	SIRLENE LUZIA BENDER	1,9
000039	MARGARETE LISAKI	1,9
000045	MARISTELA BORGES DE GÓES RAUTTA	1,5
000065	VERANI PASTORE	1,4

CARGO: PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

ORDEM	NOME	NPO
000070	SUZANA PERASSOLI ZANCANARO	2,4
000067	EDINARA FERNANDES	2
000068	LUCILEINE GAIARDO	1,7

CARGO: PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL

ORDEM	NOME	NPO
000073	VANDERLEIA APARECIDA KONFLANZ	4,3
000072	ROSANE CAROLINA BAUMGRATZ	3,7
000071	ASSIR DIOGE MORANDIN	3
000074	VERENICE TRESSOLDI	2,9

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA

ORDEM	NOME	NPO
000076	CALIANDRA PIOVESAN	4,2
000077	CLERICE SIVIERO CORDEIRO	3,2
000080	ROSELI BONATTO	3,2
000078	DAYSE MARIA TERRA FABRÍCIO PEREIRA	2,3
000079	DENISE VICENTINI	2,3
000075	ANA MARIA DALMORO FELIX	2,2

CARGO: PROFESSOR CIÊNCIAS

ORDEM	NOME	NPO
000081	DIRCELEI ARENHARDT	2

CARGO: PROFESSOR GEOGRAFIA

ORDEM	NOME	NPO
000086	ILIETE MARIA FERRANDIN	4,4
000083	CARLIANE NOGUEIRA	3,4
000084	CLEIDIANE GRASSI	3
000087	JAIR JOSE STREPASSON	2,7

CARGO: PROFESSOR HISTÓRIA

ORDEM	NOME	NPO
000092	TEREZA GENOVEVA MORANDIN	3,2
000091	PATRICIA MARIA VANI ZANOTTI	3,1
000089	FERNANDA TACCA	2,6
000090	MATEUS RODRIGO NASCIMENTO	2,5
000088	FABIANA REGINA DA SILVA	1,8

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

ORDEM	NOME	NPO
000115	LUCIA SENILDA MACHADO	4,7
000130	SANDRA DE BRITO	4,6
000113	LORENI ELISABETE LAUFER	4,4
000093	ACSA DE SOUZA MONTEIRO OLSZERSKI	4,3
000114	LUCI LENE FURLAN	4,3
000095	ANISE CASOTTI	4,2
000124	NOILI INES FILIPIN DAL MAGO	4,2
000117	MARI LUCIA DAMASCENO	4,2
000102	EDIANE BENEDITO	4,1
000127	PAULA ANGÉLICA BAGATOLI	4
000132	VANILSE GAVA RODRIGUES	3,7
000109	JILVANE MARIA GERENIVI KREWER	3,7
000112	LEISLE CRISTINA COSTA	3,6
000119	MARINICE MACHADO DA SILVA	3,6
000106	FRANCIELE PATRICIA HERBERT	3,6
000098	CAROLINE ARCARI	3,6
000131	SANTA ELZA PAGANINI FAÉ	3,6
000118	MARIA HELENA ARAUJO SCHLINDWEIN	3,5
000120	MARIVONE BARICHELLO JACOMELLI	3,3
000122	NEILA REGINA RAUBER LAZZAROTTO	3,2
000096	BETÂNIA LUIZA POLI	3,2
000097	CARLA ALESSANDRA SESSI	3,1
000126	ORTENILIA PEREIRA RAFFEL	3
000108	ISETE CARMEN LOURENÇO	3
000100	CLEUNICE DAI PRAI	3
000123	NEUZA FAQUI	2,9
000128	ROSANE MARIA CAMPANA	2,9
000107	GISELA ZANON	2,9
000104	ELENICE FRANCISCA CARNETTI FINN	2,8
000129	ROSELANE TRESSOLDI PEDERSETTI	2,7
000116	LUCIANE DRASZEWSKI ZAMPIN	2,6
000103	ELAINE NEUMANN PAULA	2,5
000101	DEYSE SARA LERMEN QUADRO	2,5
000111	JUSSARA MOSCON MULLER	2,4
000099	CLEONICE TROIANI	2,3
000094	ANDREIA WANTZ	2,2
000121	MARTA MARGARETE CHIES STERTZ	2,2
000125	ODETE MARLENE BERTOTTI PASQUALOTTO	2,1
000110	JUCIANE DE MARCH	1,5

CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS

ORDEM	NOME	NPO
000136	RAQUEL SENRA CARDOSO	3,7
000134	JOSÉ CARLOS BERTÉ	3,1
000133	ELISANGELA REGINA BERWIG	1,3

CARGO: PROFESSOR ARTES

ORDEM	NOME	NPO
000139	JAIME LUIZ PREVIDI	3,4
000137	FABRIELA ANDRÉIA ZORDAN	2,7

000140	MARCIANE D'ANHAIA	2,6
000141	PRISCILA LORENZETTI	2,5
000138	IVANDA CARDOSO LAGO	2,3
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL		
ORDEM	NOME	NPO
000154	KELI ADRIANI TAPARELO	3,1
000168	SIMONI BERGAMINI	2,9
000145	DALCEMA KLÜSER DE OLIVEIRA LIMA	2,7
000143	ARLETE TESINHA TONET MORAES	2,6
000160	MARTA CENCI	2,5
000157	LUCIANA MARIA VIERA	2,5
000144	CÁTIA REGINA SILVA POMPERMAYER LOCH	2,5
000146	ELIANE BONHO	2,5
000155	LIANE LORSCHTEITER	2,5
000150	JEANE VON MUHLEN	2,5
000162	NILVA MARIA DAL PIVA SCARIOT	2,2
000156	LILIANE BENCKE	2,2
000166	ROSANI GLADIS LOPES DA SILVA	2,2
000163	PAULA REGINA SCHUCH	2,1
000158	LUCIMARA PADILHA	2,1
000153	KASSIÊ TALITA WANDSCHEER	2,1
000151	JULIANA DE SOUZA	2,1
000148	ELIZABETE FRANCESCON MELLO	2
000165	ROSANE PERUZZO GASPARIN	1,6
000149	GESSI TERESINHA SANTIN	1,6
000161	MICHELE PATRICIA LODI SENER	1,5
000147	ELIESE KARCEWSKI	1,4
000167	SIMONE GREGOLON	1,4
000142	ADRIANE ROSSATTO	1,3
000164	ROSANE VILLA	1
000152	KAILA AMANDA BORGHETTI	1
CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO		
ORDEM	NOME	NPO
000169	MARIA LUISA KUMMER MALLMANN	3,6
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA		
ORDEM	NOME	NPO
000186	ÉRIC CHARLES NOVELLO	4,2
000187	FÁTIMA BISUTTI	4
000180	DIEGO RAMIRES LOPES	3,9
000218	VIVIANE MENDOZA ZAVAGLIA	3,7
000206	NATIELI BORLA	3,7
000213	SIRLEI MARTINS FERRASSO	3,6
000170	ACLÍDIO PECOS VALDUGA	3,4
000191	ITAMAR BERTÉ	3,3
000215	TANIA MARA CHITTO SERPA	3,3
000199	MANOEL DENER BARTNISKI	3,3
000195	KARIN KRZYZANOVSKI	3,2
000204	MATHEUS ORLANDO WORMESBECKER	3,2
000173	ÁNGELA CRISTINA SCHUCH	3,2
000175	CARLOS ANTUNES DA SILVA	3

000172	ANDERSON RODRIGO DALLA COSTA	3
000182	EDINEI PAULO SALVADOR	2,9
000196	KATYANA TANARA VON DENTZ	2,9
000178	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	2,8
000171	ADEVILSON GUIMARAES PRATES	2,8
000212	SABRINA PRISCILA SIMIONI	2,6
000179	DIEGO KARLING	2,5
000207	PEDRO PAULO DE SOUZA	2,5
000216	TATIANE COLOMBO	2,5
000198	LUCIANO CHITTO	2,4
000185	ELIARA BONAMIGO	2,4
000202	MARCO ANTONIO WADENPHUL DE CAMARGO	2,3
000183	EDSON LUIS ZANATTA	2,3
000193	JOCEMAR KLEIN	2,3
000217	TCHERLYN LUANA ERLO	2,2
000200	MANOEL RICARDO TRAMPUSCH DUTRA	2,2
000192	JENIFER LILIANA MELGAREJO	2,2
000176	DAIANE LENIR VACCARIN MOREIRA	2,1
000174	CAMILA DE SOUZA	2,1
000189	FRANCIELLY RODRIGUES DE ASSIS	2,1
000205	MICHELI MOCELLIN	2
000190	GLADMIR BORDAO BARRETO	1,8
000184	ELAINE MULLER	1,8
000201	MARCELO PAGANINI	1,8
000203	MARINES A. DOS SANTOS FACCIO	1,7
000214	SIRLEI RUBIN	1,6
000188	FERNANDA STANGA AZEVEDO	1,4
000209	ROSANA DE MOURA LISOT	0,7
CARGO: AUXILIAR DE CRECHE		
ORDEM	NOME	NPO
000241	ANGÉLICA WENDLING	6,4
000264	DÉBORA ARCARI	6,1
000279	ELOISA REGINA SALVADOR	6
000235	ANA PAULA CARDOSO	5,8
000272	ELENA MANTO MAGGIONI	5,8
000316	JULIANA HENRICH	5,8
000358	MARLI MARCHI	5,7
000292	GRACIELI GIORDANI	5,7
000384	ROSANGELA INES DOS SANTOS	5,5
000284	FERNANDA PARENTE MORENO ARAUJO	5,4
000367	NARA CAROLINA SCHERER	5,4
000382	ROSANE TRAMPUSCH	5,3
000369	PATRÍCIA FOLLMANN	5,1
000237	ANARITA GONÇALVES DA ROSA	5,1
000309	JOCIANE MOSCHEN	5,1
000253	CLAUDETE KORB	5
000353	MARISABEL SCHNEIDER	5
000251	CLARI LENI SCHERER	5
000297	INES CARLA PERSCH THEOBALD	5
000248	CASSIANE DORNELES	5

000222	ADRIANA ROSONI TONSAK	4,9
000267	DILVANE LURDES LORENCINI	4,8
000393	SILVANA GABBIATTI	4,7
000376	RAQUEL GREGGIO	4,7
000408	VANESSA DA SILVA	4,7
000413	VENILDA GIESE	4,6
000343	MÁRCIA DE OLIVEIRA LOREDO	4,6
000274	ELIANE LUTZ	4,5
000229	ALZIRA DALLA NORA	4,5
000244	BIBIANE DICKEL	4,4
000224	AGUEDA TERESINHA ETGES GOMES	4,4
000313	JULIANA DALMORO	4,4
000282	FERNANDA BORTOLI	4,4
000277	ELISÂNGELA BATISTA DE SOUZA	4,4
000336	LUCIVANE FERREIRA AMARO	4,3
000401	TALITA ANTUNES ASSUMPCÃO	4,3
000262	DANIELI ANSCHAU MARTINS	4,3
000225	ALANA DE OLIVEIRA	4,3
000378	ROSALI OHLWEILER SCHAFFER	4,3
000368	ODETE HAMMES	4,3
000363	MURIEL SAMARA SCHNEIDER	4,3
000359	MARQUELI PETRY WEBER	4,2
000307	JÉSSICA CRIS TRESOLDI	4,2
000337	MAGUELI APARECIDA DAHMER	4,2
000287	GABRIELA DAL MAGRO	4,2
000285	FRANCIELE PAULA FERNANDES BARBACOV	4,2
000247	CAROLINE MARIN	4,2
000342	MARCELI APARECIDA JOHNER	4,2
000400	SUZANE DALLA ROSA	4
000300	IVANDA ROGERI MATIOLO	4
000265	DELESIA PEDERSETTI FRÖDER	4
000315	JULIANA FLAVIA MOSCHEN	4
000286	FRANCIELE HENRICH	4
000389	SAMARA GUGGIEL RAMOS	4
000412	VANUZA ENOQUE WEBER	3,9
000305	JANETE CLÁUDIA SEBEN DE ANDRADE	3,9
000443	MARA KLEIN	3,9
000230	AMANDA MARIA BALBINOT SOMMER	3,9
000386	ROSIA NE DAL MAGRO	3,9
000255	CLAUDIA FAVRETTO	3,9
000392	SILMARA OCHOA	3,8
000306	JANIELI PRUDENTE	3,8
000329	LETICIA SASSI VALADARES	3,8
000326	LARISSA FÁTIMA BERTOL DA SILVA	3,8
000396	SIRLEI CRISTINA SCHMIDT	3,8
000263	DANIELI PACHECO	3,8
000260	DANIELA FERREIRA DA SILVA QUADRO	3,7
000350	MARIANA APARECIDA RAMOS	3,7
000334	LUARA CHAVES KERKHOVEN	3,7
000345	MARCIA RAUTTA SANTI	3,7

000304	JANAINA SANTOS DA SILVA	3,6
000394	SIMONE APARECIDA RODRIGUES	3,6
000330	LILIAN CARLA DALL AGNOL	3,6
000236	ANA PAULA LONGHI	3,6
000256	CLELIANA APARECIDA DE MATOS	3,6
000346	MARCIA RUARO	3,6
000294	HALES REGINA DE CAMPOS	3,6
000314	JULIANA ELWANGER PINHO	3,5
000379	ROSANE CANTÚ PALOSCHI	3,5
000250	CLAIR CONSTANCIO LICHACK	3,5
000239	ANGELA DE FATIMA TORAL STEDILE	3,5
000366	NAIR SOARES	3,5
000318	JULIANA TEREZINHA CASTANHO	3,5
000324	KENIA CRISTINA BANDEIRA	3,5
000310	JOSIELE DA SILVA	3,5
000243	BIANCA FERNANDA BAIOTTO	3,5
000308	JESSICA FERREIRA STOER	3,5
000301	IVANI SCHMIDT DEVICARI	3,5
000407	VALDIRENE EVARISTO PASTRE DE MARCH	3,4
000303	JACIELI ISABEL DOS SANTOS	3,4
000405	THIANA LETICIA ZANETTI	3,4
000280	EMANUELLE HELFENSTEIN ROSA	3,4
000270	DUCIRLEIA DE LIBERAL	3,4
000380	ROSANE DAL PIVA WOLFRAN	3,4
000373	PRESCILA ELENA MOREIRA	3,3
000349	MARIA LEONILDA MASCARELLO	3,3
000360	MARTA BORDIGNON ZAMBIAZI	3,3
000223	ADRIANE CLAUDIA KUHN GARCIA DE VARGAS	3,3
000219	ADRIANA BERTÉ	3,2
000332	LIZIANE LORSCHETER	3,2
000269	DIONE REGINA SCHNEIDER	3,2
000361	MIRIAN TAIS DELARIVA DE LIMA	3,2
000290	GÉSSICA MARIA DALRI	3,2
000298	INÊS FÁTIMA KLEIN	3,1
000383	ROSANE VICARI	3,1
000293	GRASIELE REGINA PRESTES DA LUZ	3,1
000245	BRUNA SCHAEFER SOVRANI	3,1
000281	FABIANE MARIA ARMINDO	3,1
000249	CHAIANE GROSSELI PRATES	3
000404	TATIANE TERESINHA ZATTA	3
000372	PAULA CONCEIÇÃO MOREIRA DA SILVA	3
000231	ANA CAROLINA ALLEBRANDT	3
000328	LENI BIAZUTTI HERBER	2,9
000415	VERANICE LORENA PUHL WEIRICH	2,9
000395	SIMONE SCHAFFER	2,9
000374	PRISCILA GARCIA	2,8
000233	ANA LUISA MAZUI DURGANTE	2,8
000257	CRISTIANE HAUGG	2,8
000319	JULIANE MARIA TUNI	2,8

000317	JULIANA MACHADO	2,8
000339	MAICON GASTRING	2,8
000234	ANA PAULA BRUCKMANN	2,8
000341	MALGARETE CENCI GUSI	2,7
000356	MARIVANE LEITE	2,7
000227	ALDEIDES ORTIS VANZELLA	2,7
000410	VANESSA INELVE PREVIDI	2,7
000220	ADRIANA PAULA HENZ ZATTI	2,7
000311	JOSIELE KARINE APARECIDA FERNANDES SCHWERZ	2,7
000402	TÂNIA RAMONA ARMINDO	2,7
000323	KELIN BALDIN	2,7
000276	ELIETE DO NASCIMENTO ARAUJO	2,7
000370	PATRICIA MACENO DE OLIVEIRA NAIDK	2,7
000283	FERNANDA MACHADO DE JESUS	2,7
000344	MÁRCIA FABBI CORREA	2,6
000351	MARINA LUIZA FINN	2,6
000240	ANGELICA HEISLER SCHLINDWEIN	2,6
000331	LILIANE CRISTINE MACHADO	2,6
000232	ANA CLAUDIA HERBERT	2,6
000322	KEILA KRZYZANOVSKI	2,6
000390	SANDRA MARISA VINCENZI	2,6
000258	CRISTIANE PROVENSI	2,5
000288	GABRIELA ECKER	2,5
000325	KETLIN MAIARA LEDUR	2,5
000365	NADIA KISSMANN	2,5
000238	ANDREA RAMOS	2,5
000397	STEFANI WERNER	2,5
000335	LUCI MARIA VIAN ORLANDI	2,4
000381	ROSANE TERESINHA BARBACOV	2,4
000375	RAFAELA CAMERA	2,4
000352	MARINES GONÇALVES DA SILVA BALBINOT	2,4
000291	GILVANI MOREIRA DA SILVA FREITAS	2,4
000357	MARLI DE FATIMA WEBER	2,4
000278	ELIZETE MURCELLI	2,4
000338	MAIARA KOCHEN GRASSI	2,3
000355	MARIVANE FERNANDES	2,2
000327	LEILA DE OLIVEIRA DEGANI	2,2
000275	ELIANE SALETE TRICHES DE CESA5RO	2,2
000385	ROSENILDA MASSOLINI	2,2
000414	VERA LUCIA BANDEIRA	2,1
000409	VANESSA HENRICH	2,1
000295	IDILENE GUERRA TINSACK	2,1
000403	TATIANE CRISTINA DIAS	2
000246	CARMEM DE FÁTIMA COLLE	2
000399	SUZANA SIMIONI	1,9
000321	KATIANE ANDRÉA VIERA	1,8
000271	ELEIA PAULA ROIER	1,8
000252	CLARICE DOS SANTOS VIANA	1,8
000273	ELIANE BRIZOLA DA SILVA	1,7

000371	PATRICIA WAGNER	1,7
000387	ROSIVANEVOGT DA FONSECA VOGT	1,7
000388	ROZANGELA SALETE HEINECK	1,7
000354	MARISTELA LANDIN PAZINI	1,7
000226	ALCINEIA ARAUJO DE CARVALHO	1,7
000299	IRANI KARLINSKI	1,5
000320	JURACEMA FASSBINDER SCHAFFER	1,5
000362	MONICA ANDREIA ALVES PEREIRA	1,4
000333	LORECI HUNHNFLEISCH	1,4
000312	JULIANA CRISTINA DO NASCIMENTO	1,2
000296	INDIAMARA PEDROSINI	1,2
000302	IVONI DE FATIMA CONRAD	1,1
000289	GABRIELE CRISTIANE PEREIRA	1
000348	MARIA DE LURDES SBARDELOTTO	0,7
CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO		
ORDEM	NOME	NPO
000441	SUSANA ROSA DO AMARAL MOESCH	5,9
000422	DANIELE REGINA SCHONS	5,5
000417	ANA CAVALHEIRO DA SILVEIRA PILATTI	4,9
000429	JANE DENASI WICKERT KOSMANN	4,9
000425	FRANCIELLI BOFF	4,7
000440	SIMONE BEDIN	4,6
000437	REGIANI FÁTIMA GRUTZMANN	4,5
000432	MARIA PAULINA MACHADO DA SILVA MO-DRAK	4,5
000421	CATIANA VEDANA CASALI	4,5
000436	NEIVA MARIA PEREGO TONET	4,4
000438	ROSICLER SOSTER BOLFE	4,3
000418	ANDRÉIA ROGOVSKI SOARES	4,3
000419	ANDRESSA FERRONATTO	4,3
000427	GRASIELI TESSARO	4,2
000431	KARIN TAMIREZ DA ROSA	4,1
000433	MARILIZE MANFÉ	4
000426	GIOVANI MACEDO	3,9
000428	IRES SPIECKER DOS SANTOS	3,8
000435	NAIARA KOSLOSKI	3,6
000423	DEISI NOEMI TAUBE	3,5
000420	CARINE TAUBE	3,5
000416	ADRIANA BALBINOT	3,3
000430	JULIANA BASSO	2,7
000434	MARINEL PIANEZZOLA MOTA	2,6
000442	TAIANA DE OLIVEIRA DE PAOLI	2,2
000439	SAMARA CRISTINA GUINAMI	2,1

Legenda: NPO= Nota Prova Objetiva

São Miguel do Oeste/SC, em 05 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito de São Miguel do Oeste

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 018/2014

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA OS CARGOS MENCIONADOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 018/2014.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei, torna público a CLASSIFICAÇÃO FINAL das provas objetivas do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 018/2014 e suas retificações, e informa que:

1. De acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 018/2014 e suas retificações, o prazo para interposição de recursos referente à classificação preliminar é 06 e 07/11/2014 e deverá ser interposto em formulário próprio, conforme Anexo III do Edital nº 018/2014 e suas retificações.
2. Conforme disposto no item 6.2 do Edital nº 018/2014 e suas retificações, as provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório.
3. Nesta classificação preliminar já foram considerados os critérios de desempate previstos no item 9 do Edital nº 018/2014 e suas retificações.
4. A classificação final deverá ser publicada até a data de 12/11/2014 no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
5. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5 (cinco) pontos, para todos os cargos, conforme previsão do item 9.5 do Edital nº 018/2014 e suas retificações.
5. Seguem inalteradas as demais etapas e disposições do Edital de Processo Seletivo nº 018/2014 e suas retificações.

CARGO: ENFERMEIRO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000008	BRUNA ANZOLIN	8,4	1
000031	KELLEN REGINA SCHAURICH	8	2
000039	NOELI FATIMA PEREIRA	7,8	4
000013	CRISTIANO REGIS ALBA	7,6	5
000036	MOÍSE RUTH AGNES	7,6	6
000032	LETHIELLE VANESSA GOULART	7,4	7
000035	MICHELI BENINCA TRENTIN	7,4	8
000038	NAYARA BALDIN GROTH	7,4	9
000033	LIZIA MAGALHAES PEREIRA GIOTTI DE MORAIS	7,2	10
000047	SIONARA WITCOSKI	7,2	11
000002	ALEXSANDRA DE OLIVEIRA FOLMER	6,8	12
000053	THAYS CAROLINA ALVES BUKOWSKI	6,8	13
000040	PATRÍCIA BARBIERI	6,8	14
000012	CRISTIANE MARCIA LEMOS FERREIRA	6,6	15
000049	TAISSANA DEZANETTI	6,6	16
000004	ANA BORTH ARNOLD	6,6	17
000041	PAULA ANDREIA ECHER DOROSZ	6,4	18
000030	KATIUSCIA WERLANG	6,4	19

000029	KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA	6	20
000016	DANIELA CRISTINA SIMON ROHLING	6	21
000005	ANA CRISTINA MUCKE	6	22
000010	CLEONICE DOLORES VALMORBIDA	6	23
000021	FRANCIELE APARECIDA DALMOLIN	6	24
000028	JULIO CESAR VIAN	5,8	25
000023	GRACIELA REFATTI DA COSTA	5,8	26
000046	SAMARA FREDERICH	5,8	27
000043	RODOLFO ARTUR PICOLOTTO GREVETTI	5,6	28
000054	VANESSA BRUGNEROTTO	5,6	29
000037	MONICA BERNARDI	5,6	30
000009	CLACI CHIELE BAPTISTELLA	5,4	31
000044	ROSANE INES FINATO	5,4	32
000048	SOLANGE KUHNEN	5,4	33
000024	JAQUELINE PASINI	5,4	34
000052	TATIANE LUCHEZI	5,4	35
000055	YASSODHARA ZAMPRONIO	5,2	36
000001	ACACIO DACROCE	5,2	37
000045	RUBIELE TAMARA HAAG	5,2	38
000006	ANDRÉIA CRISTINA EPPING	5	39
000034	LUANA ANGELICA STRINGHI	5	40
000003	ALINE FERNANDA LAZARI	5	41
000017	DANIELLY FERRARI DOS SANTOS	5	42
000015	DAIANE SEEVALD	5	43
000011	CRISTIANE BRUNILDE BASTIAN GIROLDI	4,8	DESCLASSIFICADO
000025	JENIFFER DA SILVA	4,6	DESCLASSIFICADO
000022	GISELE TERESINHA KAPPES	4,6	DESCLASSIFICADO
000050	TANIA INES PILATTI	4,6	DESCLASSIFICADO
000014	DAIANA MARIEL MALDANER	4,4	DESCLASSIFICADO
000042	RAFAELA CORDEIRO MACHADO FLORENTINO	4,2	DESCLASSIFICADO
000026	JÉSSICA RUBIA SITTA	4,2	DESCLASSIFICADO
000051	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS	3,8	DESCLASSIFICADO
000027	JULIANA SANDRIN	3,8	DESCLASSIFICADO
CARGO: FARMACÊUTICO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000058	CAROLINE BELLO	5,4	1
000061	GABRIELA CANUTO DAMIAN	5,2	2
000064	REGIANE SCHMIDT	4,8	DESCLASSIFICADO
000063	MARINA SPESSATTO	4	DESCLASSIFICADO
000065	RUDIMAR CESAR MORIGI	3,8	DESCLASSIFICADO

000060	FERNANDA SMANIOTTO PINTO	3,4	DESCLASSIFICADO
000057	ANDRESSA SCHMID BASSO	3,4	DESCLASSIFICADO
000056	ANDRÉIA JACINTA DIESEL	2,2	DESCLASSIFICADO
CARGO: MÉDICO (CLÍNICO GERAL/SAÚDE DA FAMÍLIA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000069	IVY MENDES BUENO	6,8	1
000068	FRANCIELLE REGINA LEISMANN	6,2	2
000072	LUCIANO MARCOS PEREIRA	5,2	3
000070	KARINNA FILIPPI	4,8	DESCLASSIFICADO
000067	DORIVAL ANTONIO ZAMPROGNA	4,6	DESCLASSIFICADO
000066	DIOGO GIOTTI DE MORAIS	4,2	DESCLASSIFICADO
000074	MAURICIO PIACENTINI	4	DESCLASSIFICADO
000073	MARCELO CECHIN PEREIRA	3,6	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (BUCO-MAXILO-FACIAL)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000080	JOAZIR FERREIRA CASTANHARO JUNIOR	FALTOU	
000076	ALINE ALVES LUCIANO	6,8	1
000082	MARCELO AGUIAR ZASSO	5,2	2
000081	MAICON DOUGLAS PAVELSKI	5,2	3
000079	EDEMAR FRONCHETTI JUNIOR	5,2	4
000078	CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO	4,6	DESCLASSIFICADO
000077	ARTUR GIMENEZ	4,4	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (ENDODONTISTA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000091	MAÍRA FINCATTO	5,8	1
000092	WILLIAN CARLOS REIS ROCHA	5,6	2
000087	EVERTON ADRIANO MENEGON	5	3
000088	EZEQUIEL SIGNOR	4,6	DESCLASSIFICADO
000084	CÍNTHIA FEDERHEN BARRETO	3,8	DESCLASSIFICADO
000083	CAROLINE BASSO	3,8	DESCLASSIFICADO
000085	CRISTINE DOS SANTOS POHL-MANN	2,8	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (PERIODONTISTA)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000094	RODRIGO MARIN	6,4	1
000093	GUSTAVO CAMARGO RIBEIRO	4,2	DESCLASSIFICADO
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA (PNE)			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000096	JORGE OBO	5,6	1
000097	LEONARDO CECCHIN BAYS	3,8	DESCLASSIFICADO

CARGO: ODONTÓLOGO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000101	CAMILA CHIESA	8	1
000108	GEOVANA ROSSETTI LAVALL	7	2
000106	DUANA ALBERTON	6,8	3
000098	ADRIANA NAUE STUELP	6,6	4
000112	LAURA BECKENKAMP	6,2	5
000113	MARINA EICHELBERGER JUNG	5,4	6
000107	EDUARDO DEON FORTUNATO	5,4	7
000102	CAMILA MIOLA	5,2	8
000105	DIEGO DAMIN	5,2	9
000103	CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVERIA	5,2	10
000104	CLARISSA DOS SANTOS POHL-MANN DILL	5,2	11
000099	ANA CLAUDIA MOCCELIN BONIATTI	4,8	DESCLASSIFICADO
000100	BRUNA SIGNOR	4,4	DESCLASSIFICADO
000116	PRISCILA PEROZA PIAIA	4,4	DESCLASSIFICADO
000115	NATHÁLIA RIGONI	4,2	DESCLASSIFICADO
000110	JANA LEILA WELTER	3,8	DESCLASSIFICADO
000119	STEPHANIE DALTOÉ	3,8	DESCLASSIFICADO
000120	WILLIAM PIERRY SCHWENGBER	2,6	DESCLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000121	AMARILDO DUBIELLA	7,8	1
000124	FÁBIO DARLAN BERNARDO	7,8	2
000122	CAMILA SCHÚ	7	3
000126	JOCEMAR LAÉRCIO DE LIMA	5,6	4
000123	DIANA MARIA STASIAK SPOHR	5,2	5
000127	LARISSA ANDRÉA DOS SANTOS	4,6	DESCLASSIFICADO

CARGO: AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000135	GERSON DISEGNA	8,6	1
000134	EVANDRO BERGAMINI	7,8	2
000130	ANDERSON GRAZZIOLA	6,6	3
000136	JULIANO ROSSATTO	6,6	4
000137	MAICON ZANIN	6,4	5
000133	CHRISTIAN DIEGO ZORZI	4,8	DESCLASSIFICADO
000139	WILLIAN JUNIOR PEROTTO	4,4	DESCLASSIFICADO
000138	UELINTON LUCAS VIVIAN	3,6	DESCLASSIFICADO

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000143	CAROLINE WELTER	8,4	1
000152	JANETE BIAZUS BIEGELMEIER	8,2	2

000149	FERNANDA ANDRÉA RAMOS	7,8	3
000146	DAIANE DE ALENCAR	7,8	4
000144	CRISTINA MOCELLIN THIEL	7,6	5
000140	ALANA FABÍOLA DA SILVA	7,6	6
000156	ROSANE MARIA CAPPELLARO	7,2	7
000145	DAIANA FREITAG DE ROS	7,2	8
000160	THAISA CARLA SCANDOLARA	7,2	9
000147	DAIMARA BIANCHET	7,2	10
000142	CAMILA DE FATIMA BÓLICO	7	11
000154	LEILA APARECIDA MAYER CARVALHO	6,8	12
000151	JÁINE PAULA COLETTI	6,6	13
000153	JUSSANDRA RODRIGUES DA SILVA PRESTES ANDRIOLLO	6,2	14
000159	TERLITA GUEDES	6,2	15
000158	SUELI DE FÁTIMA ORSO	6	16
000150	IVETE COSTA	5,8	17
000148	ELIANE REGINA TONETTO	5,6	18
000157	SANDRA APARECIDA PAN	4,6	DESCCLASSIFICADO
000155	MARIA GORETI DA SILVA ZORZI	4,4	DESCCLASSIFICADO
CARGO: MERENDEIRA			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000171	IVANIA SIMONE BUZIN TUNI	7,4	1
000178	MARILEI PIRES DOS SANTOS EBELING	6,8	2
000168	ELISANDRA LURDES GUZATTI	6,8	3
000179	SIRLEI MARIA JUNGES	6,8	4
000162	ALEXANDRA REGIANE ROMAN	6,6	5
000167	ELIANE TERESINHA TROIAN TODESCATTO	6,2	6
000166	ELENIR FOLMER	6,2	7
000180	TATIANE DAL BERTO	6	8
000169	ELIZANDRA PILAR FALCAO HOFFELDER	5,4	9
000181	THAIS DA SILVA MOURA MEDINO	4,2	DESCCLASSIFICADO
000173	JANICE MANZONI	3,8	DESCCLASSIFICADO
000177	MARILEI BERGMANN	3,8	DESCCLASSIFICADO
000176	MARIA LEMES DA SILVA	3,2	DESCCLASSIFICADO
000172	IVANIA VERGANI	2,8	DESCCLASSIFICADO
000164	CLENI SOARES	2,4	DESCCLASSIFICADO
000170	IRIA MARIA DE CESARO	2,2	DESCCLASSIFICADO
000163	CARMEN KOSMANN	0	DESCCLASSIFICADO
CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000221	HENRIQUE BERWANGER	7,6	1
000203	CLEOMAR TAUBE	7,2	2
000239	MAIARA LAIS MARCON	7	3

000206	DANIELA MARA DALSOTTO	6,6	4
000262	SIMONE COSTA	6,2	5
000251	NATASHA GIORGIA ALBERTI	6	6
000212	DIEGO DA SILVA	6	7
000211	DENISON PANDOLFO	5,8	8
000248	MAYARA FLACH TEDESCO	5,8	9
000233	KARINE VINCENZI	5,6	10
000204	DAIANA SARA SIRTOLI	5,6	11
000266	TAILA CRISTINA BÓLICO	5,6	12
000186	ANDRENIZE BECKER	5,6	13
000238	LUCILENE VANZELLA	5,4	14
000247	MARIZETE MARCIANE STAHLHOFFER	5,2	15
000250	MAYARA GONÇALVES MOREIRA TIEPO	5,2	16
000185	ANDRÉ NERI BARBIERI	4,8	DESCCLASSIFICADO
000231	JULIANA TELMA SEFRIN FISCHER	4,8	DESCCLASSIFICADO
000269	VANUZA KONFLANZ	4,8	DESCCLASSIFICADO
000235	KEITI CAROLINE LUDWIG	4,8	DESCCLASSIFICADO
000210	DEBORA CAROLINE SCHWARZ	4,8	DESCCLASSIFICADO
000270	ZILENE LUIZ DOS SANTOS	4,8	DESCCLASSIFICADO
000215	ENALDA MOURA DOS SANTOS	4,6	DESCCLASSIFICADO
000237	LÉLIO AUGUSTO MENEZES	4,6	DESCCLASSIFICADO
000216	ENI SALETE BATISTA LOPES	4,6	DESCCLASSIFICADO
000240	MAIRA PERIN	4,6	DESCCLASSIFICADO
000264	STEFANI WERNER	4,6	DESCCLASSIFICADO
000242	MARCELO PAGANINI	4,4	DESCCLASSIFICADO
000252	NATHAN MARÇAL RIBEIRO	4,4	DESCCLASSIFICADO
000191	CAMILA CAROLINA BERNARDON	4,4	DESCCLASSIFICADO
000259	RUDINEI MORAIS	4,4	DESCCLASSIFICADO
000261	SILVANA PITOL	4,2	DESCCLASSIFICADO
000188	ARTUR MOREIRA CAUREO DA SILVA	4,2	DESCCLASSIFICADO
000187	ANDRESSA ZILLES	4	DESCCLASSIFICADO
000183	ALISSON LUIS CHIERENTIN	4	DESCCLASSIFICADO
000219	GRACIELE WEBER	4	DESCCLASSIFICADO
000254	PALOMA DA SILVA	3,8	DESCCLASSIFICADO
000260	SAMARA DAL PIVA	3,8	DESCCLASSIFICADO
000195	CARLITO HERBER	3,8	DESCCLASSIFICADO

000246	MARINA BIANCHI GUARAGNI	3,8	DESCCLASSIFI- CADO
000217	FABIANA REIS KOVALSKI	3,8	DESCCLASSIFI- CADO
000205	DANIELA JILMARA DE OLIVEIRA	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000230	JULIANA DENISE DE OLIVEIRA SCHUCH	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000184	ANDRÉ LUÍS LUI	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000243	MARCELO VERGANI	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000194	CARLA FAVRETTO	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000196	CARMEN MARIA FIORINI GOULART	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000268	VANESSA DALL AGNOL	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000256	RAFAEL MENEGUZZO	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000244	MARCELI FORGIARINI	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000192	CAMILA HAAG BELLATO	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000265	SULANI IRLETE FELTEN SERPA	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
000222	IDIAMARA WOLHMUTH	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000245	MARIANA DEMARCO	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000189	BRUNA ANDRÉA BERNARDI	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000200	CLAIRÊ MOSS	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000193	CARINE WEBER	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000209	DAYAN FIORAVANTE	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000241	MARCELO ANDRE HOFFMANN	3,2	DESCCLASSIFI- CADO
000213	EDIANE PRASNISKI	3	DESCCLASSIFI- CADO
000182	ADRIANA CRISTINA PEZZUOL	3	DESCCLASSIFI- CADO
000207	DANIELA OCHOA	3	DESCCLASSIFI- CADO
000190	BRUNA MILESI SARZI SARTORI	3	DESCCLASSIFI- CADO
000202	CLEITON ÉDERSON CHRIST	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000198	CASSIO SCHAFER	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000263	SIRLEI ZANGALLI	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000197	CAROLINI DAL BOSCO GONÇALVES	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000208	DARIANE VILLA	2,6	DESCCLASSIFI- CADO
000226	JÉSSICA TOMAZZIN	2,6	DESCCLASSIFI- CADO
000199	CATIANA LAUTHART DE SOUZA E SOUZA	2,6	DESCCLASSIFI- CADO
000232	KALIME DE OLIVEIRA	2,6	DESCCLASSIFI- CADO
000267	THAYS FERNANDA HOFFMANN	2,4	DESCCLASSIFI- CADO

000234	KEITHI CANEI	2,2	DESCCLASSIFI- CADO
000225	JESSICA MARIA CAMPOS	2	DESCCLASSIFI- CADO
000258	REJANE CHRISTOFF GRUBER	1,8	DESCCLASSIFI- CADO
000227	JOÃO JEFERSON DA SILVA KLAUS	1,8	DESCCLASSIFI- CADO
000220	GUILHERME CAMILLO	1,4	DESCCLASSIFI- CADO
CARGO: TELEFONISTA			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000272	ANDRESSA GRAZZIOLA	8,6	1
000292	LUCIMARA NUNES RIBEIRO DA COSTA	7,8	2
000296	VANESSA LUANA BERGMANN SCHMIDT	7,6	3
000283	FERNANDA PUNTEL	7,4	4
000295	TATIANE MELLA DE OLIVEIRA	7,4	5
000273	BRIGIDA LUCIANE DAL MORO	7,2	6
000288	JÉSSICA CRISTINA GAYARDO	7	7
000278	CIRLENE MATHIELLO	6,8	8
000284	GABRIELA DA SILVA MAZIERO	6,6	9
000289	JOSEANE LUIZA BALDO	6,4	10
000275	CAROLINE ARENT WURZIUS	6,2	11
000293	MAICON GASTRING	6,2	12
000294	PATRICIA OLIBONI PAVONI	6,2	13
000287	JAQUELINE DESBESELL	6	14
000282	FERNANDA MAZUI DURGANTE	5,8	15
000291	KÁTIA HORN DE OLIVEIRA	5,8	16
000274	BRUNA CRISTINA DI BERTI	5,6	17
000285	HELEN DIESEL	5,4	18
000279	DIANA CARLA VOGT BRAUN	5,4	19
000277	CAROLINY NOGUEIRA DOS SANTOS	5	20
000286	ITANA LEILA CASANOVA	5	21
000276	CAROLINE GOMES PETRY	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000281	FERNANDA HERBER	4,2	DESCCLASSIFI- CADO
000290	JOSIANE BUENO DA SILVA	3,4	DESCCLASSIFI- CADO
CARGO: ATENDENTE SOCIAL			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000298	ATAISA GRZEGORCIK	6,2	1
000308	NOELI DE FATIMA CONSTANCIO VALLADÃO DE LIMA	6,2	2
000299	DANIELA ZANATTA	5,8	3
000307	MARISTELA APARECIDA DE OLIVEIRA	5,6	4
000306	LUCIA RITA BERTI	5,4	5
000309	PATRICIA MASSIGNANI	5,2	6
000302	GRACIELE DAL MAGRO	5,2	7
000303	INÊS GUERRA	5	8
000301	GRACIELE DA ROSA	5	9
000304	IVANICE TEREZINHA ZORZO	4,6	DESCCLASSIFI- CADO

000300	FRANCIELLE VIZENTIN FAORO	4	DESCCLASSIFI- CADO
000305	LORENI ROSINHA FIORAVANTE	3,8	DESCCLASSIFI- CADO
000311	SANDRA MARA DORING	3,6	DESCCLASSIFI- CADO
000297	ALAIR TEREZA COMIRAN	2,2	DESCCLASSIFI- CADO
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000334	MIRIANE MOTTA BUSNELLO	7	1
000343	SOLANGE BATTISTI	6,8	2
000320	ELISANDRA NARA DRESCH	6,8	3
000336	NADINE MARISA SCHUTZ	6,6	4
000338	NEIVETE FATIMA RIES	6,2	5
000316	CECILIA SANTI	6	6
000335	MIRIANE PEREIRA DREWS	6	7
000324	HELENA BRUGNEROTTO FELIN	5,8	8
000315	BRENDA DA SILVA	5,8	9
000345	VERIDIANE PAULA SCHNEIDER	5,6	10
000329	JANAÍNA APARECIDA KOCH- HANN DOS SANTOS	5,6	11
000321	ELIZANDRA KLEIN CAVALHEIRO	5,6	12
000328	JACINTA INES BRESSLER WELTER	5,6	13
000341	ROSANA FLORES POERSCHKE	5,4	14
000332	MARINES ZAMBIASI	5,2	15
000326	IVANILDE MARQUES	5	16
000337	NEIDES TEREZINHA TUMELERO	5	17
000327	IVANILDE TERESINHA MORAES	5	18
000317	DAIANE ACORSI	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000342	ROZANE LACERDA DE OLIVEI- RA	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000314	ALZENIR FIOR SEHN	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000323	FÁTIMA KOSMANN	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000331	MARINES SPIES	4,8	DESCCLASSIFI- CADO
000313	ADRIANE AMES STROHER	4,6	DESCCLASSIFI- CADO
000333	MARLEI DALBOSCO MARTINI	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000319	ELENIR SALETE FURLAN DA SILVA	4,4	DESCCLASSIFI- CADO
000325	INELDE DE FATIMA BRUGNE- ROTT	4,2	DESCCLASSIFI- CADO
000339	OLIZE DA SILVA	4	DESCCLASSIFI- CADO
000344	TALITA EDUARDA LEDUR	3,8	DESCCLASSIFI- CADO
000322	ERILDE ECHER	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000340	ROSA FÁTIMA IZOTON ZIANI	2,8	DESCCLASSIFI- CADO
000318	EDENILSE SERAFINI	1,6	DESCCLASSIFI- CADO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO

000425	TAMARA FELDMANN	8,6	1
000366	FERNANDA BENEDETTI	8	2
000364	ELISABETE HILLESHEIM DE ANDRADE	7,6	3
000387	LEDI RITA BARP DA SILVEIRA	7,4	4
000359	EDIVANI CATIA DALLA ROSA	7,4	5
000365	ELISANDRA RECH	7,4	6
000360	ELAINE REGINA BOFF	7,2	7
000354	DELAIR TERESINHA FRITSCH	7,2	8
000350	BEATRIZ SANTIN	7	9
000358	DIRCEU PEREIRA	7	10
000416	SALETE MARIA FACIN GRUT- ZMANN	6,8	11
000371	INÊS RITA GOSE	6,6	12
000376	JANETE GAWSKI	6,6	13
000393	LUCI MARI MARAFON KUSS	6,6	14
000428	VANUSA DA ROSA	6,6	15
000373	IVETE WEBER	6,4	16
000415	ROSINEI ALDROVANDI PO- MATTI	6,2	17
000377	JANETE NANDI MOURA	6	18
000397	MARIA ANA GLASS	6	19
000348	ANDREIA DE CARLI DAS CHAGAS	6	20
000367	FLAVIA CAMPELLI RAFFEL	6	21
000368	GABRIELA DAL MAGRO	6	22
000413	ROSILEI KORB SEDEL	6	23
000410	RENATO LUIZ BORNAGUI	6	24
000400	MILENA LIBERATO BRANQUI- NHO	5,8	25
000404	NELI CRISTIAA PREDIGER	5,8	26
000422	SIMONÍ KATIA LAZAROTTO	5,8	27
000381	JUCELEY DE FÁTIMA DAMAS- CENO	5,6	28
000383	KARINE VICCARI	5,6	29
000403	NEDI DA SILVA	5,6	30
000414	ROSIMAR SILVEIRA HIBNER	5,6	31
000399	MARIZETE REINA	5,6	32
000372	IOLANDA FATIMA BONDAN TEIXEIRA DA ROSA PRESTES	5,6	33
000395	LUCILA HENN PIVETTA	5,6	34
000427	TERESINHA TEODORO	5,6	35
000396	LUIZA FERRI LORENSKI	5,6	36
000369	GRACIELI BASSANI	5,6	37
000421	SIMONE ZAPPANI	5,4	38
000352	CLÁUDIA MARISTELA DE ARU- DA DELLAZARI	5,4	39
000417	SAMANTA GEHLEN TELES	5,4	40
000398	MARIA ANGELA BENEDETTI	5,2	41
000375	JANETE FIDELIS TOZI	5,2	42
000418	SANDRA APARECIDA AGOSTINI BALBINOT	5,2	43
000378	JANICE AHMANN	5,2	44
000394	LUCIANA KOEFENDER LONGHI	5,2	45

000356	DELISE TEREZINHA CAMPANA	5	46
000420	SIMONE CRISTINA MÜLLER	5	47
000357	DEONILDA LUIZA SIQUEIRA	5	48
000402	NAIR TEREZINHA TOALDO FALIGUSKI	5	49
000392	LORENI TERESINHA GOTZ VERONESE	5	50
000382	JULIANA IMHOFF	4,8	DESCCLASSIFICADO
000405	NEORIDES BINOTTO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000426	TERESINHA DOS REIS LOPES	4,8	DESCCLASSIFICADO
000361	ELIANE DAL PIVA NERICKE	4,8	DESCCLASSIFICADO
000406	NEUSA TERESINHA BRESSA DE CESARO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000408	PÂMELA KETLIN DOS SANTOS	4,8	DESCCLASSIFICADO
000385	KEILA RAQUEL DE QUADROS	4,6	DESCCLASSIFICADO
000407	NOELI TEREZINHA TONETTI	4,6	DESCCLASSIFICADO
000390	LIRIA MARIA NOVELLO DE SOUZA	4,6	DESCCLASSIFICADO
000386	LARISSA BENEDETTI ROVEDA	4,4	DESCCLASSIFICADO
000419	SANDRA BRUSTOLIN	4,4	DESCCLASSIFICADO
000380	JOSIANE DE OLIVEIRA PADILHA	4,4	DESCCLASSIFICADO
000363	ELISABETE BRUSTOLIN RAUTTA	4,4	DESCCLASSIFICADO
000389	LILIANE CRISTINE MACHADO	4,4	DESCCLASSIFICADO
000391	LORENI PIRES SILVEIRA	4,2	DESCCLASSIFICADO
000423	SIRLANI SARZI	4,2	DESCCLASSIFICADO
000424	SOLANGE LIEBERT	4	DESCCLASSIFICADO
000362	ELIETE DO NASCIMENTO ARAUJO	4	DESCCLASSIFICADO
000388	LENOIR DE LIMA	4	DESCCLASSIFICADO
000347	ANA LUCIA DIAS	4	DESCCLASSIFICADO
000346	ADRIANA SIMONE LOPES PALUDO	3,8	DESCCLASSIFICADO
000370	INES BARBOZA	3	DESCCLASSIFICADO
000401	MIRIA LOURDES MOSENA	2,6	DESCCLASSIFICADO
000353	CRISTINA DA ROSA	2,6	DESCCLASSIFICADO
000349	ANDREIA STRAPASSOLA	2,4	DESCCLASSIFICADO
000379	JOSENILDA GOMES CORDEIRO NEGRI	1,6	DESCCLASSIFICADO
000412	ROSANA TEREZINHA GEHLEN	1,2	DESCCLASSIFICADO
000384	KATIUSCIA RODRIGUES DA SILVA HOFFMANN	0	DESCCLASSIFICADO
CARGO: MOTORISTA			

ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000452	MONICA CRISTINA SORA PALIANO	8	1
000439	GILSO BERTUOL CAVALIN	7	2
000458	SEDEMIR CARLOS SOUZA BUENO	6,2	3
000449	MARCIO DE CARLI	6	4
000462	VANDERLEI RODIGHERI	5,8	5
000435	EVERSON RAFAEL GOSE	5,8	6
000433	ANDERSON DE ALMEIDA	5,8	7
000444	JULIMAR ALVES PEREIRA	5,8	8
000443	JOSUÉ VARGAS DE JESUS	5,6	9
000448	MAICON JOEL MOSENA	5,6	10
000464	WILLIAM MARTIN LEDUR	5,6	11
000454	ONEIMAR STRAPAZZON	5,4	12
000429	ADRIANO CARLOS CARNETTI	5,4	13
000447	LEONIR ZANDONA	5,2	14
000451	MIGUEL ALEXANDRE KOSMANN	5,2	15
000436	FABIO ROBERTO TONIOLLO	5	16
000442	JOSEMAR CARLOS BERWIG	4,8	DESCCLASSIFICADO
000446	LEANDRO LONDERO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000434	CLAUDIO DA SILVA	4,6	DESCCLASSIFICADO
000450	MAURICIO ZORZO	4,6	DESCCLASSIFICADO
000441	JEFERSON SCHMIDT	4,4	DESCCLASSIFICADO
000440	IDESIO DEMARCK	3,8	DESCCLASSIFICADO
000431	ALEX JUNIOR ZATTI	3,6	DESCCLASSIFICADO
000445	JUNIOR ALEX KLEIN	3,6	DESCCLASSIFICADO
000453	NERCI DE LIMA	3,4	DESCCLASSIFICADO
000461	TURIBIO JOSÉ DE JESUS NETO	3,2	DESCCLASSIFICADO
000456	RUDINEI ALEXANDRE NORO	3	DESCCLASSIFICADO
000455	RODRIGO SCARAVONATTI	2,8	DESCCLASSIFICADO
000463	VITORINO SANDRI	0,8	DESCCLASSIFICADO
CARGO: AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS			
ORDEM	NOME	NPO	CLASSIFICAÇÃO
000485	IVONE SALETE DALLA ROSA DALL AGNOL	9,6	1
000504	TATIANE DAVILA	8,8	2
000488	JULIANA HAMMERSCHMITT	8,8	3
000466	ARACI LUCIA GRUBER	8,4	4
000474	DANIELA GASPERIN	8,4	5
000471	CLECI DE FÁTIMA SAVEGNAGO	8,4	6
000487	JOANICE ZAEHLER RODRIGUES	8,4	7
000492	MARILEI MULLER	8	8
000491	LISANDRA CRISTINA PERSCH	7,8	9
000482	IANE DE MELLO	7,6	10

000465	ANA PAULA WENDLING	7,4	11
000493	MARLI INÊS COMASSETTO	7,2	12
000497	ROSIANA CAMARGO	7,2	13
000503	TANIA FATIMA CALLEGARI STURMER	7,2	14
000477	ELIO LUIZ KUSS	7,2	15
000467	BEATRIZ RAMOS	7	16
000473	CRISTIANE DE MELO AMARAL	7	17
000484	IRANI MADALENA KIRCH SALINI	6,8	18
000472	CLEUSA SIMI	6,8	19
000494	NEIDE SCHAEFER	6,6	20
000500	SERGIO PEREIRA	6,6	21
000478	ELIZABETE INES DALA POSSA FRIGO	6,4	22
000469	CELITA OLHWEILER	6	23
000496	ROSENEIDE FERREIRA	6	24
000481	GILIAR CORREA ALVES	5,8	25
000495	PATRICIA SOARES DA SILVA	5,6	26
000490	LEILA GAIARDO FRITZEN	5,6	27
000480	GENI MARIA PIRES	5,4	28
000468	BERNARDETE LOURDES DA SILVA	5,2	29
000475	DELONICE FRIGO CAPELESSO	5,2	30
000498	SALETE AYALA	5,2	31
000486	JANETE DA SILVA MOURA	5	32
000483	INES GIRELLI DE CARVALHO	4,8	DESCCLASSIFICADO
000476	ELIDIANE BISPO ALVES	4,8	DESCCLASSIFICADO
000502	SÔNIA BEATRIZ SPINELLI PEITER	4,8	DESCCLASSIFICADO
000506	VERENA RIST MINATTI	4,2	DESCCLASSIFICADO
000479	FATIMA TEREZINHA DE SOUZA CANEPPELE	4	DESCCLASSIFICADO
000489	KELI FERNANDA DOS SANTOS	4	DESCCLASSIFICADO
000470	CIVANEI ROMERO DA SILVA	4	DESCCLASSIFICADO

Legenda: NPO= Nota Prova Objetiva.

São Miguel do Oeste/SC, em 05 de novembro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito de São Miguel do Oeste

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 59.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2014

Contrato nº. 59/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 96/2014 - Tomada de Preços; Contratante: Município de São Pedro de Alcântara; Contratada: TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - EPP; Objeto: contratação de uma empresa especializada para a Construção de Passeios, Terraplanagem, Drenagem, Ciclofaixa e Sinalização na Rua João Vidal Vieira e a Construção de Passeios, Drenagem e Deck de Madeira na Rua Augusto Nicolau Deschamps, neste Município conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos do Edital 96/2014. Valor: R\$ 223.409,17 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e nove reais, dezessete centavos); Vigência: 90 (noventa) dias.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal São Pedro de Alcântara, 14 de novembro de 2014.

Schroeder

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2014-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 79/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 43/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, a ser realizado entre janeiro de dezembro de 2015, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa CONSAUDI - CONSULTORIA E AUDITORIA S/S LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa CONSAUDI - CONSULTORIA E AUDITORIA S/S LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante das empresas IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME não está presente na sessão. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa CONSAUDI - CONSULTORIA E AUDITORIA S/S LTDA. e IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatando que a empresa CONSAUDI - CONSULTORIA E AUDITORIA S/S LTDA. não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas documento exigido no edital no item 8.1.6; apresentou Contrato Social sem autenticação este documento é exigido no item 8.1.11 sendo que o mesmo deverá ser apresentado conforme o edital no item 8.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." Sendo assim a empresa CONSAUDI - CONSULTORIA E AUDITORIA S/S LTDA. não apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 21 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 24 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 1/2014 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 79/2014
Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 43/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 14 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 12/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 155/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Novembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 220/2014, Licitação nº 12/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou Certidão de Negativa do INSS vencida em 09/11/2014 documento este exigido no item 8.1.1 "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS", considerando que a empresa é Microempresa e caso venha a ser vencedora do certame será concedido prazo de acordo com Artigo 43 da Lei 123/2006. As empresas participantes declinam do direito de recurso. Dando prosseguimento ao certame com a abertura das propostas comerciais. Foram abertos os envelopes de propostas das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME com o valor total de R\$ 104.945,81. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Participante: 12970 - ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	104.945,81	104.945,81

Total do Participante -----> 104.945,81

Total Geral -----> 104.945,81

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 14 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmair Rogério Marques	- - Representante
Ana Grasieli Biondaro	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 155/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Novembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 220/2014, Licitação nº 12/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou Certidão de Negativa do INSS vencida em 09/11/2014 documento este exigido no item 8.1.1 "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS", considerando que a empresa é Microempresa e caso venha a ser vencedora do certame será concedido prazo de acordo com Artigo 43 da Lei 123/2006. As empresas participantes declinam do direito de recurso. Dando prosseguimento ao certame com a abertura das propostas comerciais. Foram abertos os envelopes de propostas das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME com o valor total de R\$ 104.945,81. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Participante: 12970 - ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	104.945,81	104.945,81

Total do Participante -----> 104.945,81

Total Geral -----> 104.945,81

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 14 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmair Rogério Marques	- - Representante
Ana Grasieli Biondaro	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 155/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Novembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 220/2014, Licitação nº 12/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou Certidão de Negativa do INSS vencida em 09/11/2014 documento este exigido no item 8.1.1 "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS", considerando que a empresa é Microempresa e caso venha a ser vencedora do certame será concedido prazo de acordo com Artigo 43 da Lei 123/2006. As empresas participantes declinam do direito de recurso. Dando prosseguimento ao certame com a abertura das propostas comerciais. Foram abertos os envelopes de propostas das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME com o valor total de R\$ 104.945,81. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Participante: 12970 - ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	104.945,81	104.945,81

Total do Participante -----> 104.945,81

Total Geral -----> 104.945,81

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 14 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmair Rogério Marques	- - Representante
Ana Grasieli Biondaro	- - Representante

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 189/2014

DECRETO Nº189/2014, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Escala de Férias Proporcionais aos Conselheiros Tutelares Municipais, referente ao Exercício de 2014."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias proporcionais aos Conselheiros Tutelares Municipais, conforme escala referente ao exercício de 2014, de acordo com a Lei Municipal Nº 961 de 17 de julho de 2013.

SERVIDORES PERIODO DE FÉRIAS DIAS

ROSELI TAUFER DOS SANTOS	05/01/2015 A 03/02/2015	30 DIAS
LUCELIA BARBOSA	04/02/2015 A 05/03/2015	30 DIAS
NEUSA GIRELLI GHIDINI	04/05/2015 A 02/06/2015	30 DIAS
JUCELENE SCHMITZ	04/05/2015 A 02/06/2015	30 DIAS
JUCIELI HANAUER	04/05/2015 A 02/06/2015	30 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 11 de Novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 012/2014

ERRATA Nº. 012/2014 DO DECRETO Nº. 184/2014 DE 10/11/2014.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 184/2014 de 10/11/2014 - Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2014."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas,

ONDE SE LEU:

RENATO ODAIR DE ALMEIDA	01/01/2014 A 31/12/2014	02/03/2015 A 31/03/2015	30 DIAS
-------------------------	----------------------------	----------------------------	---------

LEIA-SE

RENATO ODAIR DE ALMEIDA	01/01/2014 A 31/12/2014	23/03/2015 A 21/04/2015	30 DIAS
-------------------------	----------------------------	----------------------------	---------

E, ONDE SE LEU

ENO JOSÉ SGARBI	01/01/2014 A 31/12/2014	16/12/2014 A 14/01/2015	25 DIAS
-----------------	----------------------------	----------------------------	---------

LEIA-SE

ENO JOSÉ SGARBI	01/01/2014 A 31/12/2014	16/12/2014 A 14/01/2015	30 DIAS
-----------------	----------------------------	----------------------------	---------

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2014.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 17 2014 FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2014 - FCT

Às oito horas e dez minutos, do décimo quarto dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, o Sr. Calisto Schlogl Filho. Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME e VILSON VANSUITEN ME. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos. O representante presente solicitou permissão para se retirar da reunião, antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação. Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil destes documentos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação técnica. Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 148 2014 PMT - BRINDE NATALINO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 148/2014

OBJETO: fornecimento de brinde natalino (ave temperada, bombons sortidos, balde plástico) destinado aos servidores públicos municipais de Timbó/SC, conforme lei municipal n.º 2683, de 21 de novembro de 2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 28 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 28 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a

íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 10/11/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

DESPACHO CONCORRÊNCIA N.º 48 2014 - RECURSO

DESPACHO
Concorrência nº 48/2014 - PMT

Objeto: Contratação de Agência de Publicidade, para prestação dos serviços de planejamento, criação, distribuição, veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no caput do artigo 2º e em seu §1º da Lei nº 12.232/2010, para divulgação das atividades institucionais do Município e da Fundação Cultural de Timbó.

Tendo em vista o recebimento de recurso protocolado pela empresa EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação), bem como contrarrazões da empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA., e considerando que os fatos alegados tanto no recurso quanto em suas contrarrazões não modificam o entendimento já exposto por esta Comissão, encaminhamos os autos, para análise e julgamento em última instância administrativa, ao Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó, por força do §2º do art. 2º do Decreto nº 2.976/2012, com alterações do Decreto nº 3.568/2014 e §4º do art. 109 da Lei 8.666/93.

Timbó, 13 de novembro de 2014.
CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

EXTRATO CONTRATO 2014_162 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/162

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Servmed Clínica de Medicina do Trabalho Ltda

OBJETO: Execução de serviços de assessoria técnica na área de segurança e medicina do trabalho para elaboração de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) de todos os Setores/Unidades Administrativas do MUNICÍPIO (Administração direta e indireta), correspondente aos itens 1.00001 e 1.00002 do lote 01 de acordo com as especificações/quantidades/formas/locais estabelecidas no anexo I (Especificações do Objeto e Valor Máximo do edital de Tomada de Preços n.º 101/2014)

VALOR: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

Data da assinatura: 03/11/14.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

**JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO -
HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N.º 48 2014**

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2014

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: Contratação de Agência de Publicidade, para prestação dos serviços de planejamento, criação, distribuição, veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos, para divulgação das atividades institucionais do Município e da Fundação Cultural de Timbó.

RECORRENTE: Edson Antonio Britembach (Prodiz Comunicação).

RECORRIDO: Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Timbó

CONTRARRAZÕES: Free Reichert Comunicação Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente contra decisão da Comissão Permanente de Licitações, a qual inabilitou a empresa EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação), tendo em vista que não atendeu ao exigido no item 9.1.3 alínea "b" do Edital, além do fato de que o Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo Conselho Executivo das Normas Padrão - CENP (item 9.1.4, alínea "c" do Edital) encontrava-se com a certificação suspensa. Bem como, habilitou a empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

A licitante Recorrente EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação), alegou em síntese que:

- Houve erro na base de cálculo para comprovação do patrimônio líquido mínimo, uma vez que o valor contratado é inferior ao valor estimado estabelecido no Edital, sendo que o mesmo serve de referência somente para dimensionamento do vulto de valores a serem agenciados e disponibilizados para projetos e campanhas;
- Desnecessidade de análise do patrimônio líquido quando atingidos os demais índices, pois o entendimento é de que a comprovação dos demais índices supre a ausência de patrimônio líquido;
- Apresentou certificação junto ao CENP com validade até 14/03/2015, devendo tal documento ser aceito e respeitado. Que a análise do documento poderia ter sido feita no dia da sessão, pois se a suspensão não foi confirmada na data da apresentação dos documentos de habilitação e o documento de consulta não possui data de início e fim de vigência, não há, portanto, prova incontestável da veracidade de um documento emitido pela internet;

- Nos dias seguintes à sessão de abertura dos envelopes de proposta realizou nova consulta ao portal do CENP onde verificou estar credenciada, além do fato de que tal certificação é facultativa para a atividade;

- A empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA. apresentou documentos sem autenticação;

- A veracidade das autenticações de cartório e junta comercial foram tratadas em desigualdade entre os licitantes;

- As declarações apresentadas pela empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA. são incompatíveis com o seu objetivo no processo e com a fase procedimental na qual foram apresentadas.

Ao final requer: habilitação da empresa EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação); inabilitação da empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.; se consideradas as duas proponentes inabilitadas a reabertura do prazo de 08 dias úteis para reapresentação dos documentos de habilitação; habilitação da qualificação econômica financeira somente pelos índices Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Grau de Endividamento.

Foram apresentadas tempestivamente contrarrrazões pela empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA., onde em suma alegou que:

- Apresentou copia dos diplomas de seus 25 profissionais de nível superior na área de publicidade e propaganda, bem como GFIP comprovando o vínculo empregatício com os referidos profissionais, e outros 10, não havendo dúvidas que cumpriu com o

objetivo do Edital;

- Inabilitar a empresa, pela suposta falta de autenticação ou carimbo mesmo depois de suprida a finalidade do Edital, tratar-se-ia de ato desproporcional, excessivamente rigoroso. A falta de autenticação, respeitado o princípio da boa-fé, não compromete o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação;

- As declarações apresentadas possuem validade até 22/03/2015, pois são válidas por 06 meses contados de sua emissão, conforme estabelecido no item nº 9.2 do Edital;

- O Edital exige que os licitantes demonstrem a saúde financeira da empresa apresentando 04 índices financeiros, e em nenhum momento há menção de suposta dispensabilidade de qualquer um deles, sendo todos portanto, indispensáveis para habilitação da licitante;

- A discordância da Recorrente com o que dispõe o instrumento convocatório somente poderia ser apresentada em sede de Impugnação ao Edital;

- Por força do princípio da boa-fé os documentos devem ser considerados verdadeiros e vigentes pela Administração Pública, desde que não exista qualquer prova ou indício que aponte em sentido contrário. Em que pese a Recorrente tenha apresentado certificado que supostamente supria a exigência do Edital, o portal do CENP indicava que a situação da mesma se encontrava suspensa perante o referido Conselho.

Requeru ao final o indeferimento do recurso administrativo interposto pela empresa EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação).

Recebido o recurso e contrarrrazões pela Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista a manutenção da decisão, foram os autos submetidos ao Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó para análise e julgamento em última instância administrativa.

Este é o relatório.

MÉRITO

Primeiramente, quanto a alegação da Recorrente de que houve erro na base de cálculo para comprovação do patrimônio líquido mínimo, ressaltamos que o Edital é bem claro ao estabelecer que o patrimônio líquido a ser comprovado é de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado. Referido valor encontra-se estabelecido no item nº 8.6 onde consta que "o valor máximo estimado que poderá ser dispendido (verba) anualmente, decorrente da presente licitação é de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) (...)", ou seja, a base de cálculo no caso em apreço foi utilizada de forma correta. Além disso, os parágrafos 2º e 3º, do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993, dispõe o seguinte:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Destacamos, inclusive, não ser este o momento oportuno para discussão sobre a matéria, uma vez que o Edital oportunizava aos interessados o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da abertura dos envelopes de habilitação para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório (item 4.1).

Além disso, consta no item nº 20.11 do Edital que "a participação

nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irrevogável, de todos os termos do Instrumento Convocatório”.

Não havendo, desta forma, razão para a alegação de erro quanto à base de cálculo do patrimônio líquido, uma vez que o Edital não deixou dúvidas quanto a matéria, e a participação da empresa no certame pressupõe na aceitação de todos os termos do Instrumento Convocatório, ou seja, já era de conhecimento da mesma o valor estimado a ser utilizado no cálculo.

Em relação à alegação de que a análise do patrimônio líquido é desnecessária quando os demais índices foram atingidos, ressaltamos não haver disposição no Edital a respeito, devendo, portanto, ser desconsiderada tal hipótese.

Sobre a comprovação de Certificação da Agência de Publicidade emitida pelo CENP, ressaltamos tratar-se de uma condição de participação no certame licitatório, que encontra amparo no artigo 30, inciso I da Lei nº 8.666/1993, o qual determina que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á dentre outros, no registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Outrossim, o artigo 4º e parágrafos, da Lei nº 12.232/2010, dispõe que:

Art. 4º Os serviços de publicidade previstos nesta Lei serão contratados em agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei no 4.680, de 18 de junho de 1965, e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento.

§ 1º O certificado de qualificação técnica de funcionamento previsto no caput deste artigo poderá ser obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão - CENP, entidade sem fins lucrativos, integrado e gerido por entidades nacionais que representam veículos, anunciantes e agências, ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda.

§ 2º A agência contratada nos termos desta Lei só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem dos seus clientes, se previamente os identificar e tiver sido por eles expressamente autorizada.

Em que pese a alegação da Recorrente de que referida certificação é facultativa para a atividade, verificamos pelos dispositivos acima mencionados que a mesma é indispensável para participação em certames licitatórios.

O fato é que na data da sessão de análise dos documentos de habilitação (09/10/2014) a mesma se encontrava suspensa, bem como continuava suspensa em data posterior conforme consta no parecer emitido pelo Setor de Comunicação Social datado de 17/10/2014 (fls. 1372), motivo pelo qual não estava apta para ser habilitada.

No tocante à ausência de autenticação nos documentos de comprovação de vínculo com profissional da área apresentados pela empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA., destacamos que a veracidade dos documentos não foi impugnada pela Recorrente, mas tão somente a falta de autenticação.

Salvo melhor juízo, em que pese a autenticação constitua requisito formal, quando não contestada a veracidade do documento apresentado, não constitui motivo relevante para gerar a inabilitação da licitante. Neste sentido é o entendimento dos Tribunais pátrios, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA Licitação Documentos necessários à habilitação apresentados em cópia simples Admissibilidade Autenticidade dos documentos não impugnada Rigor excessivo e contrário ao interesse público a exigência de documentos no original ou em cópia autenticada Sentença mantida Recurso desprovido.” (TJ-SP - APL: 38866920098260526 SP 0003886-69.2009.8.26.0526, Relator: J. M. Ribeiro de Paula, Data de Julgamento: 22/08/2012, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 31/08/2012)

“MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO.

LICITAÇÕES. A ausência de autenticação de fotocópias não é causa à inabilitação de concorrente, cabendo aos demais a prova de que não retrata ela o texto original DECISÃO: negaram provimento ao apelo e confirmaram a sentença em reexame.” (Apelação Cível Nº 598541902, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em 10/10/2001)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. PEDIDO LIMINAR PREJUDICADO EM VIRTUDE DA ABERTURA DOS ENVELOPES. INOCORRÊNCIA. Não contribuindo a agravante para que o seu pedido somente fosse levado ao conhecimento do juízo a quo após a data programada para a abertura dos envelopes, não se pode entender prejudicado o pedido. Basta que se proceda a abertura do segundo envelope da recorrente, ainda que as propostas das demais licitantes já tenham sido abertas. Decretação de inabilitação do licitante em virtude da falta de autenticação das cópias da documentação apresentada. Excesso de formalismo. Juntada das cópias autenticadas com a interposição do recurso administrativo junto à Comissão de Licitação. Edital que em nenhum momento refere que a deficiência nos documentos apresentados não poderia ser suprida posteriormente. Licitação que tem por fim, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, propiciar à entidade licitante selecionar a proposta mais vantajosa. AGRAVO PROVIDO.” (Agravo de Instrumento Nº 70012282240, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, Julgado em 30/11/2005)

“LICITAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE REQUISITOS CONSTANTES NO EDITAL. PERMITIDO QUE A COMISSÃO DETERMINE DILIGÊNCIAS, A FIM DE ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, MÁXIME SE, QUANDO DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, É JUSTIFICADA A IRREGULARIDADE (ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666, DE 1993). ADEMAIS, A MERA AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO EM FOTOCÓPIAS NÃO POSSUI FORÇA PARA IMPEDIR A HABILITAÇÃO CASO NÃO SE ALEGAR OU JUSTIFICAR QUE O DOCUMENTO NÃO CORRESPONDE AO ORIGINAL, OU DEMONSTRAR QUE ENCERRA INEXATIDÕES. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO.” (Mandado de Segurança Nº 594015448, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arnaldo Rizzardo, Julgado em 01/07/1994)

“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITACAO. AUSENCIA DE AUTENTICACAO DE DOCUMENTO. MERA IRREGULARIDADE. APELO IMPROVIDO. MANUTENCAO DA SEGURANCA. SENTENCA MANTIDA EM REEXAME NECESSARIO. (3FLS.)” (Apelação e Reexame Necessário Nº 70000294660, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Rodrigues Bossle, Julgado em 03/04/2000)

Aliás, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm se manifestado acerca das exigências formais e editalícias, no sentido de prevalecer o interesse público, flexibilizando exigências, que na prática, não trazem prejuízo ao certame.

Nesse sentido, destaca-se ainda o entendimento da relatoria do Des. Roque Joaquim Volkweiss do TJRS, que ao analisar caso semelhante, destacou que “A exigência de autenticação somente pode prevalecer para determinar a inabilitação quando houver suspeita de falsidade, a qual afetaria o conteúdo e a lisura das fotocópias. No processo licitatório busca-se a melhor proposta para atender o interesse público. Em consequência, não pode mera irregularidade, que não traga qualquer prejuízo, dar causa à exclusão de concorrentes no certame.” (Apelação Cível Nº 598541902, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS)

Ademais, além das cópias dos contratos/carteiros de trabalho e diplomas de 25 profissionais da área, a empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA apresentou cópia de relatório GFIP emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Fazenda com o quadro de funcionários da empresa, demonstrando, desta

forma, que apesar da ausência de autenticação nos referidos documentos, cumpriu com o requisito estabelecido no Edital, ou seja, restou comprovado que a mesma possui vínculo com profissional de nível superior (item 9.1.4, alíneas "e" e "f" do Edital).

Quanto ao argumento de que a empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA deve ser inabilitada por ter apresentado declarações com datas anteriores (22/09/2014) a de abertura dos envelopes, destacamos o estabelecido no item nº 9.2 do Edital:

9.2. Todos os documentos exigidos deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a sessão pública. As certidões ou atestados sem a indicação do prazo de validade e os que não são constatados desta exigibilidade no instrumento convocatório serão considerados para esta licitação, válidos por 06 (seis) meses, contados de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Nesse sentido, restou-se claro o equívoco da Recorrente a respeito da validade das declarações apresentadas, haja vista que as mesmas cumpriam as exigências do Edital na data de abertura dos envelopes de habilitação.

DECISÃO

Ante o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, razoabilidade, o interesse público e demais inerentes a Administração Pública, considerando os fatos apresentados e demais fundamentos, CONHEÇO do recurso e contrarrazões e, no mérito:

- nego provimento ao recurso da empresa EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação) mantendo a sua inabilitação no certame.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Após, comunique-se o Setor de Licitações para que dê continuidade ao feito.

Timbó, 14 de novembro de 2014.

JORGE FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

LEI Nº 3.152 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.152 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUVENTUDE EM CENA - ACJC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultura Juventude em Cena - ACJC, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.085.202/0001-98, com sede à Rua Adão Santarém, nº 672, Bairro São Cristóvão, no Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 12 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

DECRETO Nº 4.419 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.419 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

DETERMINA PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS A RESPEITO DE CUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS PÚBLICOS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

01 - CONSIDERANDO, o disposto no inc. XVI do art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, quanto a acumulação remunerada de cargos públicos.

02 - CONSIDERANDO, que a proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, quer seja no regime estatutário, quer seja no regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

03 - CONSIDERANDO, que é permitida a acumulação de: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos de profissionais da área de saúde, com profissões regulamentadas;

04 - CONSIDERANDO, que se verificado que a acumulação está de acordo com a Constituição Federal, mesmo assim deverá ser analisada a compatibilidade de horários, respeitando-se intervalos para repouso, alimentação e distância a ser percorrida entre os locais de exercício dos cargos, empregos ou funções;

05 - CONSIDERANDO, que o servidor que acumular cargos, empregos ou funções públicas em horários incompatíveis não poderá se utilizar de licença para tratar de interesses particulares, ou

outro afastamento semelhante em qualquer deles, uma vez que a situação de acumulação ilícita não está ligada ao exercício do cargo, emprego ou função, e sim à ocupação do mesmo;

06 - CONSIDERANDO, que é proibida a acumulação de proventos de aposentadoria com retribuição pelo exercício de cargos, empregos ou funções públicas, exceto nas hipóteses de acumulação permitidas para a atividade, mencionadas no item 03 acima, bem como os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. A proibição acima descrita não se aplica aos servidores inativos que, até 16/12/1998, tenham ingressado novamente no serviço público, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência dos servidores públicos, referidos no Artigo 40 da Constituição Federal, ressalvado o teto constitucional estabelecido (Artigo 11 da Emenda Constitucional número 20, D.O.U. DE 16/12/1998);

07 - CONSIDERANDO, que são considerados cargos técnicos ou científicos: aqueles para cujo exercício seja indispensável a escolaridade completa em curso de nível superior; aqueles para cujo exercício seja indispensável a escolaridade de, no mínimo, nível médio (2º grau), com atribuições características de "técnico";

08 - CONSIDERANDO, que são considerados cargos ou empregos de profissionais da saúde aqueles cujas atribuições estão voltadas exclusivamente para a área de saúde;

10 - CONSIDERANDO, a necessidade de apurar tais informações junto aos servidores públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a todos os servidores públicos Municipais, o preenchimento do formulário padrão (Anexo I), a respeito da acumulação remunerada de cargos públicos.

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais responsáveis pela entrega na Secretaria de Administração e Planejamento, até o dia 30.11.2014, dos formulários devidamente preenchidos e assinados pelos servidores públicos municipais ocupantes de cargos, empregos e funções de suas respectivas Secretarias.

Art. 3º. A não entrega dos formulários acarretará em infração disciplinar na forma da Lei.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

ANEXO I - DECRETO Nº 4.419/2014 DECLARAÇÃO

Eu _____

_____, declaro para os devidos fins e de direito a quem possa interessar que na condição de servidor público para exercício do cargo (), emprego (), função () de _____, lotado na Secretaria _____

_____ horário do expediente ____:____ às ____:____ e das ____:____ às ____:____.

() não acumulo cargo público, emprego ou função remunerada.
() acumulo cargo público, () emprego, () função remunerada de

_____, na _____

OBS: _____

Por ser expressão da verdade firmo a presente, sob pena de incidir no crime de falsidade ideológica - previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Três Barras - SC , _____

ASSINATURA

- acumulação - ocupação simultânea de dois cargos, empregos ou função.

- servidores públicos - pessoas físicas que se ligam, sob o regime de dependência, à Administração Pública direta (União, Estado, Município), indireta, autárquica e fundacional pública, mediante uma relação de trabalho de natureza profissional contínua, ininterrupta para lhes prestar serviços.

- remuneração - todos os valores em dinheiro ou não (vantagens) recebidos mensalmente em retribuição ao trabalho.

- Art. 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: A.G. KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: Acresce quantitativos, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 13.639,44 (treze mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 102/2014.

Vargeão SC, 13 de novembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86/2014 - ALIMENTAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

SETOR DE COMPRAS

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86/2014

OBJETO: Este edital refere-se à Registro de Preços para eventual aquisição pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos de ALIMENTAÇÃO (MAIONESE, FAROFA, PÃO, ARROZ, MOLHO CARNE MOÍDA, FILÉ DUPLO COM QUATRO TIPOS DE SALADAS). Que deverá ser servido em data a ser definida no mês dezembro de 2014 a partir das 20:00 horas no Pavilhão Central localizado no Parque de Exposição do Município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 86/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 26 de novembro de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 26 de novembro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 14 de novembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014 - INPREVID

ESTADO DE SANTA CATARINA

INPREVID

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2014 - INPREVID. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO COMPREENDENDO: CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E A CONVERSÃO DE DADOS DOS SISTEMAS EXISTENTES NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 28/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e <http://www.inprevid.sc.gov.br>. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Novembro de 2014.

VILSO VANZ

Presidente INPREVID

TOMADA DE PREÇOS 20/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE E ALARGAMENTO DE PISTA COM (C.A.U.Q.). INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. ÁREA INTERVENÇÃO: 1.456,00 M². As propostas de preços e documentos serão recebidos até às 13:00h do dia 02 de dezembro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12:30 h às 18:30 h ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 12 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.339/14

DECRETO Nº 11.339/14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais),

à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

13 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
2.073 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 Aplicações Diretas
11.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 11.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

DECRETO Nº 11.340/14

DECRETO Nº 11.340/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.233,51 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.01.0415.0 Aplicações Diretas	5.233,51
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	5.233,51

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

DECRETO Nº 11.341/14

DECRETO Nº 11.341/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2.014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais):

21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – INPREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 – Aplicações Diretas	1.500.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0621/2014

Extrato do Contrato n. 0621/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEVICZ FANTIN

CPF: 023.348.379-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ADRIANA DE OLIVEIRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 a 30 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0623/2014

Extrato do Contrato n. 0623/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE

CPF: 066.260.919-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JUVILDE TEREZINHA PANISSON EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0629/2014

Extrato do Contrato n. 0629/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE TÁSSILA DE OLIVEIRA SILVA

CPF: 071.585.329-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEILA MARLEI ZSCHORNACK EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0632/2014

Extrato do Contrato n. 0632/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCENÉIA MARIA GELINSKI BORGES

CPF: 009.139.189-03

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NERCI NEVES DE MORAES AFASTADA DE SUAS FUNÇÕES PARA ATENDER COMO COORDENADORA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0633/2014

Extrato do Contrato n. 0633/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PRISCILA DAYANA ALVES

CPF: 060.490.299-97

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 08 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0634/2014

Extrato do Contrato n. 0634/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANE FÁTIMA CASAGRANDE KALENIK

CPF: 007.114.789-61

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0635/2014

Extrato do Contrato n. 0635/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: NEIVA PEROTTONI LOPES DUARTE
 CPF: 782.240.989-15
 OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
 VIGÊNCIA: de 13 de outubro de 2014 a 13 de janeiro de 2015
 FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0637/2014

Extrato do Contrato n. 0637/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: CARLA MORO BALDISSERA
 CPF: 075.610.699-01
 OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANI PAULA VIERGUTZ EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
 VIGÊNCIA: de 07 de outubro de 2014 a 15 de dezembro de 2014
 FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0638/2014

Extrato do Contrato n. 0638/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: FABIANE FRENZEL
 CPF: 066.312.789-02
 OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
 VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2014 a 30 de abril de 2015
 FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0639/2014

Extrato do Contrato n. 0639/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS
 CPF: 022.348.869-02
 OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
 VIGÊNCIA: de 14 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015
 FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0640/2014

Extrato do Contrato n. 0640/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE
 CPF: 026.315.609-57
 OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
 VIGÊNCIA: de 14 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015
 FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

LAUDOS DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS DO PR 51/2014- FMS - 4º COLOCADOS

LAUDO DAS AMOSTRAS

4ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 05 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 13 de novembro de 2014.

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	
---	--

LAUDO DAS AMOSTRAS

4ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
16	UNIDADE	Detergente em pó com amaciante, com a seguinte composição: Tensoativo alquil benzeno; Sulfato de sódio; Coadjuvantes; Sinergista; Branqueadores ópticos; Enzima; Tamponantes; Carga, corante, perfume, silicone e água; Caixa/pacote com 1kg.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 13 de novembro de 2014.

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	
---	--

LAUDO DAS AMOSTRAS

4ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SIMPRO-LIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
15	FRASCO	Detergente concentra- do, embalagem mínima contendo 500ml.	-	reprovada não APRE- SENTOU AMOSTRAS
54	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 30 litros, espessura de 0,10 micras - pacote c/ no mínimo 10 unidades.	LIXO LIX	REprovada não CONSTA A ESPESSU- RA E RASGA MUITO FA- CILMENTE
56	PACOTE	Saco p/ lixo com capa- cidade para 15 litros, com espessura de 0,08 micras, - pacote com no mínimo 20 unidades.	LIXO LIX	REprovada não CONSTA A ESPESSU- RA E RASGA MUITO FA- CILMENTE

Videira (SC), 13 de novembro de 2014.

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 155/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL PARA ATENDER OS SETORES DE TESOUREARIA E CONTABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 04/12/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 14 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 042/2014**

Processo de Licitação 042/2014

Modalidade: Pregão 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 27 de Novembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 17 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 064/2014

DECRETO Nº 064/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA FINS DE LEILÃO E/OU DESCARTE.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Classificação Avaliação de Bens Inservíveis para fins de Leilão e/ou Descarte:

CLAUDINEI FELICIANO - Presidente
Secretario de Administração e Finanças

SANDRO LUNELLI - Secretário
Agente Administrativo e Operacional

MÁRCIO JOSÉ PAVANELLO - Membro
Advogado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/11/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014

Dispõe sobre as diretrizes para matrícula no ensino fundamental e Educação Infantil nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo 2015.

Sandra Germendorf Ferreira, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Xavantina (SC), no uso das atribuições legais, torna públicas, as diretrizes referentes à matrícula para o ano letivo de 2015, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação Infantil de acordo com a legislação em vigor e o previsto nesta Resolução.

1. De acordo com o disposto na Constituição Federal/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394/96, Leis Federais Nº 1.114/05 e Nº 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 6 (seis) anos de idade, Lei Nº 1.153/2010 que cria o Sistema Municipal de Ensino, Resolução CNE/CEB Nº 01/2010, Lei Nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula no ensino fundamental/ano letivo 2015.

1.1 A Secretaria Municipal de Educação/SME estabelece através desta Instrução as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2015, nas unidades escolares que oferecem o ensino fundamental, anos iniciais e educação infantil.

1.2 No ensino fundamental de nove anos de duração/EF - 9 anos a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais. Estão sob responsabilidade do sistema municipal de ensino os 5 anos iniciais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7 e 8 anos de idade são consideradas turmas de alfabetização.

2. Dos Objetivos

2.1 Do Objetivo Geral

2.1.1 Esta instrução tem por objetivo geral assegurar a matrícula de todas as crianças, ensino fundamental e Educação Infantil (pré-escolar), oferecido em unidades escolares da rede municipal de ensino, e compor turma com número limitado de alunos nas turmas de educação infantil (Maternal I e II).

2.2 Dos Objetivos Específicos

2.2.1 Dar publicidade a Instrução Normativa afixando-a em local de fácil acesso e visibilidade aos interessados;

2.2.2 Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2015, para alunos dos anos iniciais; e de 4 a 5 anos para crianças da educação Infantil (Pré-Escolar) completos ou a completar até 31 de março de 2015.

2.2.3 Realizar matrícula até completar as vagas disponíveis para turmas de Educação Infantil (Maternal I e II), às crianças de 02

anos completos ou a completar até 31 de março de 2015 (Maternal I); e crianças com 03 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015 (Maternal II);

2.2.4. Renovar a matrícula dos alunos que estudam na escola;

2.2.5 efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios desta Instrução Normativa e da legislação em vigor;

2.2.6 Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais;

2.2.7 Fazer levantamento junto à comunidade escolar, para verificar o número de crianças e adolescentes em idade de frequentar escola, cujos pais ou responsáveis não tenham feito matrícula em nenhuma escola, conscientizando-os de seu dever constitucional;

2.2.8 Reconduzir à escola o aluno evadido;

2.2.9 Publicar no mural da secretaria da escola, o relatório de matrícula, referente ao número de alunos por turma/turno e vagas disponíveis em cada uma delas, mantendo-o atualizado sempre que tiver alteração no fluxo de matrícula;

2.2.10 Cadastrar e manter atualizado no Sistema de Gestão Educacional todos os dados referentes aos alunos matriculados na escola.

2.2.11. Fixar o número de vagas para turmas de Maternal I e II nos CMEI's.

2.2.12. Estabelecer critérios quanto à utilização do transporte escolar.

3. Da Caracterização da Clientela

3.1 A SME garantirá a matrícula em escola municipal de acordo com os seguintes critérios:

3.1.1 A criança deverá ter 06 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015, para ingressar no 1º ano do ensino fundamental de nove anos;

3.1.2 O aluno que cursou em 2014 o 1º ano do ensino fundamental de nove anos, com no mínimo 75% de frequência, será matriculado no 2º ano do EF - 9 anos;

3.1.3 as crianças, jovens ou adultos com deficiência serão matriculadas preferencialmente na rede regular de ensino, e em Sala de Atendimento Alternativo, bem como Atendimento Educacional Especializado.

4 Os procedimentos referentes à matrícula são os seguintes:

4.1 Renovação de Matrícula - garantir a vaga, no turno em que houver disponibilidade de acordo com o disposto nesta instrução normativa, ao aluno matriculado no ensino fundamental, oferecido na rede municipal de ensino e pretende continuar seus estudos na mesma unidade escolar. Neste caso, haverá apenas a atualização de dados e confirmação do pai/mãe ou responsável legal, compromisso da família comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula. A renovação de matrícula será efetuada no ano indicado pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor.

4.2 Matrícula Nova - a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por meio do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Xavantina. Será efetuado para alunos que ingressarão no ensino fundamental e no caso de estudo interrompido ou sem escolaridade anterior. As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto nesta Instrução Normativa. A matrícula pode ser efetuada prioritariamente no cronograma que trata esta Instrução Normativa e em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais. Quando a data da matrícula incorrer em reprovação por infrequência, o aluno e seu responsável legal deverão ser informados e declarar em documento específico ciência desta situação.

4.3 Matrícula Nova da Educação Infantil

A matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por

meio do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Xavantina e entrega de toda documentação solicitada. Matricular-se-á na educação Infantil:

a) Na turma de Pré II: alunos com 05 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015.

b) Na turma de Pré I: alunos com 04 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015.

c) Na turma de Maternal II: Alunos com 03 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015.

d) Na turma de Maternal I: crianças com 02 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015.

O atendimento em creche, turmas de Maternal I e II, será somente parcial, oferecido no turno vespertino ou matutino, no CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO, na sede do município de Xavantina.

A oferta de ensino em creche (Maternal) e Educação Infantil (Pré Escolar) será em período de 4 horas diárias, matutino ou vespertino, nos CMEIs Chapeuzinho Vermelho ou Palmeirinhas, de acordo com a disponibilidade das instituições e o estabelecido nessa Instrução Normativa.

5 Da composição e Organização das turmas

5.1 Educação Infantil

Maternal I (02 a 03 anos): 12 crianças

Maternal II (03 a 04 anos): 15 crianças

Pré I e II (04 a 06 anos): 20 crianças

5.1.1 Será ofertado uma turma de creche Maternal I e II no CMEI Chapeuzinho Vermelho, respeitando o número de alunos fixados nesta instrução, e uma turma de creche Maternal II no CMEI Palmeirinha, respeitando o número de alunos fixados nesta instrução.

5.1.2 Ao exceder o limite de vagas por turma, os demais interessados terão seus nomes cadastrados numa lista de espera, e terão a oportunidade de vaga se houver desistência ou desinteresse por parte dos primeiros inscritos que garantiram vaga.

5.1.3 Perderá o direito à vaga o aluno matriculado (Maternal I e II) que tiver baixa frequência durante o ano letivo. (5 faltas consecutivas ou 7 alternadas sem justificativa no decorrer do trimestre).

5.2 Ensino Fundamental

1º ao 5º ano - 25 alunos

6 Do Desdobramento das turmas

6.1 Para desdobramento de turmas do ensino fundamental, ou educação infantil (pré-escolar), independente de turno, todas elas deverão apresentar um excedente de 10% do total de alunos do estabelecido na presente Instrução Normativa. Competirá a SME e CME, respeitada a realidade escolar, autorizar o desdobramento de turmas com número de alunos diferente do fixado.

6.2 Somente poderá ser criada nova turma da respectiva série/ano, independente de turno, quando o número de alunos em todas as turmas, exceder em 10% do estabelecido na presente Instrução Normativa, observando-se os critérios estabelecidos para composição de turmas, existência de espaço físico e avaliação da SME.

6.3 O oferecimento de anos iniciais em novo turno de funcionamento depende de autorização prévia da Secretaria Municipal de

Educação.

7 Do uso de Transporte Escolar

Terá direito a uso de transporte escolar, todo aluno matriculado na educação infantil (pré-escolar) e ensino fundamental que reside em comunidades rurais, nas demais comunidades e bairros há uma distância da escola igual ou superior há:

a) Educação Infantil (Pré-Escolar): 1500 metros

b) Ensino Fundamental: 2000 metros

c) Ensino Médio: 3000 metros

De acordo com a Instrução normativa nº 01 de 31 de agosto de 2009.

7.1 Não será ofertado transporte escolar às crianças matriculadas em turmas de Maternal I e II nos CMEI's Chapeuzinho Vermelho e Palmeirinha, sendo a responsabilidade pelo deslocamento dos alunos, das famílias.

8 Da Documentação

8.1 Quem faz a matrícula da unidade escolar é responsável pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

8.2 Destaca-se que a matrícula, além de ser um ato administrativo que vincula o aluno à escola, é uma inclusão pedagógica no processo escolar.

8.3 Toda documentação deverá ser apresentada em via original e fotocópia. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

8.4 Em toda a documentação escolar do aluno, deverá ser registrado o nome completo do mesmo, sem abreviações e, o ano, em curso ou cursado deverá ser escrita por extenso, bem como para efeito de autenticidade com a assinatura do responsável pela matrícula.

8.5 Será nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica.

8.6 No ato de matrícula é dispensável a apresentação da documentação exigida, devendo apresentá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prazo este concedido para a efetivação da mesma. Neste período a escola deverá acompanhar e auxiliar na busca da documentação pendente.

8.7 Durante o processo de busca de documentação é garantida a frequência escolar.

9 Da documentação necessária: (toda documentação deverá ser apresentada em original e entregue a fotocópia)

8.1 Tipo de matrícula

8.1.1 Matrícula nova no Ensino Fundamental e na Educação Infantil:

· Apresentar a certidão de nascimento, CPF, a carteira de identidade.

· Carteira de vacinação.

- CPF do pai e da mãe.
- Apresentar declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis, bem como documento de CPF e RG do responsável.

- Comprovante de residência (manter atualizada esta informação)
- Tipagem Sanguínea.

- Se for beneficiado do bolsa família entregar o cartão com o NIS.

8.1.2 Matrícula nova por transferência de outra rede de ensino

- Apresentar certidão de nascimento, CPF, a carteira de identidade.
- CPF do pai e da mãe, ou do responsável legal.

- Apresentar declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis, bem como CPF e RG do responsável.

- Carteira de vacinação.
- Histórico escolar, ou atestado de conclusão (não será efetuada a matrícula dos anos iniciais sem essa documentação)
- Atestado de frequência, Histórico Escolar e Boletim/Avaliações parciais se, no decorrer do ano. (não será efetivada a matrícula sem essa documentação)

- Comprovante de residência.

- No prazo máximo de trinta dias deverá entregar o processo de transferência. (a família será responsabilizada se não regularizar a transferência do aluno junto a antiga unidade escolar onde estuda)

- Carteira de vacinação.

- Tipagem Sanguínea.

- Se for beneficiado do bolsa família entregar o cartão com o NIS.

8.1.3 Matrícula por transferência da mesma rede de ensino

- Apresentar certidão de nascimento, CPF e a carteira de identidade.

- Apresentar atestado de conclusão, ou de frequência se no decorrer do ano.

- CPF do pai e da mãe ou do responsável legal.

- Apresentar declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis.

- Comprovante de residência.

- Carteira de vacinação.

- Tipagem Sanguínea.

- Se for beneficiado do bolsa família entregar o cartão com o NIS.

- No prazo máximo de trinta dias deverá entregar o processo de transferência.

8.1.4 - Da Solicitação de transferência das Instituições de Ensino

do Município para outra Instituição de Ensino.

· é responsabilidade da família solicitar junto a unidade escolar, e após a SME, no setor de informatização de dados, a transferência de aluno para outra unidade escolar (do mesmo município ou outro), sendo que, nem a escola, nem a SME se responsabiliza pela efetivação do processo de transferência sem solicitação do responsável.

· compete aos pais ou responsáveis retirarem a documentação necessária para a transferência de alunos.

· o atestado de frequência será fornecido no ato da solicitação junto a Secretaria Municipal de Educação. Histórico Escolar, Boletim e Notas Parciais serão emitidos no prazo máximo de 30 dias após a entrega de atestado de vaga da unidade escolar onde o aluno será matriculado.

9 Da Comissão de Matrícula

9.1 A unidade escolar constituirá uma Comissão de Matrícula, formada por representantes da direção, da secretaria de educação, da coordenação pedagógica, da APS com a finalidade de fazer cumprir esta Instrução promovendo ampla divulgação, acompanhando, analisando e emitindo pareceres sobre as solicitações de matrícula no decorrer do ano/semestre letivo.

9.2 A Comissão de Matrícula deverá zelar pela transparência do processo e garantir o sigilo das informações.

10. Do Cronograma

10.1 Renovação de matrícula e Matrículas novas

No período de 17 à 21 de novembro de 2014.

Segunda etapa: fevereiro de 2015 e no decorrer do ano letivo para transferências..

11 Da divulgação

11.1 A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no município.

11.2 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto nesta Instrução Normativa.

12 Disposições Gerais

12.1 A escola deverá a partir do ato de matrícula assegurar à comunidade escolar acesso ao regimento interno, às normas da escola e ao Projeto Político Pedagógico.

12.2 A matrícula e a frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições relativas a material escolar, uniforme, ou equivalentes;

12.3 É responsabilidade do secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, ou Secretaria Municipal de Educação armazenar e manter atualizados os dados no sistema de gestão educacional/Sistema EVN.

12.4 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização

da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

12.5 A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais do aluno ou responsável legal, ou do aluno, quando maior de idade, sob parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga, e observadas as condições de viabilidade no transporte escolar, quando for o caso.

12.6 É vedado a unidade escolar transferir compulsoriamente o aluno.

12.7 Nas situações de transferências se respeitará os estudos concluídos com êxito (alínea d, inciso V, art. 24 da LDBEN Nº 9.394/96) e, na circulação de estudos entre o EF - 9 anos e o EF - 8 anos aplicar-se-á a tabela de equivalência, assegurando a continuidade de estudos, sendo vedado o retrocesso escolar e social.

12.8 O aluno concluinte do 5º ano do EF - 9 anos, no caso de transferência para escola municipal de Xavantina, será matriculado no 6º ano do EF - 9 anos.

12.9 As informações constante nas declarações das famílias e/ou responsável legal serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.

12.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Matrícula da Escola, em primeira instância, Em segunda instância pela SME, Secretário Municipal de Educação como último recurso.

12.11 As vagas de matrículas não estão condicionados ao turno, sendo este oferecido pela unidade escolar, conforme disponibilidade.

12.11 Esta Instrução Normativa entra em vigor em 14 de novembro de 2014.

Xavantina, em 14 de novembro de 2014.
Sandra Germendorf Ferreira
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2014 CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2014

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2014, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 21 de novembro de 2014

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Aprovação da ata da última reunião;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 13 de novembro de 2014.

Gilberto Valente Canali

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2014 DIDPENSA Nº 023/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2014

DISPENSA Nº 23/2014

OBJETO: locação de espaço e equipamentos para a promoção do evento intitulado XVIII Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico da ABAR, a ser realizado nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, no Hotel Castelmar de Florianópolis, localizado na Rua Felipe Schimdt, 1260, Centro, Florianópolis/SC.

Base Legal: art. 24, II c/c parágrafo único, da Lei de Licitações.

CONTRATADO: CASTELMAR EMP. HOTELEIROS LTDA.

CNPJ: 83.053.140/0001-55.

VALOR: R\$ 2.316,50 (Dois mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Florianópolis, 16 de setembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2014 DISPENSA Nº 024/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 47/2014
PROCESSO DE DISPENSA Nº. 024/2014

OBJETO: Contratação de empresa cujo objeto é o fornecimento de café, alimentos e bebidas para coffee break.
CONTRATADO: VITO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.
CNPJ: 13.016.853/0001-63
VALOR: R\$ 13,00 (treze reais) por pessoa.

Florianópolis, 16 de setembro de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor-geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2014 DISPENSA Nº 027/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2014
DISPENSA Nº 27/2014

OBJETO: Aquisição de 150 (cento e cinquenta) canecas de porcelana para distribuição aos entes consorciados que aderirem a "CAMPANHA LIXO ZERO", em substituição aos copos plásticos.

CONTRATADA: ALESSANDRA OHL.

CNPJ: 19.145.577/0001-10.

VALOR: R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais)

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2014 DISPENSA Nº 028/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2014
DISPENSA Nº 28/2014

OBJETO: Produção de vídeo institucional da ARIS.

CONTRATADA: LEA IZABEL CHEDID MEI.

CNPJ: 14.851.993/0001-10.

VALOR: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014 DISPENSA Nº 029/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014
ATO DE DISPENSA Nº 29/2014

OBJETO: Aquisição de canetas para distribuição entre os participantes dos seminários, cursos e reuniões técnicas promovidas pela ARIS.
CONTRATADO: BRINDESTAR COMÉRCIO DE BRINDES
CNPJ: 06.981.587/0001-43.
VALOR: R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)

Florianópolis, 30 de outubro de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor-geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2014 DISPENSA Nº 030/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014
ATO DE DISPENSA Nº 29/2014

OBJETO: Aquisição de canetas para distribuição entre os participantes dos seminários, cursos e reuniões técnicas promovidas pela ARIS.
CONTRATADO: BRINDESTAR COMÉRCIO DE BRINDES
CNPJ: 06.981.587/0001-43.
VALOR: R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)

Florianópolis, 30 de outubro de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor-geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014 DISPENSA Nº 031/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014
ATO DE DISPENSA Nº 31/2014

OBJETO: Aquisição de arranjo de flores para promoção do "XVIII Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico da ABAR" promovido pela ARIS e ABAR, nos dias 06 e 07 de novembro de 2014.
CONTRATADO: FRUTAFLORES CESTAS GASTR E FLORAIS LTDA
CNPJ: 01.632.547/0001-72
VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais)

Florianópolis, 03 de novembro de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor-geral da ARIS

CIGA**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 003/2014**

Fundação Carlos Joffre

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

EDITAL - 003/2014 - Concurso Público

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, conforme segue:

Classificação	INSC	NOME	PONTUAÇÃO
		ASSESSOR JURÍDICO	
1	89555	THAÍSA BATISTA DA COSTA	9.50
2	87180	LUIZA WALTRICK	8.75
3	89565	RENATA VON HOONHOLTZ TRINDADE	8.75
4	88321	DIOGO GUSTAVO BEPLER	8.50
5	89091	ANALIA APARECIDA DA SILVA RESENDE	8.50
6	89104	RAFAEL RODOLFO VIEIRA SCHAEFFER	8.50
7	88610	ELISE BEIRÃO	8.50
8	86784	FELIPE CAVICHIOLI	8.50
9	86627	NELSON JOSÉ KARAM ALTHOFF	8.25
10	88372	MARIA GRACIELE GOLDMEYER	8.25
11	87313	JOÃO MATHEUS DE SOUSA ANDRADE	8.25
12	89486	RODRIGO FERNANDES DE REZENDE	8.00
13	87057	FERNANDO RABE CAON	8.00
14	89465	MAURICIO COMINI	8.00
15	87215	GABRIELA CAVALHEIRO LOCKS	8.00
16	89174	ARTUR TASSINARI CAMINHA	8.00
17	87218	LUCAS PACHECO VIEIRA	8.00
18	87172	MARINA JÚLIA FLORIANI	7.75
19	88643	JEAN FERNANDEZ	7.75
20	87882	ANDERSON DENIS PERIN	7.75
21	87378	SABRINA DA SILVA VIEIRA	7.75
22	88525	JAQUELINE BUTTNER PEREIRA	7.75
23	87062	JÚLIO DELAGNELLO BABY	7.50
24	89057	ANA CAROLINA SILVEIRA SARDI	7.50
25	89417	CAROLINNE BUENO MACHADO	7.50
26	89413	TAMIRES PEREIRA MORAES	7.50
27	86828	HUMBERTO CARLOS BORGES	7.50
28	88784	MARIANE MARTINS PESCADOR	7.50
29	89494	EDSON FERNANDES SANTOS JUNIOR	7.25
30	86791	RAFAELA CONCEIÇÃO ABREU	7.25
31	88085	THAIS EBERT POLEZA	7.25
32	89044	JOSÉ PAULO WEIDE	7.00
33	86691	RENATO FONTOURA DA ROSA	7.00
34	88275	DANIEL LOPES BURIGO	7.00
35	89086	KLEITON GOMES AMORIM	7.00
36	89497	VALMOR FACHINI CEGALA JUNIOR	6.75
37	89628	LUIZ GABRIEL CREMA	6.75
		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
1	89350	FERNANDA R. SOCAL	9.50
2	88115	CRISTIANA PEREIRA	9.25
3	86591	RICARDO GOEDERT PROENÇA	9.00
4	87290	FERNANDA CECÍLIA BESEN DA SILVEIRA MACHADO	9.00
5	86873	HELENA LOLLI SAVI	9.00
6	89331	JOBSON KAMMERS DA SILVA	9.00
7	88675	LUÍSA PAMPLONA DEGGAU	8.75
8	88364	DENISE DE LIMA	8.50
9	89205	NILVA DAL OLMO SCHONS	8.50
10	88659	FERNANDO MAURICIO DA SILVA	8.50

11	88853	FRANCIELLY APARECIDA KISSNER	8.50
12	87314	TATIANA LOBO	8.50
13	86622	JENIFER PEREIRA ALVES VARELA	8.25
14	89434	FABIANA DANIELSKI ANDRADE	8.25
15	88804	LETÍCIA JUST GUERRA	8.25
16	89500	EDUARDO HENRIQUE FONTANELLA	8.25
17	86710	AMANDA FINCK DREHMER	8.25
18	88019	LEANDRO GOVONI ORVIEDO	8.25
19	89621	CLEBER LOHN	8.25
20	87301	GUILHERME LEONI MORETTI	8.25
21	87481	LUCAS ROSA LEITE	8.25
22	86891	NATAM VINÍCIUS KLEIN	8.25
23	86793	PAULO BITTENCOURT	8.25
24	86990	GUILHERME SANTOS MADEIRO	8.25
25	87857	CAMILA DOS SANTOS	8.25
26	89474	JAQUELINE BOSSE	8.25
27	87022	BÁRBHARA VELOSO BEPLER	8.25
28	87398	FABIANA CRISTINA KRETZER	8.25
29	88901	EDUARDO VALENTINI	8.25
30	89348	FERNANDA DIAS	8.25
31	88219	ANA ÁGUILA MENDES VERDI	8.00
32	87231	PAULO ALEXANDRE PACHALSKI GARCIA NUNES	8.00
33	89605	SCHIRLEI CASAS	8.00
34	88441	DIEGO DAL BELLO MORASCO	8.00
35	88888	RONÊ DE OLIVEIRA JUNIOR	8.00
36	89035	LARISSA CATANEO DUTRA	8.00
37	86775	ANA LÚCIA ALVES MAYKOT	8.00
38	88456	DANILO JOSE BERNDT	8.00
39	88798	PETERSON ROBERTO DA SILVA	8.00
40	89215	FABIANA MARQUES SIMONI	8.00
41	89396	DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA	8.00
42	89534	ALINE CECHETTO BECK	7.75
43	88688	MARISTELA DO VALE PETRI	7.75
44	89626	CLEVERSON DELINSKI	7.75
45	89084	LIGIA CRISTINA MONTEMEZZO	7.75
46	88111	MAURÍCIO SILVEIRA MOTA	7.75
47	87163	YVE SARKIS DA COSTA	7.75
48	89487	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA BARRETO	7.75
49	86966	MATHEUS PETRY CORRÊA	7.75
50	89552	DEISE LUISE WRASSE	7.75
51	88706	SANDRA TEREZINHA CORDEIRO	7.50
52	89577	NELSON RIBEIRO ARAUJO	7.50
53	88566	LEANDRO FEIL	7.50
54	87544	LEONARDO LUIZ DA SILVA	7.50
55	86797	CRISTIANE AGLIARDI	7.50
56	89163	BIANCA GOLDACKER	7.50
57	89276	RAFAEL DA SILVA CAFOLLA	7.50
58	87402	GABRIEL CAMARGO SIEBERT	7.50
59	87275	RAQUEL BECHTLUFFT DE PAIVA REZINE	7.50
60	87047	ANDRÉ LUIZ CARDOSO DA SILVA	7.50
61	87195	CRISTIANE SILVA GUN	7.50
62	86724	FABIANA BERTEMES SILVA	7.50
63	89032	VALDIR ANTONIO ALVES JUNIOR	7.50
64	86715	EDUARDO ALEXANDRE DOS SANTOS	7.50
65	89539	ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	7.50
66	88562	NATALIA IBRAHIM ARRUDA	7.50
67	88234	LUIZ ALFREDO REUS DA SILVA	7.50
68	89442	ALEXANDRE AGUZZI SOUZA	7.25
69	88884	TATIANA THIESEN	7.25
70	89484	SAMUEL MEIENBERGER BOMBACH	7.25
71	88762	LIZIA CARBOLIN MARTINS	7.25
72	88933	MONIK GURZYNSKI DA SILVA	7.25
73	86981	MARCOS FRANCISCO DOS SANTOS	7.25
74	88967	HELOISA REGIS VAZ	7.25

75	87138	SUSIMARI OLIVEIRA DE BEM PAYÃO	7.25
76	88235	DÉBORA CRISTINE SANTANA FERREIRA	7.25
77	89240	DELEON DE SOUSA	7.25
78	88455	MARCIO JOSE ALVES	7.25
79	87284	DOUGLAS CASTILHO PEREIRA	7.25
80	87032	MARCUS VINICIUS HOELTGEBAUM LEMOS	7.25
81	88870	JULIANE ALCÂNTARA VIANNA	7.25
82	89446	RICARDO QUENTEL MELO	7.25
83	89214	FÁBIO DA ROCHA BERGAMINI	7.25
84	89508	TAMARA PEREIRA DE MORAIS	7.25
85	89496	VICTOR MORETTI RIBEIRO	7.25
86	86801	JALUSA NEILA MAIA	7.00
87	88695	GUILHERME MEDEIROS LAUREANO	7.00
88	88812	MARIA LUIZA SATURNINO SIQUEIRA	7.00
89	88893	MIRIAM BARBATO COUTO	7.00
90	86930	FERNANDO STEIMBACH	7.00
91	89284	KELI REGINA SOUTO	7.00
92	87102	ROSIANE LEISING	7.00
93	88777	FELIPE FLORIANI RAFAELI	7.00
94	88668	HELENA MATOS DE LIMA	7.00
95	89405	ADRIANA PIECKOCZ DE AGUIAR	6.75
96	88783	BRUNA SCUSSEL ROSSO	6.75
97	86611	LEONARDO DA SILVA	6.75
98	89305	NATÁLIA CECINEL SOARES	6.75
99	88032	MAYKON NELITO KAMMERS	6.75
100	86772	IVO LEAL TORQUATO JUNIOR	6.75
101	89021	FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE	6.75
102	89449	TIAGO ALESSANDRO DE SOUZA PINTO	6.50
103	89281	CAROLINE BAGGIO NICOLOSO	6.50
104	87807	MARIANA ALMEIDA DA SILVA	6.50
105	88956	CLAUDIO JORGE ANGIOLETT DE PAIVA NASCIMENTO	6.50
106	89128	MARINA BEVILAQUA ROHLFS	6.50
107	87374	MARIA LUISA CARDOSO BRUCIAPAGLIA	6.50
108	87603	MICHELLE PEREIRA	6.50
109	88593	MARCOS LICHTENFELS	6.50
		CONTADOR	
1	87389	DOUGLAS REGO DAS NEVES	8.75
2	89432	GRASIELE HOFFMANN	8.50
3	86708	MARINETE BENTES NASCIMENTO	8.25
4	89248	ANDREZA RICHARTZ DE ALMEIDA	8.00
5	88894	RAFAEL JAIME DE SOUZA	8.00
6	88568	MARCO ANTONIO CECINEL	7.75
7	88043	FRANCINE CHEQUETTO BALBIM	7.75
8	89445	JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SILVA	7.75
9	89232	NILTON JOSÉ COELHO NETO	7.75
10	89308	LUIZ GUILHERME VALVERDE DA SILVA	7.75
11	89319	FRANCISCO PAULY FERNANDES	7.75
12	87251	CRISTIANE WEBER	7.75
13	89575	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA DIAS	7.50
14	88890	ALINE DOS SANTOS	7.50
15	88800	FELIPE FORSTER	7.50
16	88495	LUAN LOPES CARDOSO	7.50
17	89223	ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA	7.25
18	88083	RAQUEL CARLOTA BARCELOS	7.25
19	89217	ANA LÚCIA SCHURHAUS	7.25
20	89288	ALINE GABRIELA DA SILVA	7.25
21	88966	NAOMY WIEIRA DO NASCIMENTO	7.00
22	88746	ROSANGELA DE SOUZA HACK	7.00
23	87475	ANA PAULA LINHARES DE ARAUJO	7.00
24	89406	LEONARDO GESSER	7.00
25	87297	LEONIR MACIEL ANTUNES	6.75
26	86881	DAIANE PINTO	6.75

27	86987	GABRIELA HOELTGEBAUM LEMOS	6.75
28	89075	ALANUCIA JOSEFINA MEIRA	6.75
29	86726	PRISCILA FLORENCIO	6.75
30	89516	MUNIKY COELHO	6.50
		PROGRAMADOR	
1	89273	BRUNO RENAN GELAKO SANTOS	9.25
2	88021	RICARDO BRESSAN TASCA	9.25
3	89556	ROBSON JUNQUEIRA DA ROSA	9.25
4	89245	BRUNO WEIGMANN DE MATOS	9.00
5	87295	DOUGLAS PILONI	9.00
6	86610	GUILHERME SILVEIRA DOS SANTOS	9.00
7	87068	ADRIANO ROGOWSKI DOS SANTOS	9.00
8	89184	RODRIGO JOSÉ BRASIL COSTA	9.00
9	89050	RICARDO PEREIRA RAMOS	8.75
10	87196	GILSON ANDRE ABREU SOUZA	8.75
11	89433	FILIPPE DANIELSKI ANDRADE	8.75
12	88297	DALE CARNEGIE SOUZA AMARAL	8.75
13	86832	RAFAEL COUTINHO DE SOUSA	8.50
14	89378	DANIEL DE ANDRADE	8.50
15	88342	FELIPE PEREIRA DA CRUZ	8.50
16	89165	WILLIAN RODRIGUES DA SILVA	8.50
17	87525	RAFAEL RODRIGUES DE FREITAS	8.50
18	88977	GIRRESE FERREIRA REINEHR	8.50
19	87293	ALEC AUGUSTO GONÇALVES VENTURA	8.50
20	87079	THIAGO MARTINS DE SOUSA	8.25
21	89471	JONAS FRANCO KRELING	8.25
22	87883	DANIELA DE ANDRADE ROSA	8.25
23	86976	JAIME PAZ LOPES	8.25
24	86887	ALDO VINICIUS SPRICIGO	8.25
25	87019	JAIME FROILAN DE SOUZA ALOSILLA	8.25
26	89408	MATHEUS BRATFISCH	8.00
27	86986	FILIPPE GESSER	8.00
28	89103	LUCAS OLIVEIRA HAENSCH	8.00
29	89037	PAULO EDUARDO NAZEAZENO	8.00
30	89250	ALAN NEHEMIAS ANASTACIO MALBOS	8.00
31	87753	JOSÉ MARIO SILVA ROSA FILHO	8.00
32	88277	JOÃO OLIVIO NETO	8.00
33	86633	WENDEL FABIANO RIBEIRO DA SILVA	8.00
34	89651	FAUSTO SASDELLI JUNIOR	8.00
35	87502	JOSIEL DA SILVA BRAGA	8.00
36	89051	FERNANDO ZIMMERMANN	8.00
37	88241	BRUNO RIBEIRO DA SILVA	8.00
38	86800	JONATHAN DE OLIVEIRA CARDOSO	8.00
39	89098	JOHNNY CHRISTIAN SIEBENEICHLER	8.00
40	89504	PAULO CÉZAR POGIAN	7.75
41	88600	LEONARDO CESAR BORGES	7.75
42	89105	WAGNER ALCANTARA DOS SANTOS	7.75
43	88362	JOSÉ ROBERTO MIRANDA	7.75
44	87466	NAVARRO FERERIRA	7.50
45	87186	JAISON VALMOR BRUCH	7.50
46	86803	MAURÍCIO DE MORAES	7.50
47	87235	ANDERSON CALGARO DE OLIVEIRA	7.50
48	88500	MATHEUS PAVIN PEDROSO	7.50
49	88068	FELIPE PAUKA SANTANA	7.50
50	88203	RUSSELO DE BONA PORTON	7.25
51	89055	VICTOR FILIPE GUIMARÃES	7.25
52	86799	MAILON BERNARD REGO	7.25
53	86880	CARLOS ARTUR NEUBERT GONÇALVES	7.25
54	87312	AUGUSTO LAZZAROTTO DE LIMA	7.25
55	89143	JOSÉ JOAQUIM DA SILVEIRA	7.25
56	87188	EVERTON JULIANO ANHAIA SPINDOLA	7.25
57	89045	THOMAZ GOMES DE OLIVEIRA	7.25
58	88477	GIOVANE LUIZ GHIZONI	7.00

59	89440	FELIPE MARQUES MARTINS	7.00
60	89364	JORGE GUSTAVO SANDOVAL SIMÃO	7.00
61	86796	CRISTIANO DIAS TEIXEIRA	7.00
62	89622	MURILO MICHELS NUNES	7.00
63	89177	ALISSON ABREU MOTA	6.50
64	88591	BRUNO MANGRICH AMORIM	6.50

Florianópolis, 17 de novembro de 2014.

Comissão Organizadora do Concurso Público - CIGA

